



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

SECÇÃO DA OE/DAMP
ESTÁ CONFORME
O ORIGINAL

ORDEM DO EXÉRCITO

1.^a SÉRIE

N.º 4/30 DE ABRIL DE 2000

Publica-se ao Exército o seguinte:

SUMÁRIO

Ministério da Defesa Nacional

Decreto-Lei n.º 50/2000:

Cria a rede nacional de apoio aos militares e ex-militares portugueses portadores de perturbação psicológica crónica resultante da exposição a factores traumáticos de stress durante a vida militar, instituída pela Lei n.º 46/99, de 16 de Junho. 105

Decreto-Lei n.º 51/2000:

Cria uma licença especial para o exercício de funções na Região Administrativa Especial de Macau por militares dos quadros permanentes no activo e na reserva 107

Ministério da Saúde

Decreto-Lei n.º 52/2000:

Estabelece que o cartão de identificação do utente do Serviço Nacional de Saúde deve ser apresentado sempre que os utentes utilizem os serviços das instituições e serviços integrados no Serviço Nacional de Saúde ou com ele convencionado .. 109

Ministérios das Finanças e da Reforma do Estado e da Administração Pública

Portaria n.º 239/2000:

Procede à revisão anual das remunerações dos funcionários e agentes da administração central, local e regional, actualizando os índices 100 e as escalas salariais em vigor, bem como as tabelas de ajudas de custo, subsídios de refeição e de viagem e marcha e participações da ADSE 110

Chefe do Estado-Maior do Exército

Despacho n.º 7518/2000:

Delegação de competências no tenente-general comandante da RMN 110

Subchefe do Estado-Maior do Exército

Despacho n.º 8200/2000:

Subdelegação de competências no coronel chefe da RepApGeral/EME 111

Direcção dos Serviços de Intendência

Despacho n.º 7217/2000:

Subdelegação de competências no tenente-coronel subdirector dos Serviços de Intendência. 111

Zona Militar da Madeira

Despacho n.º 7251/2000:

Subdelegação de competências no coronel chefe do EM/QG/ZMM 112

Despacho n.º 7252/2000:

Subdelegação de competências no coronel comandante do RG3 112

Despacho n.º 7253/2000:

Subdelegação de competências no tenente-coronel chefe do CF/ZMM 112

Comando das Tropas Aerotransportadas

Despacho n.º 7248/2000:

Subdelegação de competências no tenente-coronel comandante da AMSJ 113

Despacho n.º 7249/2000:

Subdelegação de competências no tenente-coronel chefe do CF/CTAT 113

Despacho n.º 7250/2000:

Subdelegação de competências no tenente-coronel comandante do BCS/CTAT 113

Escola Prática do Serviço de Transportes

Despacho n.º 7247/2000:

Subdelegação de competências no tenente-coronel 2.º comandante da EPST 114

<p>Regimento de Cavalaria n.º 4</p> <p>Despacho n.º 7880/2000:</p> <p>Subdelegação de competências no tenente-coronel 2.º comandante do RC4 114</p>	<p>Protocolo:</p> <p>Protocolo de Acordo de Transportes por Via Aérea entre o EME e a SATA Internacional 125</p>
<p>Ministério da Defesa Nacional</p> <p>Acordo:</p> <p>Acordo de Cooperação entre ADME e Serviço de Prevenção e Tratamento da Toxicodependência (SPTT) 114</p>	<p>Presidência do Conselho de Ministros</p> <p>Declaração de Rectificação n.º 5-H/2000:</p> <p>De ter sido rectificado o Decreto-Lei n.º 28/2000, do Ministério da Justiça, que confere competência para a conferência de fotocópias às juntas de freguesia e ao serviço público de correio, CTT - Correios de Portugal, S.A., às câmaras de comércio e indústria reconhecidas nos termos do Decreto-Lei n.º 244/92, de 29 de Outubro, aos advogados e aos solicitadores, publicado no <i>Diário da República</i>, 1.ª série, n.º 61, de 13 de Março de 2000 126</p>
<p>Ministério da Defesa Nacional</p> <p>Protocolo:</p> <p>Protocolo entre a Região Militar do Sul, a Câmara Municipal de Fronteira e os Proprietários da Herdade do Monte dos Atoleiros 121</p>	

I — DECRETOS-LEIS

Ministério da Defesa Nacional

Decreto-Lei n.º 50/2000

de 7 de Abril

A Lei n.º 46/99, de 16 de Junho, vem instituir o regime de apoio às vítimas de *stress* pós-traumático de guerra, materializando o reconhecimento que a Nação confere aos que, no cumprimento dos seus deveres militares, foram expostos a situações causadoras de trauma psicológico, que se reflectem em sofrimento generalizado e que em determinados casos evolui para a cronicidade.

A referida lei possibilita que os portadores de perturbação psicológica crónica resultante da exposição a factores traumáticos de *stress* durante a vida militar vejam o seu caso avaliado por uma junta de saúde militar e que, em consequência da gravidade da sua situação clínica, venham a receber o tratamento necessário e, eventualmente, a ser considerados deficientes das Forças Armadas.

A referida lei confere ainda uma protecção através da organização de uma rede nacional de apoio aos militares e ex-militares que padeçam dessa mesma perturbação crónica em consequência da exposição a factores traumáticos de *stress* durante a vida militar.

Torna-se, por isso, necessário, regulamentar a Lei n.º 46/99, de 16 de Junho.

Foram ouvidas a Associação de Deficientes das Forças Armadas e a Associação de Apoio aos Ex-Combatentes Vítimas do Stress de Guerra e Apoiar Portuguesa dos Veteranos de Guerra.

Assim:

No desenvolvimento do regime jurídico estabelecido pela Lei n.º 46/99, de 16 de Junho, e nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta, para valer como lei geral da República, o seguinte:

Artigo 1.º

Objecto

É criada a rede nacional de apoio aos militares e ex-militares portugueses portadores de perturbação psicológica crónica resultante da exposição a factores traumáticos de *stress* durante a vida militar, instituída pela Lei n.º 46/99, de 16 de Junho.

Artigo 2.º

Atribuições da rede

São objectivos da rede a informação, identificação e encaminhamento dos casos e a necessária prestação de serviços de apoio médico, psicológico e social, em articulação com o Serviço Nacional de Saúde.

Artigo 3.º

Organização

1 — Compõem a rede nacional de apoio as instituições e os serviços integrados no Serviço Nacional de Saúde e no Sistema de Saúde Militar e, em articulação com os serviços públicos, as organizações não governamentais.

2 — A cooperação entre os serviços públicos que integram a rede nacional de apoio é definida por despacho conjunto dos membros do Governo que detenham a respectiva tutela.

3 — Para a prossecução dos objectivos previstos no artigo 2.º, a articulação dos serviços públicos referidos no n.º 1 com as organizações não governamentais efectua-se através da celebração de protocolos, nos quais são estabelecidos os compromissos das partes.

4 — Quando os serviços que integram a rede nacional de apoio não disponham de uma consulta especializada, com carácter multidisciplinar que integre técnicos com formação em saúde mental, os militares e ex-militares têm acesso preferencial a outros serviços que dela disponham.

Artigo 4.º

Informação, identificação e encaminhamento

1 — A informação, a identificação e o encaminhamento são facultados pelas instituições e serviços integrados no Serviço Nacional de Saúde e pelas organizações não governamentais.

2 — Aos militares e ex-militares que sejam beneficiários do subsistema de assistência na doença dos militares (ADM) estes serviços são também facultados pelas instituições e unidades de saúde militares.

3 — Após a análise dos casos, estes são encaminhados no prazo de 30 dias para a junta de saúde competente do ramo das Forças Armadas onde o militar ou ex-militar presta ou prestou serviço militar, acompanhados de relatório médico circunstanciado.

4 — Sem prejuízo da tramitação do processo nas Forças Armadas, as instituições e unidades referidas nos n.ºs 1 e 2 facultam os serviços de apoio médico, psicológico e social ao militar ou ex-militar, quando do relatório médico referido no número anterior conste parecer nesse sentido.

Artigo 5.º

Junta de saúde militar

1 — A junta de saúde militar integra um médico especializado em saúde mental.

2 — Após a recepção do relatório médico referido no n.º 3 do artigo anterior, a junta de saúde militar recolhe a informação pertinente para o diagnóstico, julga da aptidão para o serviço ou da diminuição permanente da capacidade geral de ganho, exprimindo-a em percentagem de incapacidade, e pronuncia-se sobre o nexo de causalidade referido no artigo 1.º

3 — Se o teor da deliberação da junta de saúde militar viabilizar o reconhecimento do direito a uma pensão, o processo segue os trâmites legais, nos termos do Decreto-Lei n.º 43/76, de 20 de Janeiro, ou do Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 de Dezembro, nomeadamente a sujeição a exame da junta médica da Caixa Geral de Aposentações, nos termos gerais, consoante se perspetive ou não a qualificação do militar ou ex-militar como deficiente das Forças Armadas.

Artigo 6.º

Apoio médico, psicológico e social

1 — Proferida a deliberação nos termos referidos no n.º 2 do artigo anterior, é conferido ao militar ou ex-militar o direito de acesso aos serviços de apoio médico, psicológico e social prestados por qualquer das instituições e serviços que integram a rede nacional de apoio.

2 — Para os efeitos referidos no número anterior é atribuído um cartão de identificação de utente da rede nacional de apoio, cujo modelo é aprovado por despacho conjunto dos Ministros da Defesa Nacional e da Saúde e contém o nome e número do utente.

Artigo 7.º

Coordenação da rede nacional de apoio

A coordenação da rede nacional de apoio é da responsabilidade de uma comissão nacional de acompanhamento, cuja composição e atribuições são fixadas por despacho conjunto dos Ministros da Defesa Nacional e da Saúde.

Artigo 8.º

Financiamento da rede nacional de apoio

O financiamento da rede nacional de apoio é da responsabilidade do Estado, através dos Ministérios da Defesa Nacional e da Saúde, nos termos de portaria conjunta assinada pelos respectivos Ministros e pelo Ministro das Finanças.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 27 de Janeiro de 2000. — *António Manuel de Oliveira Guterres* — *Júlio de Lemos de Castro Caldas* — *Joaquim Augusto Nunes Pina Moura* — *Eduardo Luís Barreto Ferro Rodrigues* — *Maria Manuela de Brito Arcanjo Marques da Costa*.

Promulgado em 16 de Março de 2000.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 30 de Março de 2000.

O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres*.

Decreto-Lei n.º 51 /2000

de 7 de Abril

Na última fase de transição de Macau foram criados mecanismos legais que permitiram que o pessoal afecto aos quadros da República continuasse a exercer funções transitórias em Macau, assegurando, com a sua experiência, o apoio e a formação dos quadros locais. Foi o caso do Decreto-Lei n.º 89-G/98, de 13 de Abril, que criou, para o efeito, uma licença especial aplicável aos funcionários e agentes da administração central, local e regional autónoma.

Mostra-se agora necessário assegurar que também o pessoal militar possa permanecer em funções públicas ou de interesse público em Macau, com o mesmo objectivo, pelo que se afigura conveniente que àquele pessoal, para tal efeito, seja concedida uma licença de contornos diferentes das previstas no seu Estatuto, dada a particular importância de que se reveste a sua colaboração para a Região Administrativa Especial de Macau (RAEM).

Considerando, no entanto, que as funções a exercer na RAEM não são de carácter militar, mas dado que são de interesse nacional e se enquadram no âmbito da política seguida por Portugal no sentido de assegurar a normalidade da transição da Administração Pública de Macau, entendeu-se como adequado permitir que a este pessoal o tempo de serviço prestado na RAEM no exercício de funções públicas ou de interesse público seja contado para todos os efeitos legais como estando na efectividade de serviço, ficando aquele pessoal, no mais, sujeito ao regime do seu Estatuto.

Acresce referir que, nos termos da alínea *i*) do artigo 93.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, aos militares podem ser concedidas licenças de natureza específica estabelecidas em legislação especial.

Assim:

No desenvolvimento do regime jurídico estabelecido pela Lei n.º 11/89, de 1 de Junho, e nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta, para valer como lei geral da República, o seguinte:

Artigo 1.º

Definição e âmbito

1 — A licença especial para o exercício de funções na Região Administrativa Especial de Macau (RAEM) pode ser concedida aos militares do quadro permanente das Forças Armadas no

activo ou na reserva, na situação de efectividade de serviço, que a requeiram, por um período de duração não superior a dois anos, renovável até ao máximo de três anos.

2 — A licença especial visa possibilitar o exercício de funções públicas ou de interesse público na RAEM.

Artigo 2.º

Efeitos da licença especial

1 — No período de duração da licença especial, o militar no activo passa à situação de adido ao quadro a que pertence.

2 — A licença especial implica a perda total de remuneração, contando-se, porém, para todos os efeitos legais, como tempo de serviço efectivo o tempo da sua duração e efectivando-se os descontos a que haja lugar com base na remuneração do posto e escalão detidos.

3 — O militar abrangido pelo presente diploma mantém todas as regalias e benefícios, designadamente os benefícios de assistência médica, medicamentosa e hospitalar e apoio social, conferidos pelo Estatuto dos Militares das Forças Armadas ou previstos em lei especial, mediante a efectivação dos correspondentes descontos nos termos previstos no número anterior.

4 — Os militares no activo mantêm também o direito à promoção nos termos da legislação aplicável.

Artigo 3.º

Requerimento da licença especial

1 — A concessão da licença especial é requerida ao chefe do estado-maior do respectivo ramo, devendo o militar fundamentar o pedido e indicar a duração da licença pretendida.

2 — Caso a licença especial venha a ser concedida, o militar dispõe de um prazo de 30 dias a contar do início daquela para fazer prova do exercício de funções públicas ou de interesse público na RAEM, sob pena de caducidade.

Artigo 4.º

Cancelamento da licença especial

A licença especial pode ser cancelada pelo chefe do estado-maior do respectivo ramo, a todo o momento, por imperiosa necessidade de serviço ou por outros motivos excepcionais.

Artigo 5.º

Regresso às Forças Armadas

1 — O regresso do militar às Forças Armadas, ainda que em data anterior à do termo da licença especial, depende de requerimento dirigido ao chefe do estado-maior do respectivo ramo, até 60 dias antes da cessação de funções na RAEM.

2 — Deferido o requerimento referido no número anterior, o militar apresenta-se no estado-maior do respectivo ramo nos 30 dias subsequentes ao da cessação de funções.

Artigo 6.º

Regime supletivo

Em tudo o que não se encontrar especialmente previsto no presente diploma aplica-se, com as necessárias adaptações, o regime previsto no Estatuto dos Militares das Forças Armadas.

Artigo 7.º

Produção de efeitos

As licenças concedidas ao abrigo do presente diploma aos militares que em de 20 de Dezembro

de 1999 exerciam funções públicas ou de interesse público na RAEM produzem efeitos a partir daquela data.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 24 de Fevereiro de 2000. — *António Manuel de Oliveira Guterres* — *Joaquim Augusto Nunes Pina Moura* — *Júlio de Lemos de Castro Caldas*.

Promulgado em 23 de Março de 2000.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 30 de Março de 2000.

O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres*.

Ministério da Saúde

Decreto-Lei n.º 52/2000

de 7 de Abril

O sistema de saúde português necessita, para ser mais eficaz e eficiente, de conhecer toda a população e as suas características.

A identificação dos utilizadores do Serviço Nacional de Saúde foi instituída pelo Decreto-Lei n.º 198/95, de 29 de Julho.

De facto, o conhecimento inequívoco de cada utente no sistema, a referenciação com identificação única inter e intra-estabelecimentos de saúde, a medição de frequência de utilização e o acesso a diferente tipologia de serviços de saúde potenciam uma melhor prestação de cuidados de saúde, para além de constituírem uma mais-valia global em termos de planeamento e estatística da saúde.

Urge, por isso, promover a generalização do uso do cartão de utente no sistema de saúde.

Esclarece-se que a não exibição do cartão não pode em circunstância alguma pôr em causa o direito à protecção na saúde constitucionalmente garantido, evitando que o problema burocrático ou administrativo da identificação do utente do Serviço Nacional de Saúde impeça a realização das prestações de saúde.

Todavia, torna-se necessário associar consequências à não identificação do cartão e que assentam no pressuposto que o utente não identificado não é beneficiário do Serviço Nacional de Saúde, associando o ónus do pagamento directo do utente pelos encargos decorrentes de cuidados de saúde, quando não se apresente devidamente identificado nas instituições e serviços prestadores ou não indique terceiro, legal ou contratualmente responsável. Esta responsabilização prática das instituições e serviços integrados no Serviço Nacional de Saúde fica agora mitigada pela possibilidade de o utente se eximir da responsabilidade pelos cuidados de saúde prestados requerendo o respectivo documento de identificação.

Assim:

Nos termos da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo único

O artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 198/95, de 29 de Julho, passa ter a seguinte redacção:

«Artigo 2.º

1 — O cartão de identificação do utente deve ser apresentado sempre que os utentes utilizem os serviços das instituições e serviços integrados no Serviço Nacional de Saúde ou com ele convencionado.

2 — A não identificação dos utentes nos termos do número anterior não pode, em caso algum, determinar a recusa de prestações de saúde.

3 — Aos utentes não é cobrada, com excepção das taxas moderadoras, quando devidas, qualquer importância relativa às prestações de saúde quando devidamente identificados nos termos deste diploma ou desde que façam prova, nos 10 dias seguintes à interpelação para pagamento dos encargos com os cuidados de saúde prestados, de que são titulares ou requereram a emissão do cartão de identificação de utente, do Serviço Nacional de Saúde.»

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 10 de Fevereiro de 2000. — *António Manuel de Oliveira Guterres* — *Maria Manuela de Brito Arcanjo Marques da Costa*.

Promulgado em 16 de Março de 2000.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 30 de Março de 2000.

O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres*.

II — PORTARIAS

Ministérios das Finanças e da Reforma do Estado e da Administração Pública

Portaria n.º 239/2000

de 29 de Abril

Procede à revisão anual das remunerações dos funcionários e agentes da administração central, local e regional, actualizando os índices 100 e as escalas salariais em vigor, bem como as tabelas de ajudas de custo, subsídios de refeição e de viagem e marcha e participações da ADSE.

De igual modo são actualizadas as pensões de aposentação e sobrevivência a cargo da Caixa Geral de Aposentações.

(DR n.º 100/2000, I série-B, de 29/4/00, pág.1757)

III — DESPACHOS

Chefe do Estado-Maior do Exército

Despacho n.º 7518/2000

de 13 de Março

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 50/93, de 26 de Fevereiro, conjugado com o n.º 1 do artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, delego no comandante da Região Militar do Norte, TGEN **Cipriano de Sousa Fernandes Alves**, a competência para, no âmbito dessa região militar:

- a) Decidir sobre pedidos de justificação de faltas à incorporação, nos termos do artigo 58.º do Regulamento da Lei do Serviço Militar, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 463/88, de 15 de Dezembro, excepto os fundados na alínea i) do artigo 28.º do mesmo Regulamento;

- b) Decidir sobre processos de amparo, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 14.º do Regulamento de Amparos, aprovado pela Portaria n.º 94/90, de 8 de Fevereiro;
- c) Autorizar deslocações em serviço no território do continente que dêem direito ao abono de ajudas de custo, ao abrigo do disposto na alínea b) do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 119/85, de 22 de Abril;
- d) Autorizar a concessão de credenciações nacionais nos graus de «secreto» e «confidencial», nos termos da alínea b) do n.º 2 do capítulo IV do SEGMIL 1, de 16 de Outubro de 1986.

2 — As competências referidas nas alíneas a) e b) do número anterior, e para autorizar a concessão de credenciações nacionais no grau de «confidencial», podem ser subdelegadas, no todo em parte, no 2.º comandante da Região e nos comandantes, directores ou chefes de unidades, estabelecimentos e órgãos, com a possibilidade de estes as subdelegarem nos 2.ºs comandantes, subdirectores ou subchefes.

3 — O presente despacho produz efeitos a partir de 11 de Fevereiro de 2000, ficando por este meio ratificados todos os actos entretanto praticados pelo comandante da Região Militar do Norte que se incluam no âmbito desta delegação de competências.

O Chefe do Estado-Maior do Exército, *António Eduardo Q. Martins Barrento*, general.

Subchefe do Estado-Maior do Exército

Despacho n.º 8200/2000

de 29 de Março

1 — Ao abrigo da autorização que me é conferida pelo n.º 2 do despacho n.º 2583/2000, de 11 de Janeiro, do Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército, subdelego no chefe da Repartição de Apoio Geral do Estado-Maior do Exército, COR INF (01312664) **António dos Santos Vieira**, a competência para autorizar despesas com locação e aquisição de bens e serviços, até 2000 contos, que me é conferida pela alínea a) do n.º 1 do artigo 17.º do referido diploma legal.

2 — Este despacho produz efeitos a partir de 25 de Outubro de 1999, ficando por este meio ratificados todos os actos praticados desde essa data pelo chefe da Repartição de Apoio Geral do Estado-Maior do Exército que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

O Subchefe do Estado-Maior do Exército, *Eduardo Alberto Madeira de Velasco Martins*, major-general.

Direcção dos Serviços de Intendência

Despacho n.º 7217/2000

de 14 de Setembro 1999

1 — Ao abrigo da autorização que me é conferida pelo despacho n.º 15 636/99, de 22 de Julho, do GEN CEME, subdelego no subdirector dos Serviços de Intendência, TCOR ADMIL (07337667) **Manuel Carlos de Almeida Guerra Cerdeira**, a competência para autorizar despesas com aquisição de bens e serviços até 5 000 000\$.

2 — Este despacho produz efeitos desde 30 de Agosto de 1999, ficando por este meio ratificados os actos entretanto praticados pelo subdirector dos Serviços de Intendência, TCOR ADMIL (07337667) **Manuel Carlos de Almeida Guerra Cerdeira**.

O Director, *Joaquim Miranda Ferreira*, major-general.

Comando da Zona Militar da Madeira

Despacho n.º 7251/2000 de 16 de Fevereiro

1 — Ao abrigo da autorização que me é conferida pelo n.º 3 do despacho n.º 178/2000, de 26 de Novembro, do general CEME, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 3, de 5 de Janeiro de 2000, subdelego no chefe do Estado-Maior do Comando e Quartel-General da Zona Militar da Madeira, COR INF (05053668) **Carlos Manuel Pimentel Rendo**, competência para autorizar despesas com aquisição de bens e serviços, com cumprimento de formalidades legais, até 1000 contos.

2 — Este despacho produz efeitos a partir de 25 de Outubro de 1999, ficando por este meio ratificados todos os actos entretanto praticados.

O Comandante, *Fernando Governo dos Santos Maia*, major-general.

Despacho n.º 7252/2000 de 16 de Fevereiro

1 — Ao abrigo da autorização que me é conferida pelo n.º 3 do despacho n.º 178/2000, de 26 de Novembro de 1999, do general CEME, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 3, de 5 de Janeiro de 2000, subdelego no comandante do Regimento de Guarnição n.º 3, COR INF (08850168) **Armando Fermeiro**, competência para autorizar despesas com aquisição de bens e serviços, com cumprimento de formalidades legais, até 1000 contos.

2 — Este despacho produz efeitos a partir de 25 de Outubro de 1999, ficando por este meio ratificados todos os actos entretanto praticados.

O Comandante, *Fernando Governo dos Santos Maia*, major-general.

Despacho n.º 7253/2000 de 16 de Fevereiro

1 — Ao abrigo da autorização que me é conferida pelo n.º 3 do despacho n.º 178/2000, de 26 de Novembro de 1999, do general CEME, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 3, de 5 de Janeiro de 2000, subdelego no chefe do Centro de Finanças do Comando da Zona Militar da Madeira, TCOR ADMIL (03070672) **Carlos Alberto Rodrigues de Sampaio**, competência para autorizar despesas com aquisição de bens e serviços, com cumprimento de formalidades legais, até 1000 contos.

2 — Este despacho produz efeitos a partir de 25 de Outubro de 1999, ficando por este meio ratificados todos os actos entretanto praticados.

O Comandante, *Fernando Governo dos Santos Maia*, major-general.

Comando das Tropas Aerotransportadas

Despacho n.º 7248/2000

de 16 de Fevereiro

1 — Ao abrigo da autorização que me é conferida pelo n.º 3 do despacho n.º 176/2000, de 26 de Novembro de 1999, do general CEME, publicado no *Diário da República*, 2.^a série, n.º 3, de 5 de Janeiro de 2000, subdelego no comandante da Área Militar de São Jacinto, TCOR INF PQ (01350270) **Fernando Pires Saraiva**, competência para autorizar despesas com empreitadas de obras públicas e aquisição de bens e serviços, com cumprimento de formalidades legais, até 1000 contos.

2 — Autorizo a subdelegação no 2.º comandante, se assim for entendido.

3 — Este despacho produz efeitos a partir de 10 de Janeiro de 2000, ficando por este meio ratificados todos os actos entretanto praticados.

O Comandante, *Manuel Bação da Costa Lemos*, major-general.

Despacho n.º 7249/2000

de 16 de Fevereiro

1 — Ao abrigo da autorização que me é conferida pelo n.º 3 do despacho n.º 176/2000, de 26 de Novembro de 1999, do general CEME, publicado no *Diário da República*, 2.^a série, n.º 3, de 5 de Janeiro de 2000, subdelego no chefe do Centro de Finanças/CTAT, TCOR ADMIL (12132974) **Camilo João Dias Pedro**, competência para autorizar despesas com empreitadas de obras públicas e aquisição de bens e serviços, com cumprimento de formalidades legais, até 1000 contos.

2 — Autorizo a subdelegação no subchefe, se assim for entendido.

3 — Este despacho produz efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2000, ficando por este meio ratificados todos os actos entretanto praticados.

O Comandante, *Manuel Bação da Costa Lemos*, major-general.

Despacho n.º 7250/2000

de 17 de Fevereiro

1 — Ao abrigo da autorização que me é conferida pelo n.º 2 do despacho n.º 3779/2000, de 10 de Janeiro, do major-general comandante do CTAT, publicado no *Diário da República*, 2.^a série, de 16 de Fevereiro de 2000, subdelego no comandante do BCS/CTAT, TCOR SG PQ (11753677) **Mário Alves Paulo Lucas**, competência para autorizar despesas com empreitadas de obras públicas e aquisição de bens e serviços, com cumprimento de formalidades legais, até 1000 contos.

2 — Este despacho produz efeitos a partir de 25 de Outubro de 1999, ficando por este meio ratificados todos os actos entretanto praticados.

O 2.º Comandante da Brigada Aerotransportada Independente, *António Manuel Oliveira Figueiredo*, coronel.

Escola Prática do Serviço de Transportes

Despacho n.º 7247/2000

de 17 de Fevereiro

1 — Ao abrigo da autorização que me é concedida pelo n.º 2 do despacho n.º 3250/2000, de 13 de Janeiro, do general comandante da RMN, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 34, de 10 de Fevereiro de 2000, subdelego no 2.º comandante da Escola Prática do Serviço de Transportes, TCOR INF (13383069) **António Rodrigues das Neves**, competência para autorizar despesas com empreitadas de obras públicas e aquisição de bens e serviços, com cumprimento de formalidades legais, até 2500 contos.

2 — Este despacho produz efeitos a partir de 25 de Outubro de 1999, ficando por este meio ratificados todos os actos entretanto praticados.

O Comandante, *Emanuel Paulo Gaspar Madeira*, coronel.

Regimento de Cavalaria n.º 4

Despacho n.º 7880/2000

de 2 de Março

1 — Ao abrigo da autorização que me é concedida pelo despacho n.º 4246/2000, do major-general comandante do Campo Militar de Santa Margarida, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 45, de 23 de Fevereiro de 2000, em conjugação com o n.º 3 do despacho n.º 175/2000, do general CEME (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 3, de 5 de Janeiro de 2000), subdelego no 2.º comandante do Regimento de Cavalaria n.º 4, TCOR CAV (60701771) **Manuel Eugénio Moreira de Carvalho Teles Grilo**, a competência para autorizar despesas com empreitadas de obras públicas, locação e aquisição de bens e serviços com cumprimento de formalidades legais até 1000 contos.

2 — Este despacho produz efeitos desde 25 de Outubro de 1999, ficando por este meio ratificados todos os actos entretanto praticados pelo 2.º comandante do Regimento de Cavalaria n.º 4 que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

O Comandante, *Luís Miguel de Negreiros Morais de Medeiros*, coronel.

IV — ACORDOS

Acordo entre o Serviço de Prevenção e Tratamento da Toxicodependência e a Assistência na Doença aos Militares do Exército

Acordo de Cooperação

Entre o Serviço de Prevenção e Tratamento da Toxicodependência, abaixo designado por SPTT, com sede na Avenida Columbano Bordalo Pinheiro, 87 — 4.º, 1070 – 062 Lisboa, representado pelo Presidente do Conselho de Administração, Dr. João Augusto Castel-Branco Goulão, e a Assistência na Doença aos Militares do Exército, abaixo designada por ADME, sita na Rua Rodrigo da Fonseca, n.º 180 — 2.º, 1099 – 033 Lisboa, representada pelo General Ajudante-General do

Exército, Tenente-General José Pedro da Cruz, é celebrado o presente acordo de cooperação, conforme com o n.º 7 do Despacho Conjunto n.º 994/99, de 18 de Novembro, da Presidência do Conselho de Ministros e dos Ministérios da Defesa Nacional e da Saúde, nos termos das cláusulas seguintes:

Cláusula I (Objecto)

O presente acordo tem por objecto definir os procedimentos que obrigam os outorgantes na cooperação para o tratamento de doentes toxicodependentes, beneficiários da ADME.

Cláusula II (Requisitos do financiamento)

O financiamento do tratamento em Centros de Dia ou Comunidades Terapêuticas e em Clínicas de Desabilitação fica condicionado a um termo de responsabilidade emitido pela Direcção Regional do SPTT competente, nos termos do número 7.º do Despacho Conjunto n.º 261-A/99, de 24 de Março, da Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Saúde.

Cláusula III (Admissão de beneficiários)

1. A admissão dos toxicodependentes beneficiários da ADME nas unidades privadas de saúde convencionadas processa-se de acordo com as normas constantes dos números seguintes.
2. Quando a admissão decorrer por proposta do Centro de Atendimento de Toxicodependentes (CAT) ou por proposta da Instituição procede-se de acordo com o disposto no Despacho Conjunto n.º 261-A/99, de 24 de Março, da Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Saúde.
3. A admissão de beneficiários nas unidades de tratamento convencionadas por iniciativa dos próprios, através da ADME, processa-se de acordo com as seguintes normas:
 - 3.1 A ADME substitui o Centro de Atendimento de Toxicodependentes (CAT), pelo que deve organizar o processo conforme se encontra previsto pelo SPTT, enviando à Instituição competente a “Declaração do Utente com carimbo” e a “Proposta de Admissão”.
 - 3.2 A Instituição e os serviços do SPTT actuam como se o processo de admissão, do beneficiário da ADME, tivesse sido organizado por um CAT.
4. A admissão ou saída, do beneficiário, da Instituição faz-se de acordo com as normas definidas pelo SPTT, devendo este enviar à ADME cópia das respectivas declarações.

Cláusula IV (Facturação e pagamento)

1. Os serviços centrais do SPTT remetem, mensalmente, à ADME a factura acompanhada pela lista nominativa dos doentes, identificados com o número de beneficiário.
2. Os serviços da ADME efectuem o pagamento aos serviços centrais do SPTT, no prazo de 30 dias a contar da data da recepção da factura, a qual se convencionou como sendo o terceiro dia seguinte à data dos correios, dos valores a comparticipar decorrentes dos tratamentos efectuados aos seus beneficiários.

Cláusula V
(Disposições finais)

1. Os documentos relacionados com os beneficiários da ADME devem ser remetidos às entidades competentes com referência ao presente acordo.
2. O primeiro e o segundo outorgantes poderão acordar as alterações que considerem convenientes para melhorar ou actualizar o presente acordo, as quais constarão de adendas que farão parte integrante do mesmo, uma vez subscritas por ambas as partes.
3. O presente acordo é válido por um ano e automaticamente renovável por iguais períodos, podendo ser denunciado, a qualquer momento, por qualquer das partes com pré-aviso de sessenta dias, ressalvando-se, neste caso, a continuidade dos doentes que ainda se encontrem em tratamento.
4. Para efeito do presente acordo, os documentos nele referidos, são os que constam em anexo.
5. O presente acordo entra imediatamente em vigor, após a sua assinatura por ambas as partes.

Feito em duplicado ficando um exemplar na posse de cada outorgante.

Lisboa, 25 de Fevereiro de 2000. — O Ajudante-General do Exército, *José Pedro da Cruz*, Tenente-General. — O Presidente do Conselho de Administração do Serviço de Prevenção e Tratamento da Toxicodependência, *João Augusto Castel-Branco Goulão*, Doutor.



Ministério da Defesa Nacional
Exército
Comando do Pessoal
Direcção de Apoio de Serviços de Pessoal
Repartição de Assistência na Doença aos Militares do Exército

DECLARAÇÃO DO UTENTE

Nome completo: _____

Filho de: _____

com o Bilhete de Identidade n.º _____, emitido pelo Arquivo de Identificação de _____, em ____/____/____, beneficiário da Assistência na Doença aos Militares do Exército (ADME), n.º _____, com o estado civil de _____, data de nascimento ____/____/____, natural de _____ e residente na _____

Código Postal: [][][][][]-[][][][][] _____

declara que concorda com a sua admissão na Instituição

conforme proposta do terapeuta (*Nome completo*)

de (especifique qual):

bem como com a divulgação do seu número de beneficiário para efeitos de facturação à ADME.

_____ de _____ de _____

O Doente

O Terapeuta ou o responsável da ADME

Έγγραφο

Instruções:

- Se proposto pela ADME, enviar para a Instituição, acompanhado pela Proposta de Admissão;
- Preencher obrigatoriamente os campos do Biliete de Identidade e do número de beneficiário da ADME;
- No caso de responsável pela ADME, carimbo deste subsistema de saúde.

PÁGINA EM BRANCO



Ministério da Defesa Nacional
Exército
Comando do Pessoal
Direcção de Apoio de Serviços de Pessoal
Repartição de Assistência na Doença aos Militares do Exército

PROPOSTA DE ADMISSÃO

1. Identificação do Terapeuta: *Psicólogo Clínico* ☐ *Psiquiatra* ☐ *Outro* ☐

Nome completo: _____

Psicoterapeuta inscrito na Sociedade de: _____

Local de acompanhamento: _____

Morada: _____

2. Identificação do Doente:

Nome completo: _____

Data de Nascimento: ____/____/____, Sexo _____

Morada: _____

Telefone: ____-____-____-____-____-____

2. História Clínica:

- a) *História toxicológica* (inclui álcool, tipos de tratamento efectuados, serviços a que recorreu e quando, etc.): _____

- b) *Estado físico e psíquico* (doenças crónicas, infecto-contagiosas, psiquiátricas, deficiências motoras, etc.): _____

PROPOSTA DE ADMISSÃO *(Continuação)*

Desde quando acompanha este caso: Ano Mês

Objectivos da Missão:

Comunidades que já frequentou. Qual?

Data de Entrada

Data de Saída

<hr/>	Ano <input type="text"/> <input type="text"/> Mês <input type="text"/> <input type="text"/>	Ano <input type="text"/> <input type="text"/> Mês <input type="text"/> <input type="text"/>
<hr/>	Ano <input type="text"/> <input type="text"/> Mês <input type="text"/> <input type="text"/>	Ano <input type="text"/> <input type="text"/> Mês <input type="text"/> <input type="text"/>
<hr/>	Ano <input type="text"/> <input type="text"/> Mês <input type="text"/> <input type="text"/>	Ano <input type="text"/> <input type="text"/> Mês <input type="text"/> <input type="text"/>
<hr/>	Ano <input type="text"/> <input type="text"/> Mês <input type="text"/> <input type="text"/>	Ano <input type="text"/> <input type="text"/> Mês <input type="text"/> <input type="text"/>
<hr/>	Ano <input type="text"/> <input type="text"/> Mês <input type="text"/> <input type="text"/>	Ano <input type="text"/> <input type="text"/> Mês <input type="text"/> <input type="text"/>

Instituição proposta:

Estabelecimento:

_____, ____ de _____ de _____

O Terapeuta

O Médico

Vinheta Médica

Instruções:

- a) Se proposto pela ADME enviar para a Instituição, acompanhado pela Declaração do Utente;
- b) Assinatura Médica e respectiva Vinheta sempre obrigatória.

V — PROTOCOLOS

Protocolo entre a Região Militar do Sul, a Câmara Municipal de Fronteira e os Proprietários da Herdade do Monte dos Atoleiros

Sobre a utilização e beneficiação do espaço envolvente do monumento evocativo da Batalha dos Atoleiros no município de Fronteira.

Convindo assegurar as condições de preservação do monumento erigido em 06ABR79 em memória da Batalha dos Atoleiros, tendo em vista enriquecer o património histórico-cultural do município de Fronteira, a Região Militar do Sul, a Câmara Municipal de Fronteira e os proprietários da herdade do Monte dos Atoleiros celebram o presente protocolo através do qual acordam:

1. Beneficiar o espaço envolvente do monumento alusivo à Batalha de Atoleiros, situado na herdade do Monte dos Atoleiros, de acordo com o projecto elaborado pela Secção de Infra-estruturas Militares da Região Militar do Sul, e que constitui anexo ao presente protocolo;
2. A obra de beneficiação, de valor orçado em 4 500 000\$00 (quatro milhões e quinhentos mil escudos), será suportada pela Região Militar do Sul e Câmara Municipal de Fronteira;
3. A Câmara Municipal de Fronteira disponibilizará os meios humanos e materiais necessários à execução de dois terços da obra, no valor de 3 000 000\$00 (três milhões de escudos);
4. A Região Militar do Sul contribuirá com a terça parte do valor da obra a executar, no montante de 1 500 000\$00 (um milhão e quinhentos mil escudos);
5. A contribuição da Região Militar do Sul destina-se a comprar serviços e materiais para a execução da obra; será paga pelo Quartel-General da Região Militar do Sul contra entrega de guia de receita emitida pela Câmara Municipal de Fronteira acompanhada de fotocópia das facturas referentes aos trabalhos executados a materiais adquiridos;
6. A Câmara Municipal de Fronteira coordenará a execução da obra e compromete-se a tê-la concluída até 30 de Março de 2000;
7. A Câmara Municipal de Fronteira a os proprietários da herdade do Monte dos Atoleiros obrigam-se a efectuar a manutenção da obra executada de modo a garantir-lhe a dignidade que a presente apropriação lhe pretende conferir;
8. Os proprietários da herdade do Monte dos Atoleiros disponibilizarão o espaço envolvente do monumento para a realização, em seis de Abril de cada ano, de cerimónia evocativa da Batalha de Atoleiros.

O presente protocolo entra em vigor na data da sua assinatura.

Fronteira, 16 de Março de 2000. — Pela Região Militar do Sul, *José Manuel Silva da Graça Monteiro*. Tenente-Coronel. — Pela Câmara Municipal de Fronteira, *Pedro Namorado Lancha*, Doutor. — Pelos Proprietários da Herdade do Monte dos Atoleiros, *José Domingos dos Santos Fiel*.

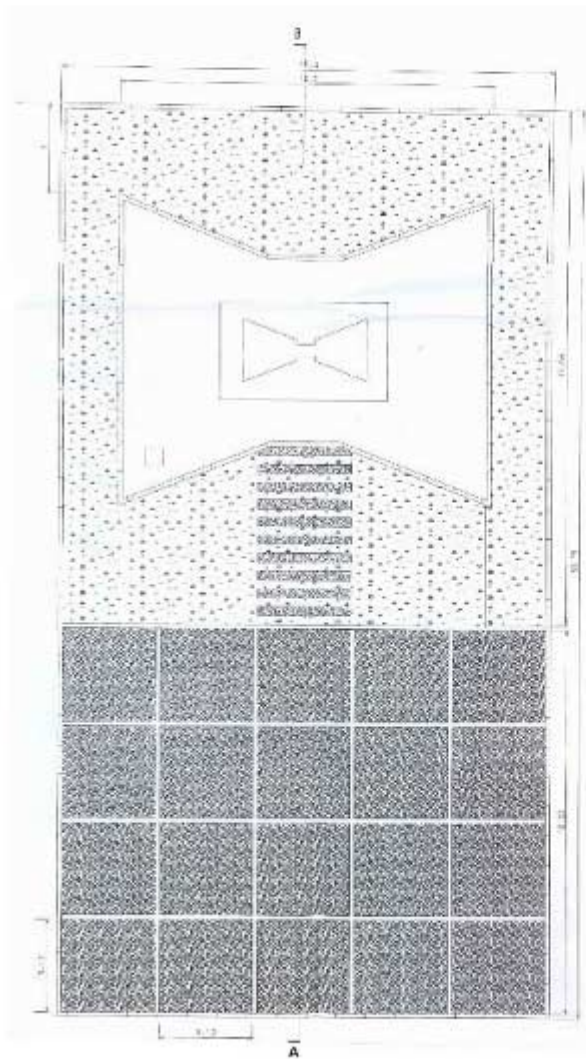
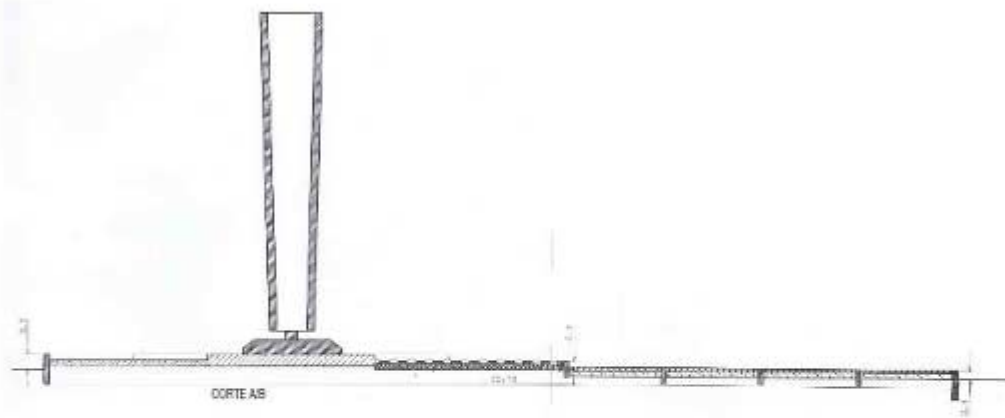
ANEXO

Apropriação do espaço envolvente do monumento evocativo da Batalha dos Atoleiros

Memória Descritiva

1. O estudo elaborado para a apropriação do espaço em apreço propõe o envolvimento do monumento existente por área relvada, circundada por murete de betão, com as dimensões aproximadas de 17,50m por 16,50m.
2. Em espaço rectangular, adjacente e frontal ao monumento, propõe-se a execução de um pavimento em cubos de granito, igualmente circundado por um murete de betão.
3. Este espaço rectangular encontra-se interiormente dividido em alvéolos quadrados, com a dimensão de 3,12m por 3,12m, cujo interior é então preenchido pelos cubos de granito.
4. A separação destes alvéolos é executada em murete de betão de menor espessura.
5. O acesso ao monumento, atravessando a área ajardinada é conseguido através de passadeiras em granito colocadas entre a base do monumento e o espaço pavimentado contíguo conforme explicita a planta anexa.

O Chefe da SIEM/RMS, *José Manuel Silva da Graça Monteiro*, tenente-coronel.



MONTAGEM

ACABAMENTOS	
Atenção: Verificar o estado de conservação das peças e a qualidade dos materiais utilizados.	
MONUMENTO À BATALHA DOS ATOLEIROS	
MONUMENTO À BATALHA DOS ATOLEIROS	
PROPOSTA DE ARRANJOS EXTERIORES	
PLANTA E CORTE	
CIEE/DOE	
Data: 10/05/2023	
Assinatura: [Assinatura]	
Carimbo: [Carimbo]	

PÁGINA EM BRANCO

**Protocolo de acordo de transportes por via aérea
entre o EME e a Sata International**

O Estado Maior do Exército representado neste acto pelo Chefe dos Serviços de Transportes do Exército Coronel de Infantaria José António Ribeiro da Silva que, para o efeito, outorga no âmbito da competência que lhe foi delegada e a SATA INTERNATIONAL representada pelo

Director Geral Comercial Luís Filipe Soares Borges da Silveira no objectivo de assegurarem e desenvolverem colaboração e coordenação mútuas que melhor permitam servir e concretizar interesses recíprocos, acordam entre si o seguinte:

1. O EME, para satisfação das suas necessidades de transporte por via aérea para e da Zona Militar dos Açores (Ponta Delgada), compromete-se a utilizar prioritariamente e com a maior amplitude possível os serviços da SATA INTERNATIONAL.
2. A Chefia dos Serviços de Transportes/EME e o Comando da Zona Militar dos Açores para o efeito competente passarão a emitir requisições para todos os transportes aéreos do seu pessoal, material e encomendas, as quais deverão ser apresentadas nos escritórios da SATA INTERNATIONAL, localizados no Continente ou nos Açores e que servirão de base à emissão do correspondente título de transportes.
3. É da competência do Exército a elegibilidade dos utentes a quem é concedido o transporte (militares, funcionários civis e respectivos familiares).
4. A SATA INTERNATIONAL procederá à emissão dos bilhetes de acordo com o percurso, a classe e as reservas a que a requisição respeite, aplicando as tarifas correspondentes, bem como a regulamentação legal em vigor.
5. Em princípio, deverão ser privilegiados os voos da SATA INTERNATIONAL na execução dos transportes admitindo-se contudo que quando tal for solicitado ou necessário por conveniência de ligações e/ou de horários, se recorra à utilização de outras empresas transportadoras o que será concretizado através da orientação a definir, em cada caso, pela SATA INTERNATIONAL.
6. As tarifas a aplicar às requisições de transporte emitidas pelo EME, nos termos referidos no n.º 4 deste Protocolo serão deduzidas de uma percentagem de 7 % nas facturas a apresentar à ChST/EME. Esta redução não abrange as taxas aplicáveis.
7. O Exército como contrapartida à aplicabilidade deste tipo de tarifas e durante o período de vigência do presente Protocolo, compromete-se a conceder as seguintes facilidades publicitárias à SATA INTERNATIONAL ou a empresas suas associadas:
 - a) Disponibilizar meia página de publicidade em cada edição do Jornal do Exército, a utilizar de acordo com preços a negociar com a Direcção do referido Jornal;
 - b) Permitir a apensação de um panfleto publicitário nos Boletins de Vencimentos do seu pessoal militar e civil;
 - c) Afixar posters e outro material publicitário em local adequado das unidades do Exército.
8. Contra a emissão de documentos pela SATA INTERNATIONAL será sempre apresentada uma requisição governamental “GR” como forma de pagamento, abrangendo esta qualquer deslocação oficial.
9. Para deslocações não oficiais a nível de militares e civis dos quadros do Exército e seus familiares mantêm-se como forma de pagamento a requisição governamental “GR” mas nesta constará “vendas a dinheiro”.
10. Para este efeito o conceito de familiares é o definido no n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 430/86, de 30 de Dezembro (RETAFA).

11. Consideram-se requisições individuais até 15 PAX. A partir deste número aplicar-se-á uma redução adicional de 3 %, sem prejuízo do desconto referido no n.º 6 deste Protocolo, caso a classe tarifária aplicável seja a de excursão ou superior.
12. Ao total da facturação será deduzido o desconto de 7 % ou 10 % acrescido sempre do valor das taxas governamentais, consoante se trate de passageiros individuais ou em grupo, cujo pagamento do mês transacto, caso as facturas entrem na ChST até ao dia 10 do mês seguinte, se verificará até ao dia 15 do mês subsequente.
13. Em caso de não utilização de qualquer bilhete emitido pela SATA INTERNATIONAL por motivo de cancelamento de uma viagem por parte do Exército este será ressarcido, sempre que seja tarifa normal e o facto comunicado à SATA INTERNATIONAL antes do início da viagem. Em tarifas especiais o Exército é ressarcido no todo ou em parte caso haja custos de manutenção.
14. O presente Protocolo produzirá efeitos a partir da data sua assinatura sendo denunciável a todo o tempo por qualquer das entidades intervenientes na sua celebração, mediante aviso prévio de 30 dias.

Lisboa, 30 de Março de 2000. — Pelo Estado-Maior do Exército, *José António Ribeiro da Silva*, Coronel. — Pela SATA INTERNACIONAL, *Luís Filipe Soares Borges da Silveira*, Director Geral Comercial.

VI — RECTIFICAÇÕES

Declaração de Rectificação n.º 5-H/2000

Para os devidos efeitos se declara que o Decreto-Lei n.º 28/2000, publicado no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 61, de 13 de Março de 2000, cujo original se encontra arquivado nesta Secretaria-Geral, saiu com a seguinte inexactidão, que assim se rectifica:

No sumário e no artigo 1.º, n.º 3, onde se lê «nos termos do Decreto-Lei n.º 244/92, de 29 de Dezembro,» deve ler-se «nos termos do Decreto-Lei n.º 244/92, de 29 de Outubro,».

Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, 31 de Março de 2000. — O Secretário-Geral, *Alexandre Figueiredo*.

O Chefe do Estado-Maior do Exército

António Eduardo Queiroz Martins Barrento, general.

Está conforme:

O Ajudante-General do Exército

José Pedro da Cruz, tenente-general.



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

SECÇÃO DA OE/DAMP
ESTÁ CONFORME
O ORIGINAL

ORDEM DO EXÉRCITO

1.^a SÉRIE

N.º 4 / SUPLEMENTO DE 30 DE ABRIL DE 2000

S U P L E M E N T O

S U M Á R I O

Chefe do Estado-Maior do Exército

Despacho de 3Fev86:

Aprova e põe em execução o Regulamento Geral
do Serviço nas Unidades do Exército 126(2)

I — DESPACHOS

Estado-Maior do Exército

Despacho de 3 de Fevereiro de 1986

1. Aprovo, para utilização no Exército, o Regulamento Geral do Serviço nas Unidades do Exército (RGSUE).
2. O RGSUE é uma publicação não classificada.
3. É permitido copiar ou fazer extractos desta publicação, sem autorização da entidade promulgadora.
4. O RGSUE entra imediatamente em vigor e substitui o Regulamento Geral do Serviço do Exército (RGSE) de 1914 e a II Parte do RGSE de 1980.

O Chefe do Estado-Maior do Exército, *Jorge da Costa Salazar Braga*, general

NOTA PRÉVIA

1. O modelo do Regulamento Geral do Serviço do Exército de 1914, ainda em vigor, surgiu numa época histórica em que era possível coordenar com grande facilidade e fazer aprovar em conjunto e, também, com relativa facilidade todos os assuntos diversificados que integravam o denominado «Serviço do Exército».

2. Com o decurso dos anos, a evolução do Exército e a sua dinâmica impuseram que alguns dos assuntos, por extravasarem o âmbito de um tal tipo de regulamento, fossem ou viessem a ser objecto de diplomas autónomos.

3. Verificou-se, por outro lado, que outros assuntos do Regulamento Geral do Serviço do Exército se encontravam prejudicados por força da entrada em vigor da Lei n.º 29/82 de 11 de Dezembro (Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas).

4. Verificou-se, ainda, que o Decreto n.º 49/80, de 22 de Julho, e o Dec.-Lei n.º 518/80, de 5 de Novembro, que, respectivamente, aprovou e pôs em execução a II Parte do RGSE (revista), constituíram um sério obstáculo à implementação dos órgãos de gestão financeira das Unidades e Estabelecimentos Militares previstos pelo Decreto-Lei n.º 524/77, de 21 de Dezembro, pelo que foram revogados pelo Dec.-Lei n.º 251/85, de 15 de Julho.

5. Deste modo, o Regulamento Geral do Serviço do Exército, esvasiado da maior parte do seu conteúdo, deixa de ter razão de ser.

6. Assim, em sua substituição, publica-se agora o Regulamento Geral do Serviço nas Unidades do Exército (RGSUE), constituído por três partes:

- 1.ª Parte — Serviço Interno e de Guarnição.
- 2.ª Parte — Secretarias e Arquivos.
- 3.ª Parte — Bandas de Música, Fanfarras e Orquestra Ligeira do Exército.

7. O presente regulamento aplica-se directamente às unidades independentes tipo Regimento. O que nele se refere relativamente a batalhão é extensivo ao grupo e o que se refere a companhia é extensivo a esquadrão ou bateria.

Aos estabelecimentos e outros órgãos militares é aplicado este regulamento de acordo com a respectiva equivalência aos escalões de comando, tal como é referido no n.º 4 do Art 3.º da 1.ª PARTE.

1.ª PARTE**SERVIÇO INTERNO DAS UNIDADES
E DE GUARNIÇÃO****CAPÍTULO I
GENERALIDADES****Artigo 1.º****Introdução**

1. Com o RGSUE — 1.ª PARTE — SERVIÇO INTERNO E DE GUARNIÇÃO, pretende-se alcançar os seguintes objectivos:

Contribuir para a formação castrense de todo o pessoal, especialmente no que se refere à criação de hábitos de disciplina e gosto pelas responsabilidades;
Fazer dos quartéis escolas de formação cívica proporcionando a todo o pessoal convivência em ambiente de prática das virtudes militares;
Contribuir para a obtenção da proficiência para o combate sobretudo no que se refere à execução de tarefas com coerência, método e simplicidade, espírito de missão e espírito de corpo.

2. Para atingir tais objectivos foram estabelecidos como conceitos gerais orientadores das normas a prescrever os seguintes:

- a. O serviço interno nas unidades é contínuo mas tem dois tipos diferentes de desenvolvimento: num a *actividade é plena*, decorre durante os períodos de expediente normal e empenha no serviço orgânico o pessoal próprio de cada órgão e no serviço de carácter geral o pessoal de nomeação diária; no outro, a *actividade é reduzida*, decorre fora dos períodos de expediente normal e é desenvolvido pelo pessoal de nomeação diária; A transição de um período para o outro deve ser bem definida para demarcar claramente a transferência de responsabilidades;
- b. Cada escala de serviço é constituída por pessoal qualificado para este serviço; em princípio, cada graduado está apenas inscrito numa escala;
- c. Todos os militares têm ocupação permanente no período de actividade normal;
- d. As subunidades têm vida própria como tais e o enquadramento e formação serão mantidos em todas as actividades;

- e. As ordens devem ser dadas em termos de missão a cumprir, através da cadeia normal de comando e de modo que seja marcado o grau de empenhamento de cada escalão;
- f. Em todos os actos se deve procurar robustecer a coesão e o espírito de corpo das subunidades orgânicas;
- g. Em todas as circunstâncias se deve procurar a defesa dos interesses da Fazenda Nacional com vista a, para além do mais, fomentar no espírito do pessoal do serviço militar obrigatório o respeito pelas coisas públicas e o hábito de participar na valorização da economia nacional;
- h. O serviço em si deve contribuir para a obtenção da disciplina, respeitar a ética militar e cultivar as tradições das unidades e do Exército.

Artigo 2.º

Princípios gerais de comando

1. Os princípios gerais de comando definem os conceitos que devem basear as normas para alcançar a disciplina, estimular a iniciativa, exigir responsabilidades, zelar pelos subordinados e formular a orientação geral que visa atingir os objectivos do serviço militar.

2. A disciplina deve encaminhar todas as vontades para o fim comum e fazê-las obedecer ao menor impulso do comando; coordenando os esforços de cada um, assegura às unidades a sua principal força e a sua melhor garantia de bom êxito.

Manifesta-se pela subordinação de posto para posto, pelo respeito para com os superiores hierárquicos, pela obediência constante e imediata às suas ordens, pela vontade sincera e manifesta de se alcançar o fim que se deseja e pela consciente aceitação dos princípios enunciados nos regulamentos que pautam a actividade militar.

3. A iniciativa deve ser desenvolvida em todos os graus hierárquicos; em campanha, inspira aos chefes actos decisivos; mantém os subordinados constantemente em condições de pôr em prática as intenções do comando e faz com que se empenhem todas as faculdades na procura e emprego dos meios mais eficazes para atingir o fim em vista. A iniciativa tem assim uma forte relação com o espírito de missão, de que não pode dispensar-se todo aquele que se vincula ao serviço militar, sobretudo se desempenha funções de comando, seja de que escalão for.

4. A responsabilidade é consequência da iniciativa; todo aquele que comanda tem o dever de a reivindicar para as suas decisões e para os seus actos; deve dar ordens de forma que, depois de executadas, as responsabilidades fiquem sempre claramente definidas e exigir a aplicação deste conceito a todos os escalões subordinados. Para exercer cabalmente funções de comando, o militar não pode deixar de cultivar o gosto da responsabilidade.

5. Aos superiores cumpre instruir e exercitar os subordinados no conhecimento da legislação em vigor, na sua valorização profissional e na preocupação permanente do zelo pelos valores do património nacional, especialmente daqueles que estiverem ao seu cuidado ou cuja utilização e emprego lhes sejam confiados.

O superior, qualquer que seja o seu posto, tem por dever cuidar dos interesses dos seus subordinados, tratá-los com humanidade, ajudá-los com os seus conselhos e ter para eles todas as atenções, não esquecendo que todos se acham solidariamente ligados para o desempenho de uma missão comum. A aplicação deste conceito com inteireza de carácter, em plena disponibilidade de servir os outros, é o factor mais válido na construção do espírito de corpo porque desenvolve o sentimento de camaradagem que é indispensável para a reunião de esforços.

6. Para além do que estiver regulamentado ou determinado em diplomas oficiais, os comandos dos vários escalões têm sempre necessidade de difundir ordens e formular directivas para a coordenação das várias actividades por que são responsáveis.

Ao fazê-lo, devem manter em vista o objectivo do serviço militar que consiste fundamentalmente na procura da proficiência dos meios de que a unidade dispõe, não só os materiais, mas especialmente os humanos.

Artigo 3.º

Escalões de Comando

1. Consideram-se nas unidades do Exército, para efeitos de serviço interno, três escalões principais de comando: regimento, batalhão e companhia.

As prescrições deste regulamento que dizem respeito ao batalhão têm aplicação ao grupo e as relativas à companhia, ao esquadrão e bateria.

2. O regimento é a unidade territorial por excelência, pela sua coerente composição em instalações, pessoal e material que lhe permitem localizar a convergência de esforços da instrução, do enquadramento e do espírito de corpo, com vista ao objectivo de preparar subunidades para o combate.

3. O comandante de regimento, o comandante de batalhão e o comandante de companhia são os primeiros responsáveis pela disciplina, educação, instrução militar, administração e serviço dos militares da unidade que comandam.

Têm por missão a preparação para a guerra e o bom funcionamento do serviço das suas unidades e, para o efeito, a máxima autoridade sobre os seus subordinados e a máxima responsabilidade para com os seus chefes directos.

Fazem desempenhar pelos subordinados as funções que lhes são atribuídas pelas leis e regulamentos, tomando as medidas que julgarem necessárias para o cabal desempenho daquelas funções pelas quais são responsáveis. Compete-lhes, segundo as circunstâncias, dar as ordens gerais necessárias tendentes à boa execução do serviço na unidade que comandam, tendo em vista que aquelas ordens nunca sejam contrárias aos preceitos regulamentares nem entrem a iniciativa dos chefes sob cujas ordens sirvam nem a dos seus subordinados.

4. Aos estabelecimentos militares e outros órgãos do Exército é aplicável o prescrito neste Regulamento, de acordo com a equivalência que lhes for atribuída em relação aos escalões de comando referidos no n.º 1.

Artigo 4.º

Regras para a organização do serviço

1. As ordens e prescrições relativas ao serviço são sempre transmitidas através da cadeia de comando, sem quebras de continuidade nem interferências na área de atribuições dos escalões subordinados. Essas ordens são traduzidas em missões às subunidades organicamente constituídas, empenhando no seu cumprimento a respectiva cadeia de comando.

2. É da responsabilidade do comando, em todos os escalões, a judiciosa aplicação de todo o pessoal que lhe está directamente subordinado, de modo que todos tenham uma ocupação diária bem definida e que o esforço, em situação de normalidade, seja equitativo e equilibrado.

3. O serviço militar desenvolve-se em cumprimento de missões; não é burocrático nem condicionado por limitações de horário de trabalho. As prescrições de horário que os comandos estabelecem têm em vista a coordenação de esforços e o melhor processo do cabal cumprimento da missão.

Com tal procedimento pretende-se que os militares obtenham, no serviço de tempo de paz, a noção da missão a cumprir que em tempo de guerra é determinante.

4. Os comandos fazem publicar normas de execução permanente (NEP) que detalhem, quando necessário, as determinações regulamentares e as ajustem à sua unidade.

CAPÍTULO II
DEVERES E ATRIBUIÇÕES INERENTES ÀS FUNÇÕES
DE SERVIÇO INTERNO

Artigo 5.º

Do comandante de regimento

1. O comandante de regimento exerce a sua autoridade sobre todos os serviços e actividades do regimento.

Tendo por objectivo principal a preparação moral, física e técnica da sua unidade para as missões de combate, assegura igualmente o cumprimento das missões de tempo de paz.

A responsabilidade do comandante requer uma autoridade indiscutível, autoridade essa que ele deve exercer plenamente, com a firmeza indispensável à conduta de uma comunidade militar, sem embargo de procurar constantemente a adesão e a participação activa dos seus subordinados. Pode delegar actividades, mas nunca responsabilidades.

Assim, em casos especiais e pontuais, o comandante pode deixar de observar temporariamente as regras prescritas neste Regulamento, devendo, no entanto, dar imediato conhecimento superior da decisão tomada e respectiva justificação.

2. O comandante tem as atribuições e os deveres gerais que a seguir se especificam, além de outros que lhe sejam conferidos por este e outros regulamentos:

- a. Garantir a disciplina, pela qual é responsável;
- b. Promover a organização do serviço de segurança do aquartelamento;
- c. Superintender na administração do regimento;
- d. Preparar os seus subordinados em conformidade com a missão que é atribuída à unidade, procurando conservar-lhes sempre vivos os sentimentos de honra e do dever e desenvolver entre eles o espírito de corpo;
- e. Desenvolver a iniciativa dos subordinados, exigindo que todos conheçam as suas funções, de forma a assegurar a sua execução de uma maneira rápida, metódica e eficiente;
- f. Assegurar a perfeita utilização e conservação do material distribuído à unidade;
- g. Determinar que sejam elaboradas as ordens e instruções que julgar necessárias para a boa execução das várias actividades da unidade;
- h. Tomar as medidas convenientes com vista à obtenção do bom nível do moral e bem-estar do pessoal;
- i. Empregar meios necessários no sentido de conservar a saúde do pessoal e a higiene do aquartelamento, ouvido o médico da unidade; em caso de acidente pessoal grave ou hospitalização, mandar dar conhecimento do facto à respectiva família;
- j. Fazer uma divisão judiciosa das diferentes dependências do aquartelamento;
- l. Fiscalizar todas as actividades do regimento, através de inspecções e de revistas que passará e, ainda, do exame dos relatórios ou participações;
- m. Prestar as informações individuais sobre todo o pessoal de acordo com as determinações em vigor;
- n. Promover e nomear as praças da unidade em harmonia com a organização vigente e segundo as regras estabelecidas nos respectivos regulamentos;
- o. Colocar nas subunidades e transferir de umas para as outras o pessoal da unidade;
- p. Zelar pela correcta aplicação do estatuto do pessoal civil em serviço na unidade;
- q. Assegurar-se do bom tratamento, higiene e alimentação dos animais presentes no regimento, formulando, ouvido o veterinário, as instruções relativas a estes serviços;
- r. Resolver todos os assuntos que lhe forem submetidos a despacho; atender, em conformidade com os regulamentos, as reclamações que lhe forem apresentadas nos termos legais; resolver, como julgar conveniente, todos os pedidos de licença que lhe forem

apresentados e sejam da sua competência; assinar a correspondência do regimento; mandar passar, sempre que lhe sejam solicitados, os certificados do que constar dos livros e documentos do arquivo, quando não haja inconveniente.

3. O comandante, sempre que o ache conveniente, promove reuniões de comando para estudar problemas ou marcar orientações.

4. O comandante continua a exercer todas as suas atribuições e deveres de comando sobre os batalhões, companhias ou quaisquer outras forças que permanente ou temporariamente se separem da sede da unidade, salvo os casos que indiquem taxativamente a sua subordinação a outros comandos.

5. A autoridade do comandante deve fazer-se sentir mais por uma impulsão reguladora do que propriamente pela acção directa; deve ser o recurso e o apoio de todo o pessoal da sua unidade.

6. Todo o oficial que desempenhe funções de comando de unidade independente ou isolada tem, na parte aplicável, as atribuições e deveres estabelecidos neste artigo para o comandante de regimento.

Artigo 6.º

Do 2.º comandante de regimento

1. O 2.º comandante de regimento é o oficial que secunda o comandante em todos os actos de serviço.

Por tal motivo deve estar sempre apto a assegurar a continuidade do comando, mantendo-se devidamente informado acerca dos objectivos fixados pelo comandante para cumprimento de todas as missões que competirem à unidade.

2. O 2.º comandante tem as atribuições e deveres gerais que a seguir se especificam, além de outros que lhe sejam conferidos por este ou outros regulamentos:

- a. Coadjuvar o comandante no exercício das suas funções e substituí-lo nos seus impedimentos legais;
- b. Chefiar o estado-maior da unidade;
- c. Propor ao comandante as medidas que julgar necessárias para o bom funcionamento das diferentes actividades da unidade;
- d. Transmitir aos escalões subordinados as instruções e ordens que receber do comandante, pormenorizando-as, se necessário;
- e. Dar conhecimento ao comandante das providências tomadas por iniciativa própria;
- f. Por delegação do comandante, ler a correspondência entrada, verificar a sua correcta distribuição pelos órgãos que devem accioná-la e dar as instruções necessárias para o seu conveniente tratamento, dando imediato conhecimento àquele do que for importante ou careça da sua prévia decisão.

Artigo 7.º

Do comandante de batalhão

1. O comandante de batalhão tem, para com o batalhão que comanda, missão idêntica à do comandante de regimento. Continuador das intenções deste, cumprindo e fazendo cumprir as suas ordens, proporciona aos comandantes de companhia a mais ampla iniciativa relativamente a todas as actividades da sua competência.

2. Ao comandante de batalhão, além das atribuições que lhe são conferidas por este e outros regulamentos, compete:

- a. Garantir a disciplina na unidade que comanda, pela qual é responsável, e fiscalizar como os comandantes de companhia a mantêm nas suas unidades;

- b. Superintender na educação militar das praças do seu batalhão, dando aos comandantes de companhia as indicações necessárias, de forma que seja orientada num sentido prático;
- c. Superintender em toda a actividade de instrução do seu batalhão, em harmonia com as instruções do comando e prescrições regulamentares;
- d. Fiscalizar a escrituração das companhias e verificar o estado de pagamento individual, de acordo com o que estiver estabelecido;
- e. Passar frequentes revistas ao material distribuído às companhias do seu batalhão para se assegurar da sua correcta utilização e conservação;
- f. Inspeccionar o fardamento e calçado distribuído às companhias, assegurando-se de que todos os artigos são os indicados no respectivo plano de uniformes e não consentindo a mais ligeira alteração;
- g. Manter uma judiciosa distribuição dos alojamentos e dependências destinados ao batalhão que comanda, inspeccionando-os amiudadas vezes e adoptando, de acordo com o comandante, as providências necessárias tendentes à sua boa conservação;
- h. Receber diariamente, de acordo com o horário estabelecido, os documentos das companhias para despacho e tomar conhecimento de todas as pretensões que lhe forem apresentadas pelos comandantes de companhia, resolvendo-as, sempre que tenha competência para o fazer, e informando-as e submetendo-as a despacho superior, quando não tenha essa competência;
- i. Adoptar, se apropriado, todas as medidas que julgar convenientes para o bom tratamento dos animais.

3. O comandante de batalhão isolado ou independente tem, na parte aplicável, as atribuições de comandante de regimento.

Artigo 8.º

Do comandante de companhia

1. O comandante de companhia ocupa um verdadeiro lugar de charneira na hierarquia militar.

Sendo o escalão de comando mais elevado em que é possível e imprescindível o mútuo conhecimento pessoal e individual entre todos — comandante e comandados — o seu exemplo e a sua acção em favor da proficiência da unidade e na construção do espírito de corpo têm o maior peso de entre todos os postos de comando.

Sendo também o primeiro escalão da programação da instrução, da competência disciplinar e da administração, é no comando da companhia que repousa a mais elevada quota de responsabilidade na valorização individual, tanto nos aspectos técnicos como nos de ordem moral e física.

O comandante de companhia deve ser, portanto, um condutor de homens e o executor, por excelência, das ordens do comando.

2. O comandante de companhia, relativamente à companhia que comanda, tem missão idêntica à do comandante de regimento e é o principal responsável por todos os serviços da companhia. Além das atribuições que lhe são conferidas por este e outros regulamentos, é o responsável perante o comandante de batalhão pela disciplina, instrução, administração, escrituração, distribuição do serviço, educação militar, uniformes, segurança e higiene (a unidade que comanda e bem assim do material que lhe estiver distribuído, competindo-lhe especialmente:

- a. Garantir a disciplina na unidade que comanda;
- b. Desenvolver e orientar a educação militar do pessoal da sua companhia, com o qual deve contactar todos os dias, procurando conhecê-lo individualmente, em termos que lhe permitam formular um juízo correcto quanto ao seu mérito e aptidões especiais e prestar-lhe apoio em dificuldades que denote;
- c. Accionar toda a actividade de instrução da sua unidade, segundo as indicações do comandante de batalhão e em harmonia com as prescrições em vigor;

- d. Submeter a despacho do comandante de batalhão o expediente da companhia, de acordo com as instruções superiores;
 - e. Zelar pelas boas condições de alimentação e de sanidade do seu pessoal;
 - f. Passar amiudadas revistas ao fardamento, viaturas, armamento, equipamento e mais material que lhe estão confiados;
 - g. Distribuir o pessoal que for atribuído à companhia pelas funções orgânicas e propor para quarteleiros, com vista à sua nomeação em ordem de serviço, as praças que forem necessárias e que considerar capazes para tal;
 - h. Dar ordens que julgar convenientes para o regular funcionamento dos serviços a seu cargo, em conformidade com as que tiver recebido do comandante de batalhão e com as prescrições regulamentares;
 - i. Manter uma judiciosa distribuição dos alojamentos e dependências atribuídos à companhia, visitando-os diariamente e verificando se se conservam sempre limpos e em boa ordem;
 - j. Providenciar no sentido de ser organizada e mantida em dia uma relação nominal de todo o pessoal, respectivos endereços e de suas famílias, para efeito de comunicações urgentes;
 - l. Vigiar, se apropriado, o trato, alimentação e em geral todos os preceitos higiênicos dos animais que estiverem distribuídos à sua companhia.
3. O comandante de companhia isolada ou independente tem, na parte aplicável, as atribuições de comandante de regimento.

Artigo 9.º

Dos oficiais subalternos das companhia

1. Os oficiais subalternos são auxiliares directos do comandante de companhia, coadjuvando-o em todos os serviços que lhe digam respeito, com relevância para as actividades de instrução e educação das praças, segundo as prescrições que dele receberem.
2. Quando comandantes de pelotão, devem estar sempre em condições de prestar ao seu comandante de companhia informação detalhada sobre o nível de conhecimentos militares, a condição física e o estado de espírito de cada um dos seus subordinados.

Artigo 10.º

Dos comandantes ou chefes de órgãos do comando e estado-maior da unidade

1. Os comandantes ou chefes de órgãos do comando e estado-maior da unidades têm os deveres específicos que lhe advêm das missões que os quadros orgânicos conferem ao respectivo órgão, os deveres gerais impostos por este e outros regulamentos e ainda mais os seguintes:
 - a. Colaborar no planeamento e estudo dos assuntos da sua responsabilidade;
 - b. Dirigir e fiscalizar a actividade do pessoal seu colaborador e subordinado no serviço;
 - c. Providenciar no sentido da correcta utilização, conservação e segurança do material em carga;
 - d. Orientar a classificação e arrumação da correspondência e outros documentos cujo arquivo seja da sua responsabilidade;
 - e. Redigir ou mandar elaborar a correspondência a expedir, de acordo com o directivas ou despacho superior e submetê-la a assinatura, conforme as prescrições em vigor.
2. Ao chefe da secretaria do comando compete mais:
 - a. Redigir, sob a orientação do comando, a ordem de serviço e mandar fazer a sua distribuição conforme disposto no n.º 1 do art 21.º do presente regulamento;

- b. Ter à sua responsabilidade a escrituração das escalas de pessoal do serviço à unidade;
- c. Abrir a correspondência oficial, excepto a classificada, promover o seu registo e distribuí-la pelos diferentes serviços, mediante protocolo, depois de ter sido vista pelo comandante ou seu delegado;
- d. Encaminhar a correspondência classificada de acordo com o que estiver estabelecido;
- e. Controlar a movimentação do pessoal e bem assim as ordens de marcha, devendo, neste caso, ordenar a passagem da respectiva guia e, quando se justifique, a requisição de transporte;
- f. Controlar a recepção e distribuição às companhias da correspondência particular, fazendo registar previamente a que se relacionar com valores ou urgências (vales de correio, valores declarados, telegramas e, eventualmente, outra considerada importante).

Artigo 11.º

Do adjunto do comando de regimento

1. O sargento-mor é um elemento do comando do regimento e desempenha as funções de adjunto do comando para os assuntos relacionados com a vida interna da unidade, nomeadamente no que respeita à administração do pessoal e aos aspectos administrativo-logísticos.
2. Além dos deveres previstos neste e noutros regulamentos, compete-lhe:
 - a. Actuar, em nome do comandante, nos assuntos que digam directamente respeito à classe de sargentos e servir de elo de ligação entre estes e o comandante;
 - b. Auxiliar, quando necessário, o estado-maior da unidade nos assuntos relativos à administração do pessoal;
 - c. Zelar pelo atavio, apresentação, conduta e disciplina dos sargentos e praças, de acordo com as instruções do comandante;
 - d. Ministras instrução aos sargentos de acordo com as suas aptidões e programas aprovados;
 - e. Acompanhar a vida interna da unidade (excepto nos aspectos de serviço diário e segurança) no sentido da manutenção, em alto grau, da eficiência e da disciplina;
 - f. Nos dias de actividade plena, organizar a parada da guarda e apresentar a respectiva formatura ao oficial de dia.

Artigo 12.º

Do adjunto do comando de batalhão

Ao adjunto do comando de batalhão compete coadjuvar o respectivo comandante no âmbito das actividades gerais de serviço interno e, além dos deveres previstos neste e noutros regulamentos, cumpre-lhe:

- a. Presidir às formaturas gerais do batalhão que não sejam comandadas por qualquer oficial e verificar se a sua execução se processa segundo as normas em vigor;
- b. Zelar pela limpeza e conservação das dependências do batalhão e, bem assim, da área do aquartelamento que lhe está adstrita;
- c. Receber o expediente de rotina das companhias, prepará-lo para despacho do comandante de batalhão e posteriormente entregá-lo na secretaria do comando;
- d. Elaborar e manter devidamente actualizado o quadro da situação do pessoal do batalhão;
- e. Escriturar a escala dos serviços a desempenhar pelas subunidades;
- f. Coadjuvar o comandante de batalhão no controlo do material distribuído às suas subunidades;
- g. Reunir as forças das companhias nomeadas para o serviço do batalhão, dividindo-as, conforme lhe for determinado;

- h. Zelar permanentemente quer pelo aprumo do pessoal, quer no que se refere ao cumprimento das determinações em vigor, fazendo as propostas que entender no sentido de prevenir ou remediar qualquer desvio.

Artigo 13.º

Do adjunto do comando de companhia

O adjunto do comando de companhia, além do desempenho de outros serviços previstos neste e noutros regulamentos, coadjuva o respectivo comandante de companhia, competindo-lhe especialmente o seguinte:

- a. Auxiliar o comandante na administração da companhia e desempenhar todo o serviço de escrituração, no que é coadjuvado pelos graduados julgados necessários;
- b. Vigiar todos os serviços da companhia, incluindo os de limpeza, de acordo com as indicações que tenha recebido do respectivo comandante, assegurando-se de que as suas ordens sejam integralmente cumpridas e comunicando-lhe diariamente, verbalmente ou por escrito, as ocorrências que se derem no desempenho daqueles serviços;
- c. Assegurar-se da forma como os sargentos e cabos da companhia cumprem as tarefas de que foram encarregados e ainda como se empenham junto das praças para que estas executem os respectivos serviços, de harmonia com as disposições vigentes;
- d. Apresentar ao comandante de companhia, devidamente escriturados, todos os documentos, relações e registos que por ele tenham de ser assinados, e bem assim transmitir-lhe as pretensões do pessoal de graduação inferior à sua;
- e. Fazer conservar em bom estado, ordem e completa arrumação, segundo as instruções do comandante de companhia, todos os artigos em carga à companhia;
- f. Presidir às formaturas da companhia quando não esteja presente nenhum oficial;
- g. Zelar permanentemente quer pelo aprumo e apresentação do pessoal, quer pela sua correcta aplicação ao serviço, fazendo ao seu comandante as propostas que para o efeito entender convenientes;
- h. Apresentar à parada da guarda o pessoal da companhia nomeado para o serviço diário e transmitir as instruções pertinentes ao serviço privativo da companhia;
- i. Receber ou mandar receber a ordem de serviço e dar conhecimento, ao pessoal da companhia em serviço exterior, das prescrições que a este interessarem;
- j. Relacionar, através do cabo de dia, o pessoal que carece de ser presente à revista da saúde, fazê-lo apresentar ao médico e informar este dos casos especiais por ele previamente verificados relativos a praças impossibilitadas de comparecerem;
- 1. Receber da secretaria do comando a correspondência particular do pessoal da companhia e ordenar a sua distribuição em moldes que esta não sofra demoras nem permita extravios, tendo em atenção que a de maior responsabilidade (telegramas, valores e outra considerada importante) é sempre registada em livro próprio, de folhas numeradas e autenticadas pelo comandante de companhia, e entregue mediante recibo no próprio livro de registo.

Artigo 14.º

Dos sargentos da companhia

1. Os primeiros-sargentos, segundos-sargentos e furriéis, além do desempenho de outros serviços que lhe são atribuídos neste e noutros regulamentos, com relevância para a instrução de praças, são ainda auxiliares directos e imediatos do adjunto do comando de companhia, coadjuvando-o em todos os serviços que a este são cometidos.

2. Quando comandantes de secção, devem conhecer bem os seus subordinados, a fim de colaborarem com o comandante de pelotão na respectiva apreciação individual.

Artigo 15.º**Dos cabos da companhia**

Os cabos, além dos deveres que por este e outros regulamentos lhes competem, têm por missão especial instruir individualmente os soldados em tudo o que diga respeito à sua educação militar, disciplina, higiene e asseio, acompanhá-los e dirigi-los no cumprimento dos seus deveres, de modo que cada um execute pontual e escrupulosamente os serviços que lhe forem destinados. Compete-lhes, mais, auxiliar a manutenção da disciplina, a limpeza e boa ordem nas casernas e locais de convívio das praças.

Artigo 16.º**Dos soldados**

Os soldados têm por dever o exacto e pontual cumprimento dos serviços de que forem encarregados, previstos neste e noutros regulamentos, e desempenhá-los com zelo e dedicação.

CAPÍTULO III**SERVIÇO INTERNO DA UNIDADE****SECÇÃO A****Generalidades****Artigo 17.º****Conceito**

1. O serviço interno compreende um conjunto de medidas, com relevância para a segurança, que interessam ao quartel, tanto no que diz respeito à coordenação disciplinada das actividades das várias subunidades e serviços como no que se refere a uma eventual intervenção imediata.

2. A importância do serviço e a sua indispensável continuidade exigem que tanto a sua direcção como a prontidão de meios em vários graus sejam permanentes e, portanto, a vigilância e a presença constantes, pelo que o pessoal executante tem que ser renovado, em regra, diariamente.

Artigo 18.º**Âmbito**

Ao programar as actividades do serviço interno, o comando tem em atenção três domínios, a saber: a permanência de acção de comando, a segurança e a intervenção.

Artigo 19.º**Continuidade do serviço**

O serviço nas unidades é contínuo e o seu desenvolvimento processa-se do seguinte modo:

- a. Nos períodos de actividade plena, a cadeia de comando tem a responsabilidade de todo o serviço orgânico e, à cadeia de nomeação diária, é atribuída a responsabilidade e accionamento dos serviços de carácter geral, não orgânicos.
- b. Nos dias e períodos de actividade reduzida, a cadeia de nomeação diária acciona todo o serviço da unidade.

- c. Os graduados de serviço fazem a sua apresentação nos respectivos escalões ou órgãos, no início e no final do exercício de funções, sempre que estes tenham lugar no período de actividade plena. Nos dias de actividade reduzida, fazem entrega do serviço ao respectivo sucessor.

Artigo 20.º

Horário dos serviços

1. As Regiões e Zonas Militares fixam as horas para a alvorada, parada da guarda, reforço e recolher.
2. Os comandantes formulam o horário de serviço interno de acordo com as directivas recebidas.
3. Os serviços são anunciados às horas próprias por sinal acústico. Sempre que exista clarim ou corneteiro, são executados os respectivos toques, precedidos do sinal da unidade.
4. O comandante fixa as horas a que devem ser entregues pelos vários escalões os documentos para despacho.
5. Os militares permanecem no quartel ou nos locais de serviço desde a hora que estiver determinada para entrada até ao toque de ordem, sempre que as circunstâncias e as missões não obrigarem a permanência diferente.

Artigo 21.º

Ordem de serviço

1. A ordem de serviço é redigida pelo chefe da secretaria do comando, segundo as indicações do comandante, sendo sempre assinadas por este.
Ao respectivo toque comparece na secretaria, a fim de a receber, um delegado de cada órgão que consta da distribuição.
2. A leitura da ordem de serviço às praças, e bem assim a do detalhe de serviço para o dia seguinte, é feita, perante formatura, pelo adjunto de comando da companhia ou pelo sargento de dia respectivo, (Art. 37.º, n.º 1).
Ao pessoal que estiver de serviço exterior é mandada, pelo responsável pela escrituração da respectiva companhia, uma nota da parte que lhe interessar directamente.
3. A ordem de serviço é afixada em quadro, junto das secretarias das companhias.
4. Nenhuma falta é desculpável com o pretexto do seu desconhecimento.

Artigo 22.º

Recolher e alvorada

1. À hora que estiver determinada executa-se o toque de recolher, observando-se o seguinte:
 - a. Todas as praças que não tenham dispensa recolhem ao quartel;
 - b. As forças de segurança, o pessoal de serviço, os detidos e os convalescentes formam de acordo com as prescrições regulamentares e as instruções do comando;
 - c. Após o segundo toque de recolher, as portas para o exterior são fechadas e as respectivas chaves recolhidas pelo sargento da guarda, que as coloca no chaveiro à responsabilidade do oficial de dia.
2. Meia hora depois do segundo toque do recolher será feito o de silêncio, em seguida ao qual se reduzirá a iluminação, conforme o preceituado pelo comando. O silêncio será respeitado até à alvorada em todas as dependências do quartel que não estiverem exceptuadas.

3. Depois do recolher e até à alvorada, a porta de armas, salvo razões excepcionais, só é aberta nas situações e horas que os comandantes fixarem e sob responsabilidade do oficial de dia.

4. Ao toque de alvorada observar-se-á o seguinte:

- a. O pessoal que pernoita no quartel levanta-se e dá início aos cuidados de higiene pessoal e arranjo da cama;
- b. O oficial de dia faz abrir as portas do quartel para o exterior;
- c. A guarda toma as disposições prescritas para o período diurno.

SECÇÃO B

Regras para a designação de pessoal

Artigo 23.º

Classificação do serviço

1. O serviço a cometer aos militares que constituem o efectivo da unidade ou a esta adidos para todos os efeitos classificam-se em:

- a. Serviço orgânico;
- b. Serviço ordinário;
- c. Serviço eventual.

Qualquer deles pode ser exterior ou interior; o ordinário e o eventual são normalmente de nomeação por escala.

2. No serviço orgânico compreende-se toda a actividade desenvolvida pelo pessoal nas subunidades ou órgãos a que pertence no desempenho da sua função específica.

3. O serviço ordinário é o serviço de rotina que se desenvolve em proveito geral da vida diária da unidade.

São exemplos de serviço ordinário o de oficial de dia, guarda de polícia, cabo de dia à companhia e ronda.

4. É considerado serviço eventual o que não está incluído nos números anteriores.

Artigo 24.º

Situação do pessoal

1. Face às exigências do serviço e às condições de disponibilidade, os militares podem ter várias situações. Estas são referidas nos mapas diários das companhias e são as seguintes:

- a. Serviço diário, se forem nomeados para o serviço da unidade ou subunidade;
- b. Diligência;
- c. Doentes, convalescentes, de licença, presos e ausentes sem licença;
- d. Adidos;
- e. Dispensados de serviço de escala;
- f. Prontos, os que não forem abrangidos pelas alíneas anteriores;
- g. Soldados recrutas;

2. São considerados em diligência os militares apresentados noutras unidades, estabelecimentos ou órgãos militares, para efeitos de serviço de qualquer natureza.

3. Quando o militar, depois de transferido, continua presente na unidade, demorado aguardando transporte, fica na situação de adido nessa unidade e na de diligência a reunir na unidade de destino. Pode ser nomeado para serviço desde que se preveja que a demora é superior a seis dias.

4. Quando o militar, depois de iniciada a marcha, tenha de interromper por motivos alheios à sua vontade ou alterar o itinerário que tiver sido marcado na respectiva guia, deve apresentar-se à autoridade militar da localidade, se a houver.

Caso negativo, deve solicitar à autoridade policial ou civil mais próxima um visto na sua guia de marcha, com a indicação da alteração verificada.

Em qualquer dos casos o militar fica na situação de diligência a reunir pelo tempo de interrupção da marcha.

5. Adidos são os militares não pertencentes à unidade, mas que nela se encontram apresentados para efeitos administrativos, ou para todos os efeitos, inclusive serviço.

As praças adidas às unidades independentes ou isoladas serão distribuídas pelas companhias, ou reunidas em casernas separadas, se o seu número for elevado. Neste caso constituir-se-á uma subunidade de adidos.

Artigo 25.º

Escalas de serviço

1. Para organização de escalas de serviço são considerados os seguintes grupos:
 - a. Os oficiais superiores, excepto o comandante e 2.º comandante de unidade independente ou isolada;
 - b. Os capitães, os subalternos e os aspirantes a oficial, excepto os capitães e os subalternos quando comandantes de companhia independente ou isolada;
 - c. Os sargentos-mores, sargentos-chefes e sargentos-ajudantes;
 - d. Os primeiros-sargentos, os segundos-sargentos e os furriéis;
 - e. Os cabos;
 - f. Os soldados.
2. Podem ser inscritos na mesma escala militares que pertençam a grupos diferentes nas circunstâncias seguintes:
 - a. Para desempenho de serviços técnicos ou que requeiram qualificação especial; a respectiva escala é organizada com pessoal que tenha essa aptidão ou qualificação;
 - b. Quando o serviço a desempenhar for característico de determinada função orgânica; neste caso entram na escala os militares que estejam no desempenho dessa função.
3. Os aspirantes a oficial não devem ser nomeados oficiais de dia à unidade.
4. Para o serviço ordinário são organizados dois conjuntos de escalas:

Escalas A — nomeação para os dias de actividade plena, festivos e feriados não mencionados para as escalas B;

Escalas B — nomeação para, sábados, domingos, feriados nacionais, feriados regionais (nas Regiões Autónomas) e feriado do respectivo concelho.

 - a. A nomeação para serviço pelas escalas A subordina-se à previsão de nomeação pelas escalas B;
 - b. As escalas B não têm obrigatoriamente a mesma constituição das correspondentes escalas A. Na sua constituição, serão tidas em consideração as necessidades de serviço dos períodos a que respeitam e um criterioso aproveitamento do pessoal.
5. A inscrição numa escala faz-se por ordem decrescente de postos e, dentro do mesmo posto, por ordem decrescente de antiguidade.
6. Quando houver serviço de oficial de prevenção, o número total de oficiais da escala de dia, acrescido do número de aspirantes a oficial, é dividido em duas escalas, tanto quanto possível iguais: a dos oficiais mais antigos destina-se ao serviço de dia à unidade e a outra ao serviço de prevenção, sem prejuízo do expresso no n.º 3 deste artigo.

Artigo 26.º**Nomeação de pessoal para o serviço**

1. Para o serviço a designar por escala o critério de prioridade de nomeação é o seguinte:
 - 1.º Serviço de justiça;
 - 2.º Serviço exterior, pela seguinte ordem: diligência, guarda de guarnição, ronda à guarnição;
 - 3.º Serviço interior, pela seguinte ordem: guarda de polícia, piquete, dia à unidade, dia ao batalhão, dia à companhia:
 - a. O serviço que envolver comando de força prefere sempre ao sem comando de força;
 - b. O serviço de duração igual ou superior a vinte e quatro horas prefere sempre a todo o de menos duração.
2. A nomeação para qualquer serviço de escala deve ser feita no dia anterior ao da sua execução, recair nos que estejam na situação de prontos no mapa diário e tenham maior folga do serviço a nomear ou em igualdade de folga, nos de menor graduação ou antiguidade.
3. Qualquer militar graduado que não haja prestado serviço na unidade há menos de um ano só deve ser considerado pronto no mapa diário, para efeitos de serviço de escala individual, no sexto dia da sua apresentação na unidade, sem prejuízo da folga mínima da respectiva escala.
4. A nomeação feita para qualquer serviço não evita que o indivíduo nomeado o seja novamente para outro que for requisitado depois da nomeação para o primeiro, quando o segundo tenha preferência e o primeiro não tenha tido começo de execução.
5. Todo o serviço determinado é considerado feito quando tiver começo de execução. Como tal é considerado o render da parada da guarda, para o serviço interior, e a saída do quartel, para o serviço exterior.
6. O serviço desempenhado por unidades é registado nas escalas aos indivíduos que o desempenharam como se tivessem sido nomeados individualmente.

Artigo 27.º**Folgas de serviço**

1. A folga dentro da mesma escala de serviço diário, excepto para as companhias independentes ou isoladas, deve ser, no mínimo, de três dias.
2. Quando na escala do serviço de dia à unidade, excepto companhia, houver menos de quatro oficiais, é nomeado um oficial para assistir às formaturas, o qual pernoita no quartel, devendo entrar nesta escala todos os oficiais que constituem o respectivo grupo de escala (Artigo 25.º).
3. Nas companhias independentes ou isoladas procede-se de igual forma quando o número de oficiais for inferior a três.

Artigo 28.º**Dispensas de serviço**

1. Quando algum militar tiver de desempenhar serviços especiais, no todo ou em parte, incompatíveis com os de escala, o comandante pode dispensá-lo de um ou mais destes serviços, publicando na ordem a sua deliberação.
2. Todo o pessoal dispensado do serviço pode ser nomeado para qualquer serviço de escala, quando o comandante da unidade o julgue de absoluta necessidade.

Artigo 29.º
Trocas de serviço

1. São permitidas as trocas de nomeação entre militares da mesma escala quando não importem prejuízo para o serviço nem para terceiros.
2. Os pedidos de troca de serviço são solicitados até à véspera da execução, antes do toque de ordem, e sempre devidamente informados.
São competentes para as conceder:
 - a. Serviço escalado pela secretaria do comando: aos oficiais, o 2.º comandante; aos sargentos e às praças, o chefe da secretaria;
 - b. Serviço escalado pelas subunidades: o comandante da subunidade.
3. São proibidas as trocas quando a nomeação para o serviço for por unidades constituídas.
4. Nas trocas de serviço observa-se o seguinte:
 - a. Na escala é inscrito o nomeado, mencionando-se na casa «Observações» o nome do que desempenha o serviço;
 - b. O militar que troca um serviço fica obrigado a desempenhá-lo, sempre que seja possível, logo que este pertença ao indivíduo com quem trocou;
 - c. Quando o militar nomeado para o serviço por troca não o puder desempenhar, a responsabilidade da sua execução é do militar a quem, por escala, compete o serviço.

SECÇÃO C
Serviço de escala ao regimento

Artigo 30.º
Generalidades

1. Diariamente é, em regra, nomeado o seguinte pessoal de serviço ao regimento:
 - a. Um oficial de dia;
 - b. Um sargento de dia;
 - c. Um enfermeiro ou socorrista de dia;
 - d. Um amanuense de dia;
 - e. Um mecânico de dia;
 - f. Um corneteiro ou clarim de dia;
 - g. Um condutor de dia;
 - h. Um electricista de dia;
 - i. Guarda de polícia.
2. Quando necessário, é nomeado um oficial de prevenção para coadjuvar o oficial de dia.
3. Para além deste, pode ainda ser nomeado pessoal de intervenção, de acordo com o expresso no capítulo V.

Artigo 31.º
Deveres do pessoal de serviço de escala ao regimento

1. O oficial de dia, salvo os casos previstos neste regulamento e noutras disposições, é inseparável do quartel, competindo-lhe:
 - a. Comparecer à parada da guarda e assumir o comando do pessoal que vai entrar de serviço;

- b. Apresentar-se ao comandante e 2.º comandante após a parada da guarda e, no dia imediato, dentro do seu período de serviço, quando aqueles entrarem no quartel;
- c. Zelar pelo cumprimento das normas de segurança e limpeza do aquartelamento;
- d. Presidir a todas as formaturas gerais da unidade que o não sejam por oficial seu superior, controlando a comparência do pessoal. Durante as refeições fiscalizar o funcionamento dos refeitórios e zelar pela manutenção da disciplina;
- e. Controlar a entrada e saída de forças, passando revista às que não sejam comandadas por oficial e se não desloquem para instrução ou trabalhos no exterior;
- f. Fiscalizar o controlo da entrada de estranhos no quartel;
- g. Fiscalizar o cumprimento das medidas contra incêndios e de outras medidas de controlo de danos e limitação de avarias, bem como a operacionalidade do material a tal fim destinado de acordo com as instruções do comando.
- h. Visitar os presos e transmitir superiormente as pretensões que lhe forem apresentadas, sem contender com a tramitação processual;
- i. Zelar pelo aprumo do pessoal e pelo cumprimento das determinações em vigor, tomando as medidas convenientes no sentido de prevenir ou remediar qualquer inobservância;
- j. Rondar o quartel e fazê-lo rondar pelo oficial de prevenção e sargentos de dia, conforme as instruções que, a seu respeito, estiverem estabelecidas pelo comandante;
- l. Mencionar no respectivo relatório as praças que tiver dispensado nos termos do n.º 5 do Artigo 44.º;
- m. No fim do período de serviço mandar entregar na secretaria do comando a pasta do expediente, nela incluindo o relatório de serviço;
- n. Tomar conhecimento, mediante a assinatura do boletim próprio, da saída de viaturas, verificando se estas estão devidamente autorizadas;
- o. Mandar observar pelo médico qualquer militar que, estando de serviço, ou para ele nomeado nos dias de actividade reduzida, der parte de doente; providenciar a sua substituição e mencionar a ocorrência no relatório, juntando o parecer médico;
- p. Além dos deveres gerais mencionados, compete mais ao oficial de dia:
 - (1) Nos períodos de actividade plena:
 - (a) Superintender no serviço de carácter geral da unidade;
 - (b) Fazer executar, às horas determinadas, os toques indicados no horário de serviço;
 - (c) Verificar a qualidade e quantidade da alimentação confeccionada para as praças, antes de mandar executar o toque para as refeições e mandar proceder à sua distribuição.
 - (2) Nos dias e períodos de actividade reduzida:
 - (a) Superintender em toda a actividade da unidade;
 - (b) Fazer cumprir o horário superiormente estabelecido;
 - (c) Fiscalizar a confecção da alimentação das praças, assegurando-se da sua qualidade e quantidade e mandar proceder à sua distribuição;
 - (d) Verificar amiudadas vezes, pelo modo que estiver determinado, se os detidos e convalescentes estão no quartel;
 - (e) Mandar seguir aos seus destinos, à hora estabelecida, as praças a quem tiver sido conferida guia de marcha e, quando se apresentem, mandá-las recolher às suas companhias ou à companhia designada para os adidos;
 - (f) Mandar conduzir para o hospital qualquer militar que, em virtude de doença repentina ou desastre, careça de socorros imediatos. Em caso de urgência, quando julgue que esses socorros devam preceder a entrada no hospital ou quando a condução para este possa pôr em risco a vida do enfermo, deve tomar as providências para que tais socorros sejam oportunamente prestados, mesmo que, eventualmente, tenha de chamar um médico civil;

- (g) Abrir a correspondência oficial com grau de precedência urgente ou superior, em conformidade com as determinações do comandante; proceder em relação à correspondência classificada de acordo com as instruções existentes;
- (h) Tomar, de acordo com as normas de segurança em vigor, as providências necessárias para o cumprimento de qualquer ordem urgente que receba das autoridades militares, dando logo conhecimento ao comandante ou ao seu substituto;
- (i) Mandar chamar o médico, o veterinário ou qualquer especialista, quando julgar necessária a sua presença no quartel;
- (j) Receber a correspondência particular endereçada ao pessoal da unidade e distribuí-la aos sargentos de dia às respectivas companhias ou aos destinatários. A correspondência registada deve ser previamente inscrita em livro próprio e a sua entrega feita mediante recibo no mesmo livro;
- (l) Nomear as viaturas que forem necessárias para serviço, imprevistos, mencionando o facto no relatório.

2. O oficial de prevenção é inseparável do quartel quando não tenha de desempenhar fora algum serviço extraordinário; coadjuva o oficial de dia, apresentando-se-lhe logo em seguida à parada da guarda. Cumpre as ordens que dele receber e substitui-o nos seus impedimentos.

3. O oficial de dia à companhia independente ou isolada tem, na parte aplicável, os deveres do oficial de dia ao regimento.

Os comandantes das referidas companhias poderão dispensar o oficial de dia de permanecer no quartel, quer de dia quer de noite, durante o tempo em que eles ali se conservarem.

4. O sargento de dia ao regimento é inseparável do quartel, salvo o disposto nos casos previstos neste regulamento e apresenta-se, logo em seguida à parada da guarda, aos oficiais de dia e de prevenção, os quais coadjuva em todos os serviços, cumprindo-lhe especialmente:

- a. Assistir a todas as formaturas ou serviços a que preside o oficial de dia;
- b. Acompanhar o oficial de dia em todas as revistas que passar ao quartel;
- c. Reunir, à hora estabelecida pelo oficial de dia, as praças que tenham ordem de marcha ou baixa ao hospital e mandá-las seguir aos seus destinos, com as respectivas guias ou títulos, depois de os conferir;
- d. Organizar, em presença das notas que receber das companhias, as relações dos ranchos que devem mandar-se ao pessoal em serviço fora do quartel, e bem assim os que devam ser guardados para o pessoal não presente por motivo de serviço.

5. O sargento de dia nos batalhões e companhias independentes ou isoladas tem, na parte aplicável, os deveres do sargento de dia ao regimento.

6. O enfermeiro ou socorrista de dia ao regimento é inseparável do quartel salvo por motivo de serviço da sua especialidade devidamente determinado.

Apresenta-se ao oficial de dia, oficial de prevenção e ao sargento de dia, quando socorrista, logo após a parada da guarda e cumpre-lhe, além do preceituado noutros regulamentos, o seguinte:

- a. Prestar assistência da sua especialidade, dentro das suas aptidões, ao pessoal da unidade, em conformidade com as ordens que receber do médico;
- b. Comunicar ao oficial de dia qualquer facto relacionado com a saúde do pessoal que necessite de intervenção médica ou de internamento hospitalar;
- c. Comunicar ao médico da unidade todos os factos relacionados com a saúde do pessoal que se tenham verificado durante o seu período de serviço;
- d. Providenciar no sentido de estar permanentemente em condições de possibilitar contactar o médico da unidade logo que necessário;
- e. Cumprir e fazer cumprir as prescrições médicas aos doentes com baixa;
- f. Não permitir que os doentes com baixa saiam do local onde devam permanecer sem autorização do médico.

7. O amanuense de dia é inseparável do quartel e apresenta-se ao oficial de dia e oficial de prevenção logo após a parada da guarda. Tem por missão a elaboração e tratamento, nos dias e períodos de actividade reduzida, dos documentos affectos à secretaria do comando e ainda coadjuvar os oficiais de dia e prevenção no âmbito da sua especialidade. Cumpre-lhe ainda:

a. Nos períodos de actividade plena:

- Apresentar-se ao chefe da secretaria do comando, seguidamente à parada da guarda e no fim do período de serviço;
- Preparar a pasta do expediente segundo as instruções do chefe da secretaria do comando;
- Após o toque da ordem, levar a pasta do expediente para o gabinete de serviço e apresentar-se ao oficial de dia;

b. Nos dias de actividade reduzida e seguidamente à parada da guarda comparecer, com o amanuense rendido, no gabinete de serviço para tomar conhecimento das instruções e dos documentos relativos ao seu período de serviço.

8. O mecânico de dia à unidade é inseparável do quartel, salvo por motivo de serviço da sua especialidade devidamente determinado. Apresenta-se, logo após a rendição da parada da guarda, ao oficial de dia, ao oficial de prevenção, ao sargento de dia à unidade e, nos períodos de actividade plena, ao chefe da oficina auto. Nos períodos de encerramento das oficinas compete-lhe, além do expresso noutros regulamentos, mais o seguinte:

- a. Prestar assistência às viaturas em serviço da unidade, dentro da sua competência;
- b. Comunicar ao oficial de dia qualquer avaria que não possa reparar, a fim de este providenciar a substituição das viaturas;
- c. Comunicar ao respectivo responsável pelo material auto todas as avarias verificadas nas viaturas durante o período de serviço.

9. O corneteiro ou clarim de dia é inseparável do quartel, faz parte da guarda de polícia e deve permanecer onde lhe for determinado.

Cumpre-lhe fazer os toques constantes do horário e os que lhe forem ordenados pelo oficial de dia e pelo chefe da secretaria do comando.

10. O condutor de dia é inseparável do quartel, salvo em serviço devidamente determinado pelo oficial de dia.

Logo após o render da parada da guarda, apresenta-se ao oficial de dia, oficial de prevenção, sargento de dia à unidade e, nos períodos de actividade plena, ao chefe do respectivo serviço.

Deve garantir a imediata e eficiente utilização da viatura que tiver distribuída para o serviço.

11. O electricista de dia é inseparável do quartel e apresenta-se, após o render da parada da guarda, ao oficial de dia, ao oficial de prevenção, ao sargento de dia à unidade e, nos períodos de actividade plena, ao chefe do respectivo serviço. Tem por dever prestar a assistência técnica da sua especialidade à instalação eléctrica do quartel.

12. O serviço de guarda de polícia é tratado no capítulo V deste regulamento.

SECÇÃO D

Serviço de escala ao batalhão

Artigo 32.º

Generalidades

1. Em unidades com características especiais, e quando o comandante o entender conveniente, poderá mandar nomear oficial de dia a qualquer batalhão.

2. A escala para a nomeação do oficial de dia ao batalhão é constituída por oficiais subalternos e aspirantes a oficial do respectivo batalhão.
3. Diariamente é nomeado em cada batalhão um sargento de dia ao batalhão.
4. A escala para a nomeação do sargento de dia ao batalhão é constituída por sargentos mais graduados ou mais antigos que os das escalas das respectivas companhias.
5. Quando o julgar conveniente, o comandante, da unidade pode determinar que o sargento mais antigo de dia a uma das companhias acumule as funções de dia ao respectivo batalhão.

Artigo 33.º

Deveres do pessoal de serviço de escala ao batalhão

1. O oficial de dia ao batalhão tem, junto do oficial de dia à unidade e para os assuntos referentes ao batalhão, atribuições semelhantes às do oficial de prevenção.
2. O sargento de dia ao batalhão é inseparável do quartel, apresenta-se logo após a parada da guarda ao oficial de dia, ao oficial de prevenção e ao adjunto do comando do batalhão e tem por deveres especiais os seguintes:
 - a. Presidir às formaturas do batalhão quando não esteja presente nenhum superior;
 - b. Coordenar a acção dos sargentos de dia às companhias do seu batalhão, receber destes as relações de faltas às formaturas e entregá-las ao oficial de dia;
 - c. Coordenar os serviços de limpeza na área do batalhão;
 - d. Acompanhar o oficial de dia nas revistas que este passar à área do batalhão;
 - e. Apresentar-se ao adjunto do comando do batalhão no final do seu período de serviço, comunicando-lhe as ocorrências verificadas.
3. Quando houver oficial de dia ao batalhão, o respectivo sargento de dia fica na sua dependência directa e tem para com ele as atribuições que lhe estão prescritas para o oficial de dia à unidade.

SECÇÃO E

Serviço privativo e de escala da companhia

Artigo 34.º

Serviço privativo da companhia

1. Compete a cada companhia constituir um grupo de praças (faxinas permanentes), destinado à limpeza e conservação da caserna e seus anexos. De entre essas praças serão nomeados diariamente os plantões necessários para garantir, em continuidade, a guarda das dependências e haveres do pessoal.
2. Para efeitos de guarda dos materiais em carga à companhia, o comandante desta propõe a nomeação, em ordem de serviço, dos quarteleiros necessários.

Nos casos em que tal se justifique, nomeadamente em arrecadações de armamento, a segurança é garantida não só pelos meios materiais julgados convenientes, mas também, cumulativamente e em todas as circunstâncias, pela presença física de um quarteleiro.
3. Os quarteleiros podem ser auxiliados por soldados, de preferência por eles indicados; quando for imprescindível ao regular funcionamento do serviço, e têm por deveres, além de outros que lhes sejam atribuídos, os seguintes:
 - a. Garantir a guarda dos materiais, que estejam entregues à sua responsabilidade, de acordo com as instruções de segurança que tiverem recebido;

- b. Verificar com frequência se as existências conferem com os quadros de carga patentes na arrecadação;
 - c. Manter o material em boas condições de conservação, fazendo ou propondo limpezas e outros trabalhos necessários para o efeito;
 - d. Cumprir rigorosamente as instruções do comandante da companhia relativas à entrega e recepção dos materiais;
 - e. Promover a limpeza das dependências à sua responsabilidade, conservando-as sempre no melhor estado de asseio e arrumação.
4. Quando necessário, as companhias nomeiam faxinas para serviços eventuais, mas sempre devidamente enquadrados.

Artigo 35.º

Serviço de escala da companhia

1. Em regra cada companhia nomeia diariamente, por escala, um sargento de dia, um cabo de dia e plantões.

2. O sargento de dia à companhia, apresenta-se, após o render da parada da guarda, ao oficial de dia, ao oficial de prevenção, ao adjunto do comando da companhia e ao sargento de dia ao batalhão. É inseparável do quartel salvo por motivo de serviço determinado pelo oficial de dia.

Compete-lhe especialmente:

- a. Representar a companhia perante o oficial de dia;
- b. Comparecer a todas as formaturas da companhia.
Nas formaturas sem enquadramento orgânico, anotar as faltas e transmitir-las ao adjunto do comando da companhia ou, nos períodos de actividade reduzida, ao sargento de dia ao batalhão ou, na sua falta, ao sargento de dia à unidade;
- c. Distribuir o correio particular que lhe tenha sido entregue pelo oficial de dia, escrevendo o respectivo registo de controlo;
- d. Informar-se das praças que adoecerem e levar ao conhecimento do adjunto do comando da companhia ou do oficial de dia, conforme se trate de actividade plena ou reduzida, para que sejam tomadas as necessárias providências;
- e. Vigiar que se cumpra quanto está determinado sobre a limpeza pessoal das praças, limpeza do armamento, do equipamento, da viaturas e dos animais;
- f. Providenciar pela entrega na arrecadação dos artigos, devidamente relacionados, das praças que se ausentarem da companhia por qualquer circunstância imprevista;
- g. Assistir às refeições das praças no respectivo refeitório;
- h. Participar na companhia ou ao oficial de dia, consoante se esteja em actividade plena ou reduzida, as ocorrências que se derem e requeiram providências imediatas;
- i. Nos períodos de actividade plena, ao terminar o serviço, apresentar-se ao adjunto do comando da companhia, comunicando as ocorrências extraordinárias que se tenham verificado. Nos dias de actividade reduzida, transmite tais ocorrências ao seu substituto.

3. O cabo de dia à companhia é inseparável do quartel, salvo quando tiver formatura exterior, e apresenta-se ao adjunto do comando da companhia e ao sargento de dia à companhia logo após o render da parada.

Os seus principais deveres são:

- a. Chefear os faxinas permanentes nos serviços de limpeza e arrumação da caserna e da área atribuída à companhia;
- b. Assistir à rendição dos plantões à caserna e fiscalizar a sua actuação;
- c. Controlar as cargas da caserna;
- d. Assegurar que os diferentes artigos de mobiliário e utensílios não sejam empregados em uso estranho ao que lhes é destinado;

- e. Não consentir que a limpeza do armamento, viaturas, equipamento e quaisquer outros artigos se faça fora dos locais para isso destinados;
- f. Mandar levantar as praças ao toque de alvorada, fazer com que as mesmas se lavem e procedam à arrumação dos seus pertences;
- g. Comunicar ao sargento de dia qualquer ocorrência extraordinária, não consentindo altercações entre as praças ou expressões e práticas grosseiras e reprováveis;
- h. Coadjuvar o adjunto de comando da companhia e o sargento de dia à companhia no sentido do bom funcionamento de todas as estruturas de apoio à vida do pessoal nas dependências da companhia;
- i. Coadjuvar o graduado que presidir às formaturas de serviços gerais da companhia;
- j. Reunir as praças inscritas para a revista de saúde; apresentá-las ao adjunto do comando da companhia e acompanhá-las ao local designado para o efeito.

4. O plantão à caserna só se pode ausentar da mesma nas situações e condições fixadas pelo comandante da companhia e é responsável pelo asseio, boa ordem e conservação dos objectos lá existentes.

Compete-lhe:

- a. Contar os objectos em carga, na presença do cabo de dia, quando entrar e sair de serviço e não consentir na saída de qualquer deles sem autorização superior;
- b. Não consentir que qualquer pessoa se aproprie ou faça uso de objectos que não lhe pertençam;
- c. Fechar a caserna quando houver formaturas gerais ou o comandante da companhia assim o ordenar, depois de se assegurar que pessoa alguma ali ficou e de que não há indício de que possa manifestar-se incêndio, guardando a chave da porta principal, pela qual fica responsável;
- d. Apresentar-se, ao começar o seu serviço, ao cabo de dia;
- e. No cumprimento dos deveres do seu serviço, o plantão é responsável pela execução das respectivas instruções e deve ser respeitado e obedecido por todas as praças, como se fosse uma sentinela, quando as advirta por faltarem a algum dos preceitos relativos ao bom regime da caserna.

SECÇÃO F

Formaturas e revistas

Artigo 36.º

Generalidades

1. Para controlar o pessoal, transmitir ordens, dar instruções ou iniciar actividades fazem-se, em regra, formaturas de pessoal.

O enquadramento destas é sempre claramente definido e, a sua duração a mais curta possível, para facilitar a necessária exigência de rigorosa compostura.

2. As formaturas gerais para os serviços são determinadas pelo comandante da unidade.

Cada escalão de comando ordena as formaturas que entender para as suas actividades específicas.

Diariamente, o comandante da companhia deve presidir, pelo menos, a uma formatura para contacto com o seu pessoal.

3. Quando haja que deslocar um grupo de homens para quaisquer actividades, esse deslocamento deve fazer-se em formatura.

4. As formaturas devem respeitar a orgânica das subunidades. Assim, cada elemento encontra na formatura um processo de se identificar com a sua função militar; com tal procedimento se personaliza mais o indivíduo e vinca o espírito de corpo.

5. O comandante de regimento, comandantes de batalhão e comandantes de companhia, para se certificarem do bom estado do armamento, equipamento e outro material, atavio pessoal e estado

do quartel por que são responsáveis, devem passar as revistas que julguem necessárias e ordenar as formaturas que forem convenientes, participando numas e noutras todo o pessoal disponível dessa unidade ou subunidade.

Artigo 37.º

Formaturas

1. As refeições são precedidas de formaturas; à formatura para a terceira refeição é lida às praças, pelo sargento de dia à companhia, a ordem de serviço e o detalhe de serviço para o dia seguinte.

2. Há diariamente formatura da parada da guarda, que é organizada pelo adjunto do comando do regimento, à qual comparecem os militares que entram de serviço à unidade e às subunidades, as praças punidas com detenção, o terno de corneteiros ou clarins e a fanfarra ou banda de música quando as houver:

- a. Nos batalhões isolados desempenha as funções que, pelo disposto neste artigo, cometem ao adjunto do comando do regimento o adjunto do comando do batalhão e, nas companhias independentes ou isoladas, o adjunto do respectivo comando;
- b. Nos dias de actividade reduzida a organização e apresentação da parada da guarda são feitas por um sargento-chefe ou sargento-ajudante nomeado por escala, com excepção do que estiver no desempenho interino de funções de adjunto do comando da unidade; a apresentação do pessoal de cada companhia é feita pelo mais graduado ou antigo dos sargentos nomeados para o serviço da respectiva companhia.

3. Após o toque da ordem e à hora que estiver estabelecida, há formatura do reforço. Ao respectivo toque, o pessoal nomeado para reforço à guarda de polícia forma junto ao corpo da guarda e o nomeado para o reforço a guardas de guarnição, quando houver, em lugar para tal fixado.

O comandante da guarda de polícia assume o comando do respectivo reforço e integra-o na guarda.

O sargento de dia à unidade, forma e controla os reforços às guardas de guarnição, até o oficial de dia os mandar seguir aos respectivos destinos.

4. Em seguida ao toque de recolher à porta do quartel, os detidos, os convalescentes, o pessoal de serviço e as forças de segurança formam nos locais determinados para o efeito.

5. Nos dias e períodos de actividade reduzida o oficial de dia ordena, sempre que o entenda, a formatura dos detidos e convalescentes. Ao respectivo toque, o sargento de dia à unidade reúne e confere os presentes pela respectiva relação constante do mapa da força, após o que o oficial passa revista e manda destroçar.

Artigo 38.º

Revistas

1. Todas as vezes que uma força formar para qualquer serviço ou actividade é-lhe passada revista pelo graduado que faz a chamada e depois por aquele que assume o comando.

2. Nos dias determinados pelo comandante há revista geral de quartéis. Nesta observa-se o seguinte:

- a. O terno de corneteiro ou clarins faz, de acordo com o horário estabelecido, os toques de revista;
- b. O pessoal forma nos locais que forem prescritos;
- c. Ao toque de sentido, o comandante inicia a revista às dependências do quartel, acompanhado do 2.º comandante, comandante de batalhão, oficial de dia à unidade, adjunto do comando de regimento, sargento de dia à unidade, corneteiro de dia e ordenança;

- d. Os comandantes, subalternos e adjuntos do comando das companhias aguardam o comandante à entrada da sua área de responsabilidade; os sargentos de dia às companhias ficam à entrada das respectivas casernas;
 - e. Durante a revista, o adjunto do comando do regimento anota as observações que o comandante fizer e, no final, apresenta-as ao 2.º comandante para que sejam tomadas as medidas pertinentes;
 - f. No final, o comandante manda tocar a alto à revista e as várias formações destroçarão à ordem dos respectivos comandantes.
3. Nos dias de actividade plena há revista de saúde. Nesta observa-se o seguinte:
- a. O cabo de dia à companhia reúne e acompanha as praças inscritas para a consulta médica e informa o adjunto do comando da companhia de quais as inscritas e das que não podem comparecer, a fim de este se certificar das suas condições;
 - b. Ao toque respectivo comparecem perante o médico, no local designado, o cabo de dia e os inscritos que o possam fazer, afim de lhes ser passada revista;
 - c. Em seguida, o médico, acompanhado do adjunto do comando da companhia, vai proceder à revista dos que não puderam comparecer;
 - d. Terminada a revista, o médico faz os registos no livro a isso destinado, escritura as fichas individuais e assina os títulos de baixa que lhe devem ser apresentados pelo enfermeiro;
 - e. O enfermeiro entrega ao chefe da secretaria o livro de doentes e as baixas;
 - f. O chefe da secretaria apresenta o livro de doentes ao 2.º comandante e os títulos de baixa ao comandante para despacho.
4. Sempre que assim o julgue conveniente, o comandante da unidade ordena uma revista geral de saúde, a passar pelo médico e presidida por um oficial superior.
5. Nos dias de pagamento de vencimentos, há formatura geral das companhias. Nesta observa-se o seguinte:
- a. Ao respectivo toque forma todo o pessoal da companhia;
 - b. O comandante da companhia passa rigorosa revista;
 - c. Seguidamente é feita a leitura dos deveres militares;
 - d. Finalmente procede-se ao pagamento, cabendo ao adjunto do comando da companhia entregar a cada um o respectivo vencimento.

Artigo 39.º

Controlo de pessoal

1. Para além das formaturas, e a fim de poder fazer um controlo permanente do pessoal presente e ausente do quartel e ainda facilitar a identificação das entradas, poderão os comandantes determinar o uso de cartão de controlo.
2. Este cartão terá os elementos de identificação do militar, incluindo a sua fotografia e, será depositado na casa da guarda em quadro próprio, sempre que o seu possuidor se ausente.

SECÇÃO G

Atavio e apresentação do pessoal

Artigo 40.º

Uniformes

1. Ao comandante da unidade cabe a imediata responsabilidade das transgressões ao plano de uniformes cometidas pelos seus subordinados e o uso de todos os meios ao seu alcance para as evitar ou reprimir.

Todavia, é dever de todo o graduado fazer com que o plano de uniformes não sofra qualquer alteração e que se cumpram com todo o rigor as disposições do mesmo.

2. O uniforme a usar nas várias situações, de serviço ou não, é determinado pelo comandante da unidade, sem prejuízo, no entanto, do que estiver estabelecido no plano de uniformes ou noutras determinações superiores.

3. O pessoal de serviço veste os abafos quando for determinado pelo comandante da unidade ou pelo oficial de dia.

4. Nas unidades ou estabelecimentos militares:

- a. Os militares, no desempenho do serviço, fazem uso do uniforme regulamentar;
- b. Aos oficiais e sargentos pode ser permitido o uso de traje civil nas condições a fixar pelo comandante;
- c. Às praças não é permitido o uso de traje civil no interior dos quartéis.

5. Todos os militares devem apresentar-se sempre com as peças do uniforme devidamente cuidadas e não podem usar simultaneamente qualquer combinação de peças de uniformes diferentes nem de peças de uniforme com traje civil.

Artigo 41.º

Distintivos de serviço

Os distintivos especiais de serviço interno são os prescritos pelo Regulamento de Uniformes do Exército.

Artigo 42.º

Cabelo e barba

1. O talhe de barba e corte de cabelo são fixados superiormente, de modo a favorecerem a higiene e a apresentação pessoal.

2. A alteração do talhe de barba ou corte de cabelo, só pode ser feita com autorização do comandante da unidade, a título excepcional e mediante a devida justificação e o desenho do talhe pretendido.

3. Em caso de alteração autorizada, devem ser tomadas providências para a substituição da fotografia do militar nos seus documentos, dentro de prazo o mais limitado possível e nas condições a fixar pelo comandante da unidade.

4. Quando a alteração do talhe de barba necessitar de um período de transição, esta deve coincidir com a situação de licença do militar.

SECÇÃO H

Licenças, dispensas e demoras

Artigo 43.º

Licenças

1. É das atribuições do comandante da unidade conceder, além das licenças previstas nos estatutos e noutros regulamentos militares, as que se indicam nas alíneas seguintes e nas condições que se prescrevem.

Estas licenças são designadas pelas referências do presente regulamento:

- a. Em cada trimestre, a contar do começo do ano, até cinco dias de licença, sem prejuízo do serviço da unidade, a todos os militares, desde que se justifique a sua necessidade e urgência. Esta licença não é acumulável com a licença de férias;
- b. Por motivo de casamento, até seis dias, a todos os militares, sem prejuízo para o serviço, devendo a pretensão ser apresentada com uma antecedência mínima de dez dias;

- c. Licença aos militares julgados incapazes de serviço militar pelas juntas hospitalares de inspecção, até a homologação da decisão destas juntas;
- d. Licença registada, até 15 dias em cada ano civil, aos militares em serviço militar obrigatório que o requeiram, para comparência em estabelecimentos de ensino onde devam realizar exames, desde que não tenham direito a outra licença. Os interessados devem comprovar a data de comparência às provas por documento ou declaração no passaporte passado pelo estabelecimento de ensino respectivo;
- e. Ao militar transferido da guarnição, até dez dias, desde que tenha agregado familiar a seu cargo e mude de residência por força da transferência.

2. Todas as licenças são solicitadas através das companhias, mediante passaportes do modelo em uso, que devem ser visados pelos vários escalões de comando ou chefias de serviço de que dependem os militares.

Artigo 44.º

Dispensas

1. O comandante de unidade pode conceder dispensa permanente para pernoitar fora do quartel às praças que o solicitem, por intermédio da cadeia de comando, quando comprovem ter família na localidade e apresentem motivos especiais e atendíveis para tal concessão.

2. Têm competência para autorizar a ausência temporária do quartel durante o período de expediente normal:

- a. Aos oficiais, aspirantes a oficial e sargento-mor, o 2.º comandante;
- b. Aos restantes sargentos, o comandante do respectivo batalhão;
- c. Às praças, o comandante da respectiva companhia.

3. O comandante de batalhão tem competência para conceder às praças do seu batalhão dispensas de formaturas e de comparência no quartel nos dias de actividade reduzida, dentro dos limites que o comandante de regimento fixar.

4. O comandante de companhia tem competência para dispensar de comparecer ao recolher e às formaturas das refeições as praças que o mereçam, dentro dos limites fixados pelo comandante da unidade. As que forem dispensadas do recolher devem ser inscritas no mapa diário da companhia.

5. Em casos de força maior, o oficial de dia pode conceder as dispensas citadas no n.º 4, devendo apresentar, no relatório, a justificação do seu procedimento.

6. As dispensas de que tratam os números anterior não isentam do serviço que possa pertencer aos dispensados e são solicitadas através das companhias.

Artigo 45.º

Demoras

Para os militares, transferidos imprevistamente, que tenham à sua responsabilidade cargas ou serviços que envolvam valores do património, o comandante da unidade pode solicitar superiormente demora até cinco dias a partir da data do recebimento da ordem de transferência para a entrega desses valores ao seu substituto.

Artigo 46.º

Passaportes

1. Aos militares a quem forem concedidas licenças, dispensas de recolher, das formaturas ou para pernoitar fora do quartel serão entregues os passaportes ou dispensas dos modelos em uso e devem constar do mapa diário.

2. Nenhum militar se pode ausentar do quartel para gozar licença ou dispensa sem ser portador do respectivo documento, o qual deve ser conservado como justificativo da sua situação.

3. Os militares, quando recolherem de licença, devem apresentar-se no quartel no dia seguinte ao último da licença, às horas que estiverem determinadas e inscritas no passaporte.

SECÇÃO I

Exercício de funções

Artigo 47.º

Apresentação

1. Nenhum militar entra em funções antes de se inserir na cadeia de comando, o que faz mediante apresentação aos superiores de quem depende e contacto com os subordinados imediatos.

2. Todo o militar tem por dever apresentar-se aos seus superiores quando se der qualquer dos seguintes casos:

- a. Entrar de novo na unidade;
- b. Regressar a ela depois de um serviço de mais de quarenta e oito horas;
- c. Ter sido promovido;
- d. Ter alta do hospital ou enfermaria, passar da situação de doente ou convalescente à de pronto;
- e. Terminar licença, ausência ilegítima ou cumprimento de pena disciplinar.

3. O militar nomeado para um serviço especial deve apresentar-se ao chefe que dirige esse serviço.

4. As entidades a quem os militares das unidades devem apresentar-se são as seguintes:

- a. O comandante da unidade, ao comandante da região militar e ao comandante militar. Se a unidade tiver outras subordinações, o comandante deve apresentar-se também a esses superiores de quem dependa. Quando a sede desses outros escalões superiores for fora da localidade da unidade, tais apresentações podem ser feitas por escrito;
- b. O 2.º comandante, ao comandante;
- c. Os restantes oficiais e aspirantes a oficial, ao comandante e ao 2.º comandante da unidade e a todos os superiores do respectivo canal da cadeia de comando;
- d. O sargento-mor, ao comandante, 2.º comandante, oficiais superiores do regimento, chefe da secretaria e comandante da sua companhia;
- e. Todos os outros sargentos, quando da sua colocação na unidade, ao adjunto do comando da unidade;
- f. Os sargentos-chefes, ao 2.º comandante, oficiais do comando do batalhão, chefe da secretaria, comandantes de companhia do seu batalhão e sargento-mor;
- g. Os sargentos-ajudantes, ao comandante do batalhão, comandante e demais oficiais da sua companhia, chefe da secretaria e sargento-chefe do batalhão a que pertencem;
- h. Os restantes sargentos, ao comandantes e oficiais da sua companhia e ao respectivo adjunto do comando;
- i. Os cabos e soldados, ao comandante e adjunto do comando da sua companhia e ao comandante e sargentos do seu pelotão.

5. Além destas apresentações, cada militar apresenta-se ainda aos seus superiores directos dos órgãos onde presta serviço.

6. A apresentação deve efectuar-se logo que dê a causa que a motiva; se, porém, não estiver presente no quartel quem a deve receber, cessa esta obrigação passadas vinte e quatro horas.

Artigo 48.º**Substituições**

1. Na substituição do pessoal, no desempenho de funções observa-se o seguinte:
 - a. O comandante da unidade é substituído pelo oficial imediato em graduação ou antiguidade com competência de comando de tropas. Quando na unidade esse oficial for mais moderno ou menos graduado que outro sem competência de comando de tropas, este é mandado apresentar-se no comando militar de que depende a unidade;
 - b. O 2.º comandante é substituído pelo oficial que se lhe seguir em graduação ou antiguidade e com competência de comando de tropas;
 - c. O comandante de batalhão é substituído pelo oficial mais graduado ou antigo do respectivo batalhão e com competência de comando de tropas;
 - d. O comandante de companhia é substituído no comando pelos oficiais da companhia, por ordem sucessiva de graduação ou antiguidade, e só na falta destes por um oficial das companhias da unidade que se achem na mesma localidade;
 - e. O adjunto do comando do regimento é substituído pelo sargento da mesma arma ou serviço mais graduado do regimento;
 - f. O adjunto do comando de batalhão é substituído pelo sargento da mesma arma ou serviço mais graduado do respectivo batalhão;
 - g. O adjunto do comando de companhia é substituído pelo sargento da mesma arma ou serviço mais graduado dentro da respectiva companhia.
2. Quando a substituição de comando tiver carácter provisório, o que substitui desempenha as funções interinamente e não deve alterar o que se acha estabelecido sem que causa imperiosa a isso obrigue.

Artigo 49.º**Acumulações**

1. O comando interino de unidade independente ou isolada não é acumulável com qualquer outro cargo.
2. O oficial que desempenhar as funções de 2.º comandante de regimento não acumula com o comando de batalhão e o que desempenhar funções de comandante de batalhão não acumula com as de comandante de companhia.

SECÇÃO J**Entrega e posse de comando de unidade****Artigo 50.º****Entrega de comando**

1. A entrega do comando de regimento, batalhão ou companhia verifica-se quando aquele que o exerce deixar esse exercício por qualquer motivo que oficialmente o iniba de nele continuar temporária ou definitivamente.
2. Os oficiais chamados a qualquer escalão superior não entregam o comando, salvo ordens em contrário, quer exerçam efectivamente quer interinamente.
3. Não são incompatíveis com a efectividade do comando as comissões que o oficial tenha de exercer e lhe permitam comparecer aos actos de serviço determinado superiormente.
4. A entrega do comando é feita ao oficial mais graduado da unidade com competência de comando de tropas.

Artigo 51.º**Posse do comando**

1. Sempre que o efectivo da unidade o permita observa-se o seguinte:
 - a. A unidade forma, armada na sua máxima força, no local e à hora determinados em ordem de serviço;
 - b. O oficial que tome posse do comando dirige-se ao que faz a entrega, e este, depois das respectivas continências, manda ler pelo chefe da secretaria o artigo da ordem regimental que determinou este acto;
 - c. O oficial que assumiu o comando passa revista à formatura, finda a qual manda as forças a quartéis.
2. O novo comandante recebe a corporação dos oficiais e, seguidamente, a dos sargentos, que lhe serão apresentados pelo oficial que entregou o comando, e passa uma revista geral de quartéis, durante a qual os oficiais, sargentos e praças estão formados nas respectivas companhias.
3. O oficial que assume o comando e os militares não enquadrados na formatura farão uso do uniforme número um com condecorações, cinto de cerimónia e espada; o pessoal enquadrado utiliza o uniforme estabelecido para a parada.
4. No acto de posse do comando, o oficial que o assume deve ser o único alvo de todas as honras que nessa altura se prestam, não devendo, portanto, estar presente nenhum oficial de graduação superior à sua.
5. Nas subunidades adopta-se procedimento semelhante ao expresso nos números anteriores.

Artigo 52.º**Relatórios**

1. O oficial que assumir o comando de unidade de qualquer escalão formula no prazo de trinta dias, um resumido relatório sobre o seu estado pelo que respeita a administração, disciplina, instrução, material, quartel e outros assuntos que julgue conveniente tratar.

Este relatório é enviado à autoridade imediatamente superior e pode basear-se, na parte relativa à existência de material, nas informações escritas dos oficiais por ele directamente responsáveis.
2. O oficial que assuma o comando de companhia, interinamente, deve apresentar, no prazo de dez dias, uma declaração de haver ou não falta de algum artigo, que tenha de ficar à sua responsabilidade.

SECÇÃO L**Aquartelamento****Artigo 53.º****Planta do quartelamento, património e servidão militar**

1. Os quartéis são inscritos no património do Estado. Os imóveis que o constituem não podem ser modificados, nem a planta geral alterada, sem autorização dos órgãos militares que superintendem no património; para aquele efeito, deverá existir em cada quartelamento um plano director superiormente aprovado.
2. Nas plantas do quartel deve constar a delimitação da área de servidão militar. Compete ao comandante zelar pelo, cumprimento do que estiver estabelecido sobre tal servidão.
3. No estado-maior da unidade haverá uma planta do quartel, com a indicação do máximo de homens, animais e viaturas que nas várias dependências se podem alojar; no gabinete de serviço,

uma outra com a definição das áreas das subunidades e a indicação das infra-estruturas e condutas gerais do aquartelamento.

Artigo 54.º

Distribuição do aquartelamento

1. As diversas dependências do quartel são distribuídas pelo comandante da unidade como julgar mais conveniente, tendo sempre em atenção a segurança, a disciplina, a higiene e as exigências do serviço a que são destinadas e definindo claramente as áreas de responsabilidade das subunidades.

2. Em local próximo da entrada principal da unidade é instalado o gabinete de serviço destinado ao oficial de dia.

3. Cada companhia deve dispor de instalações próprias para alojar o pessoal e os animais e arrecadar o material que lhe estão atribuídos.

4. Quando necessário, e sem prejuízo para as actividades da unidade, o comandante delimitará uma área para parque de viaturas particulares. Neste caso, prescreverá as condições de utilização e sua guarda.

5. Na distribuição das dependências do quartel, o comandante deve ter em conta a necessidade de arrecadar o material destinado ao combate a incêndios, controlo de danos e limitação de avarias ou intervenção em actividades no âmbito da protecção civil.

Artigo 55.º

Identificação e ocupação de dependências

1. Cada compartimento deve ter escrito na verga da entrada o fim para que se destina e, dentro, relação de todo o material que ali se guarda.

2. Os comandantes de companhia distribuem o pessoal, material e animais pelas respectivas dependências que forem destinadas às unidades, tendo em atenção a sua orgânica, e ficando à sua inteira responsabilidade a segurança, higiene, limpeza e conservação do respectivo aquartelamento.

3. O armamento, equipamento, fardamento e mais material das companhias devem estar dispostos de forma tal que a cada homem possa facilmente ser distribuído tudo o que necessita para se armar e equipar.

4. Nas casernas, e no lugar apropriado de cada companhia, devem estar patentes quadros com:

- a. Relação numérica e nominal do pessoal com as suas situações;
- b. Relação numérica e nominal dos militares que pernoitam fora do quartel, com as respectivas moradas;
- c. Distribuição do equipamento, armamento e outro material;
- d. A ordem de serviço;
- e. Escala e detalhe de serviço.

5. O preconizado nos números anteriores deve ter em consideração, aquando da sua aplicação, o que estiver estabelecido nas normas de segurança.

Artigo 56.º

Limpeza e manutenção do aquartelamento

1. Para efeitos de limpeza e conservação do bom aspecto geral — por si também influente na formação cívica do militar — o quartel é dividido em áreas que são atribuídas à responsabilidade dos batalhões, de acordo com as dependências e espaços que cada um utiliza com preponderância. Os comandos dos batalhões coordenam os limites entre as companhias e distribuem por elas os encargos afins.

2. As companhias são as executoras dos trabalhos de conservação e limpeza do quartel.
3. O batalhão de serviços proporá as medidas gerais a adoptar, quer no respeitante à distribuição de recipientes para lixo, quer ao horário e processo de recolha do mesmo.
4. A intervalos regulares, o comandante ordena limpeza extraordinária do aquartelamento, na qual as subunidades devem empenhar o máximo de pessoal disponível. No final da limpeza e à hora marcada faz-se a revista geral de quartéis.
5. Na impossibilidade de organização do serviço como consta nos números anteriores, por deficiência de efectivos, o comandante determina as medidas mais ajustadas à situação da unidade, tendo em atenção, dentro do possível, o princípio da atribuição de áreas de responsabilidade.

SECÇÃO M

Alimentação

Artigo 57.º

Generalidades

1. O serviço de alimentação tem, grande influência no ambiente da unidade, não só porque é um importante factor para obtenção do bom moral das tropas e do bom estado sanitário, mas também porque pode e deve contribuir eficazmente para a manutenção de salutar convivência do pessoal.

As refeições devem servir, portanto, para satisfazer convenientemente as necessidades alimentares e para proporcionar um agradável intervalo entre as ocupações do serviço.

2. O comandante da unidade deve manter uma cuidada atenção à alimentação das tropas, a concretizar quer no contacto pessoal com o respectivo serviço nos lugares da sua execução, quer na organização dos citados serviços que devem ter como objectivo permanente o expresso no n.º 1 deste artigo.

3. A alimentação normal nas unidades é de ementa única e servida em refeitórios separados para oficiais, para sargentos e para praças.

O pessoal militarizado e o pessoal civil utiliza os refeitórios correspondentes à equivalência das respectivas categorias.

Artigo 58.º

Gerência

1. A gerência da alimentação do pessoal do Exército é feita pela Direcção do Serviço de Intendência.

2. Aquela direcção de serviço difunde às unidades as prescrições a cumprir, quer no que se refere à requisição de alimentação, quer quanto a ementas, aquisição de géneros e documentos justificativos.

3. Os comandantes tomam as providências necessárias para evitar desperdícios injustificados, que se reflectem naturalmente em prejuízo para a Fazenda Nacional e num eventual mau conceito quanto à capacidade administrativa da unidade.

Artigo 59.º

Confecção

1. O batalhão de serviços tem o encargo geral da alimentação da unidade. De acordo com a sua composição orgânica e segundo a cadeia normal de comando, monta o respectivo serviço e dota com pessoal próprio e permanente, as várias dependências: cozinhas, refeitórios, depósitos, secretarias, etc.

2. Eventualmente, o batalhão de serviços pode ser reforçado, para o efeito, com pessoal de outras subunidades para o desempenho de tarefas esporádicas e específicas, mediante propostas ao comando, referindo o número de faxinas necessários e o horário para tais tarefas.

Artigo 60.º

Distribuição

1. As refeições das praças são precedidas de formaturas.

Antes do respectivo toque, o oficial de dia deve passar pela cozinha afim de provar a alimentação e verificar que está em condições de ser distribuída. Caso não se verifique essa condição, toma as providências para a imediata substituição da parte da ementa afectada, de acordo com o que estiver determinado.

2. No caso de tal ocorrência se verificar fora das horas de actividade plena, o oficial de dia averigua a quem cabem as responsabilidades e participa superiormente.

3. O graduado que presidir à formatura entrega cópia da relação de faltas ao responsável da cozinha. Este é obrigado a providenciar de forma que as refeições sejam guardadas em condições de conveniente utilização.

Compete ao pelotão de reabastecimento fazer a distribuição de alimentação para fora do refeitório.

4. Durante as refeições, todos os militares devem manter atitudes correctas e respeitar a limpeza dos móveis e dependências.

5. Quando a distribuição não for individual, as praças só se sentam à ordem de quem preside à formatura, devendo aguardar junto da mesa a respectiva voz; a saída do refeitório faz-se por mesas completas, para o que a praça mais antiga (chefe de mesa) obterá a prévia autorização do graduado que preside.

Secção N

Saúde

Artigo 61.º

Missões e âmbitos

1. Esta secção estabelece as normas de carácter geral relativas à assistência sanitária nas unidades, tanto no que diz respeito aos cuidados com a saúde do pessoal como com a saúde dos animais.

2. As missões específicas e os procedimentos dessas assistências são os que constam deste regulamento e dos regulamentos e determinações do serviço de saúde do exército.

3. Além da medicina curativa, a assistência sanitária tem também responsabilidade no campo preventivo da saúde do pessoal e dos animais, especialmente nos seguintes âmbitos:

- a. Análise e tratamento de águas;
- b. Inspecção e controlo da qualidade dos alimentos;
- c. Higiene do aquartelamento, especialmente das cozinhas, casernas e instalações sanitárias;
- d. Condições e capacidade dos balneários e lavandarias face às necessidades do pessoal;
- e. Características do fardamento e roupa de cama face às exigências climáticas e de serviço;
- f. Condições dos ginásios e das pistas de educação física;
- g. Influência do serviço e dos exercícios físicos na saúde e desenvolvimento físico dos militares;
- h. Condições das instalações dos animais, regimes alimentares, profilaxia médica e tratamentos médico cirúrgicos.

4. Para além das missões que o Regulamento Geral para a Instrução do Exército atribui ao pessoal do serviço de saúde, recai ainda sobre o respectivo chefe a responsabilidade da instrução não só do pessoal seu subordinado imediato, mas também de todo o pessoal da unidade, no que se refere à actualização de preceitos de higiene e de princípios gerais de saúde pública como, por exemplo, o combate ao tabagismo, ao alcoolismo e à droga.

5. Ao chefe do serviço de saúde compete ainda o controlo dos cuidados de manutenção do material sanitário em carga à unidade.

Artigo 62.º

Procedimentos gerais

1. Haverá diariamente revista de saúde ao pessoal. O horário desta revista é estabelecido pelo comandante, que o coordena com o médico, de modo a não prejudicar o serviço clínico que eventualmente o mesmo desempenhe noutros departamentos.

2. Quando o comandante da unidade o ordenar, o médico promove uma revista geral de saúde, nos termos do n.º 4 do artigo 38.º.

3. Todo o militar que se sentir doente tem o dever de o participar, sob pena de incorrer em falta disciplinar. Igualmente comete infracção o que, contra recomendações feitas pelo médico, tiver inutilizado ou procurado evitar os efeitos do tratamento que lhe tenha sido feito.

4. O militar que tenha ordem de marcha e se declare doente só deixa de seguir ao seu destino, de harmonia com o itinerário marcado quando, inspeccionado imediatamente pelo médico da sua unidade ou pelo médico de serviço em hospital militar, qualquer um deles declarar por escrito que a realização de tal marcha faz perigar a sua saúde.

5. O militar que, estando de serviço ou para ele nomeado, der parte de doente é mandado baixar ao hospital quando o comandante o julgue conveniente.

6. Fica sujeito a procedimento disciplinar qualquer militar a quem não for verificada a doença que alegar para se eximir ao serviço ou à nomeação para o mesmo.

7. Os militares com baixa à enfermaria não podem abandoná-la sem autorização do médico, cumprindo sempre as indicações do pessoal de saúde em funções.

8. A revista sanitária aos animais é programada de acordo com as determinações do escalão superior, ficando a cargo do oficial veterinário.

Artigo 63.º

Partes de doente

1. Os militares que, estando em qualquer situação, devam apresentar-se para o serviço e o não possam fazer por motivos de doença devem comunicá-lo imediatamente, pelo meio mais rápido, à sua unidade ou, em caso de impossibilidade, à unidade militar mais próxima.

2. Logo que recebida a comunicação, o comandante toma as providências para que o doente seja imediatamente visitado por médico militar o qual, em relatório, informa da observação e faz as propostas que entender convenientes, devendo, para o caso das praças, promover a sua baixa à enfermaria ou ao hospital.

3. Nenhum militar com parte de doente pode sair da sua residência ou do seu quartel sem autorização do comandante da unidade. Tal autorização é baseada em parecer ou proposta fundamentada do médico e publicada na ordem de serviço.

Artigo 64.º

Convalescença

1. Os oficiais e sargentos, quando tenham alta do hospital com convalescença, gozam esta no seu domicílio.

2. As praças a quem for arbitrada convalescença nas unidades pelos respectivos médicos ou tenham alta do hospital ou da enfermaria com convalescença devem permanecer no quartel, podendo contudo, com autorização do comandante e sob parecer ou proposta do médico da unidade, gozar a convalescença no domicílio.

Artigo 65.º

Atribuições do oficial médico

1. O oficial médico, além das atribuições que lhe são conferidas por este e outros regulamentos, desempenha todo o serviço médico da unidade, competindo-lhe especialmente:

- a. Chefiar o serviço de assistência sanitária ao pessoal da unidade;
- b. Fornecer ao comandante todas as indicações que digam respeito à saúde e higiene das tropas, propondo-lhe, por iniciativa própria ou quando lhe forem solicitadas, as medidas que julgar necessário adoptar;
- c. Efectuar a visita médica diária aos militares internados na enfermaria da unidade;
- d. Visitar periodicamente os militares eventualmente internados nos hospitais civis da localidade;
- e. Inspeccionar, diariamente, no quartel e, extraordinariamente, sempre que para isso seja chamado pelo comandante ou oficial de dia, o pessoal da unidade que lhe for mandado apresentar;
- f. Desempenhar qualquer serviço da sua especialidade que lhe seja determinado pelo comandante e pelo oficial de dia em nome daquele;
- g. Superintender em todo o serviço médico da unidade, incluindo a actividade de assistência especializada, a direcção da enfermaria regimental e do posto de socorros, o controlo da carga e a conservação do material sanitário e de outros artigos distribuídos àquelas dependências e/ou ao Pelotão Sanitário;
- h. Proceder à vacinação e revacinação dos militares;
- i. Prestar, de acordo com o estabelecido para a assistência aos militares e as determinações do escalão superior, a assistência médica aos militares, quer em serviço na unidade quer residentes na área da guarnição, bem como aos seus familiares e ao pessoal civil em serviço nos estabelecimentos militares da guarnição;
- j. Observar, por despacho do comandante, os militares e o pessoal civil do Exército que derem parte de doente no domicílio, elaborando o respectivo relatório;
1. Elaborar o registo de morbilidade e os dias de falta por motivo de doença e analisar as respectivas causas;
- m. Orientar e controlar as actividades de recrutamento e selecção de dadores de sangue, de microradiografia sistemática e de outras medidas relativas à prevenção sanitária;
- n. Acompanhar, em ligação com os hospitais militares e civis, o modo como é assegurada a assistência médica especializada aos militares e executar as indicações daquela assistência;
- o. Acompanhar as actividades de selecção e controlo médico desportivo;
- p. Proceder, ou mandar proceder, sob a sua direcção e responsabilidade, à escrituração da caderneta individual de saúde;
- q. Propor a aquisição do material e artigos necessários ao serviço e participar do que estiver incapaz ou requeira beneficiação;
- r. Na falta de oficial veterinário, inspeccionar os géneros destinados à alimentação e formular a sua opinião por escrito, no caso de deverem ser rejeitados.

2. Além destas atribuições, compete ainda ao médico propor ao comandante:

- a. Dispensa de uso de peças de fardamento ou equipamento por prazo determinado;
- b. Dispensa de fazer a barba ou cortar o cabelo por prazo determinado;

- c. Concessão, até quarenta e oito horas de convalescença no quartel, às praças doentes;
- d. Baixa à enfermaria ou hospital dos doentes que disso necessitem;
- e. Que as praças gozem no domicílio a licença de convalescença que lhes tenha sido atribuída quando tenham alta dos hospitais e enfermarias;
- f. Apresentação às consultas externas hospitalares da especialidade dos doentes que disso necessitem;
- g. A concessão de alimentação a dieta ao pessoal que dela careça.

3. Havendo na unidade mais de um médico, o mais antigo é o chefe do serviço de saúde e dirige a actividade dos restantes, cometendo-lhes atribuições de acordo com o preceituado neste artigo.

Artigo 66.º

Atribuições do oficial veterinário

O oficial veterinário, além das atribuições que lhe são conferidas por outros regulamentos, desempenha todo o serviço veterinário da unidade, competindo-lhe especialmente:

- a. Inspeccionar, sob o ponto de vista higio-sanitário, os produtos alimentares destinados ao consumo humano e animal, bem como os locais onde se armazenam, preparam, distribuem e consomem os referidos produtos. No caso dos produtos alimentares deverem ser rejeitados, formular por escrito a sua opinião;
- b. Fornecer ao comandante todas as indicações que digam respeito ao trato, saúde e higiene dos animais, propondo-lhe, por iniciativa própria ou quando lhe forem solicitadas, as medidas que julgar necessário adoptar;
- c. Inspeccionar, em princípio diariamente, os animais existentes e, sempre que seja chamado pelo comandante ou oficial de dia, os que lhe forem presentes, entregando relatório pertinente;
- d. Desempenhar qualquer serviço da sua especialidade que seja determinado pelo comandante ou oficial de dia em nome daquele;
- e. Superintenderem todo o serviço veterinário da unidade, dirigindo as enfermarias veterinárias e oficinas siderotécnicas;
- f. Propor para ser julgado incapaz o material siderotécnico da unidade, ou sua beneficiação, quando necessária;
- g. Prescrever, executar e fazer cumprir as medidas profiláticas para as doenças infecto-contagiosas e o tratamento médico-cirúrgico dos animais existentes;
- h. Informar o médico da unidade da existência de qualquer doença dos animais susceptível de contagiar as tropas, propondo, em coordenação com aquele, as medidas profiláticas convenientes.

SECÇÃO O

Transmissões

Artigo 67.º

Âmbito

1. As transmissões têm em vista satisfazer necessidades de ligação de interesse para o serviço da unidade e, eventualmente, de comunicação particular dos militares com o exterior.

2. Para as comunicações de serviço, as unidades dispõem de formações de transmissões que têm a seu cargo as tarefas de montagem e exploração dos meios orgânicos, operação de centro de mensagens e, eventualmente, de meios para a execução da manutenção no escalão autorizado. Para

além daquelas formações, podem ainda as unidades ser apoiadas por outras formações de transmissões não orgânicas, a fim de as integrarem no sistema de telecomunicações de cobertura nacional militar.

3. Para as comunicações de interesse particular podem as unidades contratar, mediante sancionamento superior, a instalação de meios que permitam as ligações com o exterior.

Artigo 68.º

Organização do serviço

1. As formações e os meios de transmissões militares têm a dotação e as dependências que o quadro orgânico estabelece.

2. Os meios de transmissões civis têm a amplitude que as condições da unidade recomendarem.

O comandante estabelece a sua composição e as medidas de carácter administrativo pertinentes.

3. A coordenação e controlo de todo o serviço de transmissões da unidade é atribuição do respectivo oficial de transmissões.

Artigo 69.º

Dependências

As formações de apoio referidas na parte final do n.º 2 do art. 67.º mantém a dependência técnico-funcional do canal próprio e ficam, para todos os restantes efeitos, na dependência da unidade onde prestam serviço.

Artigo 70.º

Atribuições do oficial de transmissões

1. O oficial de transmissões, como técnico, é o colaborador imediato do comandante na montagem, funcionamento, segurança e manutenção do sistema de transmissões da unidade.

2. Além dos deveres gerais insertos neste e noutros regulamentos, incumbem ao oficial de transmissões mais os seguintes:

- a. Planear e propor, de acordo com a situação e a evolução prevista, os sistemas de transmissões a instalar;
- b. Propor as instruções, directivas e ordens de transmissões para os órgãos de comando e subunidades e verificar a sua correcta interpretação e cumprimento;
- c. Conhecer pormenorizadamente todos os documentos de transmissões em vigor e vigiar pelo seu escrupuloso cumprimento, nomeadamente no que se refere ao correcto uso e utilização dos impressos de transmissões e normas de exploração de redes;
- d. Manter-se permanentemente actualizado sobre as existências, actuação e grau de eficiência técnica do pessoal de transmissões, propondo com oportunidade o seu re completamento ou substituição, sempre que for necessário;
- e. Promover o aperfeiçoamento técnico do pessoal de transmissões, através de uma instrução eficaz, fundamentalmente voltada para a correcção dos erros e insuficiências detectados;
- f. Manter-se actualizado e informar o comandante sobre a situação e operacionalidade de todo o material de transmissões, seu emprego na unidade e subunidades, propondo o seu abate, re completamento ou reparação, sempre que necessário;
- g. Controlar as actividades logísticas de transmissões da unidade, quer verificando as requisições de material de carga e consumo executadas pelas subunidades, quer vigiando e acompanhando o movimento oficial, bem como a manutenção do 1.º escalão e dos que competirem à unidade;
- h. Inspeccionar os órgãos de transmissões das subunidades, verificando se o pessoal está sendo correctamente utilizado e aconselhando tecnicamente aos encarregados

das transmissões desses escalões as medidas e diligências a efectuar para melhorarem a sua rendibilidade;

- i. Redigir, de acordo com as instruções do comandante, as determinações relativas ao funcionamento dos órgãos de transmissões que se destinam a servir as ligações particulares e fiscalizar a sua actuação.

3. Havendo na unidade um serviço de manutenção integrado, o oficial de transmissões presta ao mesmo a colaboração compatível com o seu posto e a sua competência técnica.

SECÇÃO P

Transportes auto

Artigo 71.º

Finalidade e meios

1. Nas unidades é montado um serviço que tem por finalidade accionar coordenadamente os movimentos rodoviários gerais e controlar os meios postos à sua disposição.

2. Tal serviço é encargo do batalhão de serviços, que o acciona através da respectiva sub-unidade orgânica que, para o efeito, pode ser reforçada com o pessoal e o material necessário, tendo em conta as seguintes funções:

- a. Coordenação do serviço;
- b. Escrituração de documentos;
- c. Execução dos transportes gerais.

Artigo 72.º

Regras gerais do serviço de transportes

1. O movimento de qualquer viatura é sempre referido no boletim do modelo regulamentar. Este, depois de devidamente escriturado, é entregue ao condutor que fica responsável pela sua guarda até final do serviço.

2. As viaturas em parque devem estar com os plenos feitos e sempre em condições de imediata utilização.

3. No final do serviço, após manutenção do 1.º escalão, faz-se a escrituração dos documentos afins.

4. Nem o chefe da viatura nem o condutor podem alterar o itinerário ou qualquer outra prescrição de serviço referida no boletim, excepto em caso de emergência, devendo então ser mencionada no boletim a alteração e respectiva justificação.

5. O chefe da viatura é responsável pelos excessos de velocidade, conduta do pessoal, controlo de carga e outras normas de segurança eventualmente prescritas.

Quando for efectuado transporte de pessoal em viaturas de transporte gerais, o militar mais graduado ou antigo que seguir na caixa de carga é o responsável pela conduta do pessoal aí transportado.

Artigo 73.º

Accionamento do serviço

1. Os transportes requeridos para serviços gerais, quando tiverem carácter de rotina, serão accionados de acordo com os procedimentos seguintes:

- a. O comandante da unidade estabelece a natureza do transporte, sua periodicidade, horário, percurso e prescrições relativas à nomeação do chefe da viatura;

- b. O serviço de transportes, na véspera do serviço, nomeia o pessoal, preenche os boletins, submete-os a despacho do comandante do batalhão de serviços e entrega-os ao condutor da viatura;
 - c. O condutor, à hora conveniente, recebe a viatura do parque mediante a apresentação do boletim e dirige-se para o local da partida, onde se apresenta ao chefe da viatura, depois de cumpridas as formalidades regulamentares quanto a vistorias mecânicas;
 - d. O chefe de viatura verifica o boletim e apresenta-o ou manda-o apresentar ao oficial de dia para visto e conhecimento do movimento.
2. O transporte previsto, mas não de rotina, é determinado em ordem de serviço ou requisitado ao serviço de transportes, observando-se o seguinte:
- a. A ordem ou requisição é dada ao serviço de transportes, no mínimo, na véspera da sua execução;
 - b. No caso de requisição, o serviço de transportes submete-a imediatamente a despacho do comandante do batalhão de serviços;
 - c. Em tudo o mais segue-se o previsto no n.º 1.
3. Nos transportes inopinados, observa-se o seguinte:
- a. Dentro das horas de expediente normal, são atendidos conforme as possibilidades, por despacho do comandante do batalhão de serviços e seguindo, na parte aplicável, o preceituado no n.º 1;
 - b. Nos dias e períodos de actividade reduzida são resolvidos pelo oficial de dia, à custa das viaturas de serviço de que dispuser ou, quando necessário, das viaturas em parque, através do sargento de dia ao batalhão de serviços.

Artigo 74.º

Registos e controlo

1. O documento base para a escrituração dos documentos referentes às viaturas automóveis e ao controlo de consumos é o boletim de serviço. O serviço de transportes é responsável pela sua rigorosa escrituração e cuida do seu arquivo, de modo a facilitar qualquer consulta futura.
2. Cada viatura tem um cadastro próprio, que é escriturado com base nos boletins e sob a responsabilidade directa do militar que chefiar o serviço de transportes.
- A inspecção à escrituração dos cadastros processa-se de acordo com as instruções da Direcção do Serviço de Material e sempre que o comandante do batalhão ou o comandante da unidade o entenderem.
3. O serviço de transportes da unidade escreve os dados estatísticos que forem reconhecidos como necessários, quer pelo comando quer pelos órgãos técnicos do escalão superior.

SECÇÃO Q

Manutenção

Artigo 75.º

Finalidade e âmbito

1. A função «manutenção» tem em vista garantir a eficiência do potencial material da unidade, ou seja, que os vários materiais em carga à unidade estejam sempre nas melhores condições de utilização.
- Assim, tudo quanto diga respeito às condições técnicas de arrecadação, tratamento, utilização, registos e reparações do material é das atribuições da manutenção.

2. Em princípio, todos os militares são responsáveis pela manutenção do material que utilizam; compete, no entanto, ao pessoal da arma ou do serviço que administra esse material a vigilância e orientação técnica dessa manutenção e dos escalões seguintes da competência e/ou autorizados à unidade.

Os quadros orgânicos estabelecem quais os efectivos, postos e dependências desse pessoal.

Artigo 76.º

Atribuições do oficial de manutenção

1. O oficial de manutenção é o comandante do Pelotão de Manutenção e tem na unidade, além das funções que lhe sejam atribuídas pelo quadro orgânico, outras de carácter técnico junto do comando nos assuntos que digam respeito ao respectivo material.

2. Além do prescrito neste e noutros regulamentos, o oficial de manutenção tem por deveres especiais os seguintes:

- a. Fornecer ao comando todas as indicações que digam respeito ao estado do material distribuído à unidade;
- b. Desempenhar qualquer serviço da sua especialidade de origem que lhe seja determinado pelo comando;
- c. Elaborar o plano de manutenção do material a seu cargo;
- d. Acompanhar o comandante nas revistas de inspecção ao material;
- e. Informar as propostas para incapacidade, ruína prematura, etc., feitas pelas subunidades;
- f. Fiscalizar o cumprimento das normas de utilização do material;
- g. Controlar a execução dos trabalhos de manutenção dos escalões autorizados à unidade.

SECÇÃO R

Assistência religiosa

Artigo 77.º

Finalidade e âmbito

1. A assistência religiosa nas unidades tem em vista, fundamentalmente, atender as necessidades espirituais do pessoal, tanto militar como civil, bem como dos seus familiares e demais pessoas sujeitas à jurisdição do Ordinário Castrense. Colabora ainda na acção formativa dos comandos, especialmente nos aspectos moral, cultural e social.

2. A assistência religiosa é ministrada pelo capelão militar.

No caso de a unidade não estar dotada de capelão, pode tal serviço ser cometido a sacerdote civil, de acordo com os termos que forem contratados entre a Chefia do Serviço de Assistência Religiosa e a hierarquia do credo a que o mesmo pertencer.

Artigo 78.º

Atribuições do capelão

1. O capelão promove a assistência religiosa na unidade, de acordo com as directivas da respectiva Chefia e com o preceituado neste e noutros regulamentos, e tem por deveres especiais os seguintes:

- a. Propor o programa de actividades, tendo como objectivo que todos os militares, civis e familiares residentes na área do aquartelamento, possam dispor de assistência religiosa efectiva;
- b. Administrar os sacramentos e celebrar os actos de culto programados ou eventuais;

- c. Prestar assistência frequente aos doentes, feridos e presos;
- d. Coordenar as actividades dos agrupamentos religiosos ou de apostolado;
- e. Colaborar com o comandante nos contactos a estabelecer, pessoalmente ou por escrito, com os familiares de militares falecidos;
- f. Colaborar nas actividades culturais e sociais, de acordo com as instruções do comando;
- g. Participar nas actividades de formação moral e cívica, especialmente ministrando palestras de instrução afins, de acordo com as directivas do comandante;
- h. Orientar o trabalho dos seus auxiliares e promover as actividades necessárias com vista à sua preparação doutrinal e litúrgica;
- i. Promover a conservação, guarda e segurança das instalações, dos meios ligados ao culto e dos artigos em carga;
- j. Estabelecer contactos com capelães de outros cultos ou, não os havendo, estudar e propor procedimentos de interesse para o pessoal da unidade que professe confissões diferentes da sua.

2. Quando na unidade houver mais que um capelão de um ou diferentes credos, compete ao mais graduado ou mais antigo dirigir a actividade dos restantes, cometendo-lhes atribuições de acordo com o expresso neste artigo.

CAPÍTULO IV SERVIÇO DE GUARNIÇÃO

SECÇÃO A Definição e âmbito

Artigo 79.º

Guarnição militar

1. Guarnição militar é uma área geográfica definida dentro da qual estão instalados um ou mais quartéis ou estabelecimentos militares do Exército.

2. A guarnição, em regra, recebe o nome da localidade mais importante compreendida nos seus limites ou daquela onde estiver aquartelada a unidade ou estabelecimento mais representativo.

Artigo 80.º

Comandante militar de localidade

1. Comandante militar duma localidade é o oficial em funções de comando ou chefia mais graduado ou mais antigo da guarnição. Tem, além de outras que lhe sejam definidas pelo comando da região militar de que depende, as seguintes atribuições:

- a. Assegurar as relações protocolares ou de representação entre as autoridades militares e as autoridades civis;
- b. Estabelecer as regras de comportamento a cumprir pelos militares da guarnição fora dos seus aquartelamentos, tendo em conta as disposições regulamentares e as circunstâncias locais;
- c. Regular a participação de forças militares e de militares individualmente em cerimónias que decorram na guarnição e envolvam pessoal de mais de uma unidade ou estabelecimento.

2. Ao assumir as funções, o comandante militar deve comunicá-lo ao comandante da região militar e publicá-lo na ordem de serviço da sua unidade ou estabelecimento.

SECÇÃO B**Funcionamento do serviço****Artigo 81.º****Secretaria de comando militar**

1. O comandante militar é apoiado por uma secretaria de comando militar, que é servida pelo pessoal da secretaria de uma das unidades ou estabelecimentos da guarnição.

O comandante da região militar determina qual a unidade que toma esse encargo.

2. Embora conveniente, para facilidade de trabalho, não é indispensável que o comandante militar e a secretaria do comando militar pertençam à mesma unidade ou estabelecimento.

Artigo 82.º**Serviço ordinário de guarnição**

1. Os encargos de serviço ordinário de guarnição, resultantes da atribuição pelos escalões superiores de responsabilidades operacionais e afins, ou gestão de infraestruturas comuns, competem às respectivas unidades ou órgãos.

2. Quando necessário, será nomeada ronda à localidade, a fim de fiscalizar o comportamento dos militares fora dos aquartelamentos.

3. No capítulo V faz-se referência detalhada aos serviços de guarda de guarnição e ao serviço de ronda.

CAPÍTULO V**SEGURANÇA****SECÇÃO A****Princípios gerais****Artigo 83.º****Finalidade e âmbito**

1. É prioritária a preocupação do comandante de unidade em relação à segurança.

2. As medidas de segurança de uma unidade envolvem disposições para o controlo de acessos, para a defesa imediata e para a intervenção.

Tais disposições devem ser prescritas de modo a adaptar as determinações regulamentares às condições específicas do quartel, do meio e da situação geral.

Artigo 84.º**Conceitos básicos**

1. O controlo de acessos obedece às normas de segurança em vigor tendo em vista evitar que pessoas não autorizadas entrem em áreas condicionadas.

2. A defesa imediata é garantida pela guarda da polícia, cuja acção de vigilância é exercida por meio de dispositivos materiais apropriados, sentinelas e animais.

3. Os procedimentos a prescrever às guardas são de duas naturezas:

a. Os que têm em vista missões de segurança e obedecem a conceitos táticos;

- b. Os que têm por objectivo o culto do espírito militar concretizando-o no aprumo, na correcção de atitudes e na dignidade das cerimónias específicas e tradicionais.
- 4. O serviço de guarda deve, pois, considerar-se uma actividade nobre que resume e reflecte o espírito de corpo e a proficiência da unidade.
- 5. As forças constituídas para a intervenção têm por base subunidades orgânicas operacionais e devem estar preparadas para, em qualquer momento, poderem ser utilizadas de imediato.

SECÇÃO B

Defesa imediata

Artigo 85.º

Disposições gerais

- 1. A guarda de polícia exerce a sua acção pela colocação de sentinelas em postos de vigi-lância, instalação de postos de segurança, actuação de grupos de intervenção e a realização de rondas.
- 2. Os postos de vigilância e segurança devem ser controlados de modo a garantir a eficiência do serviço, para o que:
 - a. Devem ser rondados pelos graduados da guarda e, eventualmente por outros graduados de serviço, conforme o que estiver estabelecido pelo comandante da unidade;
 - b. Devem estar ligados ao comando da guarda com meios que permitam:
 - (1) Verificar que o pessoal que os garante está vigilante;
 - (2) Que o pessoal que os garante comunique qualquer ocorrência na área do posto.
- 3. Para identificação mútua das sentinelas e do pessoal de ronda usar-se-ão palavras de passe ou os processos referidos nos Regulamentos de Campanha.
- 4. Para fiscalização da execução das rondas, o comandante pode ordenar a utilização de relógios de ronda ou outro meio de registo.

Artigo 86.º

Definições, composição e normas gerais

- 1. Guarda é uma força militar armada colocada geralmente pelo espaço de vinte e quatro horas nos quartéis ou outros locais, a fim de garantir a defesa imediata.

A guarda ao quartel denomina-se de «polícia» e, as exteriores, de «guarnição».
- 2. São designações relacionadas com guardas as seguintes:
 - «Distrito da guarda» — é a área contínua ao corpo da guarda marcada pelo comandante da unidade e cujos limites não podem ser ultrapassados pelo pessoal da guarda sem autorização superior.
 - «Corpo da guarda» — é o alojamento onde recolhem as praças que a compõem.
 - «Posto da guarda» — é o local de formatura da guarda no qual se prestam continências.
 - «Sentinela» — é a praça da guarda armada postada por um certo espaço de tempo em determinado lugar para o vigiar e executar o que lhe for determinado.
 - «Sentinela das armas» — é a que está colocada junto do corpo da guarda.
 - «Sentinelas isoladas» — são as restantes.
 - «Sentinelas isoladas volantes» — são as que não têm posto fixo, sendo obrigadas a fazer certo giro para exercerem a sua vigilância.
 - «Posto de sentinela» — é o lugar onde a sentinela é colocada e onde habitualmente presta as continências.
 - «Quarto de sentinela» — é o espaço de tempo durante o qual as praças estão colocadas de sentinela. Terá a duração de duas horas, salvo casos especiais; em condições de clima difíceis, o comandante da guarda pode reduzir este período.

«Quarto da guarda» — é o conjunto de praças que entram ou saem de sentinela à mesma hora. Também se lhe dá o nome de «turno de sentinela».

«Patrulha» — é uma força destinada a policiar determinadas zonas da área de responsabilidade da guarda. O seu efectivo é variável, consoante as circunstâncias de situação e da área.

«Plantão» — é uma praça da guarda normalmente com missão apenas de vigilância durante o dia e de menor exigência de esforço. Por isso, não fica sujeito ao regime de quarto de sentinela, será rendido apenas para as refeições e pode ser autorizado a sentar-se no posto, em condições apropriadas.

«Reforço da guarda» — é o conjunto de praças que é aumentado ao efectivo da guarda para guarnecer os postos de sentinela que são montados durante a noite ou em situações especiais.

3. Em princípio, todo o pessoal da guarda deve pertencer à mesma subunidade operacional; o reforço pode ser constituído por pessoal das subunidades não operacionais.

Quanto à composição das guardas da polícia e de guarnição, deve observar-se o seguinte:

- a. Quando a guarda for de comando de oficial, este será o comandante da subunidade designada para a guarda;
- b. Quando a guarda for de comando de sargento e para nomeação do comandante houver que recorrer à escala, esta será constituída pelos primeiros-sargentos e segundos-sargentos da companhia que a fornece; se tal não for possível, serão, para o efeito, afectos à companhia os sargentos necessários, em princípio da mesma arma ou serviço;
- c. O efectivo em praças é regulado pelo número de sentinelas multiplicado por três, mais os elementos necessários para as patrulhas, se as houver.

5. O comandante da unidade pode afectar determinadas guardas a subunidades definidas, em razão da especificidade dos cuidados de segurança ou do serviço.

6. O pessoal da guarda mantém-se em condições de imediata intervenção: o comandante sempre equipado e armado e as praças, no mínimo, sempre equipadas e municadas.

7. Os comandantes das unidades fazem sempre publicar determinações de segurança que respeitem à guarda. Dessa publicação deve existir um exemplar na casa da guarda, a passar de comandante a comandante, com menção na respectiva parte da guarda.

Dessas determinações deve constar, entre outras disposições, o seguinte:

- a. Composição da guarda em pessoal, armamento e munições;
- b. Dispositivo e missões dos postos de sentinela;
- c. Condições de emprego de meios;
- d. Conduta em caso de incidentes;
- e. Disposições quanto às palavras de passe;
- f. Medidas contra incêndios e outras emergências;
- g. Horário de encerramento dos acessos ao quartel e redução ou extinção de luzes;
- h. Controlo de acessos ao quartel.

Artigo 87.º

Deveres do pessoal das guardas

1. O comandante de guarda de polícia executa as instruções determinadas pelo comandante patentes na casa da guarda, bem como as ordens que receber do oficial de dia. Além disso, compete-lhe:

- a. Fazer a leitura das respectivas instruções antes da rendição da guarda e relacionar as praças depois de a guarda destroçar;
- b. Verificar, logo que tome posse do corpo da guarda, pelo respectivo mapa, a existência e estado dos utensílios e, pela nota dos presos que lhe apresentar o comandante da guarda que sai, se os mesmos estão efectivamente na prisões;

- c. Participar, ou mandar participar pelo cabo ao oficial de dia, que tomou posse da guarda e as faltas que encontrou, as quais são mencionadas na respectiva parte da guarda;
 - d. Não consentir que militar algum saia do quartel sem ir devidamente aseado e uniformizado, conforme as ordens em vigor, nem permitir que saiam artigos da Fazenda ou quaisquer outros sem que seja justificada essa saída;
 - e. Não permitir que qualquer indivíduo entre ou saia do quartel sem que seja cumprido quanto está determinado na unidade sobre controlo de acessos;
 - f. Ao respectivo toque assumir o comando do reforço à guarda de polícia e integrá-lo no efectivo da guarda;
 - g. Formar a guarda ao toque do recolher, verificando se todos estão presentes, mandá-los destroçar logo que para tal receba ordem do oficial de dia; mandar fechar a porta do quartel quando lhe for determinado, devendo então fazer recolher a sentinela das armas e entregar a chave ao oficial de dia;
 - h. Mandar abrir a porta do quartel às horas que estiverem estipuladas para tal, assistindo sempre a este acto; relacionar as praças que entrem, anotando a hora da entrada; não consentir que, sem a necessária autorização, praça alguma saia depois do recolher;
 - i. Rondar as sentinelas, quando lhe for ordenado, e fazer-las rondar pelo pessoal graduado sob as suas ordens e verificar se o brado de alerta é executado em conformidade com o que estiver estipulado;
 - j. Ao toque de alvorada, mandar formar a guarda e levantar o reforço, o qual manda destroçar depois da conferência do pessoal; mandar abrir a porta do quartel e ordenar que as praças, por turnos da terça parte da força da guarda, procedam à higiene pessoal e à limpeza do corpo da guarda;
 - 1. Dar as instruções precisas ao pessoal da guarda que tenha de acompanhar presos dentro do quartel e aos postos de sentinela eventuais montados na enfermaria para guarda de presos com baixa;
 - m. Formar a guarda rapidamente ao brado de armas das sentinelas ou ao sinal de alarme, reconhecendo imediatamente o motivo, e agir por iniciativa própria, se for caso disso;
 - n. Dar imediato conhecimento ao oficial de dia das ocorrências que ultrapassem a sua competência, mandando entregar, à hora que estiver determinada, a parte da guarda, a relação das praças que entraram durante a noite e as minutas das dispensas do recolher, onde será anotada e rubricada a hora da entrada, e outros documentos relativos ao serviço; finalmente, prestar ao que o for render todos os esclarecimentos que forem necessários.
2. Os cabos da guarda, além dos deveres inerentes à sua graduação, têm de cumprir mais os seguintes:
- a. Render as sentinelas, alternando-se neste serviço quando houver mais do que um, verificando que cada uma delas transmite fielmente a missão do posto, o processo de ligação, as ocorrências suspeitas e as palavras de passe estabelecidas; fica responsável, juntamente com a sentinela que cometa infracção, aquele que não observar esta disposição;
 - b. Rondar as sentinelas, quando lhe for determinado, dando parte ao comandante da guarda de quaisquer faltas e ocorrências observadas;
 - c. Coadjuvar o comandante da guarda em todo o serviço respeitante à segurança, à vigilância dos presos, asseio e alimentação destes e limpeza das prisões e do corpo da guarda.
3. As diferentes sentinelas de guarda cumprem o que se achar estabelecido nas respectivas instruções relativas a cada posto de sentinela, devem ser respeitadas por todos os militares de qualquer graduação e pelos indivíduos da classe civil e têm os seguintes deveres gerais:
- a. Estar sempre vigilante e bem quadrada no posto em que for colocada, ou marchando

em ordinário até dez passos para cada lado desse posto, conduzindo a arma da forma que estiver determinada para a marcha;

- b. Não abandonar a arma sob pretexto algum e tê-la sempre pronta a empregar, de acordo com as instruções que tiver recebido;
- c. Não fumar, comer, beber, dormir, sentar-se, deitar-se, ler ou ouvir rádio, nem falar sem necessidade provada com qualquer pessoa;
- d. Não consentir que nas proximidades do seu posto se façam imundícies, nem permitir que pessoa alguma ali pratique acções contrárias ao brio ou ao decoro;
- e. Não se abrigar senão quando chover, saindo sempre que tiver que prestar continência;
- f. Não questionar com pessoa alguma; quando não seja prontamente obedecida no cumprimento das suas instruções, deve prender o desobediente e chamar o cabo da guarda por meio da ligação que tiver à disposição ou bradar às armas;
- g. Não consentir ajuntamentos próximos do seu posto, nem mesmo das praças da própria guarda, nem permitir que ali se faça gritaria ou qualquer espécie de motim;
- h. Atender na posição de sentido as pessoas que se lhe dirijam;
- i. Prestar as continências sempre com a maior correcção, no seu posto e de acordo com o que estiver determinado no Regulamento de Continências e Honras Militares (RCHM).
- j. Inteirar-se das suas obrigações, tanto gerais como privativas do posto, portar-se com a maior correcção e absoluta seriedade, não se distraindo, sob pretexto algum, do exacto cumprimento dos seus deveres e tendo sempre presente que as faltas cometidas por sentinela são consideradas de maior gravidade.

4. O comandante da guarda de guarnição toma conhecimento da missão que vai desempenhar e tem por deveres gerais:

- a. Fazer a leitura das respectivas instruções, ou mandá-la fazer, se for oficial, antes da rendição das sentinelas e relacionar as praças depois da guarda destroçada;
- b. Apresentar-se à entidade a que estiver afecto;
- c. Exercer vigilância na manutenção da disciplina de toda a força da guarda, velando pelo exacto cumprimento das obrigações das sentinelas, sem que nada possa justificá-lo de qualquer negligência;
- d. Dar parte das faltas cometidas pelo pessoal da guarda ao oficial de ronda, se o houver, e mencioná-las na parte da guarda;
- e. Fazer conservar rigorosamente uniformizado todo o pessoal da guarda, não consentindo que qualquer esteja vestido diferentemente;
- f. Passar revista às praças, depois do toque da alvorada e de feita a limpeza no corpo da guarda, para verificar se todas estão convenientemente asseadas e ataviadas;
- g. Tomar as medidas determinadas pelas instruções que regulam o serviço da guarda quando tiver conhecimento de qualquer alteração de ordem pública;
- h. Rondar as sentinelas e faze-las rondar pelo pessoal graduado sob as suas ordens;
- i. Tomar providências junto da entidade a quem estiver afecto para solução das deficiências que prejudiquem o serviço da guarda;
- j. Dar conhecimento à sua unidade caso adoeça, falte ou tenha sido preso algum elemento da guarda ou de qualquer ocorrência que reclame providências de pessoal; em caso urgente, pode requisitar à unidade ou estação policial mais próxima a condução do doente, participando o facto ao comando da respectiva unidade, para este mandar a baixa ao hospital e fazer a sua substituição;
- 1. Não se afastar da guarda por pretexto algum e conservar-se rigorosamente uniformizado e armado, tanto de dia como de noite;
- m. Comparecer no seu lugar todas as vezes que a guarda forme, não podendo nunca delegar a sua autoridade em inferiores;

- n. Verificar, ou fazer verificar, sendo oficial, a existência e estado dos artigos pelo mapa respectivo existente no corpo da guarda, dando parte das diferenças que encontrar;
 - o. Entregar na secretaria, quando regressar ao quartel, uma parte da guarda na qual esteja relacionado todo o pessoal da guarda e anotadas as ocorrências que porventura se tenham dado.
5. Os sargentos, fazendo parte da guarda de comando de oficial, são os auxiliares directos do comandante da guarda e cumprem as ordens e instruções que deste receberem, competindo-lhes:
- a. Rondar as sentinelas, sempre que lhes for determinado pelo comandante da guarda, dando parte de qualquer falta observada e vigiar que o serviço e a rendição das sentinelas seja feito conforme o determinado;
 - b. Ao mais antigo, fazer a leitura das instruções especiais escritas e patentes no corpo da guarda e escriturar os documentos e a correspondência, segundo as indicações dadas pelo comandante.

Artigo 88.º

Rendição de guardas e sentinelas

1. Na rendição da guarda observar-se-á o seguinte:
 - a. À aproximação da guarda que vai entrar, a sentinela de armas brada às armas;
 - b. A guarda que entra forma à esquerda da que sai, no mesmo alinhamento, e apresenta armas;
 - c. A guarda que sai corresponde com igual continência, ao mesmo tempo que o terno de corneteiros ou clarins executa os primeiros compassos da marcha de continência;
 - d. Concluída esta formalidade, o comandante da guarda que entra numera os soldados da guarda por números seguidos e lê ou manda ler, sendo oficial, as instruções escritas patentes no corpo da guarda;
 - e. Seguidamente, manda sair o primeiro turno de sentinelas para efectuar a rendição do antigo, devendo o cabo da guarda que entra formar à direita dos soldados e o cabo da guarda que sai à esquerda. Estes procederão à rendição, posto por posto, sob o comando do primeiro;
 - f. Rendida a última sentinela, o cabo da guarda que sai troca lugar com o que entra e comanda o turno de sentinelas até ao posto da guarda, onde entram nas formaturas respectivas;
 - g. O comandante da guarda que entra toma conta, em presença do outro comandante, do corpo da guarda e de tudo o que fica à sua responsabilidade, assinalando na parte da guarda, elaborada pelo comandante da guarda que sai, quaisquer diferenças que porventura encontre, tanto no número como no estado dos documentos, utensílios e outro material constantes no quadro da carga afixado, ou nota negativa;
 - h. Rendidas as sentinelas, os comandantes das guardas retomam os seus lugares na fileira; a guarda que sai, antes de retirar, faz a continência de apresentar armas, que pela outra é seguidamente correspondida;
 - i. Logo que a guarda rendida se afaste vinte passos, o comandante da guarda que a rendeu indica às praças o posto e o distrito da guarda, após o que as conduz para o corpo da guarda, onde manda destroçar e arrumar as armas.
2. As guardas, ao formarem, devem obedecer ao preceituado no Regulamento de Continências e Honras Militares.
3. As sentinelas são rendidas no respectivo posto de sentinela, procedendo-se para o efeito do modo seguinte:
 - a. O cabo da guarda forma o turno de sentinelas que vai entrar de posto e marcha, em cadência normal, em direcção ao primeiro posto de sentinela;

- b. A cinco passos de distância do posto dá a voz de alto e de seguida diz:

«Sentinela que entra, avance».

Esta, em movimentos correctos de ordem unida, coloca-se em frente da sentinela que vai ser rendida, a qual previamente toma a posição de sentido;

- c. O cabo da guarda coloca-se no flanco das referidas sentinelas e ouve a sentinela que vai ser rendida transmitir à que entrar as instruções e obrigações do posto, corrigindo, se for necessário;

- d. De seguida o cabo da guarda ordena:

«Sentinela rendida, um passo à esquerda.»

«Sentinela que rende, um passo em frente.»

«Aos seus lugares, marche.»

À voz de execução, as sentinelas procedem de acordo, ficando no posto a sentinela que rende e recolhendo a rendida à cauda da formatura do turno de sentinelas;

- e. Depois de percorrer todos os postos pelo mesmo modo, o cabo da guarda comanda a formatura do turno de sentinelas rendido até ao corpo da guarda, onde manda destroçar.

4. Tanto na rendição de guardas como na rendição de sentinelas, deve ser observado com o máximo rigor o que estiver estabelecido sobre medidas de segurança relativamente ao armamento do pessoal.

SECÇÃO C

Intervenção

Artigo 89.º

Conceitos gerais

1. Os comandantes das unidades devem tomar as medidas adequadas com vista a possibilitar imediatamente, em qualquer momento, a intervenção de, pelo menos, parte dos meios operacionais de que dispõem.

2. O nível de efectivos e o grau de prontidão dos meios de intervenção dependem da situação e das instruções específicas estabelecidas pelos escalões de comando superiores para cada uma delas.

Nesta secção apenas são referidas medidas relativas à situação normal.

3. Os meios de intervenção para a situação normal designam-se por «piquetes» e «permanências», consoante o seu grau de prontidão, e as respectivas forças serão constituídas, em princípio, com base em subunidades orgânicas.

4. Durante os períodos de actividade plena, o pessoal de intervenção pode desenvolver a sua actividade nas ocupações de serviço orgânico, mantendo-se sempre pronto para uma imediata comparência, logo que seja dado o alarme ou convocado por qualquer meio.

Artigo 90.º

Piquete

1. O piquete é uma força armada de efectivo variável, em regra de pelotão, previamente designada e tem por missões gerais:

- Permitir ao comandante de unidade imediata intervenção de forças perante qualquer situação;
- Reforçar qualquer posto da guarda ou ocupar qualquer posição de interesse para a segurança do quartel eventualmente ameaçada;
- Actuar no exterior em missão relacionada com a segurança de instalações militares ou de reforço à ronda;

- d. Colaborar no controlo de danos e limitação de avarias e noutras actividades de prevenção e defesa no âmbito da protecção civil, tanto no interior como no exterior de zonas de interesse militar, quer em intervenção directa quer em acções de policiamento e controlo.

2. O piquete forma à parada da guarda, no flanco esquerdo da formatura, é inseparável do quartel, salvo para intervenção, e o pessoal mantém-se sempre equipado.

As praças devem pernoitar todas na mesma dependência e os graduados em quartos anexos ou, no mínimo, em locais previamente designados e do conhecimento do oficial de dia.

3. Ao constituir o piquete o respectivo comandante passa revista ao pessoal, ao armamento e às viaturas, confere as munições e toma as medidas necessárias para garantir a absoluta eficiência da força.

4. A fim de possibilitar a sua imediata intervenção nas melhores condições, em princípio, o pessoal de piquete não toma parte em serviços de vigilância durante a noite.

5. É da responsabilidade do comandante do piquete o controlo frequente do pessoal e ainda da segurança de todo o material que lhe tiver sido afecto.

Para o efeito, toma as medidas convenientes, nomeando o pessoal necessário para a guarda do material, prescrevendo aos graduados as instruções para a fiscalização do serviço e ordenando formaturas.

6. A intervenção do piquete faz-se à ordem do comandante ou do oficial de dia à unidade.

7. A entidade que ordenar o empenhamento do piquete deve tomar imediatamente medidas para a constituição de outro, mesmo à custa do pessoal das subunidades não operacionais, de acordo com o grau do referido empenhamento.

Artigo 91.º

Permanências

1. O comandante da unidade pode determinar, quando o ache conveniente, que permaneçam nos quartéis determinados efectivos, quer qualificados (elementos do comando ou de serviço técnico), quer operacionais, especialmente nos dias e períodos de actividade reduzida.

Tais efectivos têm por finalidade dar mais eficiência à continuidade do comando, garantir determinada função técnica e reforçar o piquete.

2. O comandante define o grau de prontidão da permanência a qual pode ser semelhante à do piquete ou gradualmente menor, até à simples presença na localidade.

3. Também é fixado pelo comandante o sistema de controlo do pessoal de permanência, tanto no que se refere a eventuais formaturas, como à apresentação dos vários graduados ao oficial de dia ou ao oficial de permanência mais graduado, se existir.

SECÇÃO D

Escoltas, rondas e ordenanças

Artigo 92.º

Escoltas e presos

1. Escoltas são forças destinadas à condução de presos, tanto militares como civis, ou a outros fins especiais que requeiram medidas de segurança em deslocamento.

2. A condução de presos para fora de unidades, salvo casos muito extraordinários, deve fazer-se em viaturas auto, de preferência em carros celulares.

Quando o preso tem como destino outra unidade ou estabelecimento prisional, estes devem ser prevenidos com antecedência.

3. As escoltas encarregadas de conduzir presos devem adoptar os procedimentos seguintes:
 - a. Dar prioridade à entrega dos presos nas unidades ou nos estabelecimentos a que se destinam; só após isso as escoltas tratarão de qualquer outra formalidade;
 - b. Quando acompanharem presos que vão responder no foro civil, devem, mesmo em caso de condenação, reconduzi-los à unidade ou estabelecimento donde saíram;
 - c. Se os presos forem sentenciados ou criminosos de importância, o comandante da escolta, antes de começar a marcha, manda carregar as armas diante deles e previne-os de que, se tentarem evadir-se, fará uso delas; distribui um preso a cada dois soldados como reténs, tomando nota dos números dos soldados e do nome dos presos que lhes distribuiu, tornando aqueles responsáveis pela segurança destes, e recomenda às praças de escolta que não devem intrometer-se na perseguição de qualquer fugitivo ou no restabelecimento da ordem, no caso de se dar algum tumulto entre os presos, quando nesse número não entrar o que lhe tiver sido confiado;
 - d. Na ocasião de receberem os presos, os comandantes das escoltas mandam revistá-los minuciosamente, apreendendo-lhes todos os objectos com que possam praticar qualquer agressão, não consentindo que eles façam uso de bebidas espirituosas, empregando os meios que julgarem convenientes para a sua segurança e melhor conservação da ordem;
 - e. Como regra, as escoltas marcham com armas carregadas em formatura de coluna por dois, com os presos ao centro das fileiras. Nas escoltas de comando de cabo, este marcha na retaguarda do preso ou presos; nas de comando de sargento ou oficial, marcha sempre um graduado na retaguarda do último preso;
 - f. Quando houver que transportar presos em transportes públicos, tomam-se providências para a reserva de lugares.

Os presos viajam entre as praças que os têm à sua responsabilidade, não permitindo que se aproximem das janelas e empregando a maior atenção para prevenir alguma tentativa de evasão, devendo redobrar a vigilância na ocasião de paragens, embarque ou desembarque de pessoal.
4. Quando os presos sejam militares, cumpre aos comandantes das escoltas observar o seguinte, relativamente aos artigos de fardamento:
 - a. Quando receberem os presos, conferir sempre, pelas respectivas relações, todos os artigos de fardamento, dando, caso haja falta, imediatamente parte à autoridade competente;
 - b. Os referidos artigos só durante a marcha são confiados aos presos, mas sempre sob a vigilância da força que os conduz;
 - c. Em poder do comandante da escolta e sob a sua inteira responsabilidade, ficam os referidos artigos quando haja de se estacionar ou pernoitar em qualquer localidade.
5. Os comandantes das escoltas evitam, por todos os meios ao seu alcance, que os presos confiados à sua guarda sejam maltratados ou por qualquer forma injuriados.
6. As escoltas para fins especiais são objectos de instruções específicas, ou seguem as determinações e preceitos definidos nos regulamentos próprios.

Artigo 93.º

Rondas

1. Ronda é uma força que tem por missão, fundamentalmente, fiscalizar o comportamento dos militares fora do quartel.
2. Quando houver na localidade mais de que uma unidade ou estabelecimento militar, este serviço é regulado pelo comando da Região Militar/Zona Militar (RM/ZM).
3. Quando existir uma unidade de Polícia do Exército, é a esta cometido o serviço de ronda, nas condições expressas no Regulamento da Polícia do Exército.

4. A composição e articulação da força de ronda são variáveis, consoante as circunstâncias locais, mas tendo em atenção que:

- a. Quando a ronda for de comando de oficial, este deve estabelecer os percursos e o horário a cumprir pelas patrulhas de ronda, fiscalizar a sua actuação, fazer as participações das ocorrências e elaborar o relatório;
- b. Quando for de comando de sargento, este procede como foi prescrito para o oficial e comanda directamente uma das patrulhas, podendo, se tiver pessoal para tal constituir e coordenar tantas outras quantas o número de cabos e soldados lhe permita;
- c. Cada patrulha de ronda tem o mínimo de um cabo e um soldado;
- d. O oficial, quando se deslocar para fiscalizar o serviço das patrulhas, faz-se acompanhar por uma praça que serve de ordenança.

5. O pessoal de ronda, durante o serviço, desloca-se em viatura ou a pé.

Em qualquer caso, os militares seguem sempre em atitude correcta e rigorosamente uniformizados.

No exercício das suas funções, e em todas as circunstâncias, este pessoal deve ser considerado como sentinela armada e respeitado como tal pelos militares de todas as graduações e pelos indivíduos da classe civil.

6. Nas suas intervenções a ronda adopta sempre procedimentos firmes, mas discretos, evitando, quanto possível, a intromissão de populares e as discussões, e observa o seguinte:

- a. Os militares suspeitos de infracção são imediatamente detidos e conduzidos ao quartel, salvo nas mais ligeiras, em que basta identificá-los e anotar a falta para efeitos de participação no relatório;
- b. No caso do infractor ser de graduação superior à do comandante da patrulha, este faz diligências no sentido de a intervenção ser feita por outro militar de igual patente ou superior à daquele;
- c. Em caso de flagrante delito a que corresponda a pena de prisão, a patrulha detém o delinquente, ainda que civil, conduzindo-o à sua unidade, e elabora imediatamente a participação da ocorrência para que o detido, caso não esteja sujeito ao foro militar, seja entregue à autoridade civil no prazo estabelecido por lei;
- d. A abordagem dos que apresentarem comportamento anormal deve ser feita por militares da mesma graduação ou classe para evitar eventual prática de insubordinação.

7. Além de outras que eventualmente lhe sejam cometidas, a ronda tem as seguintes atribuições:

- a. Deter os militares ausentes sem licença, insuficientemente documentados ou cuja situação não esteja definida;
- b. Fazer cumprir as determinações sobre uniformes;
- c. Manter a ordem entre os elementos das forças militares e fazer com que estes cumpram as leis e regulamentos e respeitem os costumes civis;
- d. Deter o pessoal militar que apareça em público embriagado ou em qualquer estado que colida com as disposições disciplinares.

8. O uniforme, equipamento, armamento e distintivos a utilizar são definidos pelo comando da RM/ZM.

Artigo 94.º

Ordenanças

1. Designam-se por «ordenanças» os militares nomeados para:

- a. Acompanhar os oficiais e outras entidades que a isso tenham direito, de acordo com o RCHM, e desempenhar o serviço que pelos mesmos lhes for determinado;

- b. Prestar serviço nas secretarias e órgãos a que pelo comandante seja reconhecida necessidade para a transmissão de ordens, condução de correspondência e acompanhamento de pessoas estranhas à unidade.
2. Quando o serviço a que forem afectas tiver carácter orgânico, as ordenanças são permanentes, podendo acumular as funções específicas com outras, designadamente de segurança e de condução de viaturas.
3. As ordenanças de que trata a alínea a. do n.º 1, apresentam-se ao oficial ajudante da entidade que a elas tem direito, ou à entidade, e cumprirão o que sobre o assunto estiver estabelecido no RCHM.

CAPÍTULO VI JUSTIÇA E DISCIPLINA

SECÇÃO A Generalidades

Artigo 95.º

Importância e requisitos da disciplina

1. O espírito de corpo e a proficiência de uma unidade são consequência directa da ligação pessoal entre os vários escalões de comando. Essa ligação pessoal será tanto mais perfeita e harmoniosa quanto melhor e mais conscientemente as regras de relação mútua forem cumpridas por todos.

Tais regras e as prescrições que têm por objectivo a formação castrense dos militares estão contidas no Regulamento de Disciplina Militar.

Por isso, todos os militares com funções de comando, de qualquer escalão, devem conhecer e fazer conhecer tal Regulamento e procurar eles próprios ser exemplo do que nele se preceitua.

2. Contribui igualmente para a obtenção de um bom ambiente de convívio o conhecimento correcto das regras internas que regulam os procedimentos e as actividades dos vários órgãos.

Por isso, os comandantes das unidades devem procurar que quer as NEP quer outras ordens ou instruções, sejam perceptíveis e exequíveis por quem tem de as executar; posteriormente velam pelo seu exacto cumprimento.

3. Toda a determinação que se torne desajustada deve ser imediatamente corrigida e actualizada.

Compete a quem der conta desse desajustamento fazer imediata e pertinente proposta; todavia, enquanto a determinação não for alterada deve continuar a ser cumprida.

Artigo 96.º

CrITÉrio na acção disciplinar

O critério a adoptar na acção disciplinar é pessoal. No entanto, os comandantes de unidade, através de reuniões de comando ou por outros processos julgados convenientes, procurarão um ajustamento dos critérios dos comandantes das subunidades, quer a premiar quer a punir.

Artigo 97.º

Organização de processos

1. Nas unidades a organização de processos com base em despacho do comandante está a cargo

de uma secção de justiça. Esta exerce um cuidadoso controlo sobre o serviço que lhe incumbe, para o que procede como segue:

- a. O chefe da secção faz registar os processos em livro próprio, cujas folhas são numeradas e rubricadas pelo comandante;
- b. O oficial encarregado da elaboração do processo rubrica, em casas próprias, as datas do respectivo recebimento e entrega dos mesmos.

2. A nomeação dos oficiais instrutores dos processos e a dos escrivães é feita nos termos do Regulamento de Disciplina Militar e objecto de publicação em ordem de serviço.

3. No caso de ocorrências ou faltas que requeiram elaboração de processo fora das horas de actividade plena, observa-se o seguinte:

- a. O oficial de dia dá início às averiguações, nomeando, se necessário, para o efeito o escrivão de entre o pessoal presente na unidade;
- b. Logo que possível, submete o caso a despacho do comandante para manter ou substituir o oficial averiguante e, dá conhecimento à secção de justiça do que se passar;
- c. A secção de justiça promove o registo e controlo destes processos como se tivessem sido distribuídos por seu intermédio.

4. Em caso de ocorrência de crime, procede-se de acordo com o estabelecido no Código de Justiça Militar e nas disposições que regulam a sua aplicação.

SECÇÃO B

Reclamações e petições

Artigo 98.º

Reclamação sobre nomeação para serviço

1. O militar que, tendo sido nomeado para qualquer dos serviços consignados neste regulamento, não se conformar com essa nomeação, ou quando, pertencendo-lhe por escala, não for nomeado, pode reclamar; a reclamação não tem efeitos suspensivos sobre a nomeação.

2. A reclamação deve ser singular, formulada em termos moderados e respeitosos e dirigida, verbalmente ou por escrito e pelas vias competentes, no prazo de quarenta e oito horas a contar do conhecimento do facto que lhe dá origem, à entidade a quem compete resolver.

3. Quando a reclamação não for julgada procedente, assiste ao reclamante, após lhe ser dado conhecimento do despacho, o direito de recurso no prazo de cinco dias para a entidade imediatamente superior àquela que primeiro resolveu, a fim de essa, em última instância, tomar a deliberação que houver por conveniente.

4. As entidades a quem são dirigidas reclamações ou recursos devem dar ou mandar dar conhecimento, aos interessados, das decisões tomadas.

Artigo 99.º

Procedimentos relativos a petições

1. Todo o militar pode apresentar qualquer petição, desde que a formule em termos moderados e respeitosos. As petições são apresentadas verbalmente ou por escrito, dirigidas pelas vias hierárquicas à entidade competente para resolver e devem ser acompanhadas dos documentos exigidos pela legislação que regular o assunto.

2. O tratamento a dar às petições é o seguinte:

- a. As que forem apresentadas em termos inconvenientes não só não têm seguimento, como dão lugar a procedimento disciplinar;

- b. As que não tenham fundamento legal são arquivadas pela entidade que as receber;
 - c. As que não sejam abrangidas pelas alíneas anteriores são accionadas imediatamente, através das vias competentes.
3. As petições são sempre informadas pelos vários escalões hierárquicos que se pronunciam sobre o merecimento do requerente e influência da matéria requerida sobre a regularidade do serviço.
4. Deve ser dado conhecimento aos interessados das decisões tomadas acerca das suas petições.
5. Decorridos sessenta dias após a apresentação de uma petição, é facultado ao interessado solicitar conhecimento da decisão tomada.
- Aos serviços compete em tais casos dar conhecimento do andamento da petição, caso a mesma não tenha sido despachada.

CAPÍTULO VII

ADMINISTRAÇÃO DAS UNIDADES

SECÇÃO A

Generalidades

Artigo 100.º

Âmbito e responsabilidade

1. A administração das unidades compreende três áreas principais — a do pessoal, a do material e a financeira — e tem em vista o melhor rendimento de cada uma delas em proveito da proficiência da unidade.

Embora se estabeleçam normas para cada uma dessas áreas, é indispensável coordená-las para obter a conjugação de esforços sobre o objectivo pretendido.

2. O comandante da unidade é o seu administrador e o principal responsável nesse âmbito. A ele compete conceber as actividades e prever e organizar os meios que serão postos em acção coordenada.

Artigo 101.º

Órgãos de apoio

Nas unidades, o comandante tem como órgãos de apoio:

- a. O estado-maior, nos aspectos de elaboração de estudos e de fiscalização;
- b. A subunidade de serviços, no que se refere à guarda e controlo dos materiais;
- c. O órgão de administração financeira, no que respeita à obtenção, aplicação e controlo dos recursos financeiros.

Artigo 102.º

Respeito pelos bens da Fazenda Nacional

1. Nas suas directivas o comandante deve ter em conta e evidenciar a preocupação da defesa dos interesses da Fazenda Nacional.

2. A fim de que todos os militares prossigam hábitos de respeito pelo esforço que a Nação faz para custear as Forças Armadas, é recomendável que seja dado a conhecer, de forma prática, o preço dos materiais que utilizam e consomem nos quartéis, bem como as medidas de economia preconizadas.

SECÇÃO B**Administração do pessoal****Artigo 103.º****Normas Gerais**

1. As normas gerais sobre a administração de pessoal são difundidas pelo Departamento de Pessoal do EME.

As medidas a tomar nas unidades submetem-se à orientação dessas normas.

2. Nas unidades, coadjuvam o comandante na administração do pessoal:

- a. O estado-maior;
- b. A secretaria do comando e as subunidades.

Artigo 104.º**Salas de convívio e bares**

1. Nas unidades devem existir diferentes salas de convívio e bares, destinados exclusivamente a oficiais, exclusivamente a sargentos e exclusivamente a praças.

O pessoal militarizado e o pessoal civil frequenta as salas de convívio e bares correspondentes à equivalência das respectivas categorias.

2. Se o comandante o entender necessário e conveniente, pode determinar a instalação de um bar, em lugar apropriado, para servir todo o pessoal dentro das horas de actividade normal.

As normas reguladoras do seu funcionamento devem prescrever o seguinte:

- a. As condições de utilização, as quais devem limitar o tempo de permanência dos utentes ao mínimo indispensável;
- b. A entidade ou órgão responsável pela administração do bar;
- c. A sua dotação em pessoal servente;
- d. Horário de funcionamento;
- e. Os procedimentos quanto a prestação de contas e fiscalização em conformidade com o que estiver determinado.

Artigo 105.º**Actividades culturais e recreativas**

1. O comandante da unidade deve estimular o desenvolvimento de actividades culturais e recreativas com vista à valorização do pessoal.

2. Estas, actividades são programadas segundo a orientação e o sancionamento do comandante, de modo que:

- a. Promovam a útil ocupação dos tempos livres;
- b. Aproveitem e estimulem as aptidões especiais do pessoal da unidade;
- c. Contribuam para o desenvolvimento físico e o aperfeiçoamento de práticas desportivas;
- d. Estreitem os laços de camaradagem e desenvolvam o espírito de corpo;
- e. Elevem a cultura geral, sobretudo no conhecimento dos valores históricos, artísticos e sociais da região.

3. As equipas responsáveis por estas actividades são de constituição eventual, de acordo com as características da unidade e das disponibilidades de meios, e o pessoal nelas empenhado exerce-as por acumulação de funções, sem prejuízo do serviço.

4. As actividades desportivas determinadas superiormente ou que tenham relação com o programa de provas oficiais são consideradas actividades de serviço e programadas de acordo com as respectivas instruções.

Artigo 106.º

Apoio social

1. O apoio social que a unidade pode promover em favor do pessoal resulta do esforço e dedicação coordenados de todos os seus elementos e pode abranger:

- a. Cursos de habilitações literárias e profissionais;
- b. Apoio às famílias dos militares falecidos;
- c. Visitas a militares doentes.

2. Os cursos de habilitações literárias são organizados de harmonia com o que estiver estabelecido pelo Departamento de Instrução do EME.

Esses cursos devem dar prioridade à habilitação literária dos que desejam seguir as carreiras militares e funcionar sem prejuízo do serviço da unidade.

Para o efeito, o comandante formula instruções ou normas que fixem a direcção dos cursos, o corpo docente, a inscrição dos alunos, o horário, o local de funcionamento e o regime de frequência e aproveitamento.

3. A visita a militares doentes pode considerar dois casos:

- a. Visitas ao pessoal com baixa aos hospitais: deve processar-se de acordo com o que for determinado pelas regiões militares e hospitais;
- b. Visitas aos militares com baixa à enfermaria: o comandante prescreve, ouvido o médico da unidade, o horário e procedimento a adoptar para a visita aos doentes por parte de familiares.

SECÇÃO C

Administração dos materiais

Artigo 107.º

Materiais em carga

1. São materiais em carga à unidade os que são aumentados à unidade.

Os escalões superiores prescrevem as condições de utilização, as instruções de conservação e os procedimentos de controlo desses materiais.

2. Para administrar os materiais o comandante da unidade é coadjuvado por dois órgãos:

- a. O estado-maior;
- b. A subunidade de serviços.

Artigo 108.º

Materiais de consumo corrente

1. A proveniência dos materiais e artigos de consumo corrente tanto pode ser de dotações dos órgãos dos serviços de escalão superior como de aquisições feitas pela própria unidade.

Em qualquer caso, compete ao comandante da subunidade de serviços participar na previsão da sua obtenção e promover o seu controlo, de acordo com as determinações do comandante.

2. O controlo é feito segundo as regras seguintes:

- a. Todos os materiais de consumo corrente entrados na unidade são entregues no depósito, mediante guia de entrega;

- b. A guia de entrega, depois de certificada a recepção pelo fiel do depósito, dá entrada na Secção de Depósito da subunidade de serviços onde se escrituram as fichas dos artigos e serve de base ao respectivo lançamento;
- c. As requisições de materiais ou artigos, depois de autorizadas, serão entregues na Secção de Depósito para lançamento dos abates nas fichas;
- d. O levantamento dos materiais do depósito faz-se mediante a requisição depois de nela ser feita a indicação de que o abate na ficha foi efectuado;
- e. A requisição fica na posse do fiel como justificativo da saída do artigo ou material;
- f. As funções de responsável pela escrituração das fichas e as de fiel de depósito não podem ser acumuladas;
- g. O comandante completa estas regras e formula procedimentos para os casos urgentes e excepcionais.

SECÇÃO D

Administração financeira

Artigo 109.º

Escalões de responsabilidade

1. As normas gerais sobre administração financeira são difundidas pelo Departamento de Finanças do EME.

As medidas a tomar nas unidades submetem-se à orientação daquelas normas.

2. O comandante é o responsável pela aplicação das dotações que forem atribuídas à sua unidade.

É também o comandante quem define o programa de actividades que serve de base à quantificação orçamental.

3. As unidades dispõem de um órgão técnico de apoio ao comandante no que se refere à administração financeira. Este órgão depende directamente do comandante da unidade e tem ainda dependência técnica do Centro de Gestão Financeira respectivo.

4. O comandante deve prescrever o que achar conveniente no que se refere à utilização das dotações orçamentais e toma as medidas necessárias com vista à correcta aplicação dessas prescrições.

No entanto incumbe a todos os militares, em geral, zelar pela escrupulosa utilização dos bens e dos dinheiros postos à sua disposição para o cumprimento da missão.

Especialmente os graduados devem dar o exemplo no cuidado permanente da defesa dos interesses da Fazenda Nacional e incutir nos subordinados igual preocupação.

SECÇÃO E

Oficinas e obras

Artigo 110.º

Finalidade e enquadramento

1. As oficinas e as equipas de obras destinam-se à execução dos trabalhos de manutenção dos materiais, no escalão autorizado para a unidade, e à conservação do aquartelamento.

2. O efectivo do pessoal especialista militar ou civil é o que o quadro orgânico da unidade lhe atribuir. O comandante, quando necessário, poderá reforçar esse efectivo com outro pessoal, sem prejuízo das missões principais da unidade.

Artigo 111.º

Normas gerais de procedimento

1. Em princípio, para cada trabalho oficial ou de obras deve ser aberta uma folha de obra, nela se mencionando:

- a. A requisição do trabalho e a sua autorização;
- b. A estimativa em materiais e tempo de execução;
- c. A prioridade atribuída;
- d. O responsável pelo trabalho.

2. A folha de obra serve para:

- a. Basear a requisição de material ao armazém;
- b. Controlar a actividade do pessoal;
- c. Permitir a fiscalização dos trabalhos em curso;
- d. Justificar as verbas consumidas.

SECÇÃO F
Agro-Pecuária

Artigo 112.º

Responsabilidade e fiscalização

Nas unidades ou estabelecimentos em que existam explorações agro-pecuárias, compete à subunidade de serviços o accionamento das respectivas actividades.

CAPÍTULO VIII
INCORPORAÇÃO DE RECRUTAS

Artigo 113.º

Programa

1. A vida interna das unidades nos dias de incorporação deve ser especialmente caracterizada pela preocupação do bom acolhimento aos recrutas que vão iniciar a sua vida militar.

2. Os comandantes programam a recepção com as subunidades e os vários órgãos dos serviços, de modo a sensibilizar positivamente os recrutas para a melhor aceitação do cumprimento do dever militar, perspectivado na nobreza da devoção de serviço à Pátria.

3. A própria organização dos serviços administrativos e técnicos relativos à incorporação deve reflectir ordem, método, respeito mútuo, simplicidade e clareza, que são princípios indeclináveis do serviço militar que convém pôr em destaque, em moldes práticos, no primeiro contacto que o recruta tem com o quartel.

4. Para além disso, o programa deve conter ou prolongar-se por sessões recreativas e culturais. Estas devem evidenciar os factos históricos mais importantes relativos à unidade, para começar a lançar as bases do espírito de corpo e dar ao soldado recruta a percepção da sua integração numa família militar definida, onde ele passa a ser contado como mais um membro que vai entrar num período de preparação que o identificará com uma função pessoal e específica dentro dessa família, a que provavelmente também os seus ascendentes já pertenceram.

Artigo 114.º

Organização do serviço

1. As operações de incorporação devem decorrer em área bem definida do quartel.
As delegações dos vários serviços devem ser dispostas nessa área por ordem que permita a facilidade e continuidade do trânsito dos soldados recrutas.

Para o efeito, devem ser montadas, no mínimo, as seguintes delegações:

- Secretaria de comando;
- Órgão de mobilização;
- Secretaria das companhias de instrução;
- Serviço de saúde.

2. Cada companhia designa o número de praças julgado conveniente para acompanhar os soldados recrutas que lhe são destinados. Estas praças devem apresentar-se rigorosamente uniformizadas, recebendo instruções prévias no sentido de correcto comportamento neste serviço.

3. À medida que as companhias forem tendo pessoal incorporado, organizam pequenos grupos, comandados, no mínimo, por cabos e programam a ocupação do tempo, quer com a instrução preliminar (de ordem unida, RCHM, etc.), quer com visitas de reconhecimento do quartel.

4. No final da incorporação os comandantes de companhia formam todos os soldados recrutas, já devidamente enquadrados nas diversas escolas de instrução, e fazem-lhes uma prelecção de boas vindas e de enaltecimento do serviço militar, devotado exclusivamente ao engrandecimento da Pátria e à preservação dos seus valores.

5. É conveniente a distribuição de folhetos que contenham não só as regras de serviço julgadas convenientes, mas também indicações úteis relativas à localidade e a transportes, bem como um resumo dos deveres gerais e das regalias dos soldados.

CAPÍTULO IX

TRADIÇÕES E CERIMÓNIAS

SECÇÃO A

Generalidades

Artigo 115.º

Conceitos gerais

1. De entre os vários factores que contribuem para a formação castrense dos indivíduos e do espírito de corpo das unidades ocupam lugar de primazia as tradições e as cerimónias militares. Por essa razão os comandantes devem prestar cuidada atenção a tudo que se prenda com estes assuntos, não consentindo que se deixem esquecer tradições nem que se banalizem ou minimizem as cerimónias.

2. Tanto as tradições como as cerimónias requerem a mais fiel obediência à autenticidade, para que se mantenham o lustre e a vitalidade indispensáveis, que se pretende que sejam vectores de influência na formação dos militares. Devem, pois, procurar objectividade e simplicidade.

Artigo 116.º

Símbolos militares

Os símbolos têm larga aplicação tanto no vínculo das tradições como na execução das cerimónias. Devem ser usados com absoluto respeito pelo que está preceituado sobre heráldica militar e simbologia militar.

SECÇÃO B

Tradições militares

Artigo 117.º

A tradição da unidade e as virtudes militares

Cada unidade tem a sua personalidade e a sua tradição. Uma e outra resultam de acontecimentos que marcaram a sua história e devem ser ciosamente guardadas, mesmo quando herdadas. Além disso, as virtudes militares mais salientemente nelas referidas devem ser cultivadas com especial ênfase.

Artigo 118.º

Brasão de armas e divisa da unidade

1. A personalidade da unidade começa a formar-se a partir da primeira ocorrência com valor de facto histórico em que a unidade teve acção preponderante ou a partir de uma missão específica que lhe foi proposta aquando da sua fundação.

Esta caracterização da unidade é definida na sua divisa e no seu brasão de armas.

2. O brasão de armas e a divisa da unidade são sancionados pela Direcção do Serviço Histórico-Militar e devem ser inscritos nos documentos da unidade e nos locais mais destacados do quartel, de modo que estejam sempre presentes a todos, em termos de servir de lema à sua actividade.

Artigo 119.º

História da unidade

1. O culto das tradições não se limita à admissão dos factos passados; deve ser activo e, portanto, ter a preocupação da contribuição para a história futura.

Assim, devem as unidades fazer registos dos acontecimentos importantes em que estiveram envolvidas ou que digam respeito ao pessoal que nelas serve, pelo que para o efeito o comandante nomeia um oficial que é, em princípio, o bibliotecário, ou um dos oficiais do seu estado-maior.

2. Anualmente é feito um extracto desse registo e, com base nele, elaborado o anuário da unidade.

Este é submetido à aprovação prévia da Direcção do Serviço Histórico-Militar e publicado no dia da unidade. Um exemplar é remetido àquele Serviço e, os considerados necessários, aumentados ao património da unidade.

Artigo 120.º

Dia da unidade

1. O dia da unidade é a data consagrada à respectiva comemoração histórica.

Essa data é sancionada pelo Chefe do Estado-Maior do Exército, mediante parecer da Direcção do Serviço Histórico-Militar, sob proposta da unidade.

2. O dia da unidade é um dia festivo considerado como feriado. O programa das festividades deve dar realce ao facto histórico que se comemora e evidenciar figuras e feitos que prestigiaram a unidade; deve ainda interessar não só os militares presentes na unidade, mas todos os que por ela passaram.

3. Deve aproveitar-se este dia para um estreitamento de relações entre os militares e os civis, especialmente os da localidade, cujas entidades oficiais devem ser convidadas.

4. As cerimónias serão presididas pelo oficial general que tem comando ou direcção sobre a unidade ou por entidade militar superior por ele convidada, de acordo com o protocolo em vigor no Estado-Maior do Exército.

Artigo 121.º

Sala de honra

1. Os símbolos, troféus, menções honrosas, documentos históricos, fotografias e outros artigos que se relacionam com a história e tradições da unidade são devidamente arrolados e dispostos na sala de honra da unidade.

2. Os troféus referentes a competições desportivas — salvo casos excepcionais — não são considerados para efeitos do n.º 1.

SECÇÃO C

Cerimónias militares

Artigo 122.º

Definição e âmbito

1. São cerimónias militares os actos a que se pretende dar relevo e que, por isso, são exornados com aparato e dignidade.

2. As cerimónias podem ser eventuais ou normais. Destas, algumas são diárias, sem que por isso devam perder o seu carácter e significado.

As cerimónias eventuais são objecto de prescrições específicas. As normais descrevem-se nos artigos seguintes e são:

- Parada da guarda;
- Recolher;
- Içar e arriar da Bandeira;
- Juramento de Bandeira;
- Juramento de fidelidade dos graduados do quadro permanente;
- Comemoração do dia da unidade;
- Comemoração do dia da Arma ou Serviço;
- Comemoração do Dia do Exército.

Artigo 123.º

Parada da guarda

1. O cerimonial relativo à parada da guarda tem em vista sensibilizar os militares que nela tomam parte para a responsabilidade do serviço que vão desempenhar.

2. Os preparativos para a cerimónia são anunciados pelo terno de corneteiros ou clarins, que, nos lugares e às horas designados, executa os toques que a seguir se indicam para os efeitos que se referem:

- a. Equipar e armar: o pessoal que deve comparecer à parada da guarda deixa o serviço orgânico, cuida do seu atavio, equipa-se e arma-se;
- b. Formar: o pessoal forma junto das suas companhias e é conferido e passado em revista pelos respectivos adjuntos do comando;
- c. Avançar: os adjuntos do comando conduzem à parada da guarda o pessoal que a ela deve comparecer e mandam seguir o restante do serviço privativo das companhias aos seus destinos.

3. O adjunto do comando do regimento recebe no local próprio a apresentação das várias formações e organiza a parada pela seguinte ordem:

- Banda de música ou fanfarra, em linha a quatro fileiras;

- Terno de corneteiros ou clarins, em linha a duas fileiras;
- Guardas e respectivos reforços, em linha a duas fileiras;
- Sargentos de dia por escalões e ordem de companhias, em linha;
- Ronda, em linha a duas fileiras (comandada pelo sargento ou cabo mais graduado ou antigo);
- Outros serviços determinados em ordem, em linha a duas fileiras;
- Piquete (comandado pelo sargento mais graduado ou antigo), em formação orgânica;
- Detidos, em linha, de frente para a guarda, a cinco passos desta.

4. À medida que forem entregando o seu pessoal ao adjunto do comando do regimento, os adjuntos do comando das companhias formam, em linha, por ordem de antiguidade, dez passos à retaguarda, da formatura da parada da guarda.

5. À hora prescrita para a rendição da parada, o oficial de dia comparece no local e assume o comando da parada, que lhe é entregue pelo adjunto do comando do regimento; este comunica eventualmente as alterações que houver e as medidas tomadas, após o que solicita licença para se retirar e vai formar à direita dos adjuntos do comando das companhias, em passo cadenciado.

6. Havendo oficiais designados para o serviço, estes formam cinco passos à retaguarda do ponto onde o oficial de dia recebe o comando da parada e assistem ali ao desenvolver da cerimónia.

7. O oficial de dia manda abrir fileiras e passa revista a todos os elementos que compõem a formatura da parada da guarda, ao som de marcha militar tocada pela banda ou pelo terno de corneteiros ou clarins.

Durante a revista todo o pessoal que estiver à vista da formatura interrompe as actividades e toma a posição de sentido.

8. Finda a revista, o oficial de dia ordena movimentos de ordem unida.

9. Em seguida o oficial de dia manda sair da formatura os adjuntos de comando do regimento e das companhias, ordena firme às formações de comando de oficiais e manda seguir aos seus destinos as restantes.

Estas desfilam ao som de uma marcha militar, sendo a guarda de polícia acompanhada pelo terno de corneteiros. Este, no momento da continência no render da guarda, executa os primeiros acordes da marcha de continência.

10. Os oficiais nomeados para comandar formações vão assumir o comando das mesmas.

11. O pessoal que deve apresentação ao oficial de dia fá-lo em seguida, para o que, previamente, forma em coluna por um, na sua frente, e por ordem de graduação. Igualmente procedem para com outros graduados a quem devam apresentação; para o efeito, estes devem formar, por ordem de graduação, à esquerda do oficial de dia, intervalados a três passos.

12. O oficial de dia dirige-se de imediato ao comandante para se lhe apresentar, bem como ao 2.º comandante. Depois recebe do oficial de dia rendido o gabinete de serviço e as indicações pertinentes.

Artigo 124.º

Recolher

O recolher é anunciado por toques que se destinam a avisar, não só o pessoal que estiver dentro do quartel, mas também o que estiver no exterior, que as portas do quartel vão ser encerradas.

Para isso observa-se o seguinte:

- a. Quinze minutos antes da hora marcada para o recolher faz-se o toque a reunir corneteiros (ou clarins). Depois de reunidos, seguem, formados e comandados, para o local fixado para o 1.º toque;
- b. Executado o 1.º toque, o terno ou a fanfarra desloca-se para o local do 2.º toque, junto à porta de armas, executando uma marcha durante o percurso;

- c. À hora fixada para o recolher executam o 2.º toque;
- d. Findo este, o terno ou a fanfarra segue comandado para o local de reunião inicial, onde aguarda a ordem de destroçar que será dada pelo oficial de dia.

Artigo 125.º

Içar e arriar da Bandeira

A cerimónia para o içar e arriar da Bandeira é regulada pelo que sobre o assunto prescreve o Regulamento de Continências e Honras Militares.

Artigo 126.º

Juramento de Bandeira

1. O juramento de Bandeira a prestar pelos soldados recrutas marca o final de um período de instrução e o início de uma nova fase de prestação do serviço militar. A oportunidade para a prestação de tal juramento é fixada pelo Estado-Maior do Exército.

Para a execução da respectiva cerimónia observa-se o seguinte:

- a. Em local previamente designado faz-se uma formatura geral da unidade, com a subunidade de instrução ao centro, flanqueada por subunidades orgânicas.
Se o efectivo da unidade não permitir tal enquadramento, então a subunidade de instrução forma no flanco esquerdo;
- b. Logo que a formatura esteja pronta, os adjuntos do comando das companhias de instrução, mediante autorização do comandante das forças em parada, procedem à chamada dos soldados recrutas das respectivas companhias;
- c. Seguidamente chegam ao local, sucessivamente, o comandante da unidade e as entidades convidadas para a cerimónia, a quem são prestadas as honras de acordo com o Regulamento de Continências e Honras Militares;
- d. Por indicação do comandante da unidade o comandante das forças em parada manda avançar o Estandarte Nacional;
- e. No cumprimento da ordem anterior, entra no recinto o Estandarte com a sua escolta, seguido da fanfarra ou terno de corneteiros ou clarins, tocando marcha apropriada e de um pelotão orgânico da unidade constituído em escolta de honra. O Estandarte e a sua escolta postam-se em frente do comandante das forças em parada e a fanfarra ou terno e a escolta de honra em linha à sua retaguarda;
- f. Seguidamente as forças em parada prestam as honras regulamentares ao Estandarte Nacional;
- g. Finda a continência, as forças em parada mantêm-se na posição de ombro arma, ou correspondente, enquanto o Estandarte com a respectiva escolta ocupam o seu lugar na formatura e a fanfarra ou terno e o pelotão da escolta de honra se integram na mesma, em lugares que lhe estavam previamente reservados;
- h. O comandante da unidade, ou oficial por si designado, faz uma alocução exaltando a Bandeira como símbolo da Pátria e o significado da cerimónia que se está realizando;
- i. Com todo o pessoal na posição de sentido, o chefe da secretaria da unidade lê os deveres militares;
- j. Finda a leitura, o comandante das forças em parada manda «ombro arma» e avançar o Estandarte. Este, com a sua escolta, vai postar-se em frente da subunidade de instrução;
- 1. Seguidamente é ordenado à subunidade de instrução «ombro esquerdo arma», ou posição correspondente, e que os soldados recrutas levantem o braço direito, estendido; em direcção ao Estandarte, com a mão aberta e a palma virada para baixo;

- m. Então o 2.º comandante da unidade procede à leitura pausada da fórmula de juramento, a qual vai sendo repetida, em voz alta, por todos os soldados recrutas; no final o comandante das forças em parada ordena que baixem os braços e seguidamente manda «ombro arma»;
 - n. O Estandarte, à ordem do comandante das forças em parada, vai ocupar o lugar onde irá receber a continência das forças que vão desfilar; um pelotão da subunidade de instrução, previamente designado, destaca-se da formatura geral e vai postar-se em linha à retaguarda do Estandarte para lhe fazer escolta de honra;
 - o. Após autorização do comandante da unidade, o comandante das forças em parada ordena o desfile destas em continência ao Estandarte;
 - p. Findo o desfile, o Estandarte, com a sua escolta de honra, recolhe ao quartel.
2. Os militares da unidade, não enquadrados, envergam o uniforme n.º 1, com cinto de cerimónia, condecorações e espada; as forças em parada usam o uniforme estabelecido para guardas de honra.
3. O dia é considerado feriado para a unidade.
4. A cerimónia é pública e os convites são feitos de acordo com o protocolo do Estado-Maior do Exército.
5. Na ordem de serviço é publicada a relação das praças que prestaram juramento.

Artigo 127.º

Juramento de fidelidade

1. O juramento de fidelidade é o compromisso a prestar solenemente por todos os militares que desejam ingressar no quadro permanente de oficiais ou de sargentos do Exército.
2. O juramento de fidelidade constitui a última formalidade da promoção a alferes e a segundo-sargento do quadro permanente e é feito uma só vez.
3. A cerimónia decorre em lugar apropriado, perante o Estandarte Nacional.
- Para o efeito observa-se o seguinte:
- a. O comandante manda reunir e formar no referido local todo o pessoal que vai testemunhar o juramento: no caso de candidatos a oficial, devem estar presentes todos os oficiais da unidade; no caso de candidatos a sargento, devem estar o 2.º comandante da unidade, os respectivos comandantes de batalhão e companhia, o chefe da secretaria e todos os sargentos disponíveis da unidade;
 - b. Seguidamente, o comandante da companhia dos candidatos introduz estes e apresenta-os ao comandante, dizendo:
Apresento a V. Ex.^a os..... (postos e nomes), que desejam ingressar no quadro permanente do Exército;
 - c. O comandante ou um oficial por si designado faz uma exortação enaltecendo as virtudes militares e evidenciando o significado do acto que vai seguir-se;
 - d. Cada candidato, depois de prestar continência ao Estandarte Nacional, estende o braço direito na direcção do mesmo, com a palma da mão aberta e virada para baixo, e lê em voz alta o termo de juramento, que lhe é entregue em triplicado pelo chefe de secretaria;
 - e. Logo que terminar a leitura, cada um dos candidatos e o comandante assinam os três exemplares do termo do juramento.
Um dos exemplares é entregue pelo comandante ao candidato e os outros dois são recolhidos pelo chefe da secretaria, que os destina um, ao processo individual respectivo e outro, aos órgãos pertinentes da Direcção do Serviço de Pessoal;
 - f. Todo o pessoal participante na cerimónia enverga uniforme n.º 1, com cinto de cerimónia, condecorações e espada.

4. Na ordem de serviço da unidade é publicada, no próprio dia, a realização da cerimónia, com a indicação nominal de todos os que prestaram juramento de fidelidade.

Uma cópia dessa ordem, com os duplicados dos termos de juramento, é enviada aos órgãos de pessoal convenientes, para efeitos de averbamento.

Artigo 128.º

Comemoração do dia da unidade

1. Nas cerimónias comemorativas do dia da unidade observa-se, no mínimo, o seguinte programa:

- a. Toque de alvorada pela fanfarra ou terno de corneteiros;
- b. Içar da Bandeira às horas estabelecidas e segundo as normas regulamentares;
- c. Formatura geral com o Estandarte Nacional, durante a qual é feita a exaltação da sua história;
- d. Imposição de condecorações aos militares galardoados durante o ano;
- e. Festa desportivo-militar que evidencie a proficiência do pessoal militar;
- f. Exposição do quartel para visitas;
- g. Recolher à meia-noite.

2. O pessoal da unidade não enquadrado faz uso do uniforme n.º 1, com cinto de cerimónia, condecorações e espada.

3. O dia é considerado feriado para a unidade.

Artigo 129.º

Comemorações do dia da Arma ou do Serviço

1. Em princípios, o dia da Arma ou do Serviço deve coincidir com o dia da respectiva Escola Prática.

2. O programa da comemoração deve ser elaborado pela direcção da Arma ou do Serviço respectivo e prever, se possível, a representação das unidades dessa Arma ou Serviço.

No mais segue-se o preceituado para o dia da unidade.

Artigo 130.º

Comemorações do Dia do Exército

As comemorações do Dia do Exército são organizadas pelo Estado-Maior do Exército que, para o efeito, difunde as instruções e ordens pertinentes.

2.ª PARTE**DOCUMENTAÇÃO MILITAR, SECRETARIAS E ARQUIVOS DAS UNIDADES****CAPÍTULO I
GENERALIDADES****Artigo 1.º****Introdução**

1. No RGSUE — 2.ª PARTE — Documentação Militar, Secretarias e Arquivos das Unidades estabelecem-se os procedimentos a adoptar na elaboração, circulação e processamento da documentação militar geral.

2. Como a documentação militar não tem o seu campo de circulação restringido às estruturas militares e, mesmo dentro destas, tem de servir como meio de ligação entre os vários ramos e até com entidades militares estrangeiras, o que se prescreve nesta 2.ª PARTE segue o que está estabelecido nos acordos pertinentes firmados com entidades militares estrangeiras, nos despachos conjuntos dos três Ramos das Forças Armadas Portuguesas e na lei geral quanto a normalização.

3. O estabelecido nesta 2.ª PARTE teve em conta, além do determinado na edição de 1914 do RGSE, os seguintes documentos:

- Normas Portuguesas (sobre formato e normalização da correspondência) — Dec.-Lei n.º 42 852, de 17/2/60, publicado em OE n.º 1, 1.ª série de 1960;
- STANAG 2066, de 28/9/79;
- Despacho conjunto dos Chefes de Estado-Maior de 2/5/79 (OE n.º 5 - 1.ª série de 31/5/79);
- Diário do Governo n.º 182 de 8/8/38, sobre o selo branco.

4. Em anexo a esta 2.ª PARTE são publicados modelos de impressos e de formulários.

Pretende-se, com eles, não só uniformizar critérios e disciplinar procedimentos mas também simplificar o serviço.

Artigo 2.º**Finalidade**

Os objectivos visados nesta 2.ª PARTE são:

- Controlar responsabilizadamente a documentação militar desde a origem até ao destino;
- Preparar e orientar o tratamento da documentação militar com vista ao seu destino final — o arquivo — quer pela normalização de formatos quer pela caracterização dos assuntos;
- Materializar na correspondência o respeito pelas vias hierárquicas e pelos princípios da disciplina militar;
- Simplificar procedimentos sem prejuízo da eficiência do serviço.

Artigo 3.º**Conceitos básicos**

Para atingir os objectivos enunciados no artigo anterior, foram estabelecidos como conceitos gerais das normas a prescrever os seguintes:

- Todo o órgão militar que emite, recebe e trabalha documentação militar deve dispor duma secretaria cujo desenvolvimento e orgânica são função do volume ou da natureza da documentação que movimenta;

- Em cada unidade independente compete ao comandante despachar e assinar a documentação militar. Exceptua-se a de carácter técnico que segue canais próprios, conforme regulamentação específica;
- Além da data, a todo o documento militar é atribuído um número de processo de acordo com o classificador geral do Exército e em princípio um número de ordem os quais possibilitem a sua perfeita identificação e referenciação;
- Toda a documentação recebida é sempre objecto de registo adequado que, na sua forma mais simples, pode ser um livro próprio; a correspondência expedida é relacionada em guia.

Os documentos são arrumados em processo próprio, identificado de acordo com o classificador geral.

A documentação classificada é tratada segundo as normas específicas que estiverem estabelecidas. Cada secretaria de qualquer escalão é responsável pela guarda dos documentos em trabalho. Em cada unidade independente há um arquivo único — arquivo primário — onde são recolhidos periodicamente todos os documentos à guarda das secretarias dos órgãos subordinados.

O que se prescreve nesta 2.ª PARTE não altera nem substitui o estabelecido noutros regulamentos para documentação específica.

CAPÍTULO II

DOCUMENTAÇÃO MILITAR

SECÇÃO A

Generalidades

Artigo 4.º

Normalização

1. Os documentos militares obedecem às normas de formato e de apresentação fixadas neste e noutros regulamentos ou em determinações específicas.

2. A normalização de formatos obedece às regras estabelecidas para a documentação oficial; a normalização de apresentação subordina-se aos acordos que as Forças Armadas Portuguesas subscrevam.

3. Devem ser utilizados impressos adequados na elaboração dos documentos militares que possam ser apresentados sob essa forma. Os respectivos modelos são objecto de determinação específica; esta deve ser referida no impresso.

4. Na eventual impossibilidade de utilização de um impresso, reproduz-se, na elaboração do documento, o respectivo modelo.

5. Os registos nos impressos preconizados neste regulamento devem ser substituídos, sempre que possível, por registos mecanográficos.

Artigo 5.º

Definições de termos e documentos

As definições que se seguem visam a normalização de linguagem em relação a documentação militar geral; não são, portanto, considerados os termos e documentos específicos de outros regulamentos militares.

A caracterização dos documentos gerais mais correntes é feita na Secção E deste capítulo:

1. *Acta* — Documento no qual se reproduzem todos os actos e factos passados em reuniões de qualquer órgão plural deliberativo, consultivo ou executivo, ou se registam, resumidamente, as ocorrências de uma reunião ou acto solene.
2. *Anexo* — Documento que completa, pormenorizando ou explicando, o documento principal. A ele se recorre quando se pretende não sobrecarregar o documento principal.
3. *Apêndice* — Documento que completa, pormenorizando ou explicando, o anexo. A ele se recorre quando se pretende não sobrecarregar o anexo.
4. *Apenso* — Documento suplementar que constitui um todo em si próprio e é enviado com outra correspondência directamente relacionada com o assunto de que o mesmo trata. O apenso pode ter os seus próprios anexos e apêndices.
5. *Atestado* — Documento escrito informativo, emitido a requerimento do interessado, por órgãos competentes, relativo a factos, situações, qualidades ou estados de pessoas determinadas.
6. *Auto* — Narração escrita, por funcionário competente, de qualquer acto (ex.: auto de declarações, auto de busca, etc.).
7. *Cartão* — Em termos de documentação militar é um documento de carácter oficial ou officioso, remetido por entidade militar por motivo de acto festivo ou da vida social.
8. *Certidão* — Documento autêntico pelo qual uma autoridade ou oficial público competente atesta a existência ou inexistência, no arquivo do Serviço a que pertence, de certo documento ou registo e em que, no primeiro caso (documento), transcreve ou resume total ou parcialmente, o conteúdo deste.
9. *Certificado* — Documento autêntico pelo qual uma autoridade ou oficial público competente atesta a verificação de um ou mais factos por ele praticados ou de que teve percepção directa.
10. *Circular* — Forma de correspondência reproduzida em vias, cópias ou exemplares de igual teor e expedida simultaneamente a todos os órgãos subordinados dum mesmo escalão.
11. *Contrato* — Acordo de vontades relativo a direitos e obrigações das partes contratantes que pode, ou não, ser registado em documento.
12. *Cópia* — Reprodução dum documento, por qualquer processo de copiagem ou decalque.
13. *Cópia autêntica* — Documento no qual é feita a reprodução literal do que se contém em determinado escrito ou documento, obtido por meio de qualquer processo de copiagem (mecânico, eléctrico, químico, fotográfico, etc.).
É sempre autenticada e, para todos os efeitos, tem o mesmo valor do original. É passada quando houver necessidade de levar ao conhecimento de qualquer autoridade algum documento que não convenha ou não possa ser deslocado da estação onde se encontra.
14. *Declaração* — Documento firmado por uma entidade sobre um facto ou circunstância de que tenha conhecimento, mediante solicitação ou não, para fim de prova.
15. *Despacho* — Acto decisório de entidade competente exarado por iniciativa própria ou em documento a ele dirigido, sempre fundamentado na legislação vigente ou em preceitos regulamentares.
16. *Determinação* — Decisão tomada por entidade competente que visa o esclarecimento ou o detalhe de matéria regulamentada e é baixada através de publicação oficial.
17. *Directiva* — Em sentido lato, é qualquer comunicação escrita ou verbal que tem por finalidade transmitir aos subordinados uma orientação relativamente à execução duma operação, a procedimentos a adoptar ou a uma acção a levar efeito.
Em sentido restrito, é uma ordem, expressa num documento formal, utilizada somente nos mais altos escalões, para indicar objectivos gerais a atingir, linhas gerais de acção a adoptar ou planos estratégicos a pôr em execução.

18. *Edital* — Documento no qual uma entidade competente divulga ao público em geral certos actos e factos administrativos.
19. *Escala* — (Livro de) — Livro com folhas numeradas e autenticadas, com termo de abertura que lhe define a finalidade e onde se inscrevem os indivíduos que desempenham os diferentes serviços de escala de acordo com os preceitos regulamentares.
20. *Estudo* — Documento onde se expõe e analisa um problema ou situação para habilitar a apreciação e decisão superiores.
21. *Exemplar* — Cada um dos documentos iguais obtidos da mesma matriz.
22. *Ficheiro de pessoal de companhia* — conjunto de fichas dos elementos de cada companhia nas quais se inscrevem os dados pessoais e as alterações verificadas.
23. *Guia de entrega* — Documento que relaciona ou identifica artigos ou valores que vão ser entregues a qualquer instância ou entidade. É quitado no acto da entrega.
24. *Guia de marcha* — Documento que acompanha qualquer militar quando transita em serviço, servindo-lhe de salvo conduto e definindo-lhe a missão e itinerário.
25. *Guia de remessa* — Documento discriminativo dos artigos que compõem determinada remessa e que, usualmente, acompanha a mesma. Quando devolvida, devidamente quitada, funciona como Guia de Entrega.
26. *Informação* — Documento escrito com o estudo e análise de determinada questão e que termina, normalmente, por uma proposta.
27. *Instruções* — Determinações baixadas por entidade competente através de portaria, visando esclarecer a aplicação de leis, decretos e regulamentos ou definir matéria da sua competência não constante nesses actos.
No âmbito militar — Ordem que estabelece para períodos maiores ou menores, normas de procedimento, normalmente de carácter técnico, relativas a determinadas actividades.
28. *Livro de registo* — Livro de folhas numeradas e autenticadas com termo de abertura que lhe define a finalidade e onde se inscrevem assentos ou referências de documentos com vista ao controlo dos mesmos.
29. *Manual* — Publicação sobre questões de doutrina de campanha e de tempo de paz do Exército.
30. *Mapa* — Documento que diz respeito a quantidades de indivíduos ou de objectos, relacionados com determinadas situações.
31. *Matriz* — Base em que se inscreve um documento e que permite a sua reprodução em qualquer oportunidade.
32. *Memorando* — Documento em que é apresentado sumariamente o estado de uma questão, estudo ou trabalho; serve apenas para uso interno.
33. *Mensagem* — Documento preparado de forma adequada ao manuseamento pelos órgãos das transmissões.
34. *Norma* — Documento com base nas determinações superiores em que se estabelecem regras destinadas a facilitar a execução de actos de rotina e especificações referentes a material, equipamento, pessoal e procedimentos de serviço, em qualquer escalão do Exército.
35. *Nota* — Forma de correspondência utilizada pelas unidades, estabelecimentos e órgãos do Exército entre si.
36. *Ofício* — Forma de correspondência utilizada pelos serviços oficiais.
37. *Ordem* — Documento usado para transmitir decisão de superior a subordinado e que obriga este à execução do que nela se prescreve.
38. *Original* — (documento) - É o exemplar base assinado pela entidade responsável pelo órgão que o produz.
39. *Parecer* — Juízo emitido por uma entidade ou órgão especialmente competente em razão de matéria, sobre a questão submetida à sua opinião.
40. *Participação* — Documento em que é dada parte de qualquer facto concreto que deva ser levado ao conhecimento da autoridade militar competente.

41. *Passaporte* — Documento passado a qualquer militar autorizado a ausentar-se, não em serviço, da sua unidade ou estabelecimento.
42. *Processo* — Conjunto de documentos correlatos necessários ao esclarecimento de uma questão. Conjunto de documentos interrelacionados arrumados de acordo com um classificador de assuntos, com vista ao seu arquivo.
43. *Proposta* — Documento no qual se apresenta uma acção ou medida à decisão superior.
44. *Quadro* — Documento no qual é feita uma disposição metódica dos elementos em trabalho ou em estudo, para permitir a sua apreciação.
45. *Queixa* — Documento por meio do qual um militar comunica considerar-se lesado nos direitos prescritos nas leis e nos regulamentos, por acto de um superior seu.
46. *Reclamação* — Documento pelo qual um militar impugna decisão de superior ou acto de serviço, por não se conformar com o mesmo.
47. *Recurso* — Documento em que um militar transmite a sua não aceitação da decisão sobre uma sua reclamação.
48. *Regulamento* — Em sentido jurídico: diploma que desenvolve ou esclarece uma lei ou decreto.
No âmbito militar: conjunto de definições e prescrições de ordem orgânica, balística, disciplinar ou de justiça, etc., que devem ser observadas imperativamente no serviço militar.
49. *Relação* — Documento nominal e determinativo de quantidades de pessoas ou artigos a que diz respeito.
50. *Relatório* — Exposição completa de factos ou actividades que devem ser apreciados por entidade competente.
51. *Requerimento* — Documento em que o signatário pede à entidade competente concessão regulamentar ou reconhecimento de direito.
52. *Requisição* — Documento utilizado para solicitar o fornecimento de meios ou a prestação de serviços.
53. *Sinopse* — Guia incluída em qualquer remessa de correspondência na qual são referenciados todos os documentos. É quitada e devolvida.
54. *Telegrama* — Documento destinado a ser transmitido por telecomunicações civis, no qual se emprega, ao máximo, o uso de abreviaturas e supressão de partículas.
55. *Termo* — Assentamento lavrado em papel ou livro no qual se consigna acto ou facto, para que conste sempre e em qualquer época, a fim de que se possa verificar a sua autenticidade.
56. *Verbete* — Forma simples de correspondência para as comunicações internas, dentro da mesma unidade, estabelecimento ou órgão do Exército.
57. *Via* — Repetição dum documento em data posterior ao da sua primeira distribuição e que se destina a substituir o exemplar original eventualmente extraviado ou danificado, e em tudo igual a este.
Acima do cabeçalho deve levar a inscrição: «2.ª Via», «3.ª Via», etc., consoante o caso.

SECÇÃO B

Normas gerais para elaboração de documentos

Artigo 6.º

Regras de redacção

1. A redacção dos documentos militares, além de levar em conta as normas de respeito e os preceitos específicos da vivência militar, deve ser clara, precisa e concisa, usar linguagem corrente e destacar o essencial.

2. Todas as conclusões devem ter o carácter afirmativo ou negativo, sendo evitadas as expressões redundantes, evasivas ou sem responsabilidade.

3. É obrigatório o uso da ortografia oficial.
4. Os extractos de um documento são identificados pela designação do documento, pelo número original do capítulo, do artigo e do parágrafo e nunca só pelo número da página.
5. Quando no texto de um documento for citada a lei pelo seu número e data, inscreve-se, entre parênteses, o número do órgão oficial que a publicou. Caso a lei seja conhecida por nome particular, este pode ser posposto ao número e data.
6. Quando a palavra «número» vier seguida de algarismo deve usar-se o símbolo n.º (n.º 5, n.º 15, etc.).
7. Quando for citado algum artigo deve usar-se a abreviatura «Art»; quando a referência ao artigo não for acompanhada do número correspondente, deve escrever-se a palavra «artigo» por extenso.
8. Os nomes próprios são escritos com caracteres maiúsculos para os distinguir no conjunto do texto.
9. O formulário de documentos relativos a actos normativos (leis, decretos, portarias, etc.), e de documentos para fins legais (atestados, certidões, certificados, etc.), obedece às disposições legais vigentes para tais actos.

Artigo 7.º

Técnicas de elaboração

1. Os documentos extensos que são apresentados sob a forma de livro requerem, normalmente, para maior clareza uma subdivisão do texto adaptada ao conteúdo. A ordem do articulado das subdivisões é a seguinte:

- Parte
 - Título
 - Capítulo
 - Secção
 - Artigo
 - Parágrafo
 - Subparágrafo

- a. O articulado que se adoptar deve obedecer à sequência indicada, mas pode omitir algumas das subdivisões.
 - b. As partes e os artigos são identificados por numerais ordinais, por ex.: 1.ª PARTE, 2.ª PARTE, Artigo 3.º
 - c. Os títulos e os capítulos são identificados por algarismos romanos, por ex.: TÍTULO I, CAPÍTULO V.
 - d. As secções são identificadas por letras maiúsculas, por ex.: SECÇÃO A, SECÇÃO B.
 - e. Os parágrafos e divisões inferiores são numerados como se indica na alínea b. do n.º 2 deste artigo.
 - f. A numeração dos capítulos e dos artigos é contínua em toda a publicação, excepto quando ela for dividida em partes; neste caso a numeração é contínua dentro de cada parte.
2. Os documentos mais correntes constam de três partes:
- *Cabeçalho*, que varia com a espécie de documento e compreende tudo quanto se encontra acima da primeira linha do texto.
 - *Texto*, que é constituído pela substância do documento, destacando-se do cabeçalho e do fecho.
 - *Fecho*, que compreende tudo quanto se encontra abaixo da última linha do texto.
 - a. O cabeçalho, como regra geral, deve identificar o documento e como tal incluir os seguintes elementos:
 - indicação do órgão de origem;

- o número de referência;
- a data;
- o endereço;
- o título do documento ou assunto de que trata;
- as referências;

As referências, eventualmente, podem ser mencionadas no início do texto, mas devem conter sempre o detalhe suficiente para evitar qualquer possível confusão.

b. Quanto ao texto deve observar-se o seguinte:

- (1) Se compreende dois ou mais parágrafos, e houver conveniência em referenciá-los, estes são numerados seguidamente. Quando existirem subparágrafos, estes são designados por letras e algarismos, dentro de cada parágrafo, como a seguir se indica:

1. _____
 - a. _____
 - b. _____
 - (1) _____
 - (2) _____
 - (a) _____
 - (b) _____
 1. _____
 2. _____
 - a. _____
 - b. _____

2. _____

- (2) Se existe apenas um parágrafo, este não é numerado, mas os seus subparágrafos são identificados como foi referido.
- (3) Podem utilizar-se títulos gerais para abranger dois ou mais parágrafos que dizem respeito a um mesmo assunto, podendo também os próprios parágrafos ter ou não título. Os títulos gerais devem ser escritos em maiúsculas, sublinhados e não numerados.
- (4) Sempre que for necessário dar um título a um parágrafo ou a um subparágrafo, este título deve ser escrito em letras maiúsculas sublinhado e colocado na primeira linha do texto.

c. O fecho compreende a indicação da entidade, o grupo de assinatura e eventualmente a distribuição e os anexos.

- (1) O grupo de assinatura compreende o nome e o posto do signatário, dactilografados, impressos ou apostos por carimbo, nos originais e em todas as cópias, e a assinatura manuscrita.
- (2) Quando o documento não é assinado pelo comandante ou chefe do órgão que o emite, deve observar-se, quanto ao grupo de assinatura, o seguinte:
- (a) Se a assinatura for por delegação, incluir as palavras «Por delegação» e a função do signatário, além do seu nome e posto.

Exemplo:

POR DELEGAÇÃO DO COMANDANTE
O 2.º COMANDANTE

(nome ... dactilografado)
(posto ... dactilografado)

- (b) Se fôr por ausência fortuita, é manuscrita acima do grupo de assinatura, a expressão «No impedimento de», trancando o espaço destinado à assinatura do titular e, por baixo do nome e posto dactilografados, assina o substituto, seguindo-se, em letra de imprensa, o seu posto e função.

Exemplo:

No impedimento de
O COMANDANTE

(nome dactilografado)
(posto dactilografado)
(assinatura do substituto)
TCOR 2.º CMTD.

- (3) Quando do documento constar a distribuição, esta deve ser feita no lado esquerdo, abaixo do grupo de assinatura e sob a palavra «DISTRIBUIÇÃO». Nela indicam-se de forma abreviada os destinatários e o número de exemplares remetidos a cada um, bem como os destinados a arquivo e distribuição interna.
- (4) Quando um documento for acompanhado de documentos suplementares (anexos, apêndices e apensos), estes devem ser relacionados e sucintamente identificados, no final do fecho.
- d. Todos os documentos devem, em princípio, ser dactilografados ou impressos a preto ou azul.
- e. De todos os documentos são tiradas as cópias necessárias aos diversos processos onde tiverem de figurar.
- f. Quando algum exemplar ou cópia não for acompanhada dos correspondentes anexos ao documento, tal facto é indicado na distribuição e entre parênteses, pela expressão: «sem anexos» ou «sem os anexos» ... ».

Artigo 8.º

Emprego de abreviaturas e siglas

1. As abreviaturas e siglas destinam-se à simplificação de palavras e expressões correntes.
2. Na documentação militar empregam-se as abreviaturas e siglas constantes do vocabulário oficial, do Regulamento de Abreviaturas Militares ou de outros regulamentos e determinações militares.
3. As abreviaturas e siglas militares só podem ser utilizadas na documentação destinada a organismos militares.
4. A designação de entidades ou organismos oficiais deve ser feita por abreviaturas ou siglas. Contudo há que ter cuidado de só as utilizar quando sejam de uso e conhecimento generalizado, designadamente no organismo para onde o documento é dirigido.
5. Num mesmo documento empregar-se-á a abreviatura ou sigla livremente se, na primeira vez em que for empregada, for posta entre parênteses e precedida do seu significado por extenso.
6. No emprego de abreviaturas devem observar-se as seguintes regras:
 - a. As letras iniciais devem ser maiúsculas;
 - b. O género e o número não alteram a abreviatura;
 - c. As abreviaturas não incluem pontos;
 - d. As abreviaturas podem ser combinadas (sem espaços).
7. As siglas são abreviaturas constituídas pela letra inicial de cada uma das palavras constituintes do nome ou expressão a abreviar. Representam-se por letras maiúsculas, sem espaços nem pontos entre as mesmas.

Artigo 9.º

Designação de datas e horas

1. Para a inscrição de datas e horas, adoptam-se os procedimentos que estiverem estabelecidos nas Normas Portuguesas (NP) e em acordos do âmbito militar.
2. A entrada em vigor da forma adoptada é objecto de publicação em Ordem do Exército (OE).

Artigo 10.º

Numeração

Em princípio, todos os documentos militares são numerados. O número do documento deve conter:

- a. O número de ordem dentro do ano civil para cada tipo de documento;
- b. O indicativo do processo de acordo com o Classificador Geral do Exército.

SECÇÃO C

Tratamento de documentos

Artigo 11.º

Qualificação quanto a sigilo

1. Os documentos, consoante a extensão da sua divulgação, são considerados:
 - a. *Normais*, (não classificados) quando o seu conhecimento por outras pessoas, além das que os têm de manusear, não apresenta inconvenientes;
 - b. *Classificados*, os que requerem medidas especiais para a sua distribuição, conhecimento, processamento e arquivo;
 - c. *Pessoais*, os que são para conhecimento apenas do destinatário.
2. A atribuição dos graus de segurança bem como o tratamento dos documentos classificados são objecto de normas específicas.
3. O documento pessoal é fechado, pela entidade subscritora, em sobrescrito que tem exteriormente a indicação da entidade destinatária ou o nome e posto da pessoa da mesma e, carimbado ou escrito em maiúsculas e destacado, o termo «PESSOAL». Os sobrescritos com a indicação «PESSOAL» são abertos somente pela entidade a quem são dirigidos.

Artigo 12.º

Precedência

1. Não é atribuída qualquer precedência aos documentos cujo estudo, solução e tramitação devam ser realizados normalmente.
2. É aposta a indicação de «URGENTE» à documentação que deva ter tratamento preferencial.
3. Um documento não considerado «urgente» no órgão de origem, pode receber essa indicação no órgão que o vai trabalhar, se a natureza do assunto que trata e os condicionalismos próprios deste órgão o aconselharem.

Artigo 13.º

Autenticidade de documentos

1. A autenticidade dos documentos é garantida por:
 - a. O timbre, impresso ou carimbado, que identifica o órgão emissor;

- b. A identidade e a assinatura do responsável pelo documento.
- 2. Consoante a natureza do documento o exigir, a assinatura do responsável pode ser por:
 - Rubrica chancelada;
 - Rubrica manuscrita;
 - Assinatura manuscrita.
- 3. A competência para a assinatura de documentos militares é:
 - a. Para difusão interna, assinatura, rubrica ou chancela do comandante ou chefe do órgão que elabora o documento;
 - b. Para a difusão exterior, assinatura manuscrita do comandante da unidade independente emissora do documento ou do seu delegado.
- 4. Os documentos com mais do que uma folha são rubricadas no canto superior direito de cada uma delas excepto na última por esta conter o fecho.
- 5. A assinatura não pode ser reproduzida por impressão ou qualquer matriz.
- 6. A assinatura do responsável de um documento pode nalgumas circunstâncias, ser substituída pela autenticação desse documento por um subordinado com delegação para o efeito; é-o como regra quando o responsável for oficial general:
 - a. Nos exemplares autenticados consta, no ângulo inferior esquerdo da última folha a expressão «Está conforme o original» e por baixo o grupo de assinatura do delegado.
 - b. São sempre assinados pela entidade responsável pelo documento os exemplares para arquivo e os destinados a entidades do mesmo escalão hierárquico ou superior.
- 7. Nos documentos em que a assinatura deve ser autenticada a autenticação é feita por aposição do selo branco.
- 8. Relativamente ao selo branco observa-se o seguinte:
 - a. A atribuição do selo branco é feita segundo a lei geral;
 - b. A sua gravação é exclusiva da CASA DA MOEDA (Dec.-Lei n.º 28902, de 08Ago38);
 - c. A sua obtenção e distribuição são feitas através do Serviço de Intendência do Exército;
 - d. A guarda e utilização são da inteira responsabilidade do Comandante;
 - e. O selo branco só pode ser apostado sobre a assinatura ou rubrica do Comandante ou sobre a daquele a quem for dada delegação.
- 9. A chancela, carimbo da rubrica, pode ser utilizada, excepto nos casos em que a rubrica manuscrita seja exigida.

A guarda e utilização da chancela são da inteira responsabilidade do respectivo titular.
- 10. O carimbo deve conter a designação completa do respectivo órgão e serve para identificar os documentos que nele se produzam em moldes ou papel que não contenha tal designação impressa. A sua utilização e guarda são da responsabilidade do chefe da secretaria respectiva.

SECÇÃO D

Correspondência militar

Artigo 14.º

Conceitos básicos

- 1. A correspondência militar é uma forma de correspondência oficial que apresenta peculiaridades de vivência militar e regula a comunicação escrita, interna e externa, dos órgãos militares.
- 2. No âmbito do Exército, a correspondência militar estabelece as relações normais entre os órgãos executivos (quartéis gerais, repartições, estabelecimentos militares e unidades).

As relações entre entidades de escalões superiores, têm lugar normalmente por contacto directo ou através dos órgãos executivos que os apoiam.

Artigo 15.º

Procedimentos gerais

1. Na elaboração da correspondência deve ter-se em atenção o prescrito nos artigos anteriores para a documentação militar em geral.
2. Toda a correspondência é expedida sob a fórmula de SR (Serviço da República).
3. Na correspondência usa-se sempre papel timbrado, com timbre impresso ou carimbado.
4. Em cada nota ou ofício deve tratar-se apenas de um assunto.
5. Na correspondência entre entidades militares não é expressa qualquer fórmula de cumprimentos.

Na endereçada a entidades civis, usa-se a fórmula que estiver estabelecida no protocolo próprio.

6. A correspondência dirigida a entidades militares deve revestir carácter impessoal, pelo que:
 - É dirigida ao órgão e não à entidade que o chefia;
 - É redigida em forma de discurso indirecto e na terceira pessoa.

7. Na correspondência com destino múltiplo o fecho contém a distribuição onde, em cada exemplar, é assinalado com uma seta o respectivo destinatário.

8. Na elaboração da correspondência muda-se de folha quando o texto não couber no espaço a isso destinado no impresso.

O fecho, quando não couber no respectivo espaço, pode ser continuado no verso da folha (continuação da lista de distribuição, indicação de anexos, etc.).

Artigo 16.º

Expressões de tratamento

1. Na correspondência entre os três Ramos das Forças Armadas, o EMGFA e organismos deles dependentes, deve observar-se o seguinte:

- a. O termo Excelência e seus derivados são eliminados;
 - b. A designação de uma entidade, salvo quando se trate de Suas Excelências o Presidente da República, o Presidente da Assembleia da República, o Presidente do Supremo Tribunal de Justiça e o Primeiro Ministro, não é acompanhada por qualquer atributo especial, sendo suficiente, para o efeito, a indicação do posto e nome ou posto e função.
2. Nos casos restantes, as expressões de tratamento são:
- a. Para as entidades militares, as estabelecidas no RCHM.
 - b. Para as entidades civis:
 - (1) Quando juízes de direito — Meritíssimo
 - (2) Quando reitores universitários — Magnífico
 - (3) As restantes entidades — V. Exa.
 - c. Para as autoridades eclesásticas:
 - (1) Quando cardeais — Eminência
 - (2) Quando arcebispos e bispos — Excelência Reverendíssima
 - (3) Quando sacerdotes — Reverendo

Artigo 17.º

Numeração da correspondência

1. A todo o documento de correspondência é atribuído, como elemento de identificação, um número constituído por:

- a. Número de ordem, dentro do ano civil, da secretaria onde é produzido;
- b. Indicativo da secretaria onde é produzido (Art 40.º 1.);
- c. Indicativo do processo ou processos do classificador geral.

2. O indicativo da secretaria é separado por barra do número de ordem e o indicativo do processo é precedido da abreviatura «Proc.».

Exemplo: 391/01, Proc. 311.2

SECÇÃO E

Especificação de documentos mais correntes

Artigo 18.º

Actas

1. As actas são lavradas em livro de registo próprio ou em documento solto. Devem ter a seguinte forma:

a. Na abertura, que corresponde ao cabeçalho, indicam-se por ordem:

- Acta n.º (em algarismos);
- Dia, mês e ano;
- Localidade e local dos trabalhos;
- Determinação que ordena ou motiva o acto;
- Órgão que reúne;
- Identidade dos presentes;
- Finalidade.

b. No texto do documento consta o registo das ocorrências e das deliberações tomadas;

c. O fecho é constituído por um termo de encerramento, seguido das assinaturas.

O termo de encerramento deve conter as indicações seguintes:

- Razão do encerramento da acta;
- Ter-se procedido à sua leitura e aprovação;
- Identidade de quem escreve;
- Indicação de quem assina.

2. Na escrituração da acta observa-se o seguinte:

- a. Os espaços em branco são trancados;
- b. As datas e os números fundamentais são escritos por extenso;
- c. Não se usam abreviaturas.

Artigo 19.º

Anexos e apêndices

1. Os anexos devem:

- a. Ser referidos no texto do documento principal;
- b. Ser designados por letras maiúsculas pela ordem alfabética, em que aparecem no texto.
Um anexo único, é o Anexo A.

2. Os apêndices devem:
 - a. Ser referidos no texto do anexo de que fazem parte;
 - b. Ser designados por algarismos árabes, pela ordem numérica em que aparecem no texto; o primeiro apêndice de cada anexo, tem o número 1. Um apêndice único é o Apêndice 1.
3. Os anexos e os apêndices devem ter cabeçalho próprio, referido ao documento de que fazem parte, para que possam ser identificados.

Artigo 20.º

Atestados, certidões e certificados

1. Os atestados, certidões e certificados são requeridos aos comandantes das unidades onde estão arquivados os documentos apropriados ou há conhecimento do que se requer.
2. As certidões e certificados são passados pela entidade subordinada, responsável pelo órgão onde se encontram os elementos necessários.
3. Para estes documentos deve observar-se o que constar da lei geral sobre o imposto de selo.
4. Nestes documentos deve constar:
 - a. No cabeçalho, pela seguinte sequência:
 - Unidade;
 - Designação do documento;
 - Nome, posto e função do signatário;
 - Determinação que o ordena (certidões e certificados).
 - b. No texto, é feita a transcrição ou a declaração requerida.
 - c. O fecho, constituído por termo de encerramento e assinatura, deve:
 - Ter o formulário seguinte:

«E por ser verdade, passo (mandei passar) o (a) presente que se destina a e vai por mim assinado e autenticado (com visto do) com o selo branco»;
 - Ser datado, com indicação do quartel onde é feito, e assinado logo abaixo.
 - d. No canto superior direito o visto da entidade que determina a sua passagem com o selo branco respectivo.

Artigo 21.º

Autos

1. Os autos relativos à justiça e disciplina são tratados em legislação própria.
2. Os restantes autos são, como regra, constituídos por:
 - a. Capa, com indicação da unidade e do assunto a que se refere;
 - b. Despacho ou cópia do despacho que determina a realização do acto;
 - c. Documento base para a elaboração do auto (relação, guia, etc.);
 - d. Acta relativa aos trabalhos realizados.
3. Todos os elementos nomeados no despacho, assinam a acta e rubricam as restantes folhas do auto.

Artigo 22.º

Estudo

1. O estudo é iniciado por uma folha de rosto na qual são inscritos os seguintes elementos:
 - Identificação do órgão no cimo da folha;
 - Número do estudo e data, no canto superior direito;

- Assunto e referências, abaixo da identificação do órgão;
- Dois espaços, um para pareceres e outro para o despacho.

2. Nas folhas seguintes, referenciadas e numeradas na parte superior, é desenvolvido o estudo segundo o esquema seguinte:

- a. Problema ou situação;
- b. Finalidade do estudo;
- c. Factores de apreciação;
- d. Análise;
- e. Conclusões;
- f. Propostas ou recomendações;
- g. Grupo de assinatura.

Este esquema não é rígido, podendo-se eliminar algumas alíneas, com excepção das alíneas a., b. e c. que são obrigatórias.

Artigo 23.º

Ficheiro de pessoal de companhia

1. Este ficheiro é composto pelas fichas individuais do pessoal da companhia, de modelo normalizado, e visa reunir, em documento de rápido e fácil manuseamento, os elementos essenciais à administração da mesma.

2. A ficha individual contém casas e espaços para escriturar, entre outros, os seguintes dados:

- Elementos de identificação;
- Alterações;
- Endereço dos familiares a contactarem caso de necessidade;
- Vencimentos mensais, se necessário.

3. Mensalmente as fichas são conferidas pelo comandante da companhia.

4. Cada ficha constitui documento privativo da companhia que a elabora e é encerrada quando o elemento a quem respeita for abatido ao seu afectivo.

Artigo 24.º

Guias de entrega, guias de remessa e sinopses

1. Para os documentos em epígrafe são utilizados impressos normalizados que têm fundamentalmente um cabeçalho, espaço para relacionar os artigos e um fecho.

2. O cabeçalho contém espaços para:

- Designação do órgão expedidor;
- Natureza da guia e número;
- Especificação do seu destino e finalidade.

3. O espaço para relacionar os artigos tem um riscado apropriado à inscrição do número de artigos, sua discriminação e observações.

4. O fecho tem lugar para os seguintes elementos:

- Data da expedição;
- Identidade do responsável pela expedição;
- Carimbo do órgão de destino;
- Data da recepção;
- Assinatura, nome, posto e função de quem recebe.

Artigo 25.º
Guias de marcha

1. As guias de marcha são passadas em impressos normalizados, com indicação dos seguintes elementos:

a. No cabeçalho:

- A unidade;
- O documento ou ordem que autoriza ou determina a deslocação.

b. No corpo:

- Identificação de quem marcha;
- Missão e itinerário;
- Estado de pagamento.

c. No fecho:

- Data;
- Assinatura do comandante e selo branco.

2. Nas guias de marcha colectivas, é relacionado, no verso, o pessoal que vai sob comando do titular da guia. Esta é trancada e assinada.

3. As guias devem conter sempre, em relação à marcha, a situação actualizada das pessoas a quem se referem, para o que:

- São lançadas, no verso ou em folhas de continuação, as verbas correspondentes às alterações que se verifiquem;
- Tais verbas são firmadas por entidade militar ou, na sua inexistência, pela autoridade civil local ou ainda pelo próprio;
- As verbas revestem a forma seguinte:
«Presente neste (nesta) (ou marcha deste) em para os fins/ou em razão de »

Artigo 26.º
Informação de requerimento

1. A informação de requerimento deve ser clara e concreta e ter em atenção o preceituado no n.º 3 do art. 99.º da 1.ª Parte do RGSUE, relativo a petições.

2. O impresso para este documento tem um cabeçalho e espaços próprios para as informações dos vários escalões hierárquicos.

3. O cabeçalho deve conter:

- Designação da unidade;
- Referência ao requerimento a que respeita;
- Matéria requerida.

4. A informação do chefe de quem o requerente depende directamente deve focar os seguintes pontos:

- a. Estar o requerimento abrangido pela alínea c) do n.º 2 do art. 99.º do RGSUE — 1.ª Parte.
- b. Legislação ou determinações relativas à pretensão que:
 - A autorizam;
 - A favorecem;
 - Se opõem ao seu deferimento.
- c. Influência da matéria requerida sobre a regularidade do serviço.
- d. Prejuízo para terceiros que pode resultar do deferimento da pretensão.

- e. Assentamentos do requerente, complementares dos que constem do texto do requerimento.
- f. Proposta conclusiva que deve focar o merecimento do requerimento.

5. As informações dos escalões hierárquicos superiores devem ter, no início e destacadamente, a designação da entidade informante.

6. As informações dos diferentes escalões terminam com a data e grupo de assinatura.

Artigo 27.º

Livros de registo

1. Os livros de registo são pautados e têm formato normalizado. Consoante o fim a que se destinam, as folhas têm riscado vertical adequado.

2. O «*livro de registo de correspondência recebida*» tem os espaços necessários ao registo dos seguintes elementos referentes a cada documento:

- Data de entrada;
- Número de entrada;
- Proveniência;
- Tipo e número;
- Data;
- Assunto de que trata;
- Distribuição (ou processo);
- Rubrica de quem recebe.

3. O «*livro de escalas de serviço*» tem no cimo de cada folha a designação do serviço e riscado vertical que possibilite a inscrição dos seguintes elementos:

- Data;
- Identidade;
- Observações.

4. O «*livro de registo de requerimentos*» tem riscado vertical com as casas necessárias às seguintes inscrições, em relação a cada requerimento:

- Número e data de registo;
- Posto, número e nome do requerente;
- Data do requerimento;
- Assunto requerido;
- Entidade a quem é dirigido;
- Data e órgão a quem foi enviado;
- Documento que transmite ou publica o despacho.

5. O «*livro de registo de correspondência particular*» destina-se a fazer registo de valores e urgências (vales de correio, valores declarados, telegramas e outra correspondência considerada importante), recebidos com destino a pessoal da unidade. Nele são inscritos os seguintes elementos:

- Datada recepção;
- Tipo e número do documento;
- Origem;
- Destinatário;
- Data da entrega e rubrica de quem recebe.

Artigo 28.º**Mapa diário**

1. O mapa normalizado a elaborar e a entregar diariamente pelas companhias nos respectivos batalhões visa especialmente:

- Fornecer aos escalões hierárquicos superiores os elementos necessários à sua acção de controlo de efectivos;
- Apresentar o expediente das companhias a despacho;
- Transmitir à secretaria do comando os elementos necessários ao mapa da força e as alterações do pessoal.

2. O mapa diário tem casas próprias, por oficiais, sargentos e praças, para inscrever os seguintes elementos:

a. Efectivo:

- (1) Orgânico;
- (2) Adidos.

b. Efectivo indisponível:

- (1) Diligência;
- (2) Ausentes sem licença;
- (3) Doentes;
- (4) Licenças;
- (5) Número de elementos que entram de serviço;
- (6) Presos.

c. Quantitativo de refeições a fornecer a pessoal da companhia:

- (1) No refeitório;
- (2) Noutros locais.

3. Em casas próprias deve ainda ser inscrito o seguinte:

- Alterações individuais;
- Identidade de presos, detidos e convalescentes;
- Identidade dos comandantes das forças de segurança, sargento de dia e cabo de dia.

4. Numa casa designada «anexos», são relacionados os documentos que acompanham o mapa como, por exemplo, os relativos a:

- Disciplina;
- Propostas;
- Pretensões;
- Dispensas de recolher.

Artigo 29.º**Mapa da força**

1. A secretaria do comando fornece diariamente ao oficial de dia um mapa — MAPA DA FORÇA — especificando os meios em pessoal que lhe são atribuídos e demais elementos necessários ao desenvolvimento da sua actividade.

2. Do mapa deve constar:

- Quantitativo de refeições requisitadas por cada companhia para os refeitórios e outros locais;

- O pessoal nomeado para o serviço ordinário individual à unidade;
- Os comandantes das forças de segurança;
- Sargentos de dia às subunidades;
- Cabos de dia;
- Presos, detidos e convalescentes.

3. Devem ser anexos ao mapa as relações do pessoal dispensado de recolher.

Artigo 30.º

Mapa mensal da situação de pessoal

1. Cada companhia elabora um mapa normalizado no qual deve constar todo o pessoal que a compõe e, diariamente, nele inscreve as situações individuais.

2. O mapa visa facilitar o controlo global de efectivos e a avaliação comparativa da distribuição do serviço e fornece elementos para a elaboração do mapa diário, requisições de refeições e escalas de serviço.

3. Este mapa é afixado em local que possibilite a sua consulta por todos os elementos da companhia.

4. O mapa tem um riscado que permite inscrever os seguintes elementos:

- À esquerda, elementos de identidade dos oficiais, sargentos e praças;
- Situação individual em cada dia do mês.

5. As situações são indicadas por símbolos; o espaço correspondente ao período do mês em que o militar não está aumentado à companhia é trancado com risco contínuo.

6. Após o mês a que respeita, cada mapa é presente ao comandante do batalhão respectivo que o visa.

7. No início de cada ano são entregues no arquivo primário os mapas relativos ao ano anterior, devidamente emaçados.

Artigo 31.º

Ofício, nota, verbete

1. Nos modelos de impressos de ofícios e notas deve ser observado o estabelecido nas «NORMAS PORTUGUESAS DEFINITIVAS».

2. As duas linhas constantes do cabeçalho do modelo destinam-se à inscrição:

a. Na linha inferior:

A designação da unidade ou estabelecimento (ou repartição de nível equivalente);

b. Na linha superior:

A designação do Comando, Chefia ou Órgão a que pertence a unidade, estabelecimento ou repartição.

A inscrição pode ser feita por dactilografia ou por carimbo (a preto ou azul).

3. Estes impressos dispõem de três zonas distintas:

a. A zona reservada ao cabeçalho tem espaços próprios para a inscrição dos seguintes elementos:

- Os indicados no número anterior;
- O endereço;
- As referências;
- O assunto.

Quando for necessário citar mais do que uma referência, inscreve-se, por baixo do «Assunto» a designação «Referência(s):» e seguidamente o(s) seu(s) título(s).

- b. A zona reservada ao texto, ocupa a mesma largura do cabeçalho e é limitada inferiormente por uma marca inscrita na margem esquerda. Este limite só pode ser ultrapassado quando o texto tiver de continuar noutra folha, podendo então utilizar-se o espaço reservado ao fecho.
 - c. Ao fecho é reservada uma zona abaixo do limite do texto a qual permite a inscrição destacada do grupo de assinatura.
4. O modelo de formato A5 de Nota deve, ser usado sempre que o texto for de pequena extensão.
5. Os modelos destes impressos são utilizados:
- a. Como «Nota» — Entre unidades, estabelecimentos e órgãos militares;
 - b. Como «Ofício» — Entre as entidades referidas na alínea anterior e entidades civis;
 - c. Como «Comunicação de Serviço», «Nota de Serviço Interno» ou «Verbete» a nível interno das unidades, estabelecimentos e órgãos do Exército.

Artigo 32.º

Ordem de serviço

1. A ordem de serviço é um documento periódico, através do qual os comandantes das unidades difundem a todo o pessoal seu subordinado:

- Determinações recebidas dos escalões superiores;
- Alterações referentes ao pessoal, animais ou material;
- Disposições relativas à unidade.

2. O cabeçalho, no cimo da primeira página, tem a identificação da unidade que a publica, o número e a data.

3. O corpo da ordem de serviço é articulado em capítulos e dividido em artigos com as subdivisões que forem necessárias. Os capítulos referem:

- Detalhe de serviço;
- Orgânica;
- Justiça e disciplina;
- Instrução;
- Mobilização;
- Administração;
- Saúde;
- Diligências;
- Adidos;
- Diversos.

4. O fecho contém o grupo de assinatura e, eventualmente, a autenticação.

5. Todas as páginas são numeradas na parte exterior do canto superior, com numeração seguida dentro de cada ano civil.

Artigo 33.º

Parte da guarda

1. A parte da guarda é o documento pelo qual o comandante da guarda dá parte da maneira como decorreu o serviço.

2. O impresso utilizado para este documento permite inscrever os seguintes elementos:

a. No cabeçalho:

- Indicação da unidade;
- Período que cobre;
- Visto no canto superior direito.

b. No corpo:

- Localização dos postos;
- Constituição da guarda;
- Quadriculado para inscrição da execução do serviço;
- Conferência das cargas;
- Estado das dependências e da área à responsabilidade da guarda;
- Relação dos presos;
- Ocorrências extraordinárias.

c. No fecho:

(1) Confirmação do comandante da guarda que entra quanto a:

- Conferência das cargas;
- Estado das dependências e da área;
- Relação dos presos.

(2) Assinatura do comandante que sai.

Artigo 34.º

Participação

1. As participações em princípio são escritas; quando verbais devem, se tal se justificar, ser passadas a escrito por quem as recebe.

2. Salvo casos específicos, previstos noutros regulamentos, a participação deve ser feita em papel pautado normalizado e apresentar a seguinte forma:

- a. Cabeçalho, com indicação da unidade, na primeira linha e, na 3.ª linha, a expressão «Exm.º Senhor».
- b. Texto com a descrição clara e precisa do facto a participar com início na 5.ª linha.
- c. Fecho, com início na linha imediata ao texto, com data e assinatura, seguidas do nome e posto legíveis.

Artigo 35.º

Relatório do oficial de dia

1. O relatório do oficial de dia visa transmitir ao comando as ocorrências verificadas durante o período a que respeita.

2. O modelo de impresso a utilizar deve permitir inscrever os seguintes elementos:

a. No cabeçalho:

- Indicação da unidade;
- Período que cobre;
- Identificação do oficial que o subscreve e do oficial de prevenção;
- Visto no canto superior direito.

b. No corpo:

- Conferência da carga;

- Rondas;
- Conferências de detidos e convalescentes;
- Ocorrências extraordinárias;
- Alterações ao pessoal de serviço;
- Serviço de alimentação;
- Apresentações;
- Faltas;
- Baixas;
- Marchas;
- Diversos.

c. No fecho, a assinatura do oficial de dia.

Artigo 36.º

Relatório da ronda

1. O relatório da ronda é o documento pelo qual o comandante da ronda dá conhecimento superior do modo como decorreu o serviço.
2. O modelo de impresso a utilizar permite inscrever os seguintes elementos:
 - a. No cabeçalho:
 - Indicação da unidade;
 - Designação da ronda;
 - Período que cobre;
 - Visto no canto superior direito.
 - b. No corpo:
 - Constituição da ronda;
 - Horário das rondas efectuadas;
 - Ocorrências extraordinárias.
 - c. No fecho:
 - Data;
 - Assinatura do comandante da ronda;
 - Anexos.

Artigo 37.º

Requerimentos

1. No tratamento dos requerimentos, deve ter-se em atenção o preceituado no art. 98.º da 1.ª Parte do RGSUE, relativo a petições.
2. Os requerimentos são formulados em papel selado, em todos os casos em que a lei o exige.
3. Um requerimento deve apresentar a forma seguinte:
 - a. O cabeçalho começa, na primeira linha, com a designação da entidade a quem é dirigido.
 - b. O texto inicia-se na 5.ª linha e deve conter os seguintes elementos:
 - Identidade completa do requerente;
 - Situação militar do requerente;
 - Onde se encontra colocado e onde presta serviço;
 - A legislação ou determinação ao abrigo da qual requer, quando conhecida;
 - O assunto requerido;
 - Os documentos ou factos que influenciam a petição, eventualmente.

- c. No fecho, depois de uma linha em branco, escreve-se:
 - A expressão «Pede deferimento»;
 - Nas linhas seguintes a data, a assinatura e o posto.
- 4. Os requerimentos são sempre informados em impresso de modelo próprio anexo.

CAPÍTULO III SECRETARIAS

Artigo 38.º Generalidades

1. As secretarias são órgãos de apoio ao comandante dos diferentes escalões militares onde tem origem e se manuseia documentação oficial em conformidade com as determinações superiores.
2. Em cada secretaria devem existir:
 - a. Os elementos de consulta necessários à acção que nela se desenvolve, bem como os livros e registos indispensáveis ao controlo da documentação;
 - b. O classificador corresponde aos assuntos que não são do âmbito da sua actividade;
 - c. Um carimbo para a sua identificação, com a indicação da unidade em caracteres destacados e a designação da secretaria em caracteres de tamanho menor. Entre estes elementos, tem o Escudo Nacional.

O carimbo é semicircular, com base de 5 cm; o das secretarias que fazem expedição de correspondência, tem as letras S. R. a ladear o escudo.

Artigo 39.º Secretarias das unidades independentes

1. Há dois tipos de secretarias: as de apoio a escalões de comando e as dos órgãos técnicos.
 - a. As secretarias de apoio a escalões de comando são:
 - (1) Secretaria de comando (a do comando de unidade independente);
 - (2) Secretarias dos batalhões;
 - (3) Secretarias das companhias.
 - b. As secretarias dos órgãos técnicos são tantas quantos os órgãos que delas necessitam.
2. A secretaria do comando destina-se a apoiar o comando da unidade, nos aspectos não específicos de qualquer dos outros órgãos, e tem por missão especial o seguinte:
 - Receber, registar, distribuir e expedir a correspondência;
 - Publicar a ordem de serviço;
 - Escriturar as escalas de serviço da unidade;
 - Elaborar o mapa da força;
 - Fazer o controlo do pessoal em trânsito e do pessoal adido;
 - Lançar as apresentações nas guias de marcha e passaportes;
 - Promover a elaboração das guias de marcha;
 - Passar requisições de transporte;
 - Registar os requerimentos em livro próprio;
 - Controlar o arquivo da unidade;
 - Fornecer ao amanuense de dia as instruções e meios necessários ao desempenho das suas funções.

3. A secretaria do batalhão, para além do apoio que presta ao respectivo comando, tem por missão:

- Estabelecer a ligação das secretarias das respectivas companhias com a secretaria do comando;
- Escriturar as escalas de serviço do batalhão.

4. A secretaria da companhia, além de apoiar o respectivo comandante, tem por missão:

- Elaborar e escriturar o ficheiro do pessoal;
- Escriturar as escalas do serviço a dar pela companhia;
- Elaborar o mapa mensal da situação do pessoal;
- Elaborar o mapa diário;
- Elaborar e escriturar outros documentos necessários à administração do pessoal;
- Elaborar e escriturar os documentos necessários à administração do material à sua responsabilidade.

5. As secretarias dos órgãos técnicos apoiam-nos na elaboração, escrituração e tramitação de toda a documentação que lhes é necessária.

Artigo 40.º

Tratamento da correspondência

1. Cada secretaria é identificada por um número de código de dois algarismos pospostos ao número de ordem dos documentos que elabora.

Nas unidades tipo regimento, tal código é o seguinte:

- 01 — Secretaria de Comando;
- 02 — Secção de Pessoal;
- 03 — Secção de Operações e Informações;
- 04 — Secção de Logística;
- 05 — Secção de Instrução;
- 06 — Secção de Mobilização;
- 07 — Secção de Justiça;
- 08 — Secção Financeira;
- 09 — Batalhão de Comando e Serviços;
- 10 — Centro Cripto;
- 11 — Centro de Transmissões.

2. Toda a correspondência destinada a qualquer unidade é recebida na respectiva secretaria do comando e tem o seguinte tratamento:

a. Na secretaria do comando:

- (1) Conferência das sinopses e devolução;
- (2) Aposição do carimbo de entrada em todos os documentos com a respectiva data;
- (3) Registo dos documentos recebidos no livro de registos de correspondência recebida e inscrição dos correspondentes números de entrada;
- (4) Apresentação da correspondência entrada a conhecimento superior, conforme determinado nas Normas de Execução Permanente (NEP) da unidade;
- (5) Distribuição dos documentos destinados aos outros órgãos da unidade, mediante guia, que pode ser substituída por recibo aposto no próprio livro de registo.

b. Nas secretarias dos órgãos aos quais os documentos são distribuídos, faz-se um registo dos mesmos análogo ao efectuado pela secretaria do comando.

3. A expedição da correspondência é feita através da secretaria do comando e tem o seguinte tratamento:

- a. As secretarias dos diferentes órgãos promovem a entrega na secretaria do comando da correspondência a expedir, acompanhada de sinopse; a correspondência normal é entregue sem sobrescrito;
- b. Na secretaria do comando, a correspondência é agrupada por destinos, relacionada em sinopse, em triplicado, e preparada para expedição. É entregue na estação expedidora mediante guia.

4. O controlo da correspondência a expedir e expedida é garantido por:

- a. Arquivo, nas secretarias dos diferentes órgãos, das sinopses quitadas que acompanharam os documentos para a expedição;
- b. Arquivo na secretaria do comando de um triplicado de cada sinopse expedida, o qual é substituído pelo correspondente duplicado logo que devolvido, pelo órgão de destino, devidamente quitado.
- c. Arquivo na secretaria do comando dos duplicados das guias de entrega da correspondência da estação expedidora, devidamente quitados.

Artigo 41.º

Organização e escrituração de escalas de serviço

1. As escalas de serviço destinam-se à inscrição e nomeação dos militares e das subunidades que são agrupadas para a execução dos diferentes serviços não orgânicos e são escriturados nos livros de escalas.

2. Em princípio, deve ser destinado um livro de escalas para cada serviço, contudo, podem ser agrupados vários serviços no mesmo livro, reservando-se para cada um deles o número de folhas considerado necessário.

3. As primeiras folhas do livro de escalas são reservadas à inscrição inicial da escala e a sua actualização, devendo constar, em casas próprias, as datas e justificações das alterações que se verificarem.

4. Nas folhas seguintes, vai sendo inscrita a sucessão das nomeações, devendo constar, nas alterações que se verificarem em relação à rotação normal, as correspondentes justificações.

5. Quando a nomeação for feita por escalas de subunidades constituídas, o serviço desempenhado pelos diferentes militares, é individualizado no mapa mensal da situação do pessoal.

CAPÍTULO IV

ARQUIVOS

Artigo 42.º

Generalidades

1. Os arquivos visam a arrumação ordenada e classificada de toda a documentação já trabalhada, mas passível de vir a ser ainda necessária.

2. No Exército os três escalões de arquivo são: Arquivo Histórico Militar, Arquivo Geral do Exército e arquivos primários que são os das unidades. Só os últimos são tratados neste regulamento.

3. Os documentos só devem permanecer nas diferentes secretarias enquanto nelas forem necessários para trabalho.

4. Os documentos relativos a um mesmo assunto vão sendo reunidos em processo, dispostos por ordem cronológica, dentro de uma capa onde se escreve o número de classificador que lhe

corresponde, a designação do assunto que encerra e, na face interna da capa, a relação dos documentos que contém.

5. Os documentos apenas permanecem nos arquivos primários enquanto tiverem interesse administrativo corrente, isto é, enquanto a consulta a que forem sujeitos justificar a sua presença.

6. Têm tratamento especial, definido em determinações específicas:

- Os documentos que se destinem aos processos individuais;
- Os documentos que devem ser remetidos a órgãos de processamento financeiro;
- Os documentos com classificação de segurança.

Artigo 43.º

Arquivo primário

1. Em cada unidade, existe um arquivo único, na dependência da secretaria do comando.
2. No arquivo são concentrados todos os documentos que já não sejam necessários nas diferentes secretarias, fazendo-se nele o tratamento da documentação.
3. Os documentos e processos em arquivo devem ser reunidos, segundo o classificador geral, em pastas ou maços e, em cada um destes, numerados, relacionados e dispostos por ordem cronológica.
4. Sempre que possível será feita a microfilmagem dos documentos a arquivar.
5. O arquivo deve estar organizado de modo a possibilitar uma fácil e rápida consulta dos processos e documentos.

Artigo 44.º

Trânsito da documentação

1. Periodicamente, mas no mínimo, uma vez por ano, as diferentes secretarias fazem entrega da sua documentação no arquivo primário, mediante guia, em duplicado, com as exceções referidas no n.º 6 do art. 42.º.
2. A documentação entregue no arquivo é abatida, nos correspondentes livros de registo, com base no duplicado da guia de entrega devidamente quitada.
3. A documentação recebida no arquivo primário é considerada:
 - Útil, a que é posteriormente remetida ao Arquivo Geral do Exército;
 - Inútil, aquela que, oportunamente, é destruída no arquivo.
4. A documentação considerada útil, permanece no arquivo primário o número de anos que for superiormente fixado, sendo depois remetida ao Arquivo Geral do Exército de acordo com instruções específicas.
5. Entre outros, são considerados inúteis:
 - Colecções da Ordem do Exército (OE) e da Ordem de Serviço (OS) do escalão ou escalões superiores;
 - Colecções de OS da unidade, para além de duas, arquivadas há mais de 3 anos;
 - Relatórios do serviço diário, com mais de 1 ano de arquivo;
 - Guias de entrega e de remessa, sinopses, com mais de 3 anos de arquivo;
 - Escalas de serviço, com mais de 1 ano de arquivo.
6. Os documentos considerados inúteis, são destruídos:
 - a. As colecções de OE e OS, para além de um número limitado indispensável a consulta, logo após entrega no arquivo primário.
 - b. Os restantes, no final de cada ano e após o respectivo prazo de permanência que lhes for fixado.
7. A destruição de documentos inúteis é feita somente no arquivo primário e mediante auto ou acta.

ANEXO A**MODELOS**

- Modelo n.º 1 — Acta
- 2 — Atestado
 - 3 — Certidão
 - 4 — Certificado
 - 5 — Dispensa de formatura de refeições
 - 6 — Dispensa de ausência do quartel
 - 7 — Dispensa de recolher
 - 8 — Dispensa de formaturas e de comparência
 - 9 — Dispensa permanente de pernoitar no quartel
 - 10 — Edital
 - 11 — Escalas
 - 12 — Estudo
 - 13 — Ficha individual
 - 14 — Guia de entrega ou remessa
 - 15 — Guia de marcha
 - 16 — Informação de requerimento
 - 17 — Mapa diário
 - 18 — Mapa da força
 - 19 — Mapa mensal da situação do pessoal
 - 20 — Nota, Ofício e Verbete (Formato A4)
 - 20A — Nota e Verbete (Formato A5)
 - 21 — Ordem de serviço
 - 22 — Passaporte de licença
 - 23 — Parte da guarda
 - 24 — Relatório do oficial de dia
 - 25 — Relatório de ronda
 - 26 — Registo de correspondência
 - 27 — Sinopse
 - 28 — Termo de abertura

(Modelo n.º 1)

ACTA No..... (em algarismos)

Aos dias do mês de do ano de
..... nesta cidade de e
quartel do
....., em cumprimento do determinado no art.da
Ordem de Serviço número de (data)
do mesmo (unidade), se reuniu a
comissão de que trata o mesmo artigo, estando presentes
.....
.....
para proceder
Dando início aos trabalhos (registo das ocorrências
ou deliberações)
Terminados os trabalhos se encerra a presente acta, depois de lida
e aprovada, a qual foi escrita por
e é assinada por todos os elementos da comissão
.....
.....
.....

(Modelo n.º 2)

Unidade ou Estabelecimento

ATESTADO

(Nome) , (posto).....
(função), atesta que
(posto, No mecanográfico e nome), nascido a
na freguesia de , filho de
..... e de
prestou serviço nesta unidade de a com
bom comportamento.

E por ser verdade, se passa o presente atestado que se destina a
e vai por mim assinado e autenticado com o selo branco.

Quartel em

O COMANDANTE

(Selo Branco)

(Modelo n.º 3)

VISTO

Em _____

(Unidade ou Estabelecimento)

CERTIDÃO

(Nome) , (posto) , (função) , certifica,
 em virtude do despacho exarado no requerimento que fica arquivado neste

 que da folha de matrícula do (posto, No
 mecanográfico e nome)
 , nascido a na freguesia de
 , concelho de , filho de
 , e de , consta o seguinte:
 "..... Estado civil, casado com
 em "

E por ser verdade, se passa a presente certidão que se destina a

 e vai por mim assinada e autenticada com o o visto de
 e selo branco respectivo.

Quartel em

O

(Selo branco)

(Modelo n.º 4)

VISTO

Em _____

(Unidade ou Estabelecimento

CERTIFICADO

(Nome) , (posto) , (função) , certifica,
em virtude do despacho exarado no requerimento que fica arquivado neste
.....
que (posto, No mecanográfico e nome)
nascido a , na freguesia de , concelho de
..... , filho de e de
(relatar os factos que verificou)
E por ser verdade se passa o presente certificado que se destina a
..... e vai por mim assinado, e autenticado
com o visto de e selo branco.

Quartel em

O

 S.  R. EXÉRCITO PORTUGUÊS SERVIÇO GERAL Licenças e Dispensas	(Modelo n.º 5) DISPENSA DE FORMATURA DE REFEIÇÕES	RM (ZM) _____ Un (Estb) _____ Subun _____
---	---	---

Tem dispensa da formatura das _____ refeições
do dia _____ o _____ No _____,
_____, nos termos do No 4 do Art 44.º
da II Parte do RGSUE.

Quartel em _____, _____ de _____ de _____

O COMANDANTE DE (a) _____

FORMATO A6

 S.  R. EXÉRCITO PORTUGUÊS SERVIÇO GERAL Licenças e Dispensas	(Modelo n.º 6) AUTORIZAÇÃO DE AUSÊNCIA DO QUARTEL	RM (ZM) _____ Un (Estb) _____ Subun _____
---	---	---

Está autorizado a ausentar-se do Quartel das _____ H _____ às _____ H _____,
o _____, No _____,
_____, nos termos do No 2 do Art 44.º da II Parte do RGSUE.

Quartel em _____, _____ de _____ de _____

O COMANDANTE DE (a) _____

FORMATO A6

(Modelo n.º 7)		
 S.  R. EXÉRCITO PORTUGUÊS SERVIÇO GERAL Licenças e Dispensas	DISPENSA DE RECOLHER	RM (ZM) _____ Un (Estb) _____ Subun _____
	Está dispensado de recolher ao Quartel até às _____ horas, o _____ No _____, nos termos do No 4 do Art 44.º da II Parte do RGSUE.	
	Quartel em _____, _____ de _____ de _____	
	O COMANDANTE DE (a) _____ _____ _____	

FORMATO A6

(Modelo n.º 8)		
 S.  R. EXÉRCITO PORTUGUÊS SERVIÇO GERAL Licenças e Dispensas	DISPENSA DE FORMATURAS E DE COMPARENCIA	RM (ZM) _____ Un (Estb) _____ Subun _____
	Tem dispensa de formaturas e de comparecer no Quartel desde as _____ H do dia _____ até às _____ H do dia _____, o _____, No _____, nos termos do No 3 do Art 44.º da II Parte do RGSUE.	
	Quartel em _____, _____ de _____ de _____	
	O COMANDANTE DE _____ _____ _____	

FORMATO A6

<p>(Modelo n.º 9)</p> <p>DISPENSA PERMANENTE DE PERNOITAR NO QUARTEL</p>		<p>RM (ZM) _____</p> <p>Un (Estb) _____</p> <p>Subun _____</p>
<p>S.  R.</p> <p>EXÉRCITO PORTUGUÊS SERVIÇO GERAL Licenças e Dispensas</p>		
<p>Tem dispensa, nos termos do No 1 do Art 44.º da II Parte do RGSUE,</p> <p>o _____, No _____,</p> <p>da (a) _____</p> <p>Quartel em _____, de _____ de _____</p> <p>O COMANDANTE</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>FORMATO A6</p>		

(Selo)

(Modelo n.º 10)

SERVIÇO DA REPÚBLICA

(Unidade ou Estabelecimento)

EDITAL

(Assunto do Edital)

Faço saber por esta forma (texto)

Quartel em de de

O (designação do cargo)

(assinatura)

(posto)

(nome e posto dactilografados)

ou

O (posto e nome).....*(comandante ou chefe).....

..... do faz público que..... (texto).....

Quartel em de de

(assinatura)

(posto)

(Modelo n.º 12)

N.º _____

Proc _____

Data _____

(Unidade)

ESTUDO

ASSUNTO:

Referências

PARECERES**DESPACHO**

[illegible]

(Modelo n.º 15)

(a) _____

GUIA DE MARCHA

Em virtude de (b) _____

Marcha deste (c) _____ de (d) _____

para _____ a fim de _____

pela seguinte via (f) _____

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA:

- Estado de pagamento _____

- Guia de transferência de vencimentos (g) _____

OUTRAS INDICAÇÕES: _____

Quartel em _____, ____ de ____ de ____

O (h) _____

- (a) Unidade ou Estabelecimento
 (b) Documento ou ordem que autoriza a deslocação
 (c) Designação da Unidade ou Estabelecimento
 (d) Localidade

- (e) Posto, nome completo e número mecanográfico
 (f) Modalidade de transporte, data hora da marcha, referência a despachos específicos
 (g) Em anexo ou a enviar
 (h) Grupo de assinatura e selo branco

FORMATO A4

 <p>MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL EXERCITO PORTUGUÊS PESSOAL Pretensões</p>	<p>INFORMAÇÃO DE REQUERIMENTO</p>	<p>RM (ZM) _____ Un (Estab) _____ Data do requerimento _____</p>
<p>REQUERIMENTO registado com o No _____ em (Data) _____ de (Nome) _____ (Posto/Categoria) _____, (N. Mec) _____ Materia requerida (a) _____ _____ _____</p>		
<p>INFORMAÇÃO DO CHEFE de quem o Requerente depende directamente</p>		
<p>1. O requerimento satisfaz as condições expressas na alínea c) do numero 2 do Artigo 99.º do RGSUE — 1.ª Parte *</p> <p>2. Legislação ou determinações relativas à pretensão, que: — a autorizam _____ — favorecem _____ — se opõem ao seu deferimento _____</p> <p>3. Influência que o deferimento da pretensão pode ter na regularidade do serviço _____ _____ _____</p> <p>4. Prejuizo para terceiros, que o informante considera resultar do deferimento da pretensão _____ _____ _____</p> <p>5. Assentamento do requerente (b) _____ _____ _____ _____ _____ _____ _____ _____ _____ _____</p> <p>6. Proposta: _____ _____ _____ _____</p>		
<p>Quartel em _____ de _____ de 19 _____</p> <p style="text-align: right;">(c) O _____ _____</p>		

(Modelo n.º 17)

Visto (a)

(Carimbo)

Mapa Diário

	Efectivo				Indisponíveis							Efectivo disponível	Refeições a fornecer							
	Orgânico	Adidos	Sold. recruta	Total	Diligência	Ausentes S/L	Doentes e convalescentes	Licenças	Entram serviço	Presos	Total		Refetórios			Outros locais				
													3.ª	1.ª	2.ª	3.ª	1.ª	2.ª		
Of.																				
Sarg.																				
Praças																				

Cmdt. das Forças de Segurança, Sargentos de Dia e Cabo de Dia:

FORMATO A4

(Modelo n.º 17 — verso)

Alterações individuais	Identificação de Presos — Detidos — Convalescentes	Anexos
		<div data-bbox="957 324 1141 840">O Cmdr (b) _____ _____</div>

a) Cmdr de Bat ou Grupo
b) Cmdr de Cmp. Esq. ou Bat.

(Modelo n.º 18)

(FORMATO A4)

(Unidade)

MAPA DA FORÇA

Referente a _____

Oficial de dia: _____

Oficial de prevenção: _____

1. Comandantes das forças de segurança:

— Piquete _____ — Ronda _____

— Guarda de polícia _____ — Guarda exterior _____

2. Serviço de dia à unidade:

Sargento _____ Corneteiro ou clarim _____

Enf. ou soc. _____ Condutor _____

Amanuense _____ Electricista _____

Mecânico _____

3. Serviço de dia às subunidades:

Subunidades	Batalhão ou Grupo													
	Comp, Esq ou Bat.													
Função	Oficial													
	Sargento													
	Cabo													

4. Presos: _____

5. Detidos: _____

6. Convalescentes: _____

(Modelo n.º 18 — verso)

7. Refeições requisitadas pelas subunidades:

Batalhão ou Grupo													
Companhia Esquadrão Bateria													
Refetórios	Oficiais	3.ª											
		1.ª											
		2.ª											
	Sargentos	3.ª											
		1.ª											
		2.ª											
	Praças	3.ª											
		1.ª											
		2.ª											
Outros locais	Oficiais	3.ª											
		1.ª											
		2.ª											
	Sargentos	3.ª											
		1.ª											
		2.ª											
	Praças	3.ª											
		1.ª											
		2.ª											

8. Anexos:

A. Relação de dispensas de recolher das companhias _____

B. Permanências _____

C. _____

O Chefe da Secretaria do Comando

CARIMBO

(Modelo n.º 19)

— / — / —

MAPA MENSAL DA SITUAÇÃO DO PESSOAL

MÊS DE _____ / 19 ____

[illegible]

O Comandante

Legenda: no verso

FORMATO A3

LEGENDA DO CÓDIGO A UTILIZAR**1. SITUAÇÃO (a vermelho)**

- A Ausente
- C Convalescente
- D Dispensado do serviço (No 3 do art 26.º e No 1 do art 28.º da 2.ª PARTE do RGSUE)
- E Enfermaria
- H Hospital
- L Licença
- M Diligência, marcha
- N Não arranchado
- P Preso

2. SERVIÇO (a azul ou preto)

- D Dia, prevenção
- G Guarda
- I Intervenção, permanência
- O Ronda
- P Piquete
- R Reforço à guarda
- S Serviço de dia da especialidade ou função
- T Trocou


EXÉRCITO PORTUGUÊS

[] []

[] []


Sua referência: _____ Nossa referência: _____

No _____ / _____ Proc: _____ No _____ / _____ Proc: _____

(FORMATO A4)

(Modelo n.º 28)

(Modelo n.º 20-A)



EXÉRCITO PORTUGUÊS

Assinatura: _____

N.º _____ Proc. _____ Data _____

Assinatura: _____

N.º _____ Proc. _____ Data _____

Assinatura: _____

N.º _____ Proc. _____ Data _____

(FORMATO A5)

Na resposta mencionar: N.º, Proc. e Data deste documento.

(Modelo n.º 21)

Pag. _____

REGIMENTO DE _____

ORDEM DE SERVIÇO No _____

Quartel em _____, ____ de _____ de 19 ____

.....

DETERMINO E MANDO PUBLICAR:

I DETALHE DE SERVIÇO

Art 1.º SERVIÇO PARA O DIA _____

1. Escalados pela secretaria do Comando

Designação

Efectivo

Reserva

OFICIAIS

Dia

Prevenção

SARGENTOS

Dia

Enfermeiro

Mecânico

Amanuense

PRAÇAS

Corneteiro (ou clarim)

Socorrista

Mecânico

Condutor

Amanuense

Telefonista

2. A escalar pelas seguintes subunidades

Guardas:

.....

.....

Rondas

.....

.....

Reforço

Piquete

(NOTA: — Se houver que nomear serviço para mais de um dia, numerar-se um artigo para cada.)

II ORGÂNICA

Pag. ____.

Art ____ PESSOAL

(Neste artigo publicam-se, pela seguinte ordem, os assuntos que lhe digam respeito.)

1. Oficiais

- Aumentos
- Abates
- Promoções
- Apresentações
- Marchas
- Transferências internas
- Desempenho de funções
- Licenças
- Dispensas
- Requerimentos
- Contratos

2. Sargentos

(O mesmo que no No 1)

3. Praças

(O mesmo que no No 1)

4. Civis

(O mesmo que no No 1)

(NOTA: — Os parágrafos 1. 2. 3. 4. respeitam-se para cada uma das classes indicadas; se numa das classes não houver matéria para publicação escreve-se a palavra «NADA» a seguir ao indicativo. Os subparágrafos, porém, só se mencionam desde que haja matéria que lhes diga respeito.)

Art ____ MATERIAL

(Os parágrafos e subparágrafos são escriturados de acordo com o Sistema Unificado de Catalogação (SUC).)

III JUSTIÇA E DISCIPLINA

Art ____ Condecorações

Art ____ Louvores

Art ____ Citações

Art ____ Autos

Art ____ Cópias de sentenças

Pag. _____

- Art. ____ Punições
- Art. ____ Cessações de penas
- Art. ____ Ausências ilegítimas

(NOTA: — Cada um dos títulos acima mencionados são inscritos, sob a forma de artigo, pela ordem que se indica, desde que haja assunto.

Em cada um dos artigos, se houver mais do que um assunto para ser tratado, faz-se a sua inserção por parágrafos numerados.)

IV INSTRUÇÃO

- Art. ____ Instrução Operacional
- Art. ____ Instrução Preparatória de Quadros
- Art. ____ Instrução de Recrutas
- Art. ____ Instrução de Cabos
- Art. ____ Escolas Regimentais
- Art. ____ Habilitações Literárias
- Art. ____ Concursos
- Art. ____ Exames de Condução Auto
- Art. ____ Cursos

(NOTA: — O mesmo que se diz no Capítulo III.)

V MOBILIZAÇÃO

- Art. ____ Manobras
- Art. ____ Averbamentos (respeitantes a alterações do estado civil do pessoal da unidade).
- Art. ____ Revistas de inspecção
- Art. ____ Licenças de ausência eventual para o estrangeiro
- Art. ____ Número de ordem

(NOTA: — O mesmo que se diz para o Capítulo III.)

VI ADMINISTRAÇÃO

- Art. ____ Vencimentos
- Art. ____ Alimentação
- Art. ____ Fardamento

Pag. _____

VII SERVIÇO DE SAÚDE

Art. ____ Doentes (neste artigo inscrevem-se por parágrafos numerados):

- Baixas ao hospital
- Baixas à enfermaria
- Altas do hospital
- Altas da enfermaria
- Convalescenças
- Resultados das JHI

Art. ____ Desastres em serviço

Art. ____ Dispensas de (fazer exercícios físicos, calçar botas, fazer a barba, etc).

VIII DILIGÊNCIAS

Art. ____ Diligências permanentes

Art. ____ Diligências eventuais

IX ADIDOS

Art. ____ Adidos permanentes

Art. ____ Adidos eventuais

X DIVERSOS

(Neste capítulo X — DIVERSOS são publicados todos os assuntos que não têm cabimento em nenhum dos outros capítulos.)

FECHO

A O.S. das Regiões ou dos Comandos com quartel-general é igual à dos regimentos, excepto quanto ao que se segue:

a. No cabeçalho:

REGIÃO (COMANDO) MILITAR DE _____

ORDEM DE SERVIÇO No _____

(Quartel) _____ de _____ de 19 _____

O General Comandante determina e manda publicar:

ou

O Comandante Militar determina e manda publicar:

b. No texto

I DISTRIBUIÇÃO DE SERVIÇO (____ Rep.)

Art 1.º Serviço de Guarnição

Art 2.º Serviço eventual

(Os capítulos de II a VII têm os mesmos títulos que os da O.S. dos Regimentos; o Capítulo VIII tem o título DIVERSOS.)

(A seguir aos títulos indica-se, dentro de parênteses, a Repartição responsável pela publicação.)

c. No fecho


O CHEFE DO ESTADO-MAIOR

NOME

POSTO

NOTA FINAL: Todos os capítulos serão sempre insertos mesmo que não haja matéria que lhes diga respeito, inscrevendo-se, neste caso, a palavra «NADA» em letras maiúsculas, por baixo.

(Modelo n.º 22)

TALÃO No _____ DE PASSAPORTE DE LICENÇA		 S. R. EXERCITO PORTUGUES SERVIÇO GERAL Licenças e Dispensas		PASSAPORTE DE LICENÇA		RM (ZM) Um (Eiti) Subm Passaporte No _____	
Posto: _____		Nos termos de _____					
No Mecn _____		tem licença por _____ dias com princípio em _____ de _____					
Nome _____		de _____, o _____ No Mecn _____					
_____		devido apresentar-se no _____ até às _____ horas					
Dadas da licença: — Início _____ — Apresentação _____		do dia _____ de _____ (a) _____					
Endereço: — Telefone _____ — Residência _____		Quartel em _____ de _____ de _____ O (b) COMANDANTE _____					
O PRETENDENTE _____		(b) Se necessário estado de pagamento, _____ (b) Comandante ou Director ou Chefe, _____					

(Modelo n.º 23)

Visto

(Unidade)

PARTE DA GUARDA (a) _____

Início: _____

Período

Fim: _____

1. Identificação e localização dos postos

A Porta de Armas D _____ G _____
 B _____ E _____ H _____
 C _____ F _____ I _____

2. Constituição da guarda e horário de serviço

Comandante _____

Corneteiro ou Clarim _____

	Posto e Número	Apelido	N.º de guarda	Horário											
Gradu- ados			1												
			2												
			3												
Sentinelas			1												
			2												
			3												
			4												
			5												
			6												
			7												
			8												
			9												
			10												
			11												
			12												
			13												
			14												
			15												
			16												
			17												
			18												
			19												
			20												
			21												
			22												
			23												
			24												
			25												
			26												
			27												

(a) Designação: polícia, guarnição etc.

FORMATO A4

3. Relação dos presos:

4. Ocorrências extraordinárias:

5. Estado das dependências e conferência da carga:

Confirmo os n.ºs 3 e 5

O Comandante da Guarda que entra

O Comandante da Guarda

(Modelo n.º 24)

VISTO

(Unidade)

RELATÓRIO DO OFICIAL DE DIA

Período { Início _____
Fim _____

Oficial de dia: _____

Oficial de prevenção: _____

1. Conferência da carga _____

2. Rondas ao quartelamento

Graduado	Horário	Graduado	Horário

3. Formaturas de detidos e convalescentes

Horário	Faltas	Horário	Faltas

4. Ocorrências extraordinárias:

(alterações ao pessoal de serviço, alimentação, apresentações, faltas, baixas e marchas)

5. Diversos

6. Documentos Anexos

O Oficial de dia

(Modelo n.º 25)

UNIDADE _____

VISTO _____

RELATÓRIO DE RONDA

A _____

DIA _____ de _____ de 19 _____

1. CONSTITUIÇÃO DA RONDA

2. HORARIO DAS RONDAS EFECTUADAS

HORÁRIO	Locais ou localidades rondadas
Das _____ " _____ às _____ " _____	
Das _____ " _____ às _____ " _____	
Das _____ " _____ às _____ " _____	
Das _____ " _____ às _____ " _____	
Das _____ " _____ às _____ " _____	
Das _____ " _____ às _____ " _____	
Das _____ " _____ às _____ " _____	

3. OCORRÊNCIAS EXTRAORDINÁRIAS

ANEXOS: _____

QUARTEL EM _____ DE _____ DE _____

O COMANDANTE DA RONDA

(Modelo n.º 27)

(a) _____

Sinopse No _____

Destino _____

Quantidades	Discriminação	Observações

Expedição

Recepção

Data: _____ Data: _____

O (b) _____ O (b) _____

Nome: _____ Nome: _____

Posto: _____ Posto: _____

(a) Unidade,

(b) Função.

FORMATO A5

(Modelo n.º 28)

(Carimbo)

Termo de abertura

Destina-se o presente livro ao registo de
e é composto de folhas, numeradas seguidamente
e por mim rubricadas com a rubrica de
que faço uso.

O COMANDANTE

(ass.)

(posto)

(Selo branco)

3.ª PARTE
BANDAS, FANFARRAS
E ORQUESTRA LIGEIRA DO EXÉRCITO

CAPÍTULO I
GENERALIDADES

Artigo 1.º

Finalidade do Regulamento

O RGSUE — 3.ª PARTE — BANDAS, FANFARRAS E ORQUESTRA LIGEIRA DO EXÉRCITO tem por finalidade definir e estabelecer as normas de funcionamento das bandas, fanfarras e orquestra ligeira do Exército, por forma a garantir um elevado nível de execução e o cumprimento integral das missões que lhes forem atribuídas.

CAPÍTULO II
BANDA DO EXÉRCITO

Artigo 2.º

Missão

1. A Banda do Exército é um órgão militar, competindo-lhe:
 - a. Actuar em apoio geral do Exército, dando o necessário enquadramento musical a cerimónias e actos militares, designadamente, guardas de honra, desfiles, festivais ou juramentos de bandeira;
 - b. Representar o Exército ou, quando especificamente designada, as Forças Armadas em festivais, concertos ou cerimónias de carácter internacional realizadas no país ou em países estrangeiros;
 - c. Contribuir para a valorização cultural e recreação do pessoal militar e civil do Exército, executando concertos ou outras intervenções musicais em unidades e órgãos militares;
 - d. Colaborar, conforme lhe for determinado, com os outros Ramos das Forças Armadas e com as autoridades e organismos civis, na realização de concertos ou levando a efeito outras actividades musicais;
 - e. Em situações de crise ou emergência executar, à ordem, acções de combate, como tropa de infantaria, ajustadas à sua capacidade e potencial ou colaborar com o sistema nacional de protecção civil no apoio a prestar em situações de catástrofe ou calamidade.

2. No âmbito da sua actividade, a Banda do Exército deve incrementar o gosto pela música nacional. No sentido de salvaguardar a cultura portuguesa, deverá recolher, instrumentar e difundir temas de raiz popular.

Artigo 3.º

Planeamento da actividade

O planeamento da actividade da Banda do Exército compete ao Departamento de Pessoal do Estado-Maior do Exército.

Artigo 4.º

Instrução

1. Em virtude das missões e características militares da Banda do Exército, esta deve prosseguir um programa de instrução adequado que lhe garanta elevado nível técnico-artístico e uma conveniente preparação militar.

2. A instrução técnico-artística deve incluir, como norma, pelo menos um ensaio diário de conjunto, além das sessões de instrução teórica e prática das diversas matérias.

3. A instrução militar, com vista à sua preparação para o desempenho das missões previstas na alínea e) do n.º 1 do art. 2.º do presente regulamento, será sempre que possível integrada nos programas de instrução dos quadros permanentes da unidade em que se encontrar aquartelada e devidamente coordenada com a instrução técnico-artística consignada no número anterior.

Artigo 5.º

Organização

Para a Banda do Exército será fixado um quadro orgânico próprio.

Artigo 6.º

Funções do pessoal na Banda do Exército

1. Para além de outras tarefas que se encontrem estabelecidas em regulamentos ou normas em vigor, compete, ao pessoal a seguir descrito, as seguintes funções:

a. Ao chefe da Banda, como responsável pela sua eficiência técnica:

- (1) Ensaia a Banda e regê-la nas suas actuações;
- (2) Instrumentar e transcrever para banda composições de reconhecido valor, julgadas convenientes;
- (3) Planear e superintender na instrução a ministrar ao pessoal, por forma a garantir um elevado nível técnico-artístico e a manter a conveniente preparação militar dos componentes da Banda;
- (4) Providenciar pela execução da limpeza, arrumação e conservação do arquivo, materiais e dependências atribuídos à Banda;

b. Ao adjunto:

Coadjuvar o chefe da Banda em todas as suas actividades, substituindo-o na sua ausência ou impedimento.

c. Ao subchefe:

- (1) Ministrar o ensino das diversas matérias que lhe forem cometidas;
- (2) Actuar como executante instrumental;

- (3) Organizar o arquivo da Banda e zelar pela sua conservação;
 - (4) Ensaiar e reger a Banda quando tal lhe for determinado.
 - d. Aos chefes de naipe:
 - (1) Ministras o ensino das diversas matérias que lhe forem cometidas;
 - (2) Chefiar o conjunto de executantes que compõem o seu naipe instrumental;
 - (3) Actuar como executante instrumental;
 - (4) Ensaiar e reger a Banda quando tal lhe for determinado.
 - e. Aos solistas:
 - (1) Actuar como executante instrumental, nomeadamente na qualidade de solista;
 - (2) Ministras o ensino das diversas matérias que lhe forem cometidas.
 - f. Aos executantes (sargento):
 - (1) Actuar como executante instrumental;
 - (2) Proceder aos trabalhos de cópia musical que lhe forem determinados para utilização e renovação do arquivo da Banda.
 - g. Aos executantes (praça):

Actuar como executante no instrumento que lhe for distribuído.
2. O subchefe e os chefes de naipe podem ser dispensados de tocar em marcha.

Artigo 7.º

Serviço privativo da Banda do Exército

1. Para o serviço privativo da Banda, será nomeado diariamente o seguinte pessoal músico:

1 sargento, 1 cabo e os soldados julgados necessários.
2. Ao sargento compete:
 - a. Zelar pela limpeza e arrumação das dependências atribuídas à Banda;
 - b. Zelar pela conservação e arrumação dos materiais distribuídos à Banda;
 - c. Zelar pela catalogação, ordenação e arrumação das composições musicais, manuais e outras publicações que constituem o arquivo da Banda;
3. Ao cabo compete:
 - a. Coadjuvar o sargento nas funções referidas em 2. do presente artigo;
 - b. Distribuir e recolher o reportório musical a executar pela Banda.
4. Aos soldados compete a execução da limpeza e arrumação das dependências e materiais atribuídos à Banda.

Artigo 8.º

Formações da Banda do Exército

1. A pé firme, a Banda adopta normalmente a formação em linha de 4 fileiras; pode, contudo, adoptar formação diferente em consequência da natureza e exigências das cerimónias em que tomar parte.
2. Em marcha, adopta normalmente a formação de coluna por 4, devendo os instrumentos de percussão precederem os de sopro.

CAPÍTULO III

BANDAS MILITARES

Artigo 9.º

Missão

1. As bandas militares são órgãos militares, competindo-lhes:
 - a. Dar o necessário enquadramento musical a cerimónias e actos militares, designadamente juramentos de bandeira, guardas de honra, desfiles, festivais ou rendições de guardas;
 - b. Contribuir para a valorização cultural e recreação do pessoal militar e civil do Exército, executando concertos ou outras intervenções musicais em unidades e órgãos militares;
 - c. Colaborar, conforme lhe for determinado, com os outros Ramos das Forças Armadas e com as autoridades e organismos civis na realização de concertos ou levando a efeito outras actividades musicais;
 - d. Em situações de crise ou de emergência executar, à ordem, acções de combate, como tropa de infantaria, ajustadas à sua capacidade e potencial ou colaborar com o sistema nacional de protecção civil no apoio a prestar em situações de catástrofe ou calamidade.
2. No âmbito da sua actividade, as bandas militares devem incrementar o gosto pela música nacional. No sentido de salvaguardar a cultura portuguesa deverão, de acordo com as suas possibilidades, recolher, instrumentar e difundir temas de raiz popular.

Artigo 10.º

Planeamento da actividade

O planeamento da actividade das bandas militares compete ao Comando superior de que dependem ou a que estão atribuídas, a fim de se retirar o maior rendimento das suas possibilidades, quer no âmbito militar, quer na colaboração a dar a autoridades ou organismos civis.

Artigo 11.º

Instrução

1. Em virtude das missões e características militares das bandas militares, estas devem prosseguir um programa de instrução que lhes garanta elevado nível técnico-artístico e uma conveniente preparação militar.
2. A instrução técnico-artística deve incluir, como norma, pelo menos um ensaio diário de conjunto além de sessões de instrução teórica e prática das diversas matérias.
3. A instrução militar com vista à sua preparação para o desempenho das missões previstas na alínea d) do n.º 1 do art. 9.º do presente regulamento será, sempre que possível, integrada nos programas de instrução dos quadros permanentes das unidades em que se encontrarem aquarteladas, e devidamente coordenadas com a instrução técnico-artística consignada no número anterior.

Artigo 12.º

Organização

1. As bandas militares podem ser de dois tipos:
 - a. Banda Militar (tipo A);
 - b. Banda Militar (tipo B).
2. Para cada tipo de Banda Militar será fixado um quadro orgânico próprio.

Artigo 13.º

Funções do pessoal nas bandas militares

1. Para além de outras tarefas que se encontrem estabelecidas em regulamentos ou normas em vigor, compete, ao pessoal a seguir discriminado, as seguintes funções:

a. Ao chefe da Banda, como responsável pela sua eficiência técnica:

- (1) Ensaiai a Banda e regê-la nas suas actuações;
- (2) Instrumentar e transcrever para banda composições de reconhecido valor julgadas convenientes;
- (3) Planear e superintender na instrução a ministrar ao pessoal por forma a garantir um elevado nível técnico-artístico e a manter a conveniente preparação militar dos componentes da Banda;
- (4) Providenciar pela execução da limpeza, arrumação e conservação do arquivo, materiais e dependências atribuídos à Banda.

b. Ao adjunto:

Coadjuvar o chefe da Banda em todas as suas actividades, substituindo-o na sua ausência ou impedimento.

c. Ao subchefe:

- (1) Ministrar o ensino das diversas matérias que lhe forem cometidas;
- (2) Actuar como executante instrumental;
- (3) Organizar o arquivo da Banda e zelar pela sua conservação;
- (4) Ensaiai e reger a Banda quando lhe for determinado.

d. Aos chefes de naipe:

- (1) Ministrar o ensino das diversas matérias que lhe forem cometidas;
- (2) Chefiar o conjunto dos executantes que compõem o seu naipe instrumental;
- (3) Actuar como executante instrumental;
- (4) Ensaiai e reger a Banda quando tal lhe for determinado.,

e. Aos solistas:

- (1) Actuar como executante instrumental, nomeadamente na qualidade de solista;
- (2) Ministrar o ensino das diversas matérias que lhe forem cometidas.

f. Aos executantes (sargento):

- (1) Actuar como executante instrumental;
- (2) Proceder aos trabalhos de cópia musical que lhe forem determinados, para actualização e renovação do arquivo da Banda.

g. Aos executantes (praça):

Actuar como executante no instrumento que lhe for distribuído.

2. O subchefe e os chefes de naipes podem ser dispensados de tocar em marcha.

Artigo 14.º

Serviço privativo da Banda Militar

1. Para o serviço privativo da Banda Militar, será nomeado diariamente o seguinte pessoal músico: 1 sargento, 1 cabo e os soldados julgados necessários.

2. Ao sargento compete:
 - a. Zelar pela limpeza e arrumação das dependências atribuídas à Banda;
 - b. Zelar pela conservação e arrumação dos materiais distribuídos à Banda;
 - c. Zelar pela catalogação, ordenação e arrumação das composições musicais, manuais e outras publicações que constituem o arquivo da Banda.
3. Ao cabo compete:
 - a. Coadjuvar o sargento nas funções referidas em 2. do presente artigo;
 - b. Distribuir e recolher o reportório musical a executar pela Banda.
4. Aos soldados compete a execução da limpeza e arrumação das dependências e materiais atribuídos à Banda.

Artigo 15.º

Formações das bandas militares

1. A pé firme, as bandas adoptam normalmente a formação em linha de 4 fileiras; podem, contudo, ter formação diferente, em consequência da natureza e exigências das cerimónias em que tomarem parte.
2. Em marcha, adoptam, normalmente, a formação de coluna por 4, devendo os instrumentos de percussão precederem os de sopro.

CAPÍTULO IV

FANFARRAS MILITARES

Artigo 16.º

Missão

As fanfarras militares são órgãos militares, competindo-lhes:

1. Dar o necessário enquadramento musical a cerimónias e actos militares, designadamente juramentos de bandeira, guardas de honra, desfiles, festivais militares, rendições da guarda, içar e arriar da Bandeira ou alvoradas e recolheres festivos;
2. Em situações de crise ou emergência executar, à ordem, acções de combate, como tropa de infantaria, ajustadas á sua capacidade e potencial ou colaborar com o sistema nacional de protecção civil no apoio a prestar em situações de catástrofe ou calamidade.

Artigo 17.º

Planeamento da actividade

O planeamento da actividade das fanfarras compete ao Comando superior de que dependem ou a que estão atribuídas a fim de se retirar o maior rendimento das suas possibilidades.

Artigo 18.º

Instrução

1. Em virtude das missões e características militares das fanfarras, estas devem prosseguir um programa de instrução que lhes garanta elevado nível técnico e uma conveniente preparação militar.

2. A instrução técnica deve incluir, como norma, pelo menos um ensaio diário de conjunto além de sessões de instrução teórica e prática das diversas matérias.

3. A instrução militar com vista à sua preparação para o desempenho das missões previstas no n.º 2 do art. 16.º do presente regulamento será, sempre que possível, integrada nos programas de instrução dos quadros permanentes das unidades em que se encontrarem aquarteladas e devidamente coordenadas com a instrução técnica consignada no número anterior.

Artigo 19.º

Organização

1. As fanfarras podem ser de dois tipos:
 - a. Fanfarra Militar (cornetas);
 - b. Fanfarra Militar (clarins).
2. Para cada tipo de fanfarra será fixado um quadro orgânico próprio.

Artigo 20.º

Funções do pessoal corneteiro ou clarim nas fanfarras militares

Para além de outras tarefas que se encontrem estabelecidas em regulamentos ou normas em vigor, compete, ao pessoal a seguir discriminado, as seguintes funções:

1. Ao chefe da Fanfarra, como responsável pela sua eficiência técnica:
 - a. Ensaiar a Fanfarra e dirigi-la nas suas actuações;
 - b. Prosseguir um programa de instrução adequado, por forma a garantir elevado nível técnico e a manter a conveniente preparação militar dos componentes da Fanfarra.
 - c. Providenciar pela execução da limpeza, arrumação e conservação do arquivo, materiais e dependências atribuídos à Fanfarra.
2. Ao subchefe:
 - a. Coadjuvar o chefe da Fanfarra em todas as suas actividades, substituindo-o na sua ausência ou impedimento;
 - b. Participar na instrução de formação e aperfeiçoamento de corneteiros ou clarins.
3. Aos executantes:
 - a. Actuar como executante no instrumento que lhe fôr distribuído;
 - b. Participar na instrução de formação de corneteiros ou clarins;
 - c. No âmbito da unidade, fazer os serviços de escala próprios da sua especialidade.

Artigo 21.º

Formações das fanfarras militares

1. A pé firme as fanfarras adoptam, normalmente, a formação em linha de 4 fileiras; podem, contudo, adoptar formação diferente, em consequência da natureza e exigências das cerimónias em que tomarem parte.

2. Em marcha, adoptam normalmente a formação de coluna por 4, devendo os instrumentos de percussão precederem os de sopro.

CAPÍTULO V

ORQUESTRA LIGEIRA DO EXÉRCITO

Artigo 22.º

Missão

1. A Orquestra Ligeira do Exército é um órgão militar, competindo-lhe:
 - a. Executar composições de música ligeira, actuando isoladamente ou integrada em espectáculos de variedades como base musical destes, inserindo as suas actuações no âmbito das actividades culturais e recreativas ou de divulgação do Exército.
 - b. Representar o Exército ou, quando especificamente designada, as Forças Armadas em festivais, concertos ou certames de carácter internacional, realizados no país ou em países estrangeiros;
 - c. Contribuir para a valorização cultural e recreação do pessoal militar e civil do Exército, executando concertos ou outras intervenções musicais em unidades e órgãos militares;
 - d. Colaborar, conforme lhe for determinado, com outros Ramos das Forças Armadas e com as autoridades e organismos civis na realização de concertos ou levando a efeitos outras actividades musicais;
 - e. Em situações de crise ou emergência executar, à ordem, acções de combate como tropa de infantaria ajustadas à sua capacidade e potencial ou colaborar com o sistema nacional de protecção civil no apoio a prestar em situações de catástrofe ou calamidade.

2. No âmbito da sua actividade, a Orquestra Ligeira do Exército deve incrementar o gosto pela música nacional. No sentido de salvaguardar a cultura portuguesa, deve recolher, instrumentar e difundir temas de raiz popular.

Artigo 23.º

Planeamento da actividade

O planeamento da actividade da Orquestra Ligeira do Exército compete ao Departamento de Pessoal do Estado-Maior do Exército.

Artigo 24.º

Instrução

1. Em virtude das missões da Orquestra Ligeira do Exército, esta deve prosseguir um programa de instrução adequado que lhe garanta elevado nível técnico-artístico e uma conveniente preparação militar.
2. A instrução técnico-artística deve incluir, como norma, pelo menos um ensaio diário de conjunto além das sessões de instrução teórica e prática das diversas matérias.
3. A instrução militar com vista à sua preparação para o desempenho das missões previstas na alínea e) do n.º 1 do art. 22.º do presente regulamento será, sempre que possível, integrada nos programas de instrução dos quadros permanentes da unidade em que se encontrar aquartelada e devidamente coordenada com a instrução referida no n.º anterior.

Artigo 25.º

Organização

1. Para a Orquestra Ligeira do Exército será fixado um quadro orgânico próprio.

2. A Orquestra Ligeira do Exército pode actuar reforçada com colaboradores militares, de qualquer Arma ou Serviço, a título eventual.

Artigo 26.º

Funções do pessoal na Orquestra Ligeira do Exército

Para além de outras tarefas que se encontrem estabelecidas em regulamentos ou normas em vigor; compete, ao pessoal a seguir discriminado, as seguintes funções:

1. Ao chefe da Orquestra, como responsável pela sua eficiência técnica:
 - a. Ensaiar a Orquestra e regê-la nas suas actuações;
 - b. Instrumentar e transcrever para orquestra composições de reconhecido valor e julgadas convenientes;
 - c. Planear e superintender na instrução a ministrar ao pessoal, por forma a garantir um elevado nível técnico-artístico e a manter a conveniente preparação militar dos componentes da Orquestra;
 - d. Providenciar pela execução da limpeza, arrumação e conservação do arquivo, materiais e dependências atribuídos à Orquestra.
2. Ao subchefe:
 - a. Coadjuvar o chefe da Orquestra em todas as suas actividades, substituindo-o na sua ausência ou impedimento;
 - b. Ministrar o ensino das diversas matérias que lhe forem cometidas;
 - c. Actuar como executante instrumental;
 - d. Organizar o arquivo da Orquestra e zelar pela sua conservação;
 - e. Ensaiar e reger a Orquestra quando tal lhe for determinado.
3. Aos solistas:
 - a. Actuar como executante instrumental, nomeadamente na qualidade de solista;
 - b. Ministrar o ensino das diversas matérias que lhe forem cometidas;
 - c. Ensaiar e reger a Orquestra quando tal lhe for determinado.
4. Aos executantes:
 - a. Actuar como executante instrumental;
 - b. Proceder aos trabalhos de cópia musical que lhe forem determinados para actualização e renovação do arquivo da Orquestra.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES DIVERSAS

Artigo 27.º

Os cursos e estágios necessários à formação dos quadros músicos e do pessoal das bandas e da orquestra ligeira terão lugar na Banda do Exército.

Artigo 28.º

Quando uma Banda tiver que se integrar numa formatura militar, o seu chefe não pode ser mais graduado ou antigo que o comandante da referida formatura.

Artigo 29.º

1. Nas unidades ou órgãos onde exista secção de corneteiros ou clarins, podem formar-se fanfarras eventuais com o pessoal de qualquer especialidade com formação ou aptidão musical.
2. A missão e as funções do pessoal são análogas às das fanfarras militares.

Artigo 30.º

1. O Comando de que depende ou a que está atribuída uma Banda Militar pode determinar a formação de uma «Orquestra Ligeira» eventual com pessoal da Banda e outro pessoal militar com formação ou aptidão musical.
2. A missão e as funções do pessoal de tal orquestra são análogas às da Orquestra Ligeira do Exército.

Artigo 31.º

1. Para além da instrução inerente à preparação e ensaio das Bandas, Fanfarras e Orquestra Ligeira, o pessoal que as constitui pode ser designado, em acumulação, para ministrar a instrução musical que lhe for determinada.
2. Quando circunstâncias o exigirem, o pessoal músico, corneteiro ou clarim pode desempenhar outras funções, em acumulação, sem prejuízo das actividades inerentes às da sua actuação e ensaio, desde que autorizado pelo comandante superior de quem dependem para efeitos de emprego.

Artigo 32.º

Os toques e sinais a executar pelo pessoal músico, corneteiro ou clarim, actuando isoladamente ou enquadrado, são os constantes do Apenso «TOQUES E SINAIS DE CORNETA E CLARIM» ao presente Regulamento.

O Chefe do Estado-Maior do Exército

António Eduardo Queiroz Martins Barrento, general.

Está conforme:

O Ajudante-General do Exército

José Pedro da Cruz, tenente-general.



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

SECÇÃO DA OE/DAMP
ESTÁ CONFORME
O ORIGINAL

ORDEM DO EXÉRCITO

2.^a SÉRIE

N.º 4/30 DE ABRIL DE 2000

Publica-se ao Exército o seguinte:

I — DECRETOS, PORTARIAS E DESPACHOS

Portaria

Mandam o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, o Chefe do Estado-Maior da Armada, e Chefe do Estado-Maior do Exército exonerar a contar de 31 de Agosto de 1999, nos termos do art. 3.º do Dec.-Lei n.º 377/75 de 18 de Julho, o TCOR ART (17439482) **Carlos Manuel Alpedrinha Pires**, do cargo “C-334 - Sam Officer” no Comando Chefe da Área Ibero-Atlântica, sendo nomeado em 1 de Setembro, para o cargo SJ-3111 Land Operations Officer no Quartel-General Regional Sul do Atlântico.

O Chefe do Estado-Maior da Armada, *Nuno Gonçalo Vieira Matias*, almirante.

O Chefe do Estado-Maior do Exército, *António Eduardo Queiroz Martins Barrento*, general.

Portaria

Mandam o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, o Chefe do Estado-Maior da Armada, e Chefe do Estado-Maior do Exército exonerar a contar de 17 de Novembro de 1999, nos termos do art. 3.º do Dec.-Lei n.º 377/75 de 18 de Julho, o TCOR ART (10196383) **João Manuel Ladeira Vitorino Assis Barbas**, do cargo “SJ-603 - CIS Help Desk Officer (Ex C-9221 Analyst Programmer)” no Quartel-General Regional Sul do Atlântico.

O Chefe do Estado-Maior da Armada, *Nuno Gonçalo Vieira Matias*, almirante.

O Chefe do Estado-Maior do Exército, *António Eduardo Queiroz Martins Barrento*, general.

Portaria

Mandam o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, o Chefe do Estado-Maior da Armada, e Chefe do Estado-Maior do Exército exonerar a contar de 10 de Janeiro de 2000, nos termos do art. 3.º do Dec.-Lei n.º 377/75 de 18 de Julho, o 1SAR MAT (16407891) **Jorge Manuel Felícia Vicente Romão**, do cargo “SE-2251 - Mechanic (Ex E-4322)” sendo na mesma data substituído pelo 1SAR MAT (15694293) Rita Maria Antunes Pereira Nobre, no Quartel-General Regional Sul do Atlântico.

O Chefe do Estado-Maior da Armada, *Nuno Gonçalo Vieira Matias*, almirante.

O Chefe do Estado-Maior do Exército, *António Eduardo Queiroz Martins Barrento*, general.

Despacho 47/MDN/2000 de 29 de Fevereiro

1. Nos termos do art. 4.º do Estatuto dos Militares em acções de Cooperação Técnico-Militar concretizadas em território estrangeiro, aprovado pelo Dec.-Lei n.º 238/96, de 13 de Dezembro,

nomeio o TCOR INF (00842881) **Agostinho Reinaldo Teixeira Paiva da Cunha**, por um período de um ano, em substituição do TCOR INF (09373569) Manuel da Silva Rodas, para o desempenho das funções de Director Técnico do Projecto n.º 1 - *Reestruturação do Comando do Exército*, inscrito no Programa-Quadro da Cooperação Técnico-Militar com a República Democrática de São Tomé e Príncipe.

2. De acordo com o n.º 5 da Portaria n.º 87/99 (2.ª Série), de 30 de Dezembro de 1998, publicada no *Diário da República* 2.ª Série, de 28 de Janeiro de 1999, o militar nomeado irá desempenhar funções em país da classe B.

O Ministro da Defesa Nacional, *Júlio Castro Caldas*.

**Despacho
de 8 de Fevereiro de 2000**

1. No uso das competências delegadas pelo Despacho do Ministro da Defesa Nacional, publicado sob o n.º 23166/99 (2.ª Série), no *Diário da República* - 2.ª Série, n.º 278 de 29 de Novembro de 1999, nos termos do art. 4.º conjugado com o disposto no n.º 4 do art. 6.º, do Dec.-Lei n.º 238/96, de 13 de Dezembro, encontrando-se verificados os requisitos neles previstos e obtida a anuência dos próprios, prorrogo pelos períodos abaixo indicados, as comissões dos militares seguidamente identificados, em funções de Assessoria Técnica no âmbito dos Projectos e Subprojectos inscritos no Programa-Quadro de Cooperação Técnico-Militar com a República de Angola:

Projecto 1 e 2

MAJ QTS (17526368) **Cesário Alves Rocha** - 6 (seis) meses.

Núcleo de Apoio Técnico

CAP SGPQ (14618174) **Floriano dos Santos** - 4 (quatro) meses;

SCH AM (00451778) **Jorge Manuel das Neves Ferreira** - 4 (quatro) meses.

2. Nos termos e para os efeitos da Portaria n.º 87/89 (2.ª Série), de 30 de Dezembro, publicada no *Diário da República*, 2.ª Série, n.º 23 de 28 de Janeiro de 1999, os nomeados encontram-se a desempenhar funções em país da classe C.

O Director-Geral, *A.Gonçalves Ribeiro*.

**Despacho
de 17 de Fevereiro de 2000**

1. No uso das competências delegadas pelo Despacho do Ministro da Defesa Nacional, publicado sob o n.º 23166/99 (2.ª Série), no *Diário da República* - 2.ª Série, n.º 278 de 29 de Novembro de 1999, nos termos do art. 4.º do Dec.-Lei n.º 238/96 de 13 de Dezembro e, encontrando-se verificados os requisitos neles previstos, nomeio o TCOR ART (02815883) **Luís António Morgado Batista**, pelo período de 7 (sete) meses, em substituição do TCOR INF (05404981) José António Guedes da Silva, para desempenhar funções de Director Técnico do Subprojecto 2A, inscrito no Programa-Quadro da Cooperação Técnico Militar com a República de Angola.

2. Nos termos e para os efeitos da Portaria n.º 87/99 (2.ª Série), de 30 de Dezembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª Série, de 28 de Janeiro de 1999, o nomeado desempenha funções em país da classe C.

O Director-Geral, *A.Gonçalves Ribeiro*.

**Despacho
de 17 de Fevereiro de 2000**

1. No uso das competências delegadas pelo Despacho do Ministro da Defesa Nacional, publicado sob o n.º 23166/99 (2.ª Série), no *Diário da República* - 2.ª Série, n.º 278 de 29 de

Novembro de 1999, nos termos do art. 4.º do Dec.-Lei n.º 238/96 de 13 de Dezembro e, encontrando-se verificados os requisitos neles previstos, nomeio o MAJ INF (01268983) **Jorge Ferreira de Brito**, pelo período de 1 (um) ano, em substituição do TCOR AM (62283175) Dário Aurélio de Sousa Medeiros de Bastos Martins, para desempenhar funções de assessoria técnica no âmbito do Projecto 4, inscrito no Programa-Quadro da Cooperação Técnico Militar com a República de Angola.

2. Nos termos e para os efeitos da Portaria n.º 87/99 (2.ª Série), de 30 de Dezembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª Série, de 28 de Janeiro de 1999, o nomeado desempenha funções em país da classe C.

O Director-Geral, *A.Gonçalves Ribeiro*.

**Despacho
de 17 de Fevereiro de 2000**

1. No uso das competências delegadas pelo Despacho do Ministro da Defesa Nacional, publicado, sob o n.º 23166/99 (2.ª Série), no *Diário da República* - 2.ª Série, n.º 278 de 29 de Novembro de 1999, nos termos do art. 4.º do Dec.-Lei n.º 238/96 de 13 de Dezembro e encontrando-se verificados os requisitos neles previstos, nomeio o CAP ART (01001885) **Rui Manuel Costa Ribeiro**, por um período de 3 (três) meses, para desempenhar funções de assessoria técnica no âmbito do Subprojecto 2A, inscrito no Programa-Quadro da Cooperação Técnico Militar com a República de Angola.

2. Nos termos e para os efeitos da Portaria n.º 87/99 (2.ª Série), de 30 de Dezembro, publicado no *Diário da República* 2.ª Série, de 28 de Janeiro, de 1999, o nomeado desempenha funções em país da classe C.

O Director-Geral, *A.Gonçalves Ribeiro*.

**Despacho
de 17 de Fevereiro de 2000**

1. No uso das competências delegadas pelo Despacho do Ministro da Defesa Nacional, publicado, sob o n.º 23166/99 (2.ª Série), no *Diário da República* - 2.ª Série, n.º 278 de 29 de Novembro de 1999, nos termos do art. 4.º do Dec.-Lei n.º 238/96 de 13 de Dezembro e encontrando-se verificados os requisitos neles previstos, nomeio o SAJ CAV (06616482) **Carlos Alberto Duarte Marques**, por um período de 6 (seis) meses, para desempenhar funções de assessoria técnica no âmbito do Subprojecto 4A, inscrito no Programa-Quadro da Cooperação Técnico Militar com a República de Angola.

2. Nos termos e para os efeitos da Portaria n.º 87/99 (2.ª Série), de 30 de Dezembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª Série, de 28 de Janeiro de 1999, o nomeado desempenha funções em país da classe C.

O Director-Geral, *A.Gonçalves Ribeiro*.

**Despacho
de 25 de Fevereiro de 2000**

1. No uso das competências delegadas pelo Despacho do Ministro da Defesa Nacional, publicado sob o n.º 23166/99 (2.ª Série), no *Diário da República* - 2.ª Série, n.º 278, de 29 de Novembro de 1999, nos termos do art. 4.º do Dec.-Lei n.º 238/96, de 13 de Dezembro, nomeio o TCOR INF (00842881) **Agostinho Reinaldo Teixeira Paiva da Cunha**, por um período de um ano, em substituição do TCOR INF (09373569) Manuel da Silva Rodas, para o desempenho das funções de Director Técnico do Subprojecto n.º 1A - Reestruturação do Centro de Instrução Militar, inscrito no Programa-Quadro da Cooperação Técnico-Militar com a República Democrática de São Tomé e Príncipe.

2. De acordo com o n.º 5 da Portaria n.º 87/ 99 (2.ª Série), de 30 de Dezembro de 1998, publicada no *Diário da República* - 2.ª Série, de 28 de Janeiro de 1999, o militar nomeado irá desempenhar funções em país da classe B.

O Director-Geral, *A.Gonçalves Ribeiro*.

**Despacho
de 25 de Fevereiro de 2000**

1. No uso das competências delegadas pelo Despacho do Ministro da Defesa Nacional, publicado sob o n.º 23166/99 (2.ª Série), no *Diário da República* - 2.ª Série, n.º 278 de 29 de Novembro de 1999, nos termos do art. 4.º do Dec.-Lei n.º 238/96, de 13 de Dezembro, nomeio o SAJ INF (02753184) **João Carlos Dias Seabra**, por um período de 1 (um) ano, em substituição do SAJ INF (10893381) José Manuel de Almeida Barata, para desempenhar funções de Encarregado da Residência da Cooperação Militar Portuguesa em Bissau, no âmbito do Programa-Quadro de Cooperação Técnico-Militar com a República da Guiné-Bissau.

2. De acordo com o n.º 5 da Portaria n.º 87/99 (2.ª Série), de 30 de Dezembro de 1998, publicada no *Diário da República* - 2.ª Série, de 28 de Janeiro de 1999, o militar nomeado irá desempenhar funções em país da classe C.

O Director-Geral, *A.Gonçalves Ribeiro*.

**Despacho
de 25 de Fevereiro de 2000**

1. No uso das competências delegadas pelo Despacho do Ministro da Defesa Nacional, publicado sob o n.º 23166/99 (2.ª Série), no *Diário da República* - 2.ª Série, n.º 278 de 29 de Novembro de 1999, nos termos do art. 4.º do Dec.-Lei n.º 238/96, de 13 de Dezembro, nomeio o SAJ TM (17675883) **Manuel Fernandes Rosa Candeias**, por um período de 6 (seis) meses, em substituição do 1SAR TM (00364790) Francisco José Guedes Pereira, para desempenhar funções de assessoria técnica no âmbito do - Projecto 6 - Reestruturação do Serviço de Transmissões, inscrito no Programa-Quadro de Cooperação Técnico-Militar com a República da Guiné-Bissau.

2. De acordo com o n.º 5 da Portaria n.º 87/99 (2.ª Série), de 30 de Dezembro de 1998, publicada no *Diário da República* - 2.ª Série, de 28 de Janeiro de 1999, o militar nomeado irá desempenhar funções em país da classe C.

O Director-Geral, *A.Gonçalves Ribeiro*.

**Despacho
de 29 de Fevereiro de 2000**

1. No uso das competências delegadas por Despacho do Ministro da Defesa Nacional, publicado sob o n.º 23166/99 (2.ª Série), no *Diário da República* - 2.ª Série, n.º 278 de 29 de Novembro de 1999, nos termos do art. 4.º do Dec.-Lei n.º 238/96, de 13 de Dezembro, encontrando-se verificados os requisitos neles previstos, nomeio o 1SAR MED (11393491) **Paulo Alexandre Fernandes Simões**, pelo período de 1 (um) ano, em substituição do SAJ MED (10244081) José Manuel Albuquerque Parelho, para desempenhar funções no âmbito do Projecto 3B do Programa-Quadro de Cooperação Técnico-Militar com a República de Moçambique.

2. Nos termos e para os efeitos da Portaria n.º 87/99 de 30 de Dezembro, publicado no *Diário da República* 2.ª Série, de 28 Janeiro de 1999, o nomeado desempenha funções em país da classe B.

O Director-Geral, *A.Gonçalves Ribeiro*.

II — JUSTIÇA E DISCIPLINA

Condecorações

Manda o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos dos arts. 22.º, 23.º, n.º 1, 31.º, 62.º, n.º 1, e 67.º, n.º 3, do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas aprovado pelo Dec.-Lei n.º 566/71, de 20 de Dezembro, condecorar com a medalha de ouro de serviços distintos o TGEN (51085411) António Gabriel Albuquerque Gonçalves.

(DR II série, n.º 22, de 27 de Janeiro de 2000)

Manda o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos dos arts. 22.º, 23.º, n.º 1, 31.º, 62.º, n.º 1, e 67.º, n.º 3, do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas aprovado pelo Dec.-Lei n.º 566/71, de 20 de Dezembro, condecorar com a medalha de ouro de serviços distintos o TGEN (51411911) Ramiro José Marcelino Mourato.

(DR II série, n.º 39, de 16 de Fevereiro de 2000)

Manda o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos dos arts. 22.º, 23.º, n.º 1, 31.º, 62.º, n.º 1, e 67.º, n.º 3, do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas aprovado pelo Dec.-Lei n.º 566/71, de 20 de Dezembro, condecorar com a medalha de ouro de serviços distintos o MGEN (31651860) Luís Manuel da Silva Pereira Coutinho.

Manda o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos dos arts. 22.º, 23.º, n.º 1, 31.º, 62.º, n.º 1, e 67.º, n.º 3, do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas aprovado pelo Dec.-Lei n.º 566/71, de 20 de Dezembro, condecorar com a medalha de ouro de serviços distintos o MGEN (42477862) António Marques Abrantes dos Santos.

(DR II série, n.º 26, de 1 de Fevereiro de 2000)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a medalha de prata de serviços distintos, por ter sido considerado ao abrigo dos arts. 21.º e 25.º, com referência ao n.º 3 do art. 67.º, todos do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas aprovado pelo Dec.-Lei n.º 566/71, de 20 de Dezembro, o MGEN (50448511) Carlos Valdemiro Espírito Santo.

(Por portaria de 11 de Fevereiro de 2000)

Manda o Chefe do Estado Maior do Exército, condecorar com a medalha de prata de serviços distintos, por ter sido considerado ao abrigo dos arts. 21.º e 25.º, do Capítulo IV, com referência ao n.º 3 do art. 67.º do Capítulo IX, do Dec.-Lei n.º 566/71, de 20 de Dezembro - Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, o MGEN (50772511) João Afonso Bento Soares.

(Por portaria de 8 de Fevereiro de 2000)

Manda o Chefe do Estado Maior do Exército, condecorar com a medalha de prata de serviços distintos, por ter sido considerado ao abrigo dos arts. 21.º e 25.º, do Capítulo IV, com referência ao n.º 3 do art. 67.º do Capítulo IX, do Dec.-Lei n.º 566/71, de 20 de Dezembro - Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, o CORT ENG (62278264) Sérgio Augusto Margarido Lima Bacelar.

(Por portaria de 17 de Janeiro de 2000)

Manda o Chefe do Estado Maior do Exército, condecorar com a medalha de prata de serviços distintos, por ter sido considerado ao abrigo dos arts. 21.º e 25.º, do Capítulo IV, com referência ao n.º 3 do art. 67.º do Capítulo IX, do Dec.-Lei n.º 566/71, de 20 de Dezembro - Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, o COR INF (03469064) Rodrigo Nóbrega Pinto Pizarro.

(Por portaria de 31 de Janeiro de 2000)

Manda o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos dos arts. 21.º n.º 1, 25.º, n.º 1, alínea *a*), 62.º, n.º 1, e 67.º, n.º 3, do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas aprovado pelo Dec.-Lei n.º 566/71, de 20 de Dezembro, condecorar com a medalha de prata de serviços distintos, o COR INF (45520661) Nuno Roque.

(DR II série, n.º 39, de 16 de Fevereiro de 2000)

Manda o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos dos arts. 21.º, n.º 1, 25.º, n.º 1 alínea *a*), 62.º, n.º 1, e 67.º, n.º 3, do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas aprovado pelo Dec.-Lei n.º 566/71, de 20 de Dezembro, condecorar com a medalha de prata de serviços distintos, o COR INF (09072965) Adelino de Matos Coelho.

(DR II série, n.º 92, de 20 de Abril de 1999)

Manda o Chefe do Estado Maior do Exército, condecorar com a medalha de prata de serviços distintos - com Palma, por ter sido considerado ao abrigo dos arts. 21.º e 25.º, do Capítulo IV e 53.º do Capítulo VIII, com referência ao n.º 3 do art. 67.º do Capítulo IX, do Dec.-Lei n.º 566/71, de 20 de Dezembro - Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, o TCOR INF PQ (13126974) António Manuel Cameira Martins.

(Por portaria de 8 de Fevereiro de 2000)

Manda o Chefe do Estado Maior do Exército, condecorar com a medalha de prata de serviços distintos, por ter sido considerado ao abrigo dos arts. 21.º e 25.º, do Capítulo IV, com referência ao n.º 3 do art. 67.º do Capítulo IX, do Dec.-Lei n.º 566/71, de 20 de Dezembro - Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, o TCOR INF (14315776) Rui Manuel de Almeida Esteves.

(Por portaria de 16 de Fevereiro de 2000)

Manda o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas nos termos dos arts. 21.º, n.º 1, 25.º, n.º 1, alínea *a*), 62.º, n.º 1, e 67.º, n.º 3, do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas aprovado pelo Dec.-Lei n.º 566/71, de 20 de Dezembro, condecorar com a medalha de prata de serviços distintos, o TCOR INF (18224576) António Noé Pereira Agostinho.

(DR II série, n.º 77, de 1 de Abril de 1999)

Manda o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos dos arts. 21.º, n.º 1, 25.º, n.º 1, alínea *a*), e 62.º, n.º 1, e 67.º, n.º 3, do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas aprovado pelo Dec.-Lei n.º 566/71, de 20 de Dezembro, condecorar com a medalha de prata de serviços distintos, o TCOR INF PQ (04286177) Vítor Martins Ferreira.

(DR II série, n.º 252, de 28 de Outubro de 1999)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a medalha de prata de serviços distintos - com Palma, por ter sido considerado ao abrigo dos arts. 21.º e 25.º, do Capítulo IV e 53.º do Capítulo VIII, com referência ao n.º 3 do art. 67.º do Capítulo IX, do Dec.-Lei n.º 566/71, de 20 de Dezembro - Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, o MAJ INF PQ (13706383) Jorge Paulo do Sêrro Mendes dos Prazeres.

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a medalha de prata de serviços distintos - com Palma, por ter sido considerado ao abrigo dos arts. 21.º e 25.º, do Capítulo IV e 53.º do Capítulo VIII, com referência ao n.º 3 do art. 67.º do Capítulo IX, do Dec.-Lei n.º 566/71, de 20 de Dezembro - Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, o MAJ SGPQ (00112480) João Carlos Pires Nortadas Pereira.

(Por portaria de 8 de Fevereiro de 2000)

Manda o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos dos arts. 21.º, n.º 1, 26.º, alínea a), 62.º, n.º 1, e 67.º, n.º 3, do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Dec.-Lei n.º 566/71, de 20 de Dezembro, condecorar com a medalha de cobre de serviços distintos, o SCH MAT (51160911) Carlos Alfredo Alves Carvalho.

(DR II série, n.º 77, de 1 de Abril de 1999)

Manda o Chefe do Estado Maior do Exército, condecorar com a medalha de cobre de serviços distintos - com Palma, por ter sido considerado ao abrigo dos arts. 21.º e 26.º, e n.º 3 do art. 67.º, todos do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas aprovado pelo Dec.-Lei n.º 566/71, de 20 de Dezembro, o 1SAR INF (12315491) Paulo Jorge Henriques Franco.

(Por portaria de 8 de Fevereiro de 2000)

Por despacho do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Administração Interna de 2 de Março de 1999:

Concedida a medalha de prata de serviços distintos de segurança pública, nos termos do Dec.-Lei n.º 177/82, de 12 de Maio, ao BRIG (50992911) Rui Antunes Tomaz, chefe do Estado-Maior da Guarda Nacional Republicana.

Concedida a medalha de prata de serviços distintos de segurança pública, nos termos do Dec.-Lei n.º 177/82, de 12 de Maio, ao COR INF (31630461) Manuel Fernando da Silva Terraquente, comandante da Escola Prática da Guarda Nacional Republicana.

COR INF (29647061) José Diogo da Mota e Silva Themudo, comandante do Regimento de Cavalaria da Guarda Nacional Republicana - concedida a medalha de prata de serviços distintos de segurança pública, nos termos do Dec.-Lei n.º 177/82, de 12 de Maio.

COR ART (41149662) Carlos Guilherme Sanches de Almeida, do Comando-Geral da Guarda Nacional Republicana - concedida a medalha de prata de serviços distintos de segurança pública, nos termos do Dec.-Lei n.º 177/82, de 12 de Maio.

Concedida a medalha de prata de serviços distintos de segurança pública, nos termos do Dec.-Lei n.º 177/82, de 12 de Maio, ao COR ENG (09081063) António Manuel Rocha das Dores, do Comando-Geral da Guarda Nacional Republicana.

COR AM (50757811) João Machado Tété, do Comando-Geral da Guarda Nacional Republicana - concedida a medalha de prata de serviços distintos de segurança pública, nos termos do Dec.-Lei n.º 177/82, de 12 de Maio.

Concedida a medalha de prata de serviços distintos de segurança pública, nos termos do Dec.-Lei n.º 177/82, de 12 de Maio, ao COR AM (51475411) Alcides José Dias, do Comando-Geral da Guarda Nacional Republicana.

Concedida a medalha de prata de serviços distintos de segurança pública, nos termos do Dec.-Lei n.º 177/82, de 12 de Maio, ao TCOR VET (16234772) Francisco d'Assis da Encarnação Costa, do Comando-Geral da Guarda Nacional Republicana.

(DR II série, n.º 91, de 19 de Abril de 1999)

Manda o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos dos arts. 35.º, n.º 2, alínea *a*), 37.º e 67.º, n.º 3, do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas aprovado pelo Dec.-Lei n.º 566/71, de 20 de Dezembro, condecorar com a medalha de mérito militar de 1.ª classe, o adido militar naval e aeronáutico junto da Embaixada de Marrocos em Lisboa, brigadeiro Mohamed Lahlou.

(DR II série, n.º 196, de 23 de Agosto de 1999)

Manda o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos dos arts. 33.º, 35.º, n.º 2, alínea *a*), e 67.º, n.º 3, do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas aprovado pelo Dec.-Lei n.º 566/71, de 20 de Dezembro, condecorar com a medalha de mérito militar de 1.ª classe o COR CAV (41477062) Manuel de Assis Teixeira de Góis.

(DR II série, n.º 92, de 20 de Abril de 1999)

Manda o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos do art. 35.º, n.º 2, alínea *a*), 37.º e 67.º n.º 3, do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas aprovado pelo Dec.-Lei n.º 566/71, de 20 de Dezembro, condecorar com a medalha de mérito militar de 1.ª classe, o adido militar aeronáutico, junto da Embaixada do Brasil em Lisboa, coronel Reinaldo Cayres Minati.

(DR II série, n.º 196, de 23 de Agosto de 1999)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a medalha de mérito militar de 2.ª classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos arts. 33.º e 36.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas aprovado pelo Dec.-Lei n.º 566/71, de 20 de Dezembro, o MAJ INF (06979783) Carlos Manuel Alves Batalha da Silva.

(Por portaria de 18 de Fevereiro de 2000)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a medalha de mérito militar de 2.ª classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos arts. 33.º e 36.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas aprovado pelo Dec.-Lei n.º 566/71, de 20 de Dezembro, o MAJ QTS (08907563) Guilherme Manuel da Costa Mendes Pereira.

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a medalha de mérito militar de 3.ª classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos arts. 33.º e 36.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas aprovado pelo Dec.-Lei n.º 566/71, de 20 de Dezembro, o CAP SGE (10977875) Joaquim José Matroca Balsinhas.

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a medalha de mérito militar de 3.ª classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos arts. 33.º e 36.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas aprovado pelo Dec.-Lei n.º 566/71, de 20 de Dezembro, o TEN SGE (17339282) Manuel Carlos Cosme da Silva.

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a medalha de mérito militar de 4.ª classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos arts. 33.º e 36.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas aprovado pelo Dec.-Lei n.º 566/71, de 20 de Dezembro, o SCH CAV (17147181) Luís Manuel Gouveia Antunes.

(Por portaria de 3 de Fevereiro de 2000)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a medalha de mérito militar de 4.ª classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos arts. 33.º e 36.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas aprovado pelo Dec.-Lei n.º 566/71, de 20 de Dezembro, o SAJ INF (14767484) António José Peres Lopes.

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a medalha de mérito militar de 4.ª classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos art. 33.º e 36.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas aprovado pelo Dec.-Lei n.º 566/71, de 20 de Dezembro, o SAJ TM (02990582) Carlos Duarte de Sousa Morais.

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a medalha de mérito militar de 4.ª classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos arts. 33.º e 36.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas aprovado pelo Dec.-Lei n.º 566/71, de 20 de Dezembro, o 1SAR INF (07163286) Jorge Manuel Gonçalves Costa.

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a medalha de mérito militar de 4.ª classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos arts. 33.º e 36.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas aprovado pelo Dec.-Lei n.º 566/71, de 20 de Dezembro, o 1SAR INF (07628187) Vitor Manuel Rodrigues Calado.

(Por portaria de 18 de Fevereiro de 2000)

Condecorados com a medalha de ouro de comportamento exemplar por despacho da data que se indica e em conformidade com as disposições do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas aprovado pelo Dec.-Lei n.º 566/71, de 20 de Dezembro, os seguintes Militares:

TCOR QEO (00583465) Francisco Cardoso Afonso;
TCOR INF (10401667) Jorge Manuel Garrido Pardal Maurício;
MAJ INF/GNR (720147) Manuel Fernandes Jorge Gaiolas;
MAJ INF/GNR (740311) Luís da Rocha Coelho;
MAJ INF/GNR (720138) António Alves da Silva;
MAJ CAV/GNR (720129) Rodrigo Lopes;
CAP INF/GNR (756004) Domingos Feliz da Igreja;
SCH INF/GNR (34/736030) Francisco Manuel Cardoso Feiteira;
SCH TM/GNR (5/750216) Arménio dos Santos Morais;
SAJ MUS (06523965) Vitor Manuel Isidoro dos Santos;
SOLD INF/GNR (716 069) Manuel Joaquim Gonçalves;
SOLD INF/GNR (223/690261) António da Conceição Silva.

(Por despacho de 7 de Fevereiro de 2000)

MAJ INF/GNR (720126) Daniel Rodrigues Ribeiro.

(Por despacho de 9 de Fevereiro de 2000)

MAJ QTS (00247365) Norberto de Sousa Correia;
MAJ SGE (03287969) José Manuel Lopes Soares.

(Por despacho de 22 de Fevereiro de 2000)

TCOR CAV (07984869) Miguel João Oliveira Sequeira Marcelino.

(Por despacho de 25 de Fevereiro de 2000)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques — Patrono do Exército, de 2.ª Classe, nos termos do art. 4.º do Dec.-Lei 397/85, de 11 de Outubro, por ter sido considerado ao abrigo do art. 1.º do mesmo Decreto, o COR INF RES (51396911) José Maria de Melo Parente.

(Por portaria de 20 de Janeiro de 2000)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques — Patrono do Exército, de 2.ª Classe, nos termos do art. 4.º do Dec.-Lei 397/85, de 11 de Outubro, por ter sido considerado ao abrigo do art. 1.º do mesmo Decreto, o COR ART (45521861) Mário Martins dos Santos.

(Por portaria de 3 de Fevereiro de 2000)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques — Patrono do Exército, de 2.ª Classe, nos termos do art. 4.º do Dec.-Lei 397/85, de 11 de Outubro, por ter sido considerado ao abrigo do art. 1.º do mesmo Decreto, o COR TM (10711567) João Soares Guerreiro Rodrigues.

(Por portaria de 4 de Fevereiro de 2000)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques — Patrono do Exército, de 2.ª Classe, nos termos do art. 4.º do Dec.-Lei 397/85, de 11 de Outubro, por ter sido considerado ao abrigo do art. 1.º do mesmo Decreto, o TCOR INF (13383069) António Rodrigues das Neves.

(Por portaria de 17 de Janeiro de 2000)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha D. Afonso Henriques — Patrono do Exército, de 2.ª Classe, por ter sido considerado ao abrigo do Dec.-Lei n.º 397/85 de 11 de Outubro, o TCOR INF (16631778) António Luís Faria Martins.

(Por portaria de 10 de Fevereiro de 2000)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques — Patrono do Exército, de 2.ª Classe, nos termos do art. 4.º do Dec.-Lei 397/85, de 11 de Outubro, por ter sido considerado ao abrigo do art. 1.º do mesmo Decreto, o TCOR ART (12720778) Delfim da Fonseca Osório Nunes.

(Por portaria de 28 de Fevereiro de 2000)

Considerando ser o Tenente-Coronel de Intendência, Ricardo Marques Figueiredo, do Exército Brasileiro, Chefe da 4.ª Secção da Directoria do Ensino Preparatório e Assistencial, um oficial de extraordinário valor, possuidor de várias condecorações, em cujo currículo consta a frequência de diversos cursos, militares e civis, de nível superior;

Considerando que tem tido uma atitude excepcionalmente activa no planeamento e execução do intercâmbio entre Estabelecimentos Militares de Ensino de Portugal e do Brasil, tendo sido notada a sua elevada competência e extraordinário empenho, quer como Oficial de Ligação em anteriores visitas, quer pela sua acção no planeamento da visita do ano de 1999 e da visita em curso de preparação para o ano 2000;

Considerando ser um oficial sempre predisposto para tarefas que incrementem a ligação entre o Exército Português e o Exército Brasileiro, tendo contribuído para a consolidação dos laços afectivos e culturais entre os povos e entre as Forças Armadas dos dois países, concorrendo tais factos para o prestígio do Exército;

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, ao abrigo dos n.ºs 2 e 5 do art. 3.º, do art. 4.º e do n.º 2 do art. 6.º, do Dec.-Lei n.º 397/85, de 11 de Outubro, condecorar com a Medalha D. Afonso Henriques — Patrono do Exército, de 2.ª Classe, o Tenente-Coronel de Intendência, Ricardo Marques Figueiredo, do Exército Brasileiro.

(Por portaria de 16 de Fevereiro de 2000)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques — Patrono do Exército, de 2.ª Classe, nos termos do art. 4.º do Dec.-Lei 397/85, de 11 de Outubro, por ter sido considerado ao abrigo do art. 1.º do mesmo Decreto, o MAJ CAV (14359083) Francisco Xavier Ferreira de Sousa.

(Por portaria de 17 de Janeiro de 2000)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques — Patrono do Exército, de 2.ª Classe, nos termos do art. 4.º do Dec.-Lei 397/85, de 11 de Outubro, por ter sido considerado ao abrigo do art. 1.º do mesmo Decreto, o CAP SGE (07138778) José Pereira Rodrigues.

(Por portaria de 28 de Janeiro de 2000)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques — Patrono do Exército, de 3.ª Classe, nos termos do art. 4.º do Dec.-Lei 397/85, de 11 de Outubro, por ter sido considerado ao abrigo do art. 1.º do mesmo Decreto, o TCOR INF (09777973) César Augusto Brás Martins.

(Por portaria de 3 de Fevereiro de 2000)

Manda o Chefe do Estado Maior do Exército, condecorar com a medalha de 3.ª Classe de D. Afonso Henriques — Patrono do Exército, por ter sido considerado ao abrigo dos arts. 1.º e 4.º do Dec.-Lei n.º 397/85, de 11 de Outubro, o CAP INF PQ (02825979) Vitor Manuel Coimbra Leite.

Manda o Chefe do Estado Maior do Exército, condecorar com a medalha de 3.ª Classe de D. Afonso Henriques — Patrono do Exército, por ter sido considerado ao abrigo dos arts. 1.º e 4.º do Dec.-Lei n.º 397/85, de 11 de Outubro, o CAP ART (04314990) José Carlos Vicente Pereira.

Manda o Chefe do Estado Maior do Exército, condecorar com a medalha de 3.ª Classe de D. Afonso Henriques — Patrono do Exército, por ter sido considerado ao abrigo dos arts. 1.º e 4.º do Dec.-Lei n.º 397/85, de 11 de Outubro, o CAP TM (01599292) Paulo Jorge Jacob Branco.

Manda o Chefe do Estado Maior do Exército, condecorar com a medalha de 3.ª Classe de D. Afonso Henriques — Patrono do Exército, por ter sido considerado ao abrigo dos arts. 1.º e 4.º do Dec.-Lei n.º 397/85, de 11 de Outubro, o CAP MAT (07133780) António João Fernandes Correia Mondim.

(Por portaria de 8 de Fevereiro de 2000)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de 3.ª classe de D. Afonso Henriques — Patrono do Exército, por ter sido considerado ao abrigo dos arts. 1.º e 4.º do Dec.-Lei n.º 397/85 de 11 de Outubro, o CAP SGE (16206379) José Carlos Zenha Lopes.

(Por portaria de 3 de Fevereiro de 2000)

Manda o Chefe do Estado Maior do Exército, condecorar com a medalha de 3.ª Classe de D. Afonso Henriques — Patrono do Exército, por ter sido considerado ao abrigo dos arts. 1.º e 4.º do Dec.-Lei n.º 397/85 de 11 de Outubro, o TEN ENG (08479589) Miguel Pires Rodrigues.

(Por portaria de 8 de Fevereiro de 2000)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques — Patrono do Exército, de 4.ª Classe, nos termos do art. 4.º do Dec.-Lei 397/85, de 11 de Outubro, por ter sido considerado ao abrigo do art. 1.º do mesmo Decreto, o SMOR VET (13354975) António Francisco Gonçalves.

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques — Patrono do Exército, de 4.ª Classe, nos termos do art. 4.º do Dec.-Lei 397/85, de 11 de Outubro, por ter sido considerado ao abrigo do art. 1.º do mesmo Decreto, o SCH VET (03989177) António Palheiras Lopes da Silva.

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques — Patrono do Exército, de 4.ª Classe, nos termos do art. 4.º do Dec.-Lei 397/85, de 11 de Outubro, por ter sido considerado ao abrigo do art. 1.º do mesmo Decreto, o SCH ENG RES (32076059) Manuel João de Jesus Santo.

(Por portaria de 28 de Janeiro de 2000)

Manda o Chefe do Estado Maior do Exército, condecorar com a medalha de 4.ª Classe de D. Afonso Henriques — Patrono do Exército, por ter sido considerado ao abrigo dos arts. 1.º e 4.º do Dec.-Lei n.º 397/85, de 11 de Outubro, o SAJ FARM (08787178) Dídio Jacinto Caldeira Tangarrinhas.

Manda o Chefe do Estado Maior do Exército, condecorar com a medalha de 4.ª Classe de D. Afonso Henriques — Patrono do Exército, por ter sido considerado ao abrigo dos arts. 1.º e 4.º do Dec.-Lei n.º 397/85, de 11 de Outubro, o SAJ PARAQ (19828281) José Rodrigues da Silva Marques.

Manda o Chefe do Estado Maior do Exército, condecorar com a medalha de 4.ª Classe de D. Afonso Henriques — Patrono do Exército, por ter sido, considerado ao abrigo dos arts. 1.º e 4.º do Dec.-Lei n.º 397/85, de 11 de Outubro, o SAJ PARAQ (11443382) António Joaquim Maia Duarte Pires.

Manda o Chefe do Estado Maior do Exército, condecorar com a medalha de 4.ª Classe de D. Afonso Henriques — Patrono do Exército, por ter sido considerado ao abrigo dos arts. 1.º e 4.º do Dec.-Lei n.º 397/85 de 11 de Outubro, o 1SAR MAT (17427791) Isabel Maria Presumido Vidinha.

Manda o Chefe do Estado Maior do Exército, condecorar com a medalha de 4.ª Classe de D. Afonso Henriques — Patrono do Exército, por ter sido considerado ao abrigo dos arts. 1.º e 4.º do Dec.-Lei n.º 397/85, de 11 de Outubro, o 1SAR PARAQ (14937287) Paulo Jorge Vaz Gomes.

(Por portaria de 8 de Fevereiro de 2000)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques — Patrono do Exército, de 4.ª Classe, nos termos do art. 4.º do Dec.-Lei 397/85, de 11 de Outubro, por ter sido considerado ao abrigo do art. 1.º do mesmo Decreto, o 1SAR AMAN (10006178) Abílio Manuel Carvalho de Oliveira.

(Por portaria de 3 de Fevereiro de 2000)

Foram agraciados com a medalha da Ordem do Infante D. Henrique, grau Grande-oficial:

COR INF (51405911) Alcino de Jesus Raiano;

COR ART (51138111) Elísio Orlando Bastos Bandeira.

(DR II série, n.º 18, de 22 de Janeiro de 2000)

Foi agraciado com a medalha da Ordem do Infante D. Henrique, grau Comendador o TCOR (03033681) Tiago Maria Ramos Chaves de Almeida e Vasconcelos.

(DR II série, n.º 18, de 22 de Janeiro de 2000)

Por despacho do Ministro da Defesa Nacional de 30 de Março de 1998, foi autorizado a aceitar a medalha das Nações Unidas - UNPROFOR, o CAP SGPQ (19997075) António José Malva Antunes.

(DR II série, n.º 232, de 8 de Outubro de 1998)

Louvores

Louvo o TGEN (51085411) António Gabriel Albuquerque Gonçalves, pela forma extraordinariamente exemplar e competente como ao longo de dois anos desempenhou as funções de comandante operacional dos Açores.

Oficial com uma sólida formação militar, cultivando no mais elevado grau as virtudes militares da lealdade, sentido do dever e espírito de missão, a que alia uma notável inteligência e grande pragmatismo na acção, conseguiu imprimir uma dinâmica na actividade daquele Comando que desde logo começou a ter efeitos assinaláveis, não só em termos de motivação de todo o pessoal que ali prestava serviço, mas também e muito em particular em termos da imagem e prestígio do Comando Operacional dos Açores no exterior.

A excelência deste seu desempenho foi atingida graças a uma forte determinação, zelo, dedicação e perseverança, já que as dificuldades e adversidades com que deparou no exercício do seu comando foram muitas e diversificadas, nomeadamente catástrofes naturais de grande envergadura que ocorreram naquele arquipélago.

No que concerne às catástrofes naturais, a primeira delas na Ribeira Quente, aconteceu no dia imediato ao da sua tomada de posse nestas funções, sendo confrontado com a necessidade imediata de apoiar, com meios das Forças Armadas, as acções de socorro em curso, sem que tivesse ainda um conhecimento exaustivo dos meios humanos e materiais à sua disposição, mas a que deu uma resposta pronta e eficiente, amplamente reconhecida por todos quantos dela beneficiaram ou tiveram conhecimento.

Na segunda catástrofe ocorrida durante o exercício do seu Comando, o sismo na ilha do Faial, assumiu desde o primeiro momento a coordenação de todo o apoio que era possível prestar, com os meios das Forças Armadas existentes no arquipélago e, em simultâneo, desencadeou as acções necessárias visando a intervenção de uma unidade de engenharia do continente nos trabalhos de limpeza e desobstrução das zonas mais afectadas, o que veio a ser conseguido, com um êxito a todos os títulos assinalável, conforme reconhecimento público das autoridades locais e regionais, manifestado aos mais diversos níveis da administração da região e do País.

Saliente-se que os trabalhos do Destacamento de Engenharia no Faial foram continuamente acompanhados e coordenados pelo comandante do COA, estabelecendo uma ligação permanente entre as autoridades regionais e as chefias militares, com vista a assegurar a compatibilização dos interesses de uma das partes com a disponibilidade e capacidade da outra, por forma a que a imagem e prestígio das Forças Armadas fossem preservados e enaltecidos.

Merece também particular realce as relações que estabeleceu com os comandos de zona no arquipélago (zona marítima, militar e aérea), não só institucionais mas sobretudo pessoais, as quais se traduziram num clima de confiança, entendimento e cooperação, fundamental para permitir que os escassos meios militares existentes no arquipélago, à responsabilidade de cada uma delas, tivessem sido utilizados com grande prontidão e eficiência, quer em exercícios conjuntos e combinados quer em situações reais como as que se verificaram nas catástrofes atrás referidas.

Particularmente relevante e digno do maior realce foi o relacionamento que estabeleceu com as autoridades civis e eclesiásticas do arquipélago, pautado pelo diálogo, cooperação e disponibilidade das Forças Armadas para apoio das populações do arquipélago, no âmbito das suas missões de interesse público, acautelando sempre os interesses da instituição militar, não só no que se refere ao rigoroso cumprimento das formalidades exigidas para o emprego dessas forças mas também sobre a adequabilidade e racionalidade desse emprego, nas várias situações, procurando que tal apoio fosse oportuno e adequado e se traduzisse em prestígio para as Forças Armadas. O respeito, consideração e amizade que granjeou neste seu relacionamento, amplamente demonstrado enquanto permaneceu naquelas funções, prolonga-se para além desse tempo, conforto atestam as atenções de que tem sido alvo desde a data em que cessou as mesmas, por parte das autoridades civis daquele arquipélago.

É, para além disso, o tenente-general Albuquerque Gonçalves um excelente profissional, com elevados dotes de carácter, inteligência e saber, elevado sentido da justiça e da disciplina, a que alia um relacionamento humano inexcelável com todos que têm oportunidade de servir sob as suas ordens, pelo que os serviços por si prestados nas funções de comandante operacional dos Açores devem ser considerados como extraordinários, relevantes e distintíssimos, dos quais resultou honra e prestígio para as Forças Armadas e para o País.

30 de Dezembro de 1999, — O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, *Gabriel Augusto do Espírito Santo*, general.

Louvo o TGEN (51411911) Ramiro José Marcelino Mourato pelas superiores qualidades militares e pessoais de que é detentor, qualidades claramente patenteadas ao longo dos cerca de três anos em que, de forma exemplar e competente, desempenhou o cargo de juiz vogal militar do Supremo Tribunal Militar, no qual pautou sempre a sua actuação pela frontalidade, saber e determinação baseadas na sua vasta experiência de comando.

À sua brilhante folha de serviços, no desempenho dos mais diversos e honrosos cargos, no continente, ultramar e estrangeiro, espelhadas de forma indubitável no significativo número de altas condecorações, e expressivos louvores atribuídos, junta agora mais esta experiência, como juiz vogal do STM, que exerceu de forma altamente prestigiante, sendo de realçar a coerência, a precisão e a objectividade como desenvolveu a sua acção, não só nos inúmeros pareceres que lhe foram solicitados, mas também e muito em particular na elaboração das sínteses, dos acórdãos.

Ao transitar para a situação de reforma, por imperativo estatutário, encerrou, no Supremo Tribunal Militar, a vertente de serviço activo, de toda uma carreira militar caracterizada pela total e permanente dedicação, disponibilidade e vontade de bem servir as Forças Armadas, de que muito se deverá orgulhar, por constituir uma referência de excepcional profissionalismo.

Apraz realçar, para além do exposto, o seu elevado sentido do dever, disciplina e sã camaradagem, sendo por isso, o tenente-general Ramiro José Marcelino Mourato digno do reconhecimento público do seu elevado valor, considerando os serviços por si prestados como extraordinários, relevantes e muito distintos, dos quais resultou lustre e honra para as Forças Armadas e para a Nação.

17 de Janeiro de 2000, — O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, *Gabriel Augusto do Espírito Santo*, general.

Louvo o MGEN (42477862) António Marques Abrantes dos santos, pela forma altamente eficiente, de extraordinária dedicação e elevado profissionalismo como vem desempenhando as funções de chefe do Gabinete do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas.

Oficial general seleccionado para o desempenho da função mercê da sua carreira militar e das características evidenciadas, no actual desempenho tem confirmado as suas elevadas virtudes pessoais e militares, o seu inexcedível profissionalismo e capacidades técnicas e o seu alto sentido sobre a instituição militar e as Forças Armadas.

Militar de carácter ímpoluto, cultivando em grau elevado as virtudes militares da extrema lealdade, espírito de missão e sentido de disciplina, as suas relações de trabalho com órgãos do Estado-Maior-General das Forças Armadas e para o exterior têm reflectido essa formação militar, onde as relações de camaradagem, espírito de cooperação e bom entendimento são permanentemente consideradas e evidenciadas.

O major-general Abrantes dos Santos possui uma vasta cultura geral e militar e uma grande experiência de comando e de estado-maior e de relações internacionais, quer em campanha quer em tempo de paz.

Os seus profundos e diversificados conhecimentos técnicos, nas áreas de planeamento operacional e administração de recursos e o seu conhecimento de ambientes internacionais de quartéis-generais conjuntos e combinados, de relações bilaterais ou de missões no âmbito das Nações Unidas, permitem-lhe avaliar situações com rigor, aconselhar, oportunamente e ter uma percepção elevada das necessidades de coordenação necessárias entre a orientação e direcção política e os assuntos próprios do comando e da coordenação militar, disso resultando, com oportunidade, o conselho e o alerta para as questões de maior atenção para as Forças Armadas.

Com disponibilidade permanente e cuidada atenção, possui notável capacidade de trabalho, que é acompanhada por método e sentido de organização, a que alia o espírito de iniciativa que muito contribui para a eficiência do Gabinete que chefia.

No desempenho das actuais funções, o major-general Abrantes dos Santos mais uma vez tem demonstrado por que é um militar tão prestigiado no seu ramo e nas Forças Armadas, evidenciando ter todas as características para desempenhar os mais altos cargos na hierarquia militar.

Pelas altas virtudes militares evidenciadas e pela forma como tem desempenhado as suas funções, considero que os serviços prestados pelo major-general Abrantes dos Santos, dos quais resulta lustre para a Nação e para as Forças Armadas, devem ser considerados extraordinários e muito distintos.

7 de Janeiro de 2000, — O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, *Gabriel Augusto do Espírito Santo*, general.

Louvo o MGEN (31651860) Luís Manuel da Silva Pereira Coutinho, pela forma altamente competente, eficiente e prestigiante para as Forças Armadas como tem vindo a desempenhar o cargo de chefe da Divisão de Recursos (DIREC) do Estado-Maior-General das Forças Armadas.

Evidenciando em todas as circunstâncias um espírito de missão a todos os títulos notável e um relacionamento humano firme e afável, tem conseguido de forma natural e harmoniosa implantar um excelente e eficaz ambiente de trabalho na sua área de actuação. As suas excepcionais qualidades de trabalho, grande dedicação e a forma superior como sempre dirigiu a sua equipa de trabalho têm sido determinantes no êxito com que a DIREC tem vindo a responder às complexas solicitações que lhe têm sido apresentadas.

Merece particular destaque a forma exemplar e profícua como sempre se tem relacionado com o Ministério da Defesa Nacional, com os ramos das Forças Armadas e com as outras divisões do Estado-Maior-General, o que em muito tem contribuído e facilitado o estabelecimento de posições devidamente concertadas e consensuais necessárias ao cumprimento da missão deste Estado-Maior-General na complexa área dos recursos.

Pela sua relevância, pertinência e actualidade, refere-se a sua acção preponderante de chefia e coordenação de diversos grupos de trabalho que tiveram a seu cargo trabalhos complexos e de extrema importância para as Forças Armadas e dos quais se destacam o estabelecimento da estrutura de novos cargos nacionais nos comandos NATO, a revisão do EMFAR, a revisão do sistema retributivo e o controlo dos recursos disponibilizados nas múltiplas missões humanitárias e de manutenção da paz. Em todos os trabalhos ficou amplamente demonstrada a sua capacidade de liderança, vasta cultura militar, inteligência, poder de análise e de síntese e a sua preocupação permanente em atingir os objectivos que melhor sirvam aos interesses das Forças Armadas.

Pelas suas excepcionais qualidades de trabalho e dedicação, pela sua extraordinária estatura humana, extrema lealdade, camaradagem e fino trato, virtudes que cultiva no mais alto grau e que muito honram as Forças Armadas e o ramo a que pertence, louvo o major-general Pereira Coutinho, considerando os serviços por si prestados neste, Estado-Maior-General como extraordinários, relevantes e muito distintos.

8 de Janeiro de 2000, — O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, *Gabriel Augusto do Espírito Santo*, general.

Louvo o COR INF (45520661) Nuno Roque, pela forma extraordinariamente competente e exemplar como ao longo de mais de quatro anos desempenhou o cargo de promotor de justiça junto do Supremo Tribunal Militar.

Oficial que se distinguiu particularmente pelas suas excelentes qualidades pessoais e militares, sendo igualmente dotado de notável aptidão intelectual e cultural, a que não será alheia tanto a licenciatura em Direito e experiência forense de que é detentor.

Merece igualmente especial realce o seu elevado empenho e sistemática preocupação no estudo da componente histórica presente nos diferentes cargos e acções em que participou, com especial incidência no actual contexto do estudo da justiça militar, para o qual deu uma excelente, oportuna e prestigiosa colaboração, dignado maior apreço e gratidão de quantos têm estado envolvidos no mesmo.

É, para além disso, um militar que sempre cultivou, no mais alto grau, as virtudes militares do dever, da disciplina, da dedicação ao serviço e apurmo, a par de uma sã camaradagem, sendo por todos reconhecido como um excelente profissional.

No momento em que, por decisão pessoal, vai deixar o serviço activo e como tal cessar as funções de promotor de justiça junto do Supremo Tribunal Militar, cargo que durante mais de três anos desempenhou com entusiasmo, saber, competência e de que resultou honra e prestígio para as Forças Armadas, o coronel de infantaria Nuno Roque revelou-se como justo credor deste público e reconhecido louvor, devendo os serviços por si prestados ser considerados extraordinários, relevantes e distintos.

28 de Janeiro de 2000, — O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, *Gabriel Augusto do Espírito Santo*, general.

Louvo o COR INF (09072965) Adelino de Matos Coelho, pela forma extremamente exemplar e competente como ao longo de um ano desempenhou as funções de assessor do meu Gabinete.

Oficial dotado de excelentes qualidades profissionais e com elevada cultura geral e militar, especialmente na área de recursos humanos, desenvolveu um trabalho altamente meritório na revisão de regulamentos, manuais e outros diplomas sobre legislação militar, que vêm sendo preparados a nível do Ministério da Defesa Nacional, como representante pessoal do general CEMGFA.

Os contributos e propostas apresentados pelo coronel Matos Coelho para este efeito revelaram-se de importância capital para a melhoria do conteúdo destes documentos, na defesa dos interesses das Forças Armadas e do pessoal que as serve, tendo tais propostas merecido sempre o melhor acolhimento, graças à sua importância e rigorosa fundamentação que as suportava.

Na área principal da sua actividade como assessor, a ligação aos órgãos de comunicação social, demonstrou em todas as situações uma grande proficiência, acuidade, sensibilidade e saber, amplamente demonstrados no seu relacionamento com todos eles, conseguindo com a sua actuação engrandecer o prestígio e imagem das Forças Armadas perante a opinião pública.

Apraz ainda realçar a sua extrema lealdade, dedicação ao serviço, aprumo e fino trato, virtudes militares que cultivava no mais alto grau.

Pela sua excelente prestação de serviço durante um ano nestas suas funções, e de que resultou lustre e prestígio para as Forças Armadas, o coronel Matos Coelho merece ser distinguido com o presente louvor, devendo os serviços por si prestados ser considerados extraordinários, relevantes e distintos.

24 de Março de 1999, — O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, *Gabriel Augusto do Espírito Santo*, general.

Louvo o TCOR INF (18224576) António Noé Pereira Agostinho, pela forma muito competente, determinada e resoluta como, durante três anos, exerceu as suas funções no Comando do ACE Rapid Reaction Corps (ARRC).

Como oficial de estado maior na Área de Operações daquela unidade multinacional, deu sempre a melhor e mais oportuna resposta às muitas e diversificadas solicitações próprias do âmbito do seu cargo, nelas aplicando inteligência, sólidos conhecimentos doutrinários, experiência e entusiasmo, a par com excelentes características para o trabalho de equipa que deve caracterizar uma eficaz acção de estado-maior.

Merecem especial relevância a sua acção como integrante das forças do ARRC destacadas para a Bósnia-Herzegovina no quadro da Implementation Force (IFOR) da operação Joint Endeavour, bem como o seu envolvimento na elaboração dos mais variados planos de contingência, cobrindo toda a gama dos modernos conflitos, desde os conflitos de alta intensidade (casos do ARRCAD FUSION) às modernas operações de manutenção de paz (casos do ARRCAD GUARD).

Em todas as suas tarefas, o tenente-coronel Agostinho colocou grande maturidade, rigor, eficiência e desembaraço, demonstrando disponibilidade e capacidade para agir de forma apropriada em situações de grande pressão, tendo-se assim constituído com naturalidade como um oficial que transmite confiança aos seus superiores, pares e subordinados.

Refira-se ainda que no período em que foi o Senior National Representative no ARRC soube afirmar o interesse nacional e manter uma útil relação informal de coordenação com o representante militar nacional no SHAPE, designadamente nas questões relativas à evolução da contribuição portuguesa para o ARRC.

Pelas qualidades que evidenciou possuir e pelo mérito do seu desempenho, de que resultou lustre e honra para as Forças Armadas e Portugal, os serviços prestados pelo tenente-coronel Agostinho, durante a sua comissão no ARRC, devem ser considerados extraordinários, relevantes e distintos.

11 de Março de 1999, — O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, *Gabriel Augusto do Espírito Santo*, general.

Louvo o TCOR INF PQ (13030683) Vítor Martins Ferreira, pela forma extremamente competente e dedicada como desempenhou durante nove meses as funções de shift director of the Joint Operation Center no Headquarters Stabilization Force, em Sarajevo, Bósnia.

Possuidor de uma sólida formação técnico-profissional e elevado espírito de iniciativa, foi o tenente-coronel Vítor Ferreira nomeado para trabalhar como chefe de turno no quartel-general do centro de operações conjuntas em Sarajevo, onde a sua acção foi notável.

A sua participação em todas as actividades de que foi incumbido mereceu os mais rasgados elogios pelo grande empenhamento, elevada qualidade de realização e permanente disponibilidade.

Oficial excepcionalmente trabalhador e muito metódico, foi um coordenador atento e exigente dos seus colaboradores, muito considerado e apreciado pela qualidade das suas intervenções e profundos conhecimentos, demonstrando uma especial capacidade para o trabalho em grupo.

O tenente-coronel Vítor Ferreira revelou mais uma vez, no cumprimento desta missão, em ambiente internacional, ser possuidor de elevadas qualidades de lealdade, espírito de sacrifício, inteligência, capacidade de decisão e de iniciativa, cultura geral e dedicação que lhe granjearam a estima e consideração dos seus superiores.

Pelo esclarecido e excepcional zelo que colocou no cumprimento da sua missão, desempenhada de uma forma altamente honrosa e brilhante, pela imagem altamente positiva que deu das Forças Armadas Portuguesas, de que resultou honra e prestígio para a instituição militar, devem os serviços prestados pelo tenente-coronel Vítor Ferreira ser considerados como extraordinários, relevantes e distintos.

1 de Outubro de 1999, — O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, *Gabriel Augusto do Espírito Santo*, general.

Louvo o TCOR INF (09157279) Carlos Manuel Martins Branco, pela forma excepcionalmente competente e de exemplar profissionalismo militar com que desempenhou as funções de chefe da Secção de Informações e durante três anos no Estado-Maior da EUROFOR.

Dotado de vasta e diversificada formação técnico-profissional, que em permanência cuida em melhorar e aprofundar, valendo-se da sua anterior experiência em ambiente multinacional e na área de missões de paz no âmbito da ONU, desenvolveu um superior e profícuo trabalho quando responsável pela análise e exposição periódica do seguimento da actual crise balcânica. Fê-lo com clara percepção estratégica, metódica análise e invulgar capacidade estruturante de síntese e de exposição.

Oficial muito inteligente, perseverante e dedicado, pautou a sua participação e contributo em vários exercícios, da série MERCURIO, ARNO, TOSCANO e EOLO, por um elevado espírito de sacrifício, de iniciativa e de rigor em qualidade de desempenho a par de uma invulgar capacidade de trabalho e de resistência à fadiga. Chamado a liderar o “BICES Project Group” na EUROFOR, e à respectiva representação no “BICES Steering Committee”, depois de solidamente documentado, foi com elevado pragmatismo na programação do projecto de desenvolvimento que conseguiu uma eficiente operacionalização das variáveis essenciais, com perfeita racionalização das linhas de acção a desenvolver e uma lúcida e criteriosa sistematização das diversas áreas a cuidar, nomeadamente técnicas e financeiras. Por sua iniciativa e valendo-se dos seus profundos conhecimentos de informática reestruturou arquivos e elaborou documentação muito útil no futuro e de aplicação prática na área das informações militares.

Militar com forte personalidade e manifestos dotes de carácter, soube contribuir, com elevado sentido de bem servir, notória coragem moral, argúcia e perspicácia, na defesa fundamentada e convicta da preservação de cargos funcionais do então julgado interesse da delegação nacional.

Pelas qualidades referidas, reveladoras de um esclarecido e excepcional zelo colocado no cumprimento das missões que lhe foram confiadas e de um desempenho de forma altamente honrosa e brilhante e de que resultou prestígio para a Delegação Portuguesa da EUROFOR e para o Exército, é o tenente-coronel Branco digno de público louvor e que os serviços por si prestados sejam considerados como extraordinários, relevantes e de elevado mérito.

24 de Janeiro de 2000, — O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, *Gabriel Augusto do Espírito Santo*, general.

Louvo o TCOR CAV (19073984) José Ulisses Veiga Santos Ribeiro Braga, pela forma invulgarmente competente como desempenhou, por um período superior a um ano, as funções de military assistant do CEM do Combined Joint Planning Staff (CJPS).

Num ambiente internacional complexo, dada a situação especial do CJPS, o tenente-coronel Braga desempenhou integral e exemplarmente não só as funções específicas de military assistant, como também por inerência, partilhou as funções de executive officer do CEM/CJPS, que incluem análise e encaminhamento de documentação, distribuição de tarefas, coordenação e controlo da

execução, além de permanentes contactos directos com órgãos exteriores, no SHAPE, no ACLANT e em outros comandos e organizações.

Revelou em todas as circunstâncias excepcional aptidão para trabalhar num EM internacional, impondo-se pela competência, pela capacidade de contacto e de persuasão. Confirmou a sua boa cultura geral e militar, manteve permanente aprumo, correcção e sobriedade de atitudes, sabendo granjear apoios e simpatias junto de militares de outros países, que foram aprofundadas por excelente contacto social e familiar.

O tenente-coronel Braga tem representado Portugal no CJPS e junto do SHAPE e do ACLANT pela melhor forma que é possível fazê-lo, ou seja, pelo espírito de serviço e por confirmada competência profissional sobejamente exercida.

Pelo que se referiu, as actividades desenvolvidas pelo tenente-coronel Braga contribuíram de forma destacada para o prestígio das Forças Armadas e do País, fazendo assim juz ser distinguido com o presente louvor, devendo os serviços por si prestados ser considerados relevantes e distintos.

29 de Março de 1999, — O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, *Gabriel Augusto do Espírito Santo*, general.

Louvo MAJ INF PQ (03526079) António. Carlos Gomes Martins, pela forma competente e dedicada como desempenhou funções durante os cerca de quinze meses no QG da SFOR.

Oficial bastante trabalhador e metódico, foi um coordenador atento e exigente dos seus colaboradores, muito considerado e apreciado pela qualidade das suas opiniões sobre assuntos delicados que denotavam profundos conhecimentos, tendo demonstrado especial capacidade para trabalhos de grupo.

Dotado de invulgar sentido do cumprimento do dever, soube desempenhar as suas funções com elevado brilho e eficácia. O cuidado que pôs na colaboração que deu no planeamento e execução do movimento do REAT de Zagreb para Sarajevo, contribuiu de forma decisiva para que a operação se desenrolasse de forma exemplar.

Revelou ser possuidor de elevadas qualidades profissionais, espírito de sacrifício, inteligência, capacidade de decisão e de iniciativa que lhe granjearam estima e consideração.

Pelas razões expostas e ainda pela forma competente e acertada como desempenhou as funções que lhe foram atribuídas, e pela imagem positiva que deu das Forças Armadas de Portugal, de que resultou honra e prestígio para a instituição militar, devem os serviços prestados pelo major Martins ser considerados relevantes e de elevado mérito.

29 de Julho de 1999, — O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, *Gabriel Augusto do Espírito Santo*, general.

Louvo o SCH MAT (51160911) Carlos Alfredo Alves Carvalho, pela forma dedicada, competente e digna como serviu no Exército ao longo de mais de 38 anos de brilhante carreira militar, na qual sempre demonstrou excepcionais qualidades profissionais, morais e pessoais.

Desde cedo o sargento-chefe Carvalho se afirmou como sargento muito dedicado, competente, disciplinado, organizado, metódico e muito desembaraçado, sendo dotado de excelentes qualidades morais, de carácter íntegro, modesto por natureza, muito abnegado, solidário e muito leal como o atesta uma, brilhante folha de serviços recheada de numerosos e excepcionais louvores.

No comando de aquartelamento do EMGFA, onde trabalha há cinco anos como chefe das oficinas auto e irá terminar a sua carreira militar, continuou a demonstrar excelentes qualidades técnico-profissionais, muito bom senso, ponderação, capacidade de análise, organização e objectividade, que contribuíram quer para o elevado nível de operacionalidade do parque de viaturas, quer para uma redução substancial dos custos de manutenção das mesmas, apesar de dispor de recursos reconhecidamente escassos, especialmente em pessoal, conseguiu uma judiciosa gestão e permanente apelo ao espírito de missão e sentido de responsabilidade, que cultivou em elevado grau e que foi capaz de desenvolver nos subordinados.

Por tudo isto, ao deixar a efectividade de serviço, é de inteira justiça enaltecer uma longa dedicação ao Exército de cerca de 38 anos em que o sargento-chefe Carvalho prestou serviços da maior relevância e interesse e de que resultou lustre para a instituição militar, os quais devem ser considerados relevantes, extraordinários e distintos.

12 de Março de 1999, — O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, *Gabriel Augusto do Espírito Santo*, general.

Louvo o SAJ TM (12237380) Joaquim José Ferreirinha Caetano, pela forma consistente como demonstrou possuir sólidos conhecimentos técnico-profissionais, grande capacidade de adaptação e elevados dotes de carácter durante o período em que exerceu funções no Multi-National Signal Group (MSG) da SFOR.

Como responsável pela Secção de Contabilidade e Catalogação de Material da MSG, destacou-se pela elevada prontidão e nível de competência assim como pelo desembaraço demonstrados nesta complexa área de trabalho integrada num estado-maior multinacional.

Sempre atento a toda a informação e documentação relacionada com os sistemas de contabilidade e inventariação, soube com mestria utilizar quer a via documental quer a via informática, ambas disponíveis, para estabelecer um sistema de controlo eficaz dos imensos movimentos de material e equipamento, sob sua responsabilidade, independentemente da elevada rotatividade de pessoal neste QG.

Militar abnegado, dotado de elevado espírito de sacrifício, bastante voluntarioso e com uma permanente atitude positiva perante os acontecimentos, soube conjugar o sentido do dever, disciplina e aptidão para bem servir, pelo que os serviços do sargento-ajudante Caetano prestigiaram as Forças Armadas de Portugal, devendo por isso ser considerados como relevantes e de elevado mérito.

10 de Setembro de 1999, — O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, *Gabriel Augusto do Espírito Santo*, general.

Louvo o SAJ TM (05763783) Manuel Joaquim Rodrigues Morais, pela forma altamente dedicada e competente como desempenhou as suas funções no Centro de Transmissões na EUROFOR e pelo valioso apoio prestado à delegação nacional.

Militar de sólida competência técnico-profissional e com notória aptidão para bem servir em exigentes circunstâncias, revelou apreciável espírito de missão, sacrifício e abnegação, em particular quando, por sua iniciativa e não só no exercício normal das suas funções, se empenhou em apresentar propostas de reestruturação dos arquivos das comunicações classificadas, em prestar apoio voluntário à componente italiana no estudo e projecto da alteração de funções do Centro de Transmissões da EUROFOR e em elaborar e manter actualizada vária documentação.

De destacar igualmente o cuidado e esforço postos no vasto e muito meritório trabalho que executou, em proveito do arquivo da delegação, na compilação, ordenamento, sistematização e reprodução da diversa documentação fundamental e de interesse normativo, regulamentar e legislativo.

A atestar os seus dotes de carácter e de virtude militar são de relevar ainda os diversos trabalhos de tradução e de preparação informatizada de apresentações para que se prontificou, a bem do serviço e da sã camaradagem, disponibilizando os seus profundos conhecimentos no campo informático e a valia do bom domínio da língua italiana, qualificação esta que adquiriu a suas expensas, bem como as harmoniosas e excepcionais relações de convívio que a seu nível promoveu, no meio militar multinacional da EUROFOR e na sociedade civil italiana.

Pelo que fica dito e pelo seu comportamento exemplar de aprumo, disciplina e lealdade, que muito contribuíram para o prestígio nacional no seio da EUROFOR, é o sargento-ajudante Rodrigues Morais digno deste público louvor.

30 de Dezembro de 1999, — O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, *Gabriel Augusto do Espírito Santo*, general.

Louvo o SMOR SGE (39412958) Adérito de Jesus Gouveia, pelo extraordinário empenho, dedicação, competência e honestidade profissional como há cerca de cinco anos tem vindo a desempenhar as funções de chefe da Secção Administrativa da Inspecção-Geral das Forças Armadas, cujas tarefas e responsabilidades, conforme orientação superior, têm vindo progressivamente a ser ampliadas.

Competindo à sua Secção, dentro das características da IGFAR como serviço simples, o accionamento de tarefas tão diversificadas como a preparação e execução orçamental, a aquisição de bens e serviços, controlo patrimonial, economato, coordenação do pessoal auxiliar e accionamento das viaturas auto, tem a mesma, mercê, nomeadamente, do seu empenho, da distribuição adequada das funções e da boa ligação, ao seu nível, estabelecida com a SG/MDN, correspondido com eficiência, oportunidade e rigor às exigências do serviço.

Dotado de elevado espírito de bem servir, sentido do dever e vivendo com preocupação e intensidade os problemas de serviço do seu âmbito, destaca-se ainda a forma responsável como tem desempenhado as funções de tesoureiro da IGFAR, a coordenação do emprego dos meios auto, bem como o acompanhamento e colaboração por si prestados quando da execução de obras e da preparação e equipamento das novas instalações ocupadas pela IGFAR.

Destaca-se ainda a disponibilidade por si sempre evidenciada, na execução informal, em ligação com os ramos das Forças Armadas de algumas tarefas do interesse directo de militares em serviço na IGFAR.

Pelo conjunto de qualidades militares e profissionais evidenciadas ao longo de 40 anos ao, serviço da instituição militar e da Defesa Nacional, no âmbito da IGFAR, considero os serviços prestados pelo sargento-mor Adérito de Jesus Gouveia como relevantes e de elevado mérito.

19 de Outubro de 1998, — O Inspector-Geral, *Aurélio Manuel Trindade*, general.

Louvo o COR MAT (37189258) Rui António Martins da Silva Matias, pela elevada competência e notória dedicação patenteadas no desempenho das exigentes funções de director dos Serviços Industriais, Tecnológicos e Logísticos da Direcção-Geral de Armamento e Equipamentos de Defesa.

Oficial prestigiado cujas qualidades e desempenho foram já anteriormente reconhecidos e louvados, continuou a pautar o seu comportamento pelos mesmos padrões de competência e experiência técnica profissional, de grande capacidade de trabalho, perfeito sentido das responsabilidades, extrema lealdade nas relações pessoais e profissionais, consciente respeito pelas orientações estabelecidas sem prescindir do dever de expor as suas opiniões e sugestões. Desta forma, assegurou resposta cabal dos serviços a seu cargo para as múltiplas e diversificadas actividades que lhes incumbem, nomeadamente no apoio ao reequipamento das Forças Armadas.

Assinalam-se também pelo seu significativo reflexo na melhoria do funcionamento da área logística, a revisão do sistema vigente e criação de uma nova estrutura de normalização de defesa nacional e sua regulamentação, o desenvolvimento e reorganização do sistema nacional de catalogação com a introdução de aplicações informáticas evoluídas e adaptadas às exigências actuais e previsíveis, e os esforços para criação de condições para a desmilitarização de munições, explosivos e artifícios das Forças Armadas.

Assim, considera-se que, pelas qualidades que o exornam, traduzidas no exercício das suas funções de direcção, o coronel Silva Matias se torna digno de ver reconhecidos em público louvor os extraordinários, relevantes e distintos serviços que vem prestando neste importante sector da defesa nacional.

9 de Dezembro de 1999, — O Director-Geral, *Rui Lobato de Faria Ravara*, tenente-general.

Louvo o COR TM (08460364) João Luís Cardoso Martins Alves pela elevada competência e extremado zelo que vem manifestando no exercício das suas funções, inicialmente, desde Maio de 1996, como chefe da Divisão de Estudos e Planeamento e posteriormente, já na sua actual

função, desde Dezembro de 1997, como director dos Serviços de Estudos, Planeamento e Cooperação Internacional desta Direcção-Geral de Armamento e Equipamentos de Defesa.

Oficial altamente qualificado no plano técnico, nomeadamente no domínio do planeamento, concepção e gestão de projectos, em particular na área das comunicações militares, foi notório o seu contributo nos Subcomités do NATO-C3 BOARD e nos programas BICES/NATO e SICOM/EMGFA.

No âmbito das actividades específicas decorrentes das suas funções, distinguiu-se pelo rigoroso estudo e preparação dos assuntos que no contexto da cooperação internacional foi incumbido de desenvolver e pela pertinência com que defendeu os interesses nacionais, quer no quadro do Grupo de Armamento da Europa Ocidental (GAEO/WEAG) quer no quadro da Conferência de Directores Nacionais de Armamento da NATO (CNAD/NATO). Pela sua relevância sublinham-se as suas participações na elaboração do documento sobre a política do GAEO e do plano director (Masterplan) para a criação da Agência Europeia de Armamento (AEA/EAA).

Foi também significativo o seu desempenho nas actividades decorrentes do Ciclo Bienal de Planeamento de Forças, na definição das condições estruturais conducentes ao estabelecimento dos objectivos de armamento a incluir nas leis de programação militar.

Regista-se igualmente a forma eficaz como soube corresponder ao pesado acréscimo de responsabilidades decorrentes da atribuição de novas competências à sua Direcção de Serviços nos domínios da investigação e desenvolvimento e no sector aeroespacial, bem como ao aumento dos acordos bilaterais de cooperação com novos países.

Pelo exposto consideram-se credoras de público louvor as elevadas qualidades pessoais e profissionais do coronel Martins Alves, muito especialmente as suas capacidades de planeamento, organização e direcção, a sua extraordinária capacidade de trabalho, o seu alto sentido do dever e das responsabilidades, e de distinguir os serviços por si prestados, que prestigiaram as Forças Armadas e o Ministério da Defesa Nacional, de extraordinários, relevantes e distintos:

21 de Dezembro de 1999, — O Director-Nacional de Armamento, *Rui Lobato de Faria Ravara*, tenente-general.

O TCOR AM (05718263) António Fernando Mendes de Oliveira Torres, vem exercendo o cargo de chefe da Divisão de Administração, Planeamento e Execução de Contratos (DAPEC) da DSCPCIE/DGAED para que foi nomeado pelo despacho n.º 50/SEDN/95, de 28 de Julho.

Oficial de invulgar qualidade de carácter, elevada formação e competência técnica, a par de um grande sentido de responsabilidade, desempenhou sempre de forma exemplar o cargo para que foi nomeado, contribuindo decisivamente para a resolução dos múltiplos, diversos, complexos e sensíveis problemas que ininterruptamente se colocam na área da divisão que chefia.

Assim, a personalidade humana e profissional do tenente-coronel Oliveira Torres tem constituído um notável esteio para a capacidade e eficácia de resposta da DGAED, à crescente concentração no MDN das mais significativas solicitações no âmbito da contratação do material de defesa.

Seria já merecedor do maior apreço a sua metódica, disciplinada, ponderada, incansável e bem sucedida intervenção na complexa preparação dos processos de aquisição da LPM que, nos últimos anos, têm vindo a ser directamente cometidos à DGAED, bem como na posterior elaboração dos respectivos contratos e no vigilante controlo da sua execução. Todavia, o gabarito profissional do tenente-coronel Oliveira Torres e o seu sempre esforçado empenho têm-se igual e uniformemente revelado no diversificado acervo de constantes outras actividades menos visíveis, mas não menos importantes à decisão, como as relacionadas com estudos e pareceres sobre matéria contratual veiculada pelos ramos das Forças Armadas, com a sua participação em comissões e grupos de trabalho, com o contributo da sua sedimentada experiência para a reformulação no domínio normativo das aquisições de armamento e equipamentos de defesa e ainda com a didáctica orientação para os seus colaboradores.

Assim, dando público testemunho desta breve imagem sobre a significativa comparticipação deste oficial para o cumprimento da missão da DGAED, ao longo de quase cinco anos, com a consequente desejada continuidade da sua muito valiosa colaboração, louvo o tenente-coronel António

Fernando Mendes de Oliveira Torres pela notável acção desenvolvida no desempenho das suas funções como chefe da DAPEC, onde revelou possuir excepcionais qualidades profissionais e virtudes militares que o evidenciam merecedor da maior consideração e respeito e qualificam os serviços prestados como extraordinários, relevantes e distintos.

21 de Dezembro de 1999, — O Director-Nacional de Armamento, *Rui Lobato de Faria Ravara*, tenente-general.

O TGEN (51372811) Tito Luís de Almeida Bouças exerceu durante mais de um ano e meio as altas funções de Comandante da Região Militar do Norte.

Na ocasião em que por conveniência de serviço é chamado a exercer novas funções de elevada responsabilidade no âmbito das Forças Armadas, é de inteira justiça salientar as suas brilhantes qualidades morais e profissionais mais uma vez patenteados no exercício do Comando que agora termina.

Oficial General de sólidos conhecimentos e importante experiência anterior, de que se salientam as funções de 2.º Comandante do Governo Militar de Lisboa e de SubChefe do EME, demonstrou, desde Maio de 1998, num comando complexo e exigente, como é o da Região Militar do Norte, os seus elevados dotes de Comando, assegurando um elevado nível de rendimento no cumprimento das múltiplas e diversificadas missões cometidas à Região.

Confrontado no exercício do seu comando com uma conjuntura difícil, determinada pela significativa diminuição dos recursos financeiros, humanos e materiais disponíveis, sem correspondente decréscimo das actividades a cumprir e serviços a satisfazer, soube o tenente-general Almeida Bouças, à custa do seu elevado sentido da missão e do dever a cumprir, capacidade de Chefia e dos seus conhecimentos do âmbito do estado-maior e do funcionamento corrente das unidades e órgãos, garantir um bom relacionamento directo e informal com os Comandos, Direcções e Chefias do Exército e com os seus comandos subordinados encontrando, desta forma, as melhores vias para satisfação das múltiplas solicitações, sendo justo salientar o apoio dado pela Região ao levantamento das FND destinadas ao Kosovo, bem como o modo como decorreram as celebrações do Dia do Exército de 1998 em Viseu.

Pelas virtudes demonstradas no decurso da sua longa carreira e expressas na sua honrosa folha de serviços, do qual sobressai a sua permanente lealdade e camaradagem e um conjunto de qualidades humanas que concorrem na sua personalidade, confirmou-se o tenente-general Almeida Bouças como um militar de eleição a quem a Instituição Militar muito deve.

Por estas razões, o Comandante do Exército apresenta-lhe, por esta forma, esta simples mas muito justa homenagem.

14 de Fevereiro de 2000, — O Chefe do Estado-Maior do Exército, *António Eduardo Queiroz Martins Barrento*, general.

Louvo o MGEN (50448511) Carlos Valdemiro Espírito Santo, pela forma prestigiante e muito competente como desempenhou as suas funções ao longo de mais de 39 anos integralmente dedicados à Instituição Militar.

Dotado de sólida formação militar, consolidada ao longo da sua extensa e preenchida carreira, serviu sempre a Instituição Militar e o País com reconhecido espírito de bem servir, lealdade, disponibilidade e modéstia.

Como subalterno das Tropas Pára-quedistas partiu para a sua primeira Comissão de Serviço no ex-Ultramar, onde evidenciou a sua vocação para o comando de tropas e as suas qualidades de relacionamento humano, conseguindo obter um assinalável rendimento dos militares que comandou em operações.

A Moçambique regressou por duas vezes e como Capitão e Major nas funções de Comandante de Companhia e Oficial de Operações do Batalhão de Pára-quedistas teve notável actuação em campanha. A sua personalidade calma e decidida impuseram-no como chefe e como homem.

Ainda nas Tropas Pára-quedistas e como Oficial Superior, exerceu com brilho diversas funções de que se destaca o comando da Base Operacional de S. Jacinto, a de Chefe de Estado-Maior do Comando de Tropas Pára-quedistas e ainda a de Inspector Adjunto na Inspecção-Geral da Força Aérea.

Na Guarda Fiscal e depois na Brigada Fiscal da Guarda Nacional Republicana, onde prestou serviço durante três anos, demonstrou notável zelo, dedicação e competência nas funções de Comandante Operacional da Guarda Fiscal e de 2º Comandante.

Promovido o Oficial-General, exerceu durante mais de quatro anos as importantes funções de 2º Comandante da Região Militar Norte em que confirmou, mais uma vez, as invulgares qualidades profissionais e morais que estão destacadas na sua extensa e honrosa folha de serviços.

No momento em que a seu pedido passa à situação de reserva, é oportuno destacar o exemplar empenhamento ao serviço, o profundo sentido do dever, o arreigado espírito de disciplina e as excepcionais qualidades militares e pessoais, atributos que pautaram toda a sua carreira militar.

A sua competência profissional, a sua capacidade de comando e chefia são qualidades que lhe foram reiteradamente reconhecidas bem como repetidamente realçada a sua extrema ponderação, simplicidade e fácil relacionamento que lhe granjearam generalizada estima.

Pelas virtudes militares evidenciadas, pelas excepcionais qualidades humanas e pelo elevado mérito da acção desenvolvida ao longo duma prestigiada carreira, o major-general Espírito Santo tornou-se credor do reconhecimento do Exército, tendo prestado com honra e lustre para a Instituição Militar serviços que se consideram como extraordinários, relevantes e distintos.

11 de Fevereiro de 2000, — O Chefe do Estado-Maior do Exército, *António Eduardo Queiroz Martins Barrento*, general.

Louvo o MGEN (50772511) João Afonso Bento Soares, pela forma excepcionalmente dedicada, competente, determinada e muito digna como exerceu, durante mais de dois anos, as importantes funções de Director do Instituto Militar dos Pupilos do Exército.

Enquanto Director do único Estabelecimento que, no nosso País, concentra três níveis distintos de ensino - básico, secundário e superior politécnico, com toda a diversidade de requisitos, solicitações e problemas que tal situação comporta, o major-general Bento Soares rapidamente se inteirou das especificidades da sua nova missão e do enquadramento particular em que iria decorrer, imprimindo à sua esclarecida e inteligente acção grande dinamismo e pragmatismo, espelhados em numerosas e muito profícuas iniciativas, desde a eficaz e muito vantajosa ligação à ESPE, à elaboração e implementação de um *Projecto Educativo Próprio*, à preparação de *Estatutos e do Regulamento Interno do IMPE* e à actualização de *curricula* dos Cursos. Num outro plano e sob sua muito competente direcção, o IMPE conheceu um período de grande abertura ao exterior e de acompanhamento da evolução e modernização do ensino público, de que a realização de actividades conjuntas e a celebração de protocolos com Faculdades, Escola e Institutos Superiores são dignificantes exemplos.

Não obstante as absorventes preocupações na área do ensino, não descuro o major-general Bento Soares as suas atribuições enquanto responsável pela disciplina, moral e bem-estar de docentes, discentes e de todos os que garantem, diariamente, o apoio administrativo e logístico do IMPE, nem a conservação e segurança das instalações. Numa acção persistente, apoiada num estilo muito próprio de comando, logrou motivar os seus colaboradores e subordinados, melhorar as condições de vida e de trabalho, recompletar os efectivos, actualizar e pôr em vigor normas, planos e procedimentos de segurança que diminuíssem as vulnerabilidades de um estabelecimento com escassez de pessoal e repartido por duas áreas distintas, fomentando, ao mesmo tempo, a participação em eventos gimnodesportivos altamente prestigiantes, de projecção nacional e internacional, designadamente através da reputada *Classe Especial de Ginástica*.

Oficial de vasto saber, cultura e experiência, alicerçados em diversos cursos e funções de alta responsabilidade na sua Arma de origem, no IAEM e em órgãos de comando ou forças conjuntas ou internacionais, em que se destaca a de Chefe do Estado-Maior da UNAVEM III, durante um ano,

o major-general Bento Soares confirmou, enquanto Director do IMPE, todo um notável conjunto de qualidades e virtudes militares e pessoais evidenciadas ao longo de uma carreira de mais de quarenta anos de serviço, com destaque para a sua grande integridade de carácter, coragem moral e frontalidade, inatacável independência e honestidade intelectuais, rectidão de procedimentos, gosto na assunção de riscos e responsabilidades, e alto sentido de missão.

Assim e numa altura em que vai cessar as suas actuais funções, constitui acto de elementar justiça dar público testemunho do que foi a acção do major-general Bento Soares como Director do IMPE, bem como da sua muito dignificante carreira, de que resultou inequívoca honra e lustre para o Instituto, para o Exército e para a Instituição Militar, devendo os serviços por si prestados serem qualificados como extraordinários, relevantes e distintos.

8 de Fevereiro de 2000, — O Chefe do Estado-Maior do Exército, *António Eduardo Queiroz Martins Barrento*, general.

Louvo o CORT ENG (62278264) Sérgio Augusto Margarido Lima Bacelar, pela forma altamente prestigiante, excepcionalmente generosa, muito competente e empenhada como ao longo de cerca de um ano e meio desempenhou as funções de Chefe do Estado-Maior do Quartel General da Região Militar do Norte.

Oficial com forte e sólida formação moral, íntegro, leal, honesto e muito determinado, servindo com inteira devoção e entrega, revelou grande disponibilidade, elevada noção de camaradagem e espírito de missão, atributos de um carácter ímpoluto e de aptidão para bem servir que têm marcado a sua carreira militar.

Naturalmente confrontado com múltiplos e diversificados problemas, deu sempre resposta oportuna e adequada a todas as solicitações que lhe foram dirigidas, tendo tomado de forma ajustada as medidas tendentes a incrementar a capacidade e eficiência das Repartições, evidenciando notável competência profissional, apurada capacidade de análise e avaliação das situações, inteligência, elevado espírito de iniciativa e grande capacidade de trabalho, concitando vontades e constituindo um Estado-Maior coeso e eficiente e de grande espírito de corpo.

Pela justeza dos esclarecimentos prestados e oportunidade e adequabilidade dos apoios disponibilizados no seu relacionamento com os Comandantes, Directores e Chefes das Unidades, Estabelecimentos e órgãos, evidenciou estar perfeitamente integrado nos critérios e conceito do Comando da Região Militar e ainda, quando necessário, soube igualmente apresentar superiormente propostas, devidamente sustentadas, para a resolução de questões colocadas que, por regra, se vieram a revelar como soluções inteiramente adequadas.

De destacar ainda a acção por si desenvolvida em áreas ligadas ao bem estar e moral do pessoal, promovendo o melhor aproveitamento e a melhoria das infra-estruturas e o relacionamento com as entidades civis, transmitindo uma imagem de disponibilidade e espírito de colaboração e eficácia, com reflexos muito positivos para o prestígio da Instituição Militar.

Oficial de forte personalidade, frontal e dotado de um saudável espírito crítico, soube constituir-se em colaborador de extrema valia, revelando nas mais diversas circunstâncias, qualidades de abnegação e sacrifício exemplares.

Pelas excepcionais qualidades reveladas, pela postura marcada pela prática das virtudes militares e pela acção desenvolvida, devem os serviços por si prestados, de que resultou honra e lustre para o Exército, ser considerados como extraordinários, relevantes e distintos.

17 de Janeiro de 2000, — O Chefe do Estado-Maior do Exército, *António Eduardo Queiroz Martins Barrento*, general.

Louvo o COR INF (03469064) Rodrigo da Nóbrega Pinto Pizarro, pela forma muito empenhada e altamente eficiente como, ao longo dos últimos dois anos, comandou o RI19, confirmando as suas qualidades militares e aptidões técnico-profissionais.

Oficial inteligente, dotado de elevada competência profissional e de boa capacidade de organização, apurado sentido de responsabilidade e grande espírito de iniciativa, soube conjugar e harmonizar as múltiplas tarefas decorrentes da missão do Regimento que comandou, com relevo para as relacionadas com a instrução e com o aprontamento do encargo operacional, sem todavia descurar as respeitantes às áreas da manutenção de material, equipamentos e infra-estruturas.

Com igual entusiasmo e empenhamento e no âmbito da formação profissional, dinamizou a realização de vários cursos de reconhecida valia, o que tem vindo a ser um importante contributo para a integração de militares RV/RC no mercado de trabalho.

Dotado de excepcionais qualidades que se traduzem num exemplar relacionamento humano, que de forma particular o distingue pelo seu elevado exemplo, irrepreensível conduta e acção diligente, deu expressivo contributo para a notória capacidade de resposta evidenciada pelo RI19 e reforço do seu espírito de corpo.

Merece ainda particular destaque a intensa e diversificada actividade de cooperação com várias entidades civis da área, onde promoveu uma imagem de eficácia, disponibilidade e capacidade de realização, que muito prestigia o seu Regimento e a própria Instituição Militar.

Pelo conjunto de qualidades que lhe são reconhecidas, pela forma sensata, ponderada e eficaz como desempenhou as funções de comando da sua Unidade, o coronel Pizarro afirmou-se, mais uma vez, como um exemplo de militar íntegro, leal e de grande competência profissional, tendo prestado serviços dos quais resultaram honra e lustre para a Instituição Militar, devendo os mesmos ser considerados como extraordinários, relevantes e distintos.

31 de Janeiro de 1999, — O Chefe do Estado-Maior do Exército, *António Eduardo Queiroz Martins Barrento*, general.

Louvo o TCOR INF PQ (13126974) António Manuel Cameira Martins, pela excelente prestação revelada no Comando do 2.º Batalhão de Infantaria Pára-quedista da Brigada Aerotransportada Independente, confirmativa de excepcionais qualidades profissionais e humanas e de extraordinária dedicação ao serviço, evidenciadas pela forma altamente eficiente e abnegada como planeou e conduziu as mais diversas e espinhosas missões que lhe foram cometidas.

Desenvolveu destacada e persistente acção durante a fase de preparação e aprontamento da sua sub-Unidade, executando um ajustado e criterioso treino operacional e munindo as suas tropas do estofo psicológico, gerador da autoconfiança, facilitadora da entrada em sector, da difícil e complexa área de operações da Bósnia-Herzegovina.

Nos períodos mais críticos e de maior risco da missão, na operação “CONSTANT FORGE”, demonstrou grande serenidade e competência, respondendo com oportunidade e eficácia a todas as solicitações da Brigada Multinacional italiana, tendo a sua sensata e sempre disponível intervenção sido considerada decisiva e reconhecida, através de inúmeras referências elogiosas, quer dos seus comandos superiores, quer das altas entidades nacionais e estrangeiras que visitaram e/ou lidaram com o Batalhão.

Nas acções efectuadas no âmbito do Plano “HARVEST”, visando a recolha de material de guerra na posse da população civil, demonstrou, uma vez mais, exemplar dedicação no cumprimento das suas tarefas, exercendo a sua autoridade de maneira sóbria e eficiente. A sua intervenção esclarecida, junto das autoridades locais permitiu que fossem desbloqueadas situações de impasse, nomeadamente, na municipalidade de RUDO.

Na operação “JOINT CULTURE” que foi planeada e conduzida para transmitir às comunidades locais os valores básicos da cultura portuguesa, conseguiu com grande empatia reunir no comando do Batalhão mais de novecentos alunos de dezanove escolas, acompanhadas de professores e autarcas de seis municipalidades, dignificando e honrando o nome de Portugal na defesa da solidariedade entre os povos daquela região.

Os seus assinaláveis conhecimentos técnico-profissionais, aliados à extrema correcção e sentido de camaradagem, granjearam-lhe a admiração e a estima na relação com militares de outras

nacionalidades, contribuindo, assim, para o êxito das difíceis e complexas negociações para a definitiva localização do Agrupamento da Brigada Ligeira de Intervenção.

Oficial dotado de esmerada educação, de primoroso relacionamento humano, privilegiando a lealdade e a clareza de procedimentos, impôs-se à consideração de todos que com ele serviram, sendo de realçar a inegável sensibilidade e experiência demonstradas e já patenteadas noutras actuações, no âmbito das “operações de apoio à paz e dissuasão”.

Além das excelsas virtudes apontadas, revelou o tenente-coronel Cameira Martins possuir grande coragem moral e física, esclarecida inteligência e elevado sentido de responsabilidade, sendo de inteiro merecimento que os serviços por si prestados no cumprimento de tão honrosa missão sejam considerados extraordinários, relevantes e distintos e que contribuíram para o prestígio e lustre do Exército e do nosso País.

8 de Fevereiro de 2000, — O Chefe do Estado-Maior do Exército, *António Eduardo Queiroz Martins Barrento*, general.

Louvo o TCOR INF (14315776) Rui Manuel Almeida Esteves, pelo extraordinário espírito de missão, elevada competência profissional e exemplar dedicação como cumpriu todas as missões que lhe foram cometidas no Campo Militar de Santa Margarida, nos últimos cinco anos.

Com a sua apresentação no CMSM/BMI, em Fevereiro de 1995, para o desempenho das funções de Comandante do Destacamento Avançado do 2BIMec demonstrou, desde logo, uma invulgar disponibilidade para o serviço e uma rara capacidade de trabalho e de iniciativa, manifestadas numa diversidade de competências de que se realçam as ligadas à concepção, adaptação e execução das diversas infra-estruturas de um aquartelamento destinado a uma Unidade Mecanizada.

Posteriormente, como 2.º Comandante do 2BIMec, evidenciou espírito empreendedor, frontalidade, lealdade, disciplina e elevada eficiência no cumprimento de todas as suas tarefas, constituindo-se num precioso colaborador do Comandante da Unidade.

Desde Janeiro de 1998, no exercício das funções de Comandante do BCS/CMSM, reiterou as suas elevadas qualidades profissionais e humanas, através do desenvolvimento de notáveis actividades de recuperação de infra-estruturas da sua Unidade e do CMSM e da criação de melhores condições de vida e de trabalho para os seus militares e funcionários civis e de uma acção de comando pautada pela capacidade de decisão, desembaraço e noção da responsabilidade.

Com a sua exemplar conduta profissional e o seu espírito jovial e extremamente leal, o tenente-coronel Esteves, no cumprimento das suas missões, granjeou o respeito de quantos com ele serviram e prestou serviços que prestigiaram e honraram o CMSM/BMI e o Exército, os quais são considerados relevantes, extraordinários e distintos.

16 de Fevereiro de 2000, — O Chefe do Estado-Maior do Exército, *António Eduardo Queiroz Martins Barrento*, general.

Louvo o TCOR INF (16631778) António Luís Faria Martins, pela forma como durante cerca de dois anos desempenhou a missão de Chefe da SIPRP/GabCEME.

Militar que revelou um conhecimento profundo do modo de funcionamento dos órgãos de comunicação social, fruto de vários anos de experiência na área da informação pública e fruto das suas características pessoais granjeou a confiança e respeito da generalidade dos jornalistas afectos à área da Defesa, conseguindo, com oportunidade e credibilidade, veicular para o exterior informação rigorosa sobre o Exército, contributo decisivo para a melhoria da imagem da Instituição.

Do conjunto das actividades desenvolvidas no seu âmbito merecem particular destaque as Cerimónias Comemorativas do Dia do Exército em 1999 e as Comemorações do 25.º Aniversário do 25 de Abril que exigiram, do tenente-coronel Faria Martins grande empenhamento e discernimento, elevado espírito de missão e vontade de bem servir, quer nos aspectos respeitantes ao protocolo de

altas entidades, quer nos relativos à divulgação e informação pública, quer ainda no contributo para o aprofundamento das relações de sectores importantes da sociedade civil, facilitando os contactos com personalidades militares e unidades do Exército.

Militar que pautou a sua conduta no respeito das virtudes militares procurando em todas as circunstâncias criar um ambiente de sã camaradagem, aprofundou na secção que chefiou um espírito de equipa entre oficiais, sargentos, praças e civis, que muito contribuiu para os resultados alcançados, só possíveis com elevada motivação, profissionalismo, descentralização de tarefas e coordenação adequada.

Tendo o Exército neste momento, Forças Destacadas em três Teatros de Operações que têm gerado a apetência pela informação correcta e atempada, das famílias e do público em geral, sempre soube o tenente-coronel Faria Martins, com a serenidade que esta situação exige, obter junto do Comando do Exército, os dados e as orientações necessárias à condução de uma correcta política de informação.

No momento em que, por razões legais, o tenente-coronel Faria Martins deixa as actuais funções para desempenhar uma importante função numa Unidade da Arma, é um acto de elementar justiça reconhecer os serviços por si prestados no meu Gabinete, contribuindo para o prestígio do Exército, como extraordinários, relevantes e de muito mérito.

10 de Fevereiro de 2000, — O Chefe do Estado-Maior do Exército, *António Eduardo Queiroz Martins Barrento*, general.

Louvo o MAJ INF PQ (13706383) Jorge Paulo do Sêrro Mendes dos Prazeres, pelo excelente desempenho revelado como 2.º Cmdt do 2.º Batalhão de Infantaria Pára-quedista da Brigada Aerotransportada Independente desde o seu aprontamento, demonstrando elevados dotes de carácter, de lealdade, de espírito militar e de missão, procurando sempre congregar vontades e esforços por forma a que fosse atingido não só o rendimento técnico específico exigível no cumprimento das missões características de uma Operação de Estabilização da Paz, como também se afirmou como um militar de elevado espírito operacional.

Das suas qualidades profissionais, reconhecidas através de públicos louvores e condecorações, quer no serviço a nível das Unidades quer no Estrangeiro e no exercício actual de funções de Chefe de Estado Maior do Batalhão durante a Operação “Constant Forge”, é digno salientar a sua capacidade de planeamento e organização, bem como a facilidade de adaptação e de resposta aos novos ambientes e missões e uma natural aptidão para o relacionamento pessoal e institucional com gente de outros povos, tornando-se assim um digno representante nacional no contexto da Missão de Paz levada a cabo na Bósnia-Herzegovina sobre a égide da NATO.

Ainda no exercício das suas funções à frente do Estado Maior do Batalhão, soube interpretar o conceito do Comandante e dar corpo aos interesses do 2BIPARA nas relações de comando com a Brigada Multinacional Norte, a par de um indiscutível excelente relacionamento humano, comunicabilidade, bom senso e equilíbrio.

O Oficial em apreço prestou altos serviços ao País dos quais resultou honra e lustre para as Forças Armadas e que lhe granjearam a confiança e o apreço de todas as Forças Políticas e Militares presentes no terreno sobretudo nas situações de maior tensão nomeadamente no caso KOPACI, originadas da beligerância civil extremada onde interveio com elevada coragem moral e física que o tornam credor de estima e admiração públicas.

Denotando grande sobriedade e rara ponderação, possuidor de reconhecida aptidão para este tipo de acções, demonstrou em todas as ocasiões excepcionais qualidades de abnegação e sacrifício.

Pelo atrás exposto, o major Prazeres foi um excepcional colaborador do Comandante de Batalhão, sendo de inteiro merecimento que os serviços por si prestados no cumprimento de tão honrosa missão sejam considerados extraordinários, relevantes e distintos.

8 de Fevereiro de 2000, — O Chefe do Estado-Maior do Exército, *António Eduardo Queiroz Martins Barrento*, general.

Louvo o MAJ SGPQ (00112480) João Carlos Pires Nortadas Pereira porque ao longo de todo o tempo de preparação, aprontamento e condução da missão no âmbito da Operação “CONSTANTE FORGE” / SFOR II no Teatro de Operações da BÓSNIA-HERZEGOVINA, com especial referência para o período compreendido entre 10 de Julho de 1999 e 31 de Janeiro de 2000, tendo por base o seu desempenho actual como Oficial de Assuntos Cíveis do 2.º Batalhão de Infantaria Pára-quedista / SFOR II, revelou ter praticado actos de esclarecido e excepcional zelo no cumprimento da sua comissão de serviço militar, de forma altamente honrosa e brilhante, de onde resultou prestígio para a instituição militar em geral e para o Exército em particular.

A fim de que as Forças Nacionais Destacadas tivessem uma capacidade de representação condigna no seio da Comunidade Multinacional que constituiu a estrutura SFOR no Teatro de Operações da BÓSNIA-HERZEGOVINA foi ainda durante o período de aprontamento proposto e organizado um conjunto de artigos protocolares alusivos ao 2º Batalhão de Infantaria Pára-quedista e ao Exército Português. Neste processo, assumindo a Chefia da área de protocolo do Batalhão, foi demonstrada uma extraordinária aptidão técnica-profissional, revelando conhecimentos de excepcional qualidade e uma visão muito boa das suas funções. Pelas qualidades referidas contribuiu para o lustre e dignidade nacional face ao elevado número de visitas de que o 2º Batalhão de Infantaria Pára-quedista foi alvo, granjeando o apreço de todas aquelas entidades militares e cíveis que se dignaram privar com o Batalhão Português.

Com o intuito de proporcionar ao 2º Batalhão de Infantaria Pára-quedista as melhores condições para que na entrada em sector se pudesse dar uma continuidade efectiva ao excelente trabalho efectuado pelas anteriores Forças Nacionais Destacadas que já tinham cumprido na região atribuída a PORTUGAL, foram estabelecidos e desenvolvidos contactos com o Banco Alimentar Contra a Fome (Delegação de Aveiro) e outras entidades empresariais daquela região, a fim de que fossem cativados donativos e ajuda humanitária com cunho nacional. Desta forma, contribuiu-se de modo inequívoco para o bom nome e prestígio de PORTUGAL na região dos Balcãs, em geral, e na BÓSNIA-HERZEGOVINA, em particular.

Na condução da política de assuntos cíveis do Batalhão, conforme as directivas que lhe foram atribuídas, pautou-se por representar a face da presença portuguesa numa atitude despojada de outros interesses que não os de bem servir e de colocar bem alto o bom nome do nosso País.

Actuando muitas vezes de forma autónoma e sem a presença directa do Comandante, sempre tirou conclusões e interveio de forma oportuna e ajustada, correcta e eficaz com segurança, precisão e rapidez, mesmo em assuntos muito complexos e em situações adversas.

Durante o agudizar do conflito entre deslocados de origem Sérvia e Muçulmana na região de KOPACI/GORAZDE, teve uma posição preponderante na contenção inicial do conflito, evitando a agudização do mesmo, bem como nas primeiras acções de mediação entre as respectivas municipalidades, com o intuito de estabelecer bases para a resolução daquele problema local de uma forma pacífica e sem por em causa a liberdade de movimentos, quer para as forças da SFOR quer para as Organizações Internacionais e Organizações Não Governamentais que operavam naquela região. Tal acção deu origem à expressão pública de agrado na Comunicação Social local acerca da intervenção do Batalhão português e ao reconhecimento no seio da SFOR acerca da qualidade de julgamento e da postura imparcial na conjuntura político-social da região assumida pelas Forças Nacionais Destacadas.

A par com as acções de apoio às populações locais, desenvolveu um programa integrado de ajuda humanitária, equilibradamente distribuído por todas as municipalidades da área de responsabilidade do Batalhão Português, tendo granjeado a admiração e o reconhecimento por parte de todos aqueles que directamente ou indirectamente usufruíram dos benefícios deixando sobre as Forças Nacionais Destacadas uma auréola de gratidão nas comunidades locais e projectando o nome de PORTUGAL no seio da Comunidade Multinacional que opera na BÓSNIA-HERZEGOVINA e até nas instâncias governamentais do país.

Pelos motivos acima apontados, contribuiu decisivamente para o prestígio do Batalhão e do Exército Português, pelo que os serviços por si prestados devem ser considerados extraordinários relevantes e distintos.

8 de Fevereiro de 2000, — O Chefe do Estado-Maior do Exército, *António Eduardo Queiroz Martins Barrento*, general.

Louvo o CAP INF PQ (02986886) Paulo António dos Santos Cordeiro, pela forma muito eficiente como desempenhou as funções de Ajudante de Campo durante cerca de 20 meses.

Militar dotado de uma sólida formação moral, colocou sempre em todos os actos de serviço o maior cuidado e atenção, merecendo especial destaque a preparação de variadas deslocações a efectuar pelo General Chefe do Estado-Maior do Exército a diversas U/E/O e ao estrangeiro.

Apesar da sua ainda curta carreira militar demonstrou elevados dotes de carácter, espírito de obediência e aptidão para bem servir, pautando a sua conduta por um irrepreensível sentido de disciplina. Militar discreto mas com elevada capacidade de organização, preocupado com todas as actividades à sua responsabilidade, evidenciou uma permanente disponibilidade que me apraz realçar.

Porque o capitão Santos Cordeiro é um Oficial de assinaláveis qualidades e virtudes militares, ao deixar as funções de Ajudante de Campo é justo manifestar-lhe por esta forma a minha elevada estima e considerar os serviços por si prestados de muito mérito.

17 de Janeiro de 2000, — O Chefe do Estado-Maior do Exército, *António Eduardo Queiroz Martins Barrento*, general.

Louvo o CAP SGE (16206379) José Carlos Zenha Lopes, pela total dedicação, excepcional zelo e elevada competência técnico-profissional que patenteou nos últimos dois anos e meio, no exercício das suas funções na Secção de Assuntos Gerais do meu Gabinete.

Pesem embora a delicadeza e a complexidade das áreas em que desenvolveu a sua actividade, soube sempre processar com êxito os assuntos da sua responsabilidade, com grande eficiência e reconhecida coragem moral. Merece destaque a forma cuidada como contribuiu para o planeamento, preparação e acompanhamento das inúmeras actividades administrativas relacionadas com a participação de militares do Exército em missões de Paz e de Cooperação Militar, actividades que, não sendo particularmente visíveis, se revestem de especial importância, por força das tarefas e dos prazos a cumprir.

Militar dotado de elevados dotes de carácter, espírito de obediência e aptidão para bem servir, a estes atributos alia o capitão Zenha Lopes uma esmerada educação, inquestionável bom senso e irrepreensível lealdade, que facilmente lhe granjearam a estima e consideração de todos os que consigo privaram. Assim, é-me muito grato realçar a alta valia do seu desempenho e considerar os seus serviços como relevantes e de muito elevado mérito.

3 de Fevereiro de 2000, — O Chefe do Estado-Maior do Exército, *António Eduardo Queiroz Martins Barrento*, general.

Louvo o 1SAR INF (12315491) Paulo Jorge Henriques Franco, porque como Sargento da 23.ª Companhia de Pára-quedistas do 2.º Batalhão de Infantaria Pára-quedista / SFOR, durante o período de aprontamento para a Operação CONSTANT FORGE no Teatro de Operações da Bósnia-Herzegovina, foi o elemento crucial para a organização e preparação dos militares da Companhia, aproveitando a sua experiência do ano anterior, em missão idêntica, para proporcionar aos oficiais, sargentos e praças o vasto leque de conhecimentos e o treino necessário que rapidamente elevaram a Companhia ao nível de proficiência registado no Exercício MOLICO 992. Face à necessidade de substituição do ERec a meio do período de aprontamento do Batalhão, que se traduziu num período de treino de apenas três meses, o seu excepcional interesse, prontidão e dedicação pelo serviço, a par da sua

elevada competência técnica e tática, foram factores decisivos para que a Companhia atingisse, em tempo reduzido, o nível das restantes Sub-Unidades do Batalhão e adquirisse a autoconfiança nas suas capacidades para o cumprimento da missão que se avizinhava.

Como Comandante da Secção Anti-Carro da mesma Companhia, e já em território da Bósnia-Herzegovina, evidenciou carácter firme e virtudes militares dignas de serem apontadas como exemplo, pelo irrepreensível comportamento moral, lealdade, honestidade e coerência com que marcou a sua relação com superiores e subordinados, tanto a nível pessoal como profissional, obtendo de forma inequívoca o respeito e admiração dos homens que comandou. Pela exemplar dedicação nas suas tarefas, conhecimentos de excepional qualidade e muito boa visão global das suas funções, destacou-se na preparação cuidada da sua Secção para todas as missões, no desempenho das funções de Comandante da Guarda do Destacamento de Vitkovici e responsável pela segurança dos meios de transmissões da Divisão Multinacional Sudeste, Brigada Multinacional Norte e do 2º Batalhão de Infantaria Pára-quedista na posição destacada de Jabuka, tomando decisões acertadas e propondo melhoramentos nas infra-estruturas e procedimentos operacionais.

Na execução dos patrulhamentos de itinerário, monitorizações da actividade dos Exércitos das Entidades, reconhecimentos de itinerário e área, escoltas a materiais sensíveis e segurança a altas entidades, evidenciou raras qualidades de abnegação e coragem física, executando exemplarmente todas as que lhe couberam em planeamento e voluntariando-se para as que surgiam inopinadamente, com prejuízo dos períodos de descanso, perante as condições atmosféricas mais adversas, e por diversas vezes em áreas de forte contaminação de minas.

Pelas qualidades apontadas, os contactos que teve com os Exércitos das Entidades e forças estrangeiras SFOR foram objecto de referências elogiosas da parte dos seus responsáveis, transmitindo uma excelente imagem da disciplina, competência e profissionalismo do militar português, e resultando assim honra e lustre para o Exército Português, pelo que os serviços prestados pelo primeiro-sargento Henriques Franco devem ser considerados, extraordinários, relevantes e distintos.

8 de Fevereiro de 2000, — O Chefe do Estado-Maior do Exército, *António Eduardo Queiroz Martins Barrento*, general.

III — MUDANÇAS DE SITUAÇÃO

Ingresso no quadro

Nos termos do art. 173.º e n.º 3 do art. 175.º ambos do EMFAR, aprovado pelo Dec.-Lei n.º 236/99 de 25 de Junho.

COR INF, supranumerário (05316365) João Raul Gomes Bettencourt Coelho, do IAEM, devendo ser considerado nesta situação desde 22 de Novembro de 1999, ocupando a vaga originada pela passagem à situação de adido ao quadro, do COR INF (46381363) Hélder dos Santos Castro Rodrigues, do IAEM.

COR INF, supranumerário (14451273) João Nuno Jorge Vaz Antunes, do IAEM, devendo ser considerado nesta situação desde 26 de Novembro de 1999, ocupando a vaga originada pela passagem à situação de adido ao quadro, do COR INF (08312064) Victor Manuel Vicente Fernandes, do IAEM.

(Por portaria de 31 de Janeiro de 2000)

Nos termos do art. 173.º do EMFAR, aprovado pelo Dec.-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho.

SCH ART, supranumerário (01384179) Carlos Manuel da Cruz Estrada, do GAC/BAI, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de Dezembro de 1999, ocupando a vaga deixada pelo SCH ART (12527276) Crispim Mendes Freitas Júnior, promovido ao posto imediato.

(Por portaria de 10 de Janeiro de 2000)

SCH MAT, supranumerário (01676068) Vítor Manuel João Gonçalves, da ESSM, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de Dezembro de 1999, ocupando a vaga deixada pelo SCH MAT (62082762) Manuel Flor Marinho, promovido ao posto imediato.

(Por portaria de 29 de Dezembro de 1999)

SAJ INF, supranumerário (13429480) João Manuel da Silva Soares Franco, da ESE, devendo ser considerado nesta situação desde 31 de Dezembro de 1999, ocupando a vaga deixada pelo SAJ INF (19688179) José Maria Lapa Mendes, que transitou para a situação de reserva.

SAJ CAV, supranumerário (15422580) Jorge de Almeida Simões, do Esquadrão de Polícia do Exército do QG/RMN, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de Dezembro de 1999, ocupando a vaga deixada pelo SAJ CAV (00027879) Victor Manuel Vaz Freire, promovido ao posto imediato.

(Por portaria de 31 de Dezembro de 1999)

SAJ MAT, supranumerário (07190281) Carlos Manuel Fernandes Soares, do QG/RMS, devendo ser considerado nesta situação desde 22 de Dezembro de 1999, ocupando a vaga deixada pelo SAJ MAT (05987477) Álvaro Manuel Constantino Fernandes, que transitou para a situação de reserva.

(Por portaria de 4 de Janeiro de 2000)

ISAR INF, adido ao quadro (16115485) Fernando Domingos Aleixo Caldeireiro, do RI1, por ter regressado do MDN, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de Setembro de 1999.

(Por portaria de 29 de Dezembro de 1999)

Por despacho de 4 de Dezembro de 1995 do general CEME, foi o FUR MIL TM DFA (60767671) Manuel de Jesus Botelho Torres de Carvalho, autorizado a ingressar no QP na arma de Transmissões, em regime que dispense plena validade, desde 5 de Janeiro de 1995 (data da declaração de opção), ao abrigo do n.º 2 do art. 7.º do Dec.-Lei n.º 210/73, de 9 de Maio, e do art. 7.º do Dec.-Lei n.º 43/76, de 20 de Janeiro.

1 - Foi qualificado DFA por despacho de 8 de Novembro de 1994 do Secretário de Estado da Defesa Nacional, nos termos do n.º 2 do art. 1.º e da alínea b) do n.º 1 do art. 2.º, ambos do Dec.-Lei n.º 43/76, de 20 de Janeiro.

2 - Para efeitos de aplicação do Estatuto de DFA, foi atribuído ao sargento uma desvalorização de 33,5%, pelo parecer n.º 45/94, de 4 de Maio, da CPIP/DSS, o qual foi homologado em 24 de Junho de 1994 pelo director de Justiça e Disciplina, por subdelegação do GAG, após delegação recebida por este do general CEME.

3 - Em conformidade com o despacho referido no n.º 1 foi ao furriel Torres de Carvalho considerado o ingresso no QP na arma de transmissões, no posto de furriel, com a antiguidade neste posto de 1 de Agosto de 1972, em conformidade com o n.º 15.º da Portaria n.º 616/73, de 12 de Setembro.

4 - Relativamente à reconstituição de carreira do militar, foi a mesma autorizada nos seguintes termos:

- a) Promoção a segundo-sargento:
 - 1) Com a antiguidade de 30 de Setembro de 1975;
 - 2) Fica intercalado na escala de antiguidade da sua arma à direita do 2SAR TM José Correia;
- b) Promoção a primeiro-sargento:
 - 1) Com a antiguidade de 30 de Setembro de 1978, em conformidade com a alínea b) do art. 15.º do Dec.-Lei n.º 920/76, de 31 de Dezembro;
 - 2) Fica intercalado na escala de antiguidade da sua arma à esquerda do 1SAR TM Joaquim Tomaz de Magalhães Pereira e à direita do 1SAR TM José Correia;
- c) Promoção a sargento-ajudante, deverá o primeiro-sargento Torres de Carvalho ser nomeado para a frequência do próximo EPSA (que deverá decorrer em Setembro de 1996); caso o conclua com aproveitamento, será promovido ao posto de sargento-ajudante com antiguidade de 1 de Agosto de 1987, em conformidade com os arts. 16.º e 21.º do Dec.-Lei n.º 920/76, de 31 de Dezembro.

Após a promoção fica intercalado na escala de antiguidades à esquerda do SAJ TM Joaquim Tomaz de Magalhães Pereira e à direita do SAJ TM Nuno Ferreira Gonçalves.

5 - É promovido ao posto de primeiro-sargento (e sargento ajudante, caso conclua com aproveitamento o EPSA) nos termos da alínea a) do n.º 1 do art. 58.º do EMFAR, conjugado com o n.º 4.º da Portaria n.º 94/76, de 24 de Fevereiro.

6 - Tem direitos administrativos desde 1 de Setembro de 1975, nos termos do art. 21.º do Dec.-Lei n.º 43/76, de 20 de Janeiro.

(DR II série, n.º 191, de 17 de Agosto de 1999)

Por despacho de 16 de Dezembro de 1999 do general CEME, o FUR MIL DFA (16788668) Fernando Salvador Vigário, foi autorizado a ingressar no quadro permanente, na Arma de Infantaria, em regime que dispense plena validade, desde 16 de Janeiro de 1991 (data em que requereu a sua qualificação como DFA), ao abrigo do n.º 2 do art. 7.º do Dec.-Lei 210/73, de 9 de Maio e do art. 7.º do Dec.-Lei 43/76, de 20 de Janeiro.

Foi qualificado DFA, por despacho, de 20 de Maio de 1993, do Secretário de Estado da Defesa Nacional, nos termos do n.º 2 do art. 1.º e alínea b) do art. 2.º, ambos do Dec.-Lei 43/76, de 20 de Janeiro, após ter-lhe sido confirmada a desvalorização de 35%, pela CPIP/DSS através do seu parecer n.º 542/92, de 16 de Setembro de 1992, o qual foi homologado, com o aditamento “em campanha”, em 25 de Março de 1993, pelo Director de Justiça e Disciplina por subdelegação do General Comandante do Pessoal recebida por este do general Chefe do Estado Maior do Exército.

Em conformidade com este despacho, foi igualmente autorizada a reconstituição de carreira do referido militar nos seguintes termos:

Intercalação na escala de antiguidades:

É intercalado na escala de antiguidades da Arma de Infantaria, no posto de furriel, com antiguidade de 1 de Novembro de 1969. Fica posicionado na lista de antiguidades da sua Arma, à esquerda do então FUR INF (31060156) António Alfredo Moraes.

Promoção a segundo-sargento:

É promovido ao posto de segundo-sargento, com antiguidade de 31 de Janeiro de 1975. Fica intercalado na lista de antiguidades da sua Arma, à esquerda do 2SAR INF (88063863) João António Ximenes e à direita do 2SAR INF (09814367) José Alberto da Cunha Pereira.

Promoção a primeiro-sargento:

É promovido ao posto de primeiro-sargento, com antiguidade de 31 de Janeiro de 1978. Fica intercalado na lista de antiguidades da sua Arma à esquerda do 1SAR INF (07165463) José Maria Alves Mateus Moura e à direita do 1SAR INF (09814367) José Alberto da Cunha Pereira.

Promoção a sargento-ajudante:

Para efeitos de promoção ao posto de Sargento Ajudante e de acordo com a alínea *b)* do n.º 6 da portaria n.º 94/76 de 24 de Fevereiro, o militar deverá ser nomeado para a frequência do próximo EPSA. Caso o conclua com aproveitamento, será promovido a este posto com antiguidade de 30 de Julho de 1988 ficando intercalado na escala de antiguidades da Arma de Infantaria, à esquerda do SAJ INF (62009853) Mário António Correia e à direita do SAJ INF (05632365) Arlindo Roçadas Ferreira.

Terá direito ainda, nos termos do n.º 4 da Portaria n.º 94/76 de 24 de Fevereiro, à promoção ao posto de sargento-chefe e sargento-mor, após a promoção ao posto de sargento-ajudante, com data de antiguidade de 1 de Janeiro de 1993 e 1 de Maio de 1997, respectivamente.

Para efeitos de colocação, a Comissão de Reclassificação, através do seu Parecer n.º 186, de 26 de Maio de 1999, homologado pelo major-general DAMP, considera que o militar está em condições de ser incluído nas escalas de deslocamento, com excepção das nomeações para as ZMA e ZMM, devido à eventual dificuldade de acesso oportuno a meios de diagnóstico e terapêuticos adequados ao seu caso.

Passa a ser considerado na situação de adido ao quadro, nos termos da alínea *m)* do n.º 2 do art. 174.º do EMFAR.

Tem direitos administrativos, desde 1 de Setembro de 1975, nos termos do art. 21.º do Dec.-Lei 43/76, de 20 de Janeiro.

(DR II série, n.º 11, de 14 de Janeiro de 2000)

Passagem à situação de adido

Nos termos da alínea *f)* do n.º 2 do art. 174.º do EMFAR, aprovado pelo Dec.-Lei n.º 236/99 de 25 de Junho.

MGEN COG, no quadro (50474211) António Mário Vieira Mila Filipe, do MDN, devendo ser considerado nesta situação desde 9 de Novembro de 1999.

(Por portaria de 9 de Dezembro de 1999)

TCOR INF, no quadro (11063282) António Martins Pereira, do MDN, devendo ser considerado nesta situação desde 25 de Outubro de 1999.

(Por portaria de 31 de Janeiro de 2000)

TCOR CAV, no quadro (06543382) José Manuel Ferreira Fanzeres, do MDN, devendo ser considerado nesta situação desde 28 de Dezembro de 1999.

(Por portaria de 11 de Janeiro de 2000)

Nos termos da alínea *a)* do n.º 2 do art. 174º do EMFAR, aprovado pelo Dec.-Lei n.º 236/99 de 25 de Junho.

COR INF, no quadro (08312064) Victor Manuel Vicente Fernandes, do IAEM a prestar serviço no EMGFA, devendo ser considerado nesta situação desde 26 de Novembro de 1999.

COR INF, supranumerário (60155068) Fernando Manuel Lopes Lagarto, do QG/GML e a prestar serviço no EMGFA, devendo ser considerado nesta situação desde 28 de Novembro de 1999.

(Por portaria de 31 de Janeiro de 2000)

SAJ INF, adido ao quadro (10960278) João Manuel dos Santos Pacheco, do EMGFA a prestar serviço no COA, por ter sido colocado no QG/ZMA, mantendo-se a prestar serviço no COA, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de Dezembro de 1999.

(Por portaria de 13 de Janeiro de 2000)

SAJ AM, no quadro (04039179) Rogério Fernandes Fonseca, do DGMI, por ter sido colocado no BAdidos, para prestar serviço no EMGFA, devendo ser considerado nesta situação desde 30 de Novembro de 1999.

(Por portaria de 16 de Dezembro de 1999)

Nos termos da alínea g) do n.º 2 do art. 174.º do EMFAR, aprovado pelo Dec.-Lei n.º 236/99 de 25 de Junho.

COR INF no quadro, (46381361) Hélder dos Santos Castro Rodrigues, do IAEM, e a prestar serviço no MDN, devendo ser considerado nesta situação desde 22 de Novembro de 1999.

(Por portaria de 31 de Janeiro de 2000)

SAJ TM, adido ao quadro (01088184) José Manuel dos Santos Inácio, do RTm1, a prestar serviço no EMGFA, por ter sido colocado no MDN com destino à Estação Ibéria NATO, devendo ser considerado nesta situação desde 6 de Outubro de 1999.

SAJ TM, adido ao quadro (01183181) António José Ferreira Caldas de Araújo, da DST a prestar serviço no EMGFA, por ter sido colocado no MDN com destino à Estação Ibéria NATO, devendo ser considerado nesta situação desde 6 de Outubro de 1999.

(Por portaria de 30 de Dezembro de 1999)

Nos termos do n.º 5 da alínea b) do art. 186.º do EMFAR, aprovado pelo Dec.-Lei n.º 34-A/90 de 24 de Janeiro.

MGEN, adido ao quadro (32255060), Raul Fernando Durão Correia, do MDN, devendo ser considerado nesta situação desde 22 de Junho de 1999, ficando sem efeito a situação de adido 1 desde 17 de Setembro de 1997.

(Por portaria de 5 de Julho de 1999)

TCOR ART, adido (09028679) Luís Francisco Botelho Miguel, do MDN, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de Março de 1998.

(Por portaria de 15 de Março de 1999)

TCOR ENG, adido (07878766) Aníbal Benjamim Carvalho Soares, do MDN, devendo ser considerado nesta situação desde 30 de Novembro de 1998.

(Por portaria de 22 de Janeiro de 1999)

Nos termos do n.º 1 do art. 174.º do EMFAR, aprovado pelo Dec.-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho.

ISAR CAV, quadro (07995988) Humberto Joaquim Calado Dinis Lopes, do QG/GML, por ter entrado de licença ilimitada, devendo ser considerado nesta situação desde 21 de Dezembro de 1999.

(Por portaria de 29 de Dezembro de 1999)

Nos termos da alínea c) do n.º 2 do art. 174.º do EMFAR, aprovado pelo Dec.-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho.

ISAR INF, no quadro (09259492) Alexandre de Jesus Fernandes Carvalho, do CIOE, por ter sido colocado no EMGFA, a desempenhar as funções de arquivista-amanuense na Embaixada de Portugal na Austrália, Camberra, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de Agosto de 1999.

(Por portaria de 13 de Janeiro de 2000)

Nos termos da alínea d) do n.º 2 do art. 174.º do EMFAR, aprovado pelo Dec.-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho.

SAJ MED, no quadro (10244081) José Manuel Albuquerque Parelho, do HMP, por se encontrar a prestar serviço no âmbito da Cooperação Técnico-Militar com a República de Moçambique, devendo ser considerado nesta situação desde 6 de Outubro de 1999.

ISAR MUS, no quadro (11211089) Vítor Manuel Tavares Morais, do RAAA1, por se encontrar a prestar serviço no âmbito da Cooperação Técnico-Militar com a República de Angola, devendo ser considerado nesta situação desde 21 de Setembro de 1999.

(Por portaria de 30 de Dezembro de 1999)

Passagem à situação de supranumerário

Nos termos da alínea e) do n.º 2 do art. 175.º do EMFAR, aprovado pelo Dec.-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho.

SCH ART, adido ao quadro (01384179) Carlos Manuel da Cruz Estrada, do GAC/BAI, por ter regressado das FSM, devendo ser considerado nesta situação desde 29 de Novembro de 1999.

(Por portaria de 10 de Janeiro de 2000)

SAJ INF, adido ao quadro (02686881) João Paulo Bento Alves, do GabCEME, por ter regressado do MDN, devendo ser considerado nesta situação desde 8 de Setembro de 1999.

SAJ INF, adido ao quadro (04918281) Francisco José Aleixo Caldeireiro, do RI1, por ter regressado do MDN, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de Setembro de 1999.

(Por portaria de 29 de Dezembro de 2000)

SAJ CAV, adido ao quadro (09690578) Carlos Manuel Cerqueira Barreira, do RC3, por ter regressado das FSM, devendo ser considerado nesta situação desde 6 de Dezembro de 1999.

(Por portaria de 10 de Janeiro de 2000)

Passagem à situação de reserva

Nos termos da alínea *a*) do art. 153.º do EMFAR, aprovado pelo Dec.-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho.

TGEN (50432311) Jorge Alberto Gabriel Teixeira, devendo ser considerado nesta situação desde 19 de Julho de 1999. Fica com a remuneração mensal de 810 640\$00. Conta 60 anos e 5 meses de serviço, nos termos do art. 45.º do EMFAR.

(Port. de 16Dez99/DR 37-II de 14Fev00)

COR INF (50999611) Carlos Alberto Duarte Prata, devendo ser considerado nesta situação desde 3 de Outubro de 1999. Fica com a remuneração mensal de 601 250\$00. Conta 49 anos e 9 meses de serviço, nos termos do art. 45.º do EMFAR.

(Port. de 25Nov99/DR 37-II de 14Fev00)

COR INF (06835863) Hélder Fernando Vagos Lourenço, devendo ser considerado nesta situação desde 21 de Julho de 1999. Fica com a remuneração mensal de 578 150\$00. Conta 48 anos e 3 meses de serviço, nos termos do art. 45.º do EMFAR.

COR INF (00578363) Joaquim António Camacho Aguiã, devendo ser considerado nesta situação desde 24 de Outubro de 1999. Fica com a remuneração mensal de 578 150\$00. Conta 47 anos e 7 meses de serviço, nos termos do art. 45.º do EMFAR.

(Port. de 16Dez99/DR 37-II de 14Fev00)

COR ART (44413661) José Gamaliel Borges Alves, devendo ser considerado nesta situação desde 22 de Agosto de 1999. Fica com a remuneração mensal de 578 150\$00. Conta 49 anos e 5 meses de serviço, nos termos do art. 45.º do EMFAR.

COR ART (04061263) José Manuel Salgado Martins, devendo ser considerado nesta situação desde 15 de Outubro de 1999. Fica com a remuneração mensal de 578 150\$00. Conta 48 anos e 7 meses de serviço, nos termos do art. 45.º do EMFAR.

(Port. de 25Nov99/DR 37-II de 14Fev00)

TCOR CAV (07036963) Henrique José de Gouveia Soares, devendo ser considerado nesta situação desde 25 de Outubro de 1999. Fica com a remuneração mensal de 479 650\$00. Conta 46 anos e 9 meses de serviço, nos termos do art. 45.º do EMFAR.

(Port. de 30 Dez99/DR 37-II de 14Fev00)

TCOR QEO (01821864) Francisco Domingues Martins, devendo ser considerado nesta situação desde 15 de Setembro de 1999. Fica com a remuneração mensal de 546 420\$00. Conta 45 anos e 10 meses de serviço, nos termos do art. 45.º do EMFAR.

(Port. de 16Dez99/DR 37-II de 14Fev00)

TCOR QEO (05316864) Arsénio Antunes Ferreira, devendo ser considerado nesta situação desde 28 de Outubro de 1999. Fica com a remuneração mensal de 502 950\$00. Conta 45 anos e 1 mês de serviço, nos termos do art. 45.º do EMFAR.

(Port. de 30Dez99/DR 37-II de 14Fev00)

TCOR QEO (02142464) Francisco José de Azevedo Martins, devendo ser considerado nesta situação desde 28 de Outubro de 1999. Fica com a remuneração mensal de 479 650\$00. Conta 43 anos de serviço, nos termos do art. 45.º do EMFAR.

(Port. de 30Dez99/DR 37-II de 14Fev00)

MAJ SGE (46215262) Semião Reis Mourraia Gervásio, devendo ser considerado nesta situação desde 18 de Agosto de 1999. Fica com a remuneração mensal de 416 150\$00. Conta 49 anos e 10. meses de serviço, nos termos do art. 45.º do EMFAR.,

(Port. de 25Nov99/DR 37-II de 14Fev00)

Nos termos da alínea *b*) do art. 153.º do EMFAR, aprovado pelo Dec.-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho.

TCOR INF (10008683) António José Cordeiro Ferreira Frazão, devendo ser considerado nesta situação desde 2 de Outubro de 1999. Fica com a remuneração mensal de 270 278\$00. Conta 25 anos de serviço, nos termos do art. 45.º do EMFAR.

MAJ SGE (05885573) José Martinho Marques, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de Setembro de 1999. Fica com a remuneração mensal de 311 570\$00. Conta 32 anos e 2 meses de serviço, nos termos do art. 45.º do EMFAR.

MAJ SGE (18850978) Manuel José Meireles, devendo ser considerado nesta situação desde 15 de Setembro de 1999. Fica com a remuneração mensal de 272 018\$00. Conta 28 anos e 1 mês de serviço, nos termos do art. 45.º do EMFAR.

CAP TMANMAT (12027878) Fernando Augusto Gomes Pinto, devendo ser considerado nesta situação desde 20 de Setembro de 1999. Fica com a remuneração mensal de 228 370\$00. Conta 26 anos e 8 meses de serviço, nos termos do art. 45.º do EMFAR.

(Port. de 25Nov99/DR 37-II de 14Fev00)

SAJ INF (07530773) Marciano Cardoso Albuquerque, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de Outubro de 1999. Fica com a remuneração mensal de 230 415\$00. Conta 34 anos e 25 dias de serviço nos termos do art. 45.º do EMFAR.

(Port. de 9Dez99/DR 33-II de 9Fev00)

Nos termos da alínea *c*) do art. 153.º do EMFAR, aprovado pelo Dec.-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho.

COR INF (06919164) António Manuel Cachado Pessanha de Oliveira, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de Outubro de 1999. Fica com a remuneração mensal de 590 350\$00. Conta 48 anos e 1 mês de serviço nos termos do art. 45.º do EMFAR.

COR ENG (11098467) Manuel Martins da Costa, devendo ser considerado nesta situação desde 7 de Outubro de 1999. Fica com a remuneração mensal de 520 250\$00. Conta 39 anos e 11 meses de serviço, nos termos do art. 45.º do EMFAR.

(Port. de 16Dez99/DR 37-II de 14Fev00)

COR TM (05880966) Artur Adelino Chaves de Albuquerque Assunção, devendo ser considerado nesta situação desde 17 de Setembro de 1999. Fica com a remuneração mensal de 520 250\$00. Conta 41 anos e 2 meses de serviço, nos termos do art. 45.º do EMFAR.

COR ADMIL (07519764) Carlos Joaquim Gaspar, devendo ser considerado nesta situação desde 7 de Outubro de 1999. Fica com a remuneração mensal de 543 350\$00. Conta com 46 anos e 6 meses de serviço, nos termos do art. 45.º do EMFAR.

(Port. de 25Nov99/DR 37-II de 14Fev00)

COR ADMIL (01515665) José António Brito Osório Valdoleiros, devendo ser considerado nesta situação desde 22 de Outubro de 1999. Fica com a remuneração mensal de 520 250\$00. Conta 41 anos e 7 meses de serviço, nos termos do art. 45.º do EMFAR.

(Port. de 16Dez99/DR 37-II de 14Fev00)

COR ADMIL (03999065) Fernando Manuel Silva Ascensão, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de Setembro de 1999. Fica com a remuneração mensal de 520 250\$00. Conta 42 anos e 11 meses de serviço, nos termos do art. 45.º do EMFAR.

(Port. de 25Nov99/DR 37-II de 14Fev00)

COR MAT (00812563) Mário Francisco Tavares, devendo ser considerado nesta situação desde 5 de Outubro de 1999. Fica com a remuneração mensal de 578 150\$00. Conta 45 anos de serviço, nos termos do art. 45.º do EMFAR.

(Port. de 16Dez99/DR 37-II de 14Fev00)

TCOR INF (07276666) José Manuel Pais Ferreira da Silva, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de Setembro de 1999. Fica com a remuneração mensal de 479 650\$00. Conta 42 anos e 6 meses de serviço, nos termos do art. 45.º do EMFAR.

(Port. de 25Nov99/DR 37-II de 14Fev00)

MAJ QTS (05143166) Álvaro Jorge Bouquet Monteiro, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de Outubro de 1999. Fica com a remuneração mensal de 416 150\$00. Conta 41 anos e 7 meses de serviço, nos termos do art. 45.º do EMFAR.

(Port. de 16Dez99/DR 37-II de 14Fev00)

MAJ QTS (16275268) Eduardo Madalena Fernandes, devendo ser considerado nesta situação desde 6 de Outubro de 1999. Fica com a remuneração mensal de 416 150\$00. Conta 36 anos e 2 meses de serviço, nos termos do art. 45.º do EMFAR.

CAP QTS (16262469) Saul Dias Pereira das Neves, devendo ser considerado nesta situação desde 23 de Julho de 1999. Fica com a remuneração mensal de 398 750\$00. Conta 37 anos e 9 meses de serviço, nos termos do art. 45.º do EMFAR.

CAP QTS (06144966) Filomeno de Jesus Pestana de Almeida Borges, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de Setembro de 1999. Fica com a remuneração mensal de 398 750\$00. Conta 39 anos e 6 meses de serviço, nos termos do art. 45.º do EMFAR.

(Port. de 25Nov99/DR 37-II de 14Fev00)

SMOR ENG (37201462) Lucílio Vieira da Costa, devendo ser considerado nesta situação desde 2 de Novembro de 1999. Fica com a remuneração mensal de 364 050\$00. Conta 49 anos, 4 meses e 25 dias de serviço nos termos do art. 45.º do EMFAR.

(Port. de 9Dez99/DR 33-II de 9Fev00)

SMOR MED (50103611) Francisco Gomes Selgas Martins, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de Outubro de 1999. Fica com a remuneração mensal de 398 015\$00. Conta 52 anos, 4 meses e 6 dias de serviço nos termos do art. 45.º do EMFAR.

(Port. de 25Nov99/DR 33-II de 9Fev00)

SMOR VET (03657667) Edmundo Poeiras Barradas, devendo ser considerado nesta situação desde 5 de Novembro de 1999. Fica com a remuneração mensal de 364 050\$00. Conta 43 anos, 6 meses e 17 dias de serviço nos termos do art. 45.º do EMFAR.

SMOR MUS (03917964) Joaquim José Neves Coca, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de Novembro de 1999. Fica com a remuneração mensal de 340 950\$00. Conta 45 anos, 6 meses e 6 dias de serviço nos termos do art. 45.º do EMFAR.

SMOR MUS (04615265) Alberto Madureira da Silva, devendo ser considerado nesta situação desde 15 de Novembro de 1999. Fica com a remuneração mensal de 340 950\$00. Conta 43 anos, 2 meses e 29 dias de serviço nos termos do art. 45.º do EMFAR.

(Port. de 9Dez99/DR 33-II de 9Fev00)

SCH INF (07769064) Aurélio Marques Vicente, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de Outubro de 1999, fica com a remuneração mensal de 300 350\$00. Conta 45 anos e 14 dias de serviço nos termos do art. 45.º do EMFAR.

(Port. de 25Nov99/DR 33-II de 9Fev00)

SCH TM (08701168) José Carlos da Conceição Parrança, devendo ser considerado nesta situação desde 31 de Outubro de 1999. Fica com a remuneração mensal de 300 350\$00. Conta 40 anos, 1 mês e 1 dia de serviço nos termos do art. 45.º do EMFAR.

(Port. de 9Dez99/DR 33-II de 9Fev00)

SCH MUS (05337065) Manuel Baptista Celestino da Silva, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de Novembro de 1999. Fica com a remuneração mensal de 294 550\$00. Conta 43 anos, 1 mês e 8 dias de serviço nos termos do art. 45.º do EMFAR.

(Port. de 14Dez99/DR 33-II de 9Fev00)

SCH MUS (00020167) Fortunato José Zambujo Piteira, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de Novembro de 1999. Fica com a remuneração mensal de 294 550\$00. Conta 41 anos, 7 meses e 28 dias de serviço nos termos do art. 45.º do EMFAR.

SCH MUS (00080564) Inácio Galego Miranda, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de Novembro de 1999. Fica com a remuneração mensal de 300 350\$00. Conta 44 anos, 8 meses e 27 dias de serviço nos termos do art. 45.º do EMFAR.

SCH MUS (06937565) José Augusto Fernando Delicado, devendo ser considerado nesta situação desde 2 de Novembro de 1999. Fica com a remuneração mensal de 294 550\$00. Conta 43 anos, 7 meses de serviço nos termos do art. 45.º do EMFAR.

SCH MUS (10434367) José dos Passos Rodrigues, devendo ser considerado nesta situação desde 0 de Novembro de 1999. Fica com a remuneração mensal de 294 550\$00. Conta 46 anos, 7 meses e 14 dias de serviço nos termos do art. 45.º do EMFAR.

(Port. de 9Dez99/DR 33-II de 9Fev00)

ISAR MUS (01314363) Amílcar Augusto Martins Cunha, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de Novembro de 1999. Fica com a remuneração mensal de 248 250\$00. Conta 46 anos, 7 meses e 1 dias de serviço nos termos do art. 45.º do EMFAR.

(Port. de 14Dez99/DR 33-II de 9Fev00)

ISAR PARAQ (10310474) Laudemiro da Silva Carvalho, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de Outubro de 1999. Fica com a remuneração mensal de 256 711\$00. Conta 36 anos, 7 meses de serviço nos termos do art. 45.º do EMFAR.

ISAR PARAQ (09740370) Joaquim Guerreiro Pratas, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de Outubro de 1999. Fica com a remuneração mensal de 258 050\$00. Conta 38 anos, 4 meses e 22 dias de serviço nos termos do art. 45.º do EMFAR.

ISAR PARAQ (11032973) Joaquim Lages da Silva, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de Outubro de 1999. Fica com a remuneração mensal de 257 535\$00. Conta 36 anos, 10 meses e 21 dias de serviço nos termos do art. 45.º do EMFAR.

ISAR PARAQ (13641174) José Manuel Andrade Teixeira, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de Outubro de 1999. Fica com a remuneração mensal de 256 608\$00. Conta 36 anos, 1 mês e 18 dias de serviço nos termos do art. 45.º do EMFAR.

ISAR PARAQ (19351870) Diamantino Rosa Cortes, devendo ser considerado nesta situação desde 16 de Julho de 1999. Fica com a remuneração mensal de 257 741\$00. Conta 39 anos, 00 meses e 22 dias de serviço nos termos do art. 45.º do EMFAR.

(Port. de 25Nov99/DR 33-II de 9Fev00)

ISAR PARAQ (15124975) Edmundo Fernando Cardoso, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de Novembro de 1999. Fica com a remuneração mensal de 257 947\$00. Conta 37 anos, 4 meses e 13 dias de serviço nos termos do art. 45.º do EMFAR.

ISAR PARAQ (11225475) António Oliveira Santos, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de Novembro de 1999. Fica com a remuneração mensal de 256 917\$00. Conta 36 anos, 2 meses e 22 dias de serviço nos termos do art. 45.º do EMFAR.

(Port. de 9Nov99/DR 33-II de 9Fev00)

ISAR PARAQ (01764166) José Luís Raia das Dores, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de Novembro de 1999, fica com a remuneração mensal de 255 784\$00, conta 36 anos, 1 meses e 10 dias de serviço nos termos do art. 45.º do EMFAR.

(Port. de 9Nov99/DR 33-II de 9Fev00)

1SAR AMAN (04859764) António Rosa, devendo ser considerado nesta situação desde 2 de Novembro de 1999. Fica com a remuneração mensal de 230 850\$00. Conta 43 anos, 9 meses e 19 dias de serviço nos termos do art. 45.º do EMFAR.

(Port. de 9Dez99/DR 33-II de 9Fev00)

1SAR AMAN (60151167) Manuel Pereira, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de Outubro de 1999. Fica com a remuneração mensal de 230 850\$00. Conta 36 anos, 4 meses e 16 dias de serviço nos termos do art. 45.º do EMFAR.

1SAR AMAN (02769964) Joaquim dos Santos Silva, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de Outubro de 1999. Fica com a remuneração mensal de 230 850\$00. Conta 42 anos, 6 meses e 17 dias de serviço nos termos do art. 45.º do EMFAR.

1SAR AMAN (09768366) Eugénio José Figueiredo, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de Outubro de 1999. Fica com a remuneração mensal de 230 850\$00. Conta 41 anos, 8 meses e 19 dias de serviço nos termos do art. 45.º do EMFAR.

(Port. de 25Nov99/DR 33-II de 9Fev00)

Passagem à situação de reforma

Por despacho de 18 de Janeiro de 2000, publicado no *Diário da República*, 2.ª Série n.º 25 de 31 de Janeiro de 2000, com a data e pensão que a cada um se indica:

TGEN COG (52155011) Álvaro Pereira Bonito, 11 de Julho de 1999, 810 640\$00.

Por despacho de 16 de Fevereiro de 2000, publicado no *Diário da República*, 2.ª Série n.º 50 de 29 de Fevereiro de 2000, com a data e pensão que a cada um se indica:

TGEN COG (51369911) Júlio Faria Ribeiro de Oliveira, 26 de Dezembro de 1999, 909 290\$00;
TGEN COG (51393011) Rui Lobato de Faria Ravara, 14 de Agosto de 1999, 745 950\$00;
SMOR PARAQ (04760366) António Pereira Martinho, 1 de Julho de 1999, 414 770\$00;
SAJ INF (51334911) Joaquim Mendes Piteira, 11 de Outubro de 1992, 206 830\$00;
SAJ INF (45175655) Manuel Alves Carvalho, 30 de Dezembro de 1999, 324 770\$00;
SAJ PARAQ (03580768) Joaquim Miguel Claro, 1 de Novembro de 1999, 227 675\$00;
1SAR CAV (52268111) André Santos, 8 de Novembro de 1999, 248 250\$00;
2SAR TM (50461711) Mário Martins Vicente, 26 de Outubro de 1999, 67 672\$00.

2SAR ENG REF (50683511) António Lino Dias Leal, desde 16 de Outubro de 1999, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do art. 160.º do EMFAR, sem direito a qualquer pensão por parte do Exército.

Apresentação da situação de licença ilimitada

SAJ INF (14026374) Sebastião Augusto Pires Saldanha, da CCS/BMI, nos termos do despacho do tenente-general AGE, devendo ser considerado nesta situação, desde 17 de Janeiro de 2000.

Abate ao quadro

TCOR MED (02894672) António Jesus Pais Ruivo, do HMB, nos termos da alínea *d*) do n.º 1 do artigo 171.º do EMFAR, aprovado pelo Dec.-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, devendo ser considerado nesta situação desde 31 de Dezembro de 1999.

IV — PROMOÇÕES E GRADUAÇÕES**Promoções**

Nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do art. 68.º e dos n.ºs 1 e 4 do art. 215.º do EMFAR, aprovado pelo Dec.-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, foi promovido ao posto de tenente-general, o MGEN (38389262) Cipriano de Sousa Fernandes Alves.

Conforme deliberação do Conselho de Chefes de Estado-Maior, em 17 de Janeiro de 2000, confirmada pelo Conselho Superior de Defesa Nacional, em 19 de Janeiro de 2000, ao abrigo do disposto no n.º 2 do art. 28.º da Lei n.º 29/82, de 11 de Dezembro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 18/95, de 13 de Julho.

Para efeitos da alínea *b*) do n.º 1 do art. 68.º do EMFAR, o Oficial General promovido, conta a antiguidade do novo posto, desde 17 de Janeiro de 2000, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos.

Fica colocado imediatamente à esquerda do TGEN (50992911) Rui Antunes Tomás.

(DR II série, n.º 37, de 14 de Fevereiro de 2000)

Nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do art. 68.º, dos n.ºs 1 e 4 do art. 215.º e do art. 244.º, do EMFAR, aprovado pelo Dec.-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, foi promovido ao posto de major-general, o CORT INF (31686262) Carlos Manuel Costa Lopes Camilo.

Conforme deliberação do Conselho de Chefes de Estado-Maior, em 17 de Janeiro de 2000, confirmada pelo Conselho Superior de Defesa Nacional, em 19 de Janeiro de 2000, ao abrigo do disposto no n.º 2 do art. 28.º da Lei n.º 29/82, de 11 de Dezembro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 18/95, de 13 de Julho.

Para efeitos da alínea *b*) do n.º 1 do art. 68.º do EMFAR, o Oficial General promovido, conta a antiguidade do novo posto, desde 17 de Janeiro de 2000, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos.

Fica colocado imediatamente à esquerda do MGEN (07151963) Armando de Almeida Martins.

(DR II série, n.º 37, de 14 de Fevereiro de 2000)

Nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do art. 68.º, dos n.ºs 1 e 4 do art. 215.º e do art. 244.º, do EMFAR, aprovado pelo Dec.-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, foi promovido ao posto de major-general, o CORT INF (07151963) Armando de Almeida Martins.

Conforme deliberação do Conselho de Chefes de Estado-Maior, em 17 de Janeiro de 2000, confirmada pelo Conselho Superior de Defesa Nacional, em 19 de Janeiro de 2000, ao abrigo do disposto no n.º 2 do art. 28.º da Lei n.º 29/82, de 11 de Dezembro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 18/95, de 13 de Julho.

Para efeitos da alínea *b*) do n.º 1 do art. 68.º do EMFAR, o Oficial General promovido, conta a antiguidade do novo posto, desde 17 de Janeiro de 2000, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos.

Fica colocado imediatamente à esquerda do MGEN (04997464) José Luís Pinto Ramalho.

(DR II série, n.º 37, de 14 de Fevereiro de 2000)

Nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do art. 68.º, dos n.ºs 1 e 4 do art. 215.º e do art. 244.º, do EMFAR, aprovado pelo Dec.-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, foi promovido ao posto de major-general, o CORT ENG (62278264) Sérgio Augusto Margarido Lima Bacelar.

Conforme deliberação do Conselho de Chefes de Estado-Maior, em 17 de Janeiro de 2000, confirmada pelo Conselho Superior de Defesa Nacional, em 19 de Janeiro de 2000, ao abrigo do disposto no n.º 2 do art. 28.º da Lei n.º 29/82, de 11 de Dezembro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 18/95, de 13 de Julho.

Para efeitos da alínea *b*) do n.º 1 do art. 68.º do EMFAR, o Oficial General promovido, conta a antiguidade do novo posto, desde 17 de Janeiro de 2000, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos.

Fica colocado imediatamente à esquerda do MGEN (31686262) Carlos Manuel Costa Lopes Camilo.

(DR II série, n.º 37, de 14 de Fevereiro de 2000)

Por portaria de 4 de Fevereiro de 1999 do general CEME, foi promovido ao posto de coronel, nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do art. 70.º e alínea *a*) do n.º 1 do art. 58.º ambos do EMFAR, por ter sido qualificado automaticamente Deficiente das Forças Armadas com uma desvalorização de 15%, nos termos do n.º 2 do art. 7.º do Dec.-Lei 210/73 de 9 de Maio, conjugado com a alínea *c*) do n.º 1 do art. 18.º do Dec.-Lei 43/76 de 20 de Janeiro, por despacho, de 13 de Agosto de 1997, do Secretário de Estado da Defesa Nacional, o ALF MIL INF DFA (02590565) João Fernando Lima Schwalbach.

Ingressa no QP da Arma de Infantaria desde 13 de Novembro de 1997 (data da Declaração de Opção) nos termos do n.º 1 do art. 7.º do Dec.-Lei n.º 210/73, de 9 de Maio, contando a antiguidade de Alferes desde 1 de Novembro de 1966.

Conta a antiguidade no posto de tenente, desde 1 de Dezembro de 1968.

Conta a antiguidade no posto de capitão, desde 20 de Dezembro de 1969.

Conta a antiguidade no posto de major, desde 15 de Agosto de 1981.

Conta a antiguidade no posto de tenente-coronel, desde 29 de Outubro de 1988.

Conta a antiguidade no posto de coronel, desde 1 de Janeiro de 1994.

Fica na situação de adido ao respectivo QE, nos termos do n.º 1 da Portaria 94/76 de 24 de Fevereiro.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu QE à esquerda do COR INF (39521862) Américo Alberto Rodrigues de Paula e à direita do COR INF (06268565) Maximino Cardoso Chaves.

Tem direitos administrativos, desde 1 de Setembro de 1975, nos termos do art. 21.º do Dec.-Lei n.º 43/76, de 20 de Janeiro.

(DR II série, n.º 72, de 26 de Março de 1999)

(DR II série, n.º 123, de 27 de Maio de 1999)

Por portaria de 31 de Dezembro de 1999 do general CEME, foi promovido ao posto de coronel, nos termos do n.º 1 do art. 184.º e alínea *a*) do art. 217.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos arts. 56.º, alínea *e*) do 218.º e 243.º do referido Estatuto, o TCOR ART (51995911) Rui Teixeira de Freitas.

Este oficial conta a antiguidade do novo posto, desde 31 de Dezembro de 1999 data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do art. 12.º do Dec.-Lei 328/99, de 18 de Agosto.

Mantém a situação de adido ao quadro após a promoção, pelo que, nos termos do art. 192.º do EMFAR, não encerra a vaga.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE à esquerda do COR ART (04357570) Joaquim Formeiro Monteiro.

(DR II série, n.º 21, de 26 de Janeiro de 2000)

Por portaria de 12 de Agosto de 1999 do general CEME, foi promovido ao posto de coronel nos termos do n.º 1 do art. 184.º e da alínea *a*) do art. 217.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos arts. 56.º, alínea *e*) do 218.º e 243.º do referido Estatuto, o TCOR CAV (14205472) Luís Miguel de Negreiros Morais de Medeiros.

Este oficial conta a antiguidade do novo posto, desde 12 de Agosto de 1999, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do art. 14.º do Dec.-Lei 57/90, de 14 de Fevereiro, com a redacção que lhe foi dada pelo n.º 1 do art. 5.º do Dec.-Lei 98/92, de 28 de Maio.

Fica na situação de supranumerário no respectivo QE, nos termos do n.º 1 do art. 175.º do EMFAR, ocupando temporariamente uma vaga do QE de Gestão de Recursos Humanos.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu QE à esquerda do COR CAV (18318568) Luís dos Santos Ferreira da Silva.

(DR II série, n.º 210, de 8 de Setembro de 1999)

Por portaria de 12 de Agosto de 1999 do general CEME, foi promovido ao posto de coronel nos termos do n.º 1 do art. 184.º e da alínea *a*) do art. 217.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos arts. 56.º, alínea *e*) do 218.º e 243.º do referido Estatuto, o TCOR ENG (17135469) Félix Manuel Rodrigues Lopes.

Este oficial conta a antiguidade do novo posto, desde 25 de Julho de 1999, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do art. 14.º do Dec.-Lei 57/90, de 14 de Fevereiro, com a redacção que lhe foi dada pelo n.º 1 do art. 5.º do Dec.-Lei 98/92, de 28 de Maio.

Fica na situação de supranumerário no respectivo QE, nos termos do n.º 1 do art. 175.º do EMFAR, ocupando temporariamente uma vaga do QE de Gestão de Recursos Humanos.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu QE à esquerda do COR ENG (11098467) Manuel Martins da Costa.

(DR II série, n.º 210, de 8 de Setembro de 1999)

Por portaria de 31 de Dezembro de 1999 do general CEME, foi promovido ao posto de coronel, nos termos do n.º 1 do art. 184.º e alínea *a*) do art. 217.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos arts. 56.º, alínea *e*) do 218.º e 243.º do referido Estatuto, o TCOR ENG (07160674) António Carlos de Sá Campos Gil.

Este oficial conta a antiguidade do novo posto, desde 31 de Dezembro de 1999 data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do art. 12.º do Dec.-Lei 328/99, de 18 de Agosto.

Fica na situação de supranumerário, no respectivo QE, nos termos do n.º 1 do art. 175.º do EMFAR, ocupando temporariamente uma vaga do QE de Gestão e Recursos Humanos.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE à esquerda do COR ENG (01377472) António José Maia de Mascarenhas.

(DR II série, n.º 21, de 26 de Janeiro de 2000)

Por portaria de 28 de Abril de 1999 do general CEME, foi promovido ao posto de tenente-coronel, nos termos do n.º 1 do art. 189.º e da alínea *b*) do art. 234.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos arts. 60.º, alínea *d*) do 236.º e 269.º do referido Estatuto, o MAJ INF (05069482) Lúcio Agostinho Barreiros dos Santos.

Este oficial conta a antiguidade do novo posto, desde 12 de Abril de 1999, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do art. 14.º do Dec.-Lei 57/90, de 14 de Fevereiro, com a redacção que lhe foi dada pelo n.º 1 do art. 5.º do Dec.-Lei 98/92, de 28 de Maio.

Fica na situação de supranumerário no respectivo QE, nos termos do n.º 1 do art. 187.º do EMFAR, ocupando transitoriamente uma vaga do QE de Gestão de Recursos Humanos.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu QE à esquerda do TCR INF (00370082) José Manuel Lopes dos Santos Correia.

(DR II série, n.º 114, de 17 de Maio de 1999)

Por portaria de 28 de Abril de 1999 do general CEME, foi promovido ao posto de tenente-coronel, nos termos do n.º 1 do art. 189.º e da alínea *b*) do art. 234.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos arts. 60.º, alínea *d*) do 236.º e 269.º do referido Estatuto, o MAJ INF (00370082) José Manuel Lopes dos Santos Correia.

Este oficial conta a antiguidade do novo posto, desde 24 de Março de 1999, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do art. 14.º do Dec.-Lei 57/90, de 14 de Fevereiro, com a redacção que lhe foi dada pelo n.º 1 do art. 5.º do Dec.-Lei 98/92, de 28 de Maio.

Fica na situação de supranumerário no respectivo QE, nos termos do n.º 1 do art. 187.º do EMFAR, ocupando transitoriamente uma vaga do QE de Gestão de Recursos Humanos.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu QE à esquerda do TCR INF (04312078) Alexandre Maria Teixeira Salvação Barreto.

(DR II série, n.º 114, de 17 de Maio de 1999)

Por portaria de 28 de Abril de 1999 do general CEME, foi promovido ao posto de tenente-coronel, nos termos do n.º 1 do art. 189.º e da alínea *b*) do art. 234.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos arts. 60.º, alínea *d*) do 236.º e 269.º do referido Estatuto, o MAJ INF (04312078) Alexandre Maria Teixeira Salvação Barreto.

Este oficial conta a antiguidade do novo posto, desde 22 de Março de 1999, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do art. 14.º do Dec.-Lei 57/90, de 14 de Fevereiro, com a redacção que lhe foi dada pelo n.º 1 do art. 5.º do Dec.-Lei 98/92, de 28 de Maio.

Fica na situação de supranumerário no respectivo QE, nos termos do n.º 1 do art. 187.º do EMFAR, ocupando transitoriamente uma vaga do QE de Gestão de Recursos Humanos.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu QE à esquerda do TCR INF (03990281) Luís Manuel Guerra Nery.

(DR II série, n.º 114, de 17 de Maio de 1999)

Por portaria de 28 de Abril de 1999 do general CEME, foi promovido ao posto de tenente-coronel, nos termos do n.º 1 do art. 189.º e da alínea *b*) do art. 234.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos arts. 60.º, alínea *d*) do 236.º e 269.º do referido Estatuto, o MAJ INF (03990281) Luís Manuel Guerra Nery.

Este oficial conta a antiguidade do novo posto, desde 16 de Março de 1999, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura

remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do art. 14.º do Dec.-Lei 57/90, de 14 de Fevereiro, com a redacção que lhe foi dada pelo n.º 1 do art. 5.º do Dec.-Lei 98/92, de 28 de Maio.

Fica na situação de supranumerário no respectivo QE, nos termos do n.º 1 do art. 187.º do EMFAR, ocupando transitoriamente uma vaga do QE de Gestão de Recursos Humanos.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu QE à esquerda do TCOR INF (10325282) Eduardo Manuel Alves Pinheiro Garcia Fernandes.

(DR II série, n.º 114, de 17 de Maio de 1999)

Por portaria de 28 de Abril de 1999 do general CEME, foi promovido ao posto de tenente-coronel, nos termos do n.º 1 do art. 189.º e da alínea *b*) do art. 234.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos arts. 60.º, alínea *d*) do 236.º e 269.º do referido Estatuto, o MAJ INF (10325282) Eduardo Manuel Alves Pinheiro Garcia Fernandes.

Este oficial conta a antiguidade do novo posto, desde 9 de Março de 1999, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do art. 14.º do Dec.-Lei 57/90, de 14 de Fevereiro, com a redacção que lhe foi dada pelo n.º 1 do art. 5.º do Dec.-Lei 98/92, de 28 de Maio.

Fica na situação de supranumerário no respectivo QE, nos termos do n.º 1 do art. 187.º do EMFAR, ocupando transitoriamente uma vaga do QE de Gestão de Recursos Humanos.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu QE à esquerda do TCOR INF (04155482) Jorge Manuel Ferreira Pereira.

(DR II série, n.º 114, de 17 de Maio de 1999)

Por portaria de 10 de Novembro de 1999 do general CEME, foi promovido ao posto de tenente-coronel, nos termos do n.º 1 do art. 184.º e alínea *b*) do art. 217.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos arts. 56.º, alínea *d*) do 218.º e 242.º do referido Estatuto, o MAJ INF (08413982) Carlos José Soares de Figueiredo Pereira.

Este oficial conta a antiguidade do novo posto, desde 21 de Setembro de 1999 data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do art. 12.º do Dec.-Lei 328/99, de 18 de Agosto.

Fica na situação de supranumerário, no respectivo QE, nos termos do n.º 1 do art. 175.º do EMFAR, ocupando temporariamente uma vaga do QE de Gestão e Recursos Humanos.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE à esquerda do TCOR INF (00140284) Frederico Manuel Assoreira Almendra.

(DR II série, n.º 210, de 8 de Setembro de 1999)

Por portaria de 10 de Novembro de 1999 do general CEME, foi promovido ao posto de tenente-coronel, nos termos do n.º 1 do art. 184.º e alínea *b*) do art. 217.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos arts. 56.º, alínea *d*) do 218.º e 242.º do referido Estatuto, o MAJ INF (12282483) José António Coelho Rebelo.

Este oficial conta a antiguidade do novo posto, desde 2 de Outubro de 1999 data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do art. 12.º do Dec.-Lei 328/99, de 18 de Agosto.

Fica na situação de supranumerário, no respectivo QE, nos termos do n.º 1 do art. 175.º do EMFAR, ocupando temporariamente uma vaga do QE de Gestão e Recursos Humanos.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE à esquerda do TCOR INF (12284883) César Nunes da Fonseca.

(DR II série, n.º 210, de 8 de Setembro de 1999)

Por portaria de 10 de Novembro de 1999 do general CEME, foi promovido ao posto de tenente-coronel, nos termos do n.º 1 do art. 184.º e alínea *b*) do art. 217.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos arts. 56.º, alínea *d*) do 218.º e 242.º do referido Estatuto, o MAJ INF (12284883) César Nunes da Fonseca.

Este oficial conta a antiguidade do novo posto, desde 2 de Outubro de 1999 data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do art. 12.º do Dec.-Lei 328/99, de 18 de Agosto.

Mantém-se na situação de adido ao quadro, após a promoção, pelo que de acordo com o art. 192.º do EMFAR, não encerra a vaga.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE à esquerda do TCOR INF (08413982) Carlos José Soares de Figueiredo Pereira.

(DR II série, n.º 210, de 8 de Setembro de 1999)

Por portaria de 13 de Outubro 1999 do general CEME, foi promovido ao posto de tenente-coronel, nos termos do n.º 1 do art. 184.º e alínea *b*) do art. 217.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos arts. 56.º, alínea *d*) do 218.º e 242.º do referido Estatuto, o MAJ INF (16741682) José Carlos de Almeida Marques.

Este oficial conta a antiguidade do novo posto, desde 1 de Setembro de 1999 data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do art. 12.º do Dec.-Lei 328/99, de 18 de Agosto.

Fica na situação de supranumerário, no respectivo QE, nos termos do n.º 1 do art. 175.º do EMFAR, ocupando temporariamente uma vaga do QE de Gestão e Recursos Humanos.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE à esquerda do TCOR INF (04219181) Fernando Manuel Rodrigues Fernandes.

(DR II série, n.º 254, de 30 de Outubro de 1999)

Por portaria de 13 de Outubro de 1999 do general CEME, foi promovido ao posto de tenente-coronel, nos termos do n.º 1 do art. 184.º e alínea *b*) do art. 217.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos arts. 56.º, alínea *d*) do 218.º e 242.º do referido Estatuto, o MAJ INF (00140284) Frederico Manuel Assoreira Almendra.

Este oficial conta a antiguidade do novo posto, desde 1 de Setembro de 1999 data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do art. 12.º do Dec.-Lei 328/99, de 18 de Agosto.

Fica na situação de supranumerário, no respectivo QE, nos termos do n.º 1 do art. 175.º do EMFAR, ocupando temporariamente uma vaga do QE de Gestão e Recursos Humanos.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE à esquerda do TCOR INF (16741682) José Carlos de Almeida Marques.

(DR II série, n.º 254, de 30 de Outubro de 1999)

Por portaria de 13 de Outubro de 1999 do general CEME, foi promovido ao posto de tenente-coronel, nos termos do n.º 1 do art. 184.º e alínea *b*) do art. 217.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos arts. 56.º, alínea *d*) do 218.º e 242.º do referido Estatuto, o MAJ INF (18922483) Eduardo Manuel Braga da Cruz Mendes Ferrão.

Este oficial conta a antiguidade do novo posto, desde 1 de Setembro de 1999 data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do art. 12.º do Dec.-Lei 328/99, de 18 de Agosto.

Mantém-se na situação de adido ao quadro, após a promoção, pelo que de acordo com o art. 192.º do EMFAR, não encerra a vaga.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE à esquerda do TCOR INF (03094283) João Manuel de Sousa Menezes Ormonde Mendes.

(DR II série, n.º 254, de 30 de Outubro de 1999)

Por portaria de 13 de Outubro de 1999 do general CEME, foi promovido ao posto de tenente-coronel, nos termos do n.º 1 do art. 184.º e alínea *b*) do art. 217.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos arts. 56.º, alínea *d*) do 218.º e 242.º do referido Estatuto, o MAJ INF (04219181) Fernando Manuel Rodrigues Fernandes.

Este oficial conta a antiguidade do novo posto, desde 1 de Setembro de 1999 data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do art. 12.º do Dec.-Lei 328/99, de 18 de Agosto.

Mantém-se na situação de adido ao quadro, após a promoção, pelo que de acordo com o art. 192.º do EMFAR, não encerra a vaga.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE à esquerda do TCOR INF (18922483) Eduardo Manuel Braga da Cruz Mendes Ferrão.

(DR II série, n.º 254, de 30 de Outubro de 1999)

Por portaria de 13 de Outubro de 1999 do general CEME, foi promovido ao posto de tenente-coronel, nos termos do n.º 1 do art. 184.º e alínea *b*) do art. 217.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos arts. 56.º, alínea *d*) do 218.º e 242.º do referido Estatuto, o MAJ INF (03094283) João Manuel de Sousa Menezes Ormonde Mendes.

Este oficial conta a antiguidade do novo posto, desde 21 de Julho de 1999 data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do art. 12.º do Dec.-Lei 328/99, de 18 de Agosto.

Fica na situação de supranumerário, no respectivo QE, nos termos do n.º 1 do art. 175.º do EMFAR, ocupando temporariamente uma vaga do QE de Gestão e Recursos Humanos.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE à esquerda do TCOR INF (01462684) José Eduardo de Sousa Ferradeira Abraços.

(DR II série, n.º 254, de 30 de Outubro de 1999)

Por portaria de 13 de Outubro de 1999 do general CEME, foi promovido ao posto de tenente-coronel, nos termos do n.º 1 do art. 184.º e alínea *b*) do art. 217.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos arts. 56.º, alínea *d*) do 218.º e 242.º do referido Estatuto, o MAJ INF (01462684) José Eduardo de Sousa Ferradeira Abraços.

Este oficial conta a antiguidade do novo posto, desde 21 de Julho de 1999 data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do art. 12.º do Dec.-Lei 328/99, de 18 de Agosto.

Mantém-se na situação de adido ao quadro, após a promoção, pelo que de acordo com o art. 192.º do EMFAR, não encerra a vaga.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE à esquerda do TCOR INF (60554674) Domingos Artur da Cruz Soares.

(DR II série, n.º 254, de 30 de Outubro de 1999)

Por portaria de 31 de Dezembro de 1999 do general CEME, foi promovido ao posto de tenente-coronel, nos termos do n.º 1 do art. 184.º e alínea *b*) do art. 217.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos arts. 56.º, alínea *d*) do 218.º e 242.º do referido Estatuto, o MAJ INF (06682882) Rui Manuel Serras Valente.

Este oficial conta a antiguidade do novo posto, desde 31 de Dezembro de 1999 data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do art. 12.º do Dec.-Lei 328/99, de 18 de Agosto.

Fica na situação de supranumerário, no respectivo QE, nos termos do n.º 1 do art. 175.º do EMFAR, ocupando temporariamente uma vaga do QE de Gestão e Recursos Humanos.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE à esquerda do TCOR INF (19801582) Diogo Maria da Silva Pinto de Sepúlveda Veloso.

(DR II série, n.º 21, de 26 de Janeiro de 2000)

Por portaria de 28 de Abril de 1999 do general CEME, foi promovido ao posto de tenente-coronel, nos termos do n.º 1 do art. 189.º e da alínea *b*) do art. 234.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos arts. 60.º, alínea *d*) do 236.º e 269.º do referido Estatuto, o MAJ ART (15313680) José Duarte Velosa Trindade.

Este oficial conta a antiguidade do novo posto, desde 15 de Abril de 1999, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do art. 14.º do Dec.-Lei 57/90, de 14 de Fevereiro, com a redacção que lhe foi dada pelo n.º 1 do art. 5.º do Dec.-Lei 98/92, de 28 de Maio.

É promovido para o quadro, ocupando a vaga deixada pelo TCOR ART (05802864) Eliseu Augusto Moraes, que foi promovido ao posto imediato.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu QE à esquerda do TCOR ART (14904281) António José Vieira Caldeira.

(DR II série, n.º 114, de 17 de Maio de 1999)

Por portaria de 28 de Abril de 1999 do general CEME, foi promovido ao posto de tenente-coronel, nos termos do n.º 1 do art. 189.º e da alínea *b*) do art. 234.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos arts. 60.º, alínea *d*) do 236.º e 269.º do referido Estatuto, o MAJ ART (14904281) António José Vieira Caldeira

Este oficial conta a antiguidade do novo posto, desde 6 de Abril de 1999, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do art. 14.º do Dec.-Lei 57/90, de 14 de Fevereiro, com a redacção que lhe foi dada pelo n.º 1 do art. 5.º do Dec.-Lei 98/92, de 28 de Maio.

É promovido para o quadro, ocupando a vaga deixada pelo TCOR ART (03395682) Rui Manuel Carlos Clero, que passou à situação de adido ao quadro.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu QE à esquerda do TCOR ART (17439482) Carlos Manuel Alpedrinha Pires.

(DR II série, n.º 114, de 17 de Maio de 1999)

Por portaria de 10 de Novembro de 1999 do general CEME, foi promovido ao posto de tenente-coronel, nos termos do n.º 1 do 184.º e alínea *b*) do art. 217.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos arts. 56.º, alínea *d*) do 218.º e 242.º do referido Estatuto, o MAJ ART (02815883) Luís António Morgado Batista.

Este oficial conta a antiguidade do novo posto, desde 20 de Setembro de 1999 data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do art. 12.º do Dec.-Lei 328/99, de 18 de Agosto.

Fica na situação de supranumerário, no respectivo QE, nos termos do n.º 1 do art. 175.º do EMFAR, ocupando temporariamente uma vaga do QE de Gestão e Recursos Humanos.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE à esquerda do TCOR ART (06398183) Rui Manuel Ferreira Venâncio Baleizão.

(DR II série, n.º 210, de 8 de Setembro de 1999)

Por portaria de 13 de Outubro de 1999 do general CEME, foi promovido ao posto de tenente-coronel, nos termos do n.º 1 do art. 184.º e alínea *b*) do art. 217.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos arts. 56.º, alínea *d*) do 218.º e 242.º do referido Estatuto, o MAJ ART (19051684) Carlos Manuel Coutinho Rodrigues.

Este oficial conta a antiguidade do novo posto, desde 1 de Setembro de 1999 data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do art. 12.º do Dec.-Lei 328/99, de 18 de Agosto.

Mantém-se na situação de adido ao quadro, após a promoção, pelo que de acordo com o art. 192.º do EMFAR, não encerra a vaga.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE à esquerda do TCOR ART (16800382) Luís Filipe Costa Figueiredo.

(DR II série, n.º 254, de 30 de Outubro de 1999)

Por portaria de 13 de Outubro de 1999 do general CEME, foi promovido ao posto de tenente-coronel, nos termos do n.º 1 do art. 184.º e alínea *b*) do art. 217.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos arts. 56.º, alínea *d*) do 218.º e 242.º do referido Estatuto, o MAJ ART (06398183) Rui Manuel Ferreira Venâncio Baleizão

Este oficial conta a antiguidade do novo posto, desde 1 de Setembro de 1999 data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do art. 12.º do Dec.-Lei 328/99, de 18 de Agosto.

Mantém-se na situação de adido ao quadro, após a promoção, pelo que de acordo com o art. 192.º do EMFAR, não encerra a vaga.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE à esquerda do TCOR ART (19051684) Carlos Manuel Coutinho Rodrigues.

(DR II série, n.º 254, de 30 de Outubro de 1999)

Por portaria de 13 de Outubro de 1999 do general CEME, foi promovido ao posto de tenente-coronel, nos termos do n.º 1 do art. 184.º e alínea *b*) do art. 217.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos arts. 56.º, alínea *d*) do 218.º e 242.º do referido Estatuto, o MAJ ART (14023652) José Luís de Sousa Dias Gonçalves.

Este oficial conta a antiguidade do novo posto, desde 18 de Agosto de 1999 data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do art. 12.º do Dec.-Lei 328/99, de 18 de Agosto.

Mantém-se na situação de adido ao quadro, após a promoção, pelo que de acordo com o art. 192.º do EMFAR, não encerra a vaga.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE à esquerda do TCOR ART (17313982) Edmundo José Henriques Melo de Cruzeiro.

(DR II série, n.º 254, de 30 de Outubro de 1999)

Por portaria de 13 de Outubro de 1999 do general CEME, foi promovido ao posto de tenente-coronel, nos termos do n.º 1 do art. 184.º e alínea *b*) do art. 217.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos arts. 56.º, alínea *d*) do 218.º e 242.º do referido Estatuto, o MAJ ART (07026083) José António Guerreiro Martins.

Este oficial conta a antiguidade do novo posto, desde 18 de Agosto de 1999 data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do art. 12.º do Dec.-Lei 328/99, de 18 de Agosto.

Fica na situação de supranumerário, no respectivo QE, nos termos do n.º 1 do art. 175.º do EMFAR, ocupando temporariamente uma vaga do QE de Gestão e Recursos Humanos.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE à esquerda do TCOR ART (14023682) José Luís de Sousa Dias Gonçalves.

(DR II série, n.º 254, de 30 de Outubro de 1999)

Por portaria de 13 de Outubro de 1999 do general CEME, foi promovido ao posto de tenente-coronel, nos termos do n.º 1 do art. 184.º e alínea *b*) do art. 217.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos arts. 56.º, alínea *d*) do 218.º e 242.º do referido Estatuto, o MAJ ART (16800382) Luís Filipe Costa Figueiredo.

Este oficial conta a antiguidade do novo posto, desde 1 de Setembro de 1999 data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do art. 12.º do Dec.-Lei 328/99, de 18 de Agosto.

Fica na situação de supranumerário, no respectivo QE, nos termos do n.º 1 do art. 175.º do EMFAR, ocupando temporariamente uma vaga do QE de Gestão e Recursos Humanos.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE à esquerda do TCOR ART (07026083) José António Guerreiro Martins.

(DR II série, n.º 254, de 30 de Outubro de 1999)

Por portaria de 13 de Outubro de 1999 do general CEME, foi promovido ao posto de tenente-coronel, nos termos do n.º 1 do art. 184.º e alínea *b*) do art. 217.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos arts. 56.º, alínea *d*) do 218.º e 242.º do referido Estatuto, o MAJ CAV (18293078) Luís Rodrigues da Silva.

Este oficial conta a antiguidade do novo posto, desde 12 de Agosto de 1999 data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do art. 12.º do Dec.-Lei 328/99, de 18 de Agosto.

É promovido para o Quadro, ocupando a vaga deixada pelo TCOR CAV (14205472) Luís Miguel de Negreiros Morais de Medeiros, que foi promovido ao posto imediato.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE à esquerda do TCOR CAV (06543382) José Manuel Ferreira Fanzeres.

(DR II série, n.º 254, de 30 de Outubro de 1999)

Por portaria de 5 de Maio de 1999 do general CEME, foi promovido ao posto de tenente-coronel, nos termos do n.º 1 do art. 189.º e da alínea *b*) do art. 234.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos arts. 60.º, alínea *d*) do 236.º e 269.º do referido Estatuto, o MAJ CAV (02406582) José Manuel Ferreira Montalvão da Cunha.

Este oficial conta a antiguidade do novo posto, desde 19 de Abril de 1999, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do art. 14.º do Dec.-Lei 57/90, de 14 de Fevereiro, com a redacção que lhe foi dada pelo n.º 1 do art. 5.º do Dec.-Lei 98/92, de 28 de Maio.

É promovido para o quadro, ocupando a vaga deixada pelo TCOR CAV (01912683) António Manuel Pereira Rodrigues Pinheiro, que passou à situação de adido ao quadro.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu QE à esquerda do TCOR CAV (05116581) Carlos José Vicente Sernadas.

(DR II série, n.º 121, de 25 de Maio de 1999)

Por portaria de 13 de Outubro de 1999 do general CEME, foi promovido ao posto de tenente-coronel, nos termos do n.º 1 do art. 184.º e alínea *b*) do art. 217.º do EMFAR, por satisfazer

às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos arts. 56.º, alínea *d*) do 218.º e 242.º do referido Estatuto, o MAJ CAV (04651282) João Manuel Vera Gonçalves Fernandes.

Este oficial conta a antiguidade do novo posto, desde 1 de Setembro de 1999 data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do art. 12.º do Dec.-Lei 328/99, de 18 de Agosto.

É promovido para o Quadro, ocupando a vaga deixada pelo TCOR CAV (16450473) Luís Manuel dos Santos Newton Parreira, que foi promovido ao posto imediato.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE à esquerda do TCOR CAV (18293078) Luís Rodrigues da Silva.

(DR II série, n.º 254, de 30 de Outubro de 1999)

Por portaria de 13 de Outubro de 1999 do general CEME, foi promovido ao posto de tenente-coronel, nos termos do n.º 1 do art. 184.º e alínea *b*) do art. 217.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos arts. 56.º, alínea *d*) do 218.º e 242.º do referido Estatuto, o MAJ CAV (14359083) Francisco Xavier Ferreira de Sousa.

Este oficial conta a antiguidade do novo posto, desde 26 de Junho de 1999 data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do art. 12.º do Dec.-Lei 328/99, de 18 de Agosto.

É promovido para o Quadro, ocupando a vaga deixada pelo TCOR CAV (17310572) Mário Rodrigues, que passou à situação de adido ao quadro.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE à esquerda do TCOR CAV (13555683) Paulo Renato de Moraes Rogado Serra.

(DR II série, n.º 254, de 30 de Outubro de 1999)

Por portaria de 13 de Outubro de 1999 do general CEME, foi promovido ao posto de tenente-coronel, nos termos do n.º 1 do art. 184.º e alínea *b*) do art. 217.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos arts. 56.º, alínea *d*) do 218.º e 242.º do referido Estatuto, o MAJ CAV (17589382) Pedro Miguel Andrade da Fonseca Lopes.

Este oficial conta a antiguidade do novo posto, desde 9 de Julho de 1999 data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do art. 12.º do Dec.-Lei 328/99, de 18 de Agosto.

Mantém-se na situação de adido ao quadro, após a promoção, pelo que, de acordo com o art. 192.º do EMFAR, não encerra a vaga do TCOR CAV (02952479) Luís Manuel Prostes Villa de Brito, que passou à situação de adido ao quadro.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE à esquerda do TCOR CAV (14359083) Francisco Xavier Ferreira de Sousa.

(DR II série, n.º 254, de 30 de Outubro de 1999)

Por portaria de 13 de Outubro de 1999 do general CEME, foi promovido ao posto de tenente-coronel, nos termos do n.º 1 do art. 184.º e alínea *b*) do art. 217.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos arts. 56.º, alínea *d*) do 218.º e 242.º do referido Estatuto, o MAJ CAV (15185684) Rui Jorge do Carmo Cruz Silva.

Este oficial conta a antiguidade do novo posto, desde 9 de Julho de 1999 data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do art. 12.º do Dec.-Lei 328/99, de 18 de Agosto.

É promovido para o Quadro, ocupando a vaga deixada pelo TCOR CAV (02952479) Luís Manuel Prostes Villa de Brito, que passou à situação de adido ao quadro.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE à esquerda do TCOR CAV (17589382) Pedro Miguel Andrade da Fonseca Lopes.

(DR II série, n.º 254, de 30 de Outubro de 1999)

Por portaria de 13 de Outubro de 1999 do general CEME, foi promovido ao posto de tenente-coronel, nos termos do n.º 1 do art. 184.º e alínea *b*) do art. 217.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos arts. 56.º, alínea *d*) do 218.º e 242.º do referido Estatuto, o MAJ CAV (06543382) José Manuel Ferreira Fanzeres.

Este oficial conta a antiguidade do novo posto, desde 19 de Julho de 1999 data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do art. 12.º do Dec.-Lei 328/99, de 18 de Agosto.

É promovido para o Quadro, ocupando a vaga deixada pelo TCOR CAV (03433667) Manuel Ribeiro Cardoso, que passou à situação de reserva.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE à esquerda do TCOR CAV (15185684) Rui Jorge do Carmo Cruz Silva.

(DR II série, n.º 254, de 30 de Outubro de 1999)

Por portaria de 13 de Outubro de 1999 do general CEME, foi promovido ao posto de tenente-coronel, nos termos do n.º 1 do art. 184.º e alínea *b*) do art. 217.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos arts. 56.º, alínea *d*) do 218.º e 242.º do referido Estatuto, o MAJ ENG (02742883) Hermínio Teodoro Maio.

Este oficial conta a antiguidade do novo posto, desde 1 de Agosto de 1999 data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do art. 12.º do Dec.-Lei 328/99, de 18 de Agosto.

Fica na situação de supranumerário, no respectivo QE, nos termos do n.º 1 do art. 175.º do EMFAR, ocupando temporariamente uma vaga do QE de Gestão e Recursos Humanos.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE à esquerda do TCOR ENG (16599781) Gil Abel de Andrade Ramos.

(DR II série, n.º 254, de 30 de Outubro de 1999)

Por portaria de 13 de Outubro de 1999 do general CEME, foi promovido ao posto de tenente-coronel, nos termos do n.º 1 do art. 184.º e alínea *b*) do art. 217.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos arts. 56.º, alínea *d*) do 218.º e 242.º do referido Estatuto, o MAJ TM (07519581) Rui Manuel Nunes Pinto.

Este oficial conta a antiguidade do novo posto, desde 26 de Julho de 1999 data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do art. 12.º do Dec.-Lei 328/99, de 18 de Agosto.

É promovido para o Quadro, ocupando a vaga deixada pelo TCOR TM (16711881) Alexandre Manuel Macareno Laço Jeca, que passou à situação de adido ao quadro.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE à esquerda do TCOR TM (13296183) Carlos Manuel Dias Chambel.

(DR II série, n.º 254, de 30 de Outubro de 1999)

Por portaria de 13 de Outubro de 1999 do general CEME, foi promovido ao posto de tenente-coronel, nos termos do n.º 1 do art. 189.º e alínea *b*) do art. 234.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos arts. 60.º, alínea *d*) do 236.º e 269.º do referido Estatuto, o MAJ TM (16711881) Alexandre Manuel Macareno Laço Jeca.

Este oficial conta a antiguidade do novo posto, desde 31 de Maio de 1999 data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do art.º 14.º do Dec.-Lei 57/90, de 14 de Fevereiro, com a redacção que lhe foi dada pelo n.º 1 do art.º 5.º do Dec.-Lei 98/92, de 28 de Maio.

É promovido para o Quadro, ocupando a vaga deixada pelo TCOR TM (05880966) Artur Adelino Chaves de Albuquerque Assunção, que passou à situação de adido ao quadro.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE à esquerda do TCOR TM (08915578) Manuel Fernando Palma Martins.

(DR II série, n.º 254, de 30 de Outubro de 1999)

Por portaria de 13 de Outubro de 1999 do general CEME, foi promovido ao posto de tenente-coronel, nos termos do n.º 1 do art. 189.º e alínea *b*) do art. 234.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos arts. 60.º, alínea *d*) do 236.º e 269.º do referido Estatuto, o MAJ TM (13296183) Carlos Manuel Dias Chambel.

Este oficial conta a antiguidade do novo posto, desde 7 de Junho de 1999 data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do art.º 14.º do Dec.-Lei 57/90, de 14 de Fevereiro, com a redacção que lhe foi dada pelo n.º 1 do art.º 5.º do Dec.-Lei 98/92, de 28 de Maio.

É promovido para o Quadro, ocupando a vaga deixada pelo TCOR TM (03823372) José Artur Paula Quesada Pastor, que passou à situação de adido ao quadro.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE à esquerda do TCOR TM (16711881) Alexandre Manuel Macareno Laço Jeca.

(DR II série, n.º 254, de 30 de Outubro de 1999)

Por portaria de 17 de Novembro de 1999 do general CEME, foi promovido ao posto de tenente-coronel, nos termos do n.º 1 do art. 184.º e alínea *b*) do art. 217.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos arts. 56.º, alínea *d*) do 218.º e 242.º do referido Estatuto, o MAJ TM (12289178) Ricardo Jorge Ferreira de Araújo Costa.

Este oficial conta a antiguidade do novo posto, desde 25 de Outubro de 1999 data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do art. 12.º do Dec.-Lei 328/99, de 18 de Agosto.

É promovido para o Quadro, ocupando a vaga deixada pelo TCOR TM (17779174) José António Lobão Bernardo, que passou à situação de adido ao quadro.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE à esquerda do TCOR TM (07519581) Rui Manuel Nunes Pinto.

(DR II série, n.º 287, de 11 de Dezembro de 1999)

Por portaria de 31 de Dezembro de 1999 do general CEME, foi promovido ao posto de tenente-coronel, nos termos do n.º 1 do art. 184.º e alínea *b*) do art. 217.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos arts. 56.º, alínea *d*) do 218.º e 242.º do referido Estatuto, o MAJ FARM (08396280) António Manuel Norte de Oliveira Dias.

Este oficial conta a antiguidade do novo posto, desde 21 de Julho de 1999 data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do art. 12.º do Dec.-Lei 328/99, de 18 de Agosto.

Fica na situação de supranumerário, no respectivo QE, nos termos do n.º 1 do art. 175.º do EMFAR, ocupando temporariamente uma vaga do QE de Gestão e Recursos Humanos.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE à esquerda do TCOR FARM (19923978) António Manuel dos Santos Carvalho.

(DR II série, n.º 22, de 27 de Janeiro de 2000)

Por portaria de 10 de Novembro de 1999 do general CEME, foi promovido ao posto de tenente-coronel, nos termos do n.º 1 do art. 184.º e alínea *b*) do art. 217.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos arts. 56.º, alínea *d*) do 218.º e 242.º do referido Estatuto, o MAJ AM (17109282) Mário Jorge Salgado de Almeida.

Este oficial conta a antiguidade do novo posto, desde 21 de Setembro de 1999 data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do art. 12.º do Dec.-Lei 328/99, de 18 de Agosto.

É promovido para o Quadro, ocupando a vaga deixada pelo TCOR AM (06188679) Vitor Joaquim Fonseca Rebelo.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE à esquerda do TCOR AM (00670483) Rui Manuel Rodrigues Lopes.

(DR II série, n.º 210, de 8 de Setembro de 1999)

Por portaria de 13 de Outubro de 1999 do general CEME, foi promovido ao posto de tenente-coronel, nos termos do n.º 1 do art. 184.º e alínea *b*) do art. 217.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos arts. 56.º, alínea *d*) do 218.º e 242.º do referido Estatuto, o MAJ AM (00670483) Rui Manuel Rodrigues Lopes.

Este oficial conta a antiguidade do novo posto, desde 12 de Julho de 1999 data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do art. 12.º do Dec.-Lei 328/99, de 18 de Agosto.

É promovido para o Quadro, ocupando a vaga deixada pelo TCOR AM (11367467) Adalberto André Travassos Fernandes, que passou à situação de adido ao quadro.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE à esquerda do TCOR AM (12132974) Camilo João Dias Pedro.

(DR II série, n.º 254, de 30 de Outubro de 1999)

Por portaria de 13 de Outubro de 1999 do general CEME, foi promovido ao posto de tenente-coronel, nos termos do n.º 1 do art. 184.º e alínea *b*) do art. 217.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos arts. 56.º, alínea *d*) do 218.º e 242.º do referido Estatuto, o MAJ AM (02522577) José Alberto Dinis Gasalho Simões.

Este oficial conta a antiguidade do novo posto, desde 26 de Junho de 1999 data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do art. 12.º do Dec.-Lei 328/99, de 18 de Agosto.

É promovido para o Quadro, ocupando a vaga deixada pelo TCOR AM (09026475) José de Jesus da Silva, que passou à situação de adido ao quadro.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE á esquerda do TCOR AM (01116779) Francisco Guerreiro Palma.

(DR II série, n.º 254, de 30 de Outubro de 1999)

Por portaria de 13 de Outubro de 1999 do general CEME, foi promovido ao posto de tenente-coronel, nos termos do n.º 1 do art. 184.º e alínea *b*) do art. 217.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos arts. 56.º, alínea *d*) do 218.º e 242.º do referido Estatuto, o MAJ AM (12132974) Camilo João Dias Pedro.

Este oficial conta a antiguidade do novo posto, desde 26 de Junho de 1999 data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do art. 12.º do Dec.-Lei 328/99, de 18 de Agosto.

É promovido para o Quadro, ocupando a vaga deixada pelo TCOR AM (62283175) Dário Aurélio de Sousa Medeiros de Bastos Martins, que passou à situação de adido ao quadro.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE à esquerda do TCOR AM (02522577) José Alberto Dinis Gasalho Simões.

(DR II série, n.º 254, de 30 de Outubro de 1999)

Por portaria de 13 de Outubro de 1999 do general CEME, foi promovido ao posto de tenente-coronel, nos termos do n.º 1 do art. 184.º e alínea *b*) do art. 217.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos arts. 56.º, alínea *d*) do 218.º e 242.º do referido Estatuto, o MAJ MAT (08055783) João Carlos Santos Lopes.

Este oficial conta a antiguidade do novo posto, desde 1 de Setembro de 1999 data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do art. 12.º do Dec.-Lei 328/99, de 18 de Agosto.

Fica na situação de supranumerário, no respectivo QE, nos termos do n.º 1 do art. 175.º do EMFAR, ocupando temporariamente uma vaga do QE de Gestão e Recursos Humanos.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE à esquerda do TCOR MAT (13880581) Ilídio Morgado da Silva.

(DR II série, n.º 254, de 30 de Outubro de 1999)

Por portaria de 8 de Março de 2000 do general CEME, foi promovido ao posto de tenente-coronel, nos termos do n.º 1 do art. 184.º e alínea *b*) do art. 217.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos arts. 56.º, alínea *d*) do 218.º e 242.º do referido Estatuto, o MAJ SGE (15275473) Fausto Manuel Nicolau Casa Nova de Matos.

Este oficial conta a antiguidade do novo posto, desde 10 de Fevereiro de 2000 data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do art. 12.º do Dec.-Lei 328/99, de 18 de Agosto.

É promovido para o Quadro, ocupando a vaga deixada pelo TCOR SGE (45264062) Manuel Domingos Gomes, que passou à situação de reserva.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE à esquerda do TCOR SGE (05144464) Fernando António Pereira Gonçalves.

(DR II série, n.º 70, de 23 de Março de 2000)

Por portaria de 28 de Abril de 1999 do general CEME, foi promovido ao posto de tenente-coronel, nos termos do n.º 1 do art. 189.º e da alínea *b*) do art. 234.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos arts. 60.º, alínea *d*) do 236.º e 269.º do referido Estatuto, o MAJ TEXPTM (39111562) José Correia.

Este oficial conta a antiguidade do novo posto, desde 2 de Fevereiro de 1999, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do art. 14.º do Dec.-Lei 57/90, de 14 de Fevereiro, com a redacção que lhe foi dada pelo n.º 1 do art. 5.º do Dec.-Lei 98/92, de 28 de Maio.

É promovido para o quadro, ocupando a vaga deixada pelo TCOR TEXPTM (39243061) Francisco Nascimento Rodrigues, que passou à situação de reserva.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu QE à esquerda do TCOR TEXPTM (34177060) António Joaquim Eufémio.

(DR II série, n.º 114, de 17 de Maio de 1999)

Por portaria de 31 de Dezembro de 1999 do general CEME, foi promovido ao posto de tenente-coronel, nos termos do n.º 1 do art. 184.º e alínea *b*) do art. 217.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos arts. 56.º, alínea *d*) do 218.º e 242.º do referido Estatuto, o MAJ TMANTM (02431868) João Anselmo Domingues Lopes.

Este oficial conta a antiguidade do novo posto, desde 21 de Julho de 1999 data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do art. 12.º do Dec.-Lei 328/99, de 18 de Agosto.

Fica na situação de supranumerário, no respectivo QE, nos termos do n.º 1 do art. 175.º do EMFAR, ocupando temporariamente uma vaga do QE de Gestão e Recursos Humanos.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE à esquerda do TCOR TMANTM (52393011) João Pedro Quintela Leitão.

(DR II série, n.º 22, de 27 de Janeiro de 2000)

Por portaria de 31 de Dezembro de 1999 do general CEME, foi promovido ao posto de tenente-coronel, nos termos do n.º 1 do art. 184.º e alínea *b*) do art. 217.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos arts. 56.º, alínea *d*) do 218.º e 242.º do referido Estatuto, o MAJ QEO (02448367) Elísio de Carvalho Figueiredo.

Este oficial conta a antiguidade do novo posto, desde 21 de Julho de 1999 data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do art. 12.º do Dec.-Lei 328/99, de 18 de Agosto.

Mantém a situação de adido ao quadro após a promoção, pelo que, nos termos do art. 192.º do EMFAR, não encerra vaga.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE à esquerda do TCOR QEO (07152165) Óscar António Fernandes.

(DR II série, n.º 22, de 27 de Janeiro de 2000)

Por portaria de 14 de Julho de 1999 do general CEME, foi promovido ao posto de major nos termos do n.º 3 do art. 62.º do n.º 1 do art. 184.º e da alínea *c*) do art. 217.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos arts. 56.º, alínea *c*) do 218.º e 241.º do referido Estatuto, o CAP ART (17098077) José António Ribeiro de Oliveira.

Este oficial conta a antiguidade do novo posto, desde 1 de Janeiro de 1999, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do art. 14.º do Dec.-Lei 57/90, de 14 de Fevereiro, com a redacção que lhe foi dada pelo n.º 1 do art. 5.º do Dec.-Lei 98/92, de 28 de Maio.

Fica na situação de supranumerário no respectivo QE, nos termos da alínea *c*) do n.º 2 do art. 175.º do EMFAR.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu QE à esquerda do MAJ ART (05431477) Victor Manuel Martins Dias.

(DR II série, n.º 210, de 8 de Setembro de 1999)

Por portaria de 14 de Julho de 1999 do general CEME, foi promovido ao posto de major, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 e do n.º 2 do art. 176.º e alínea *c*) do art. 217.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos arts. 56.º, alínea *c*) do 218.º e 241.º do referido Estatuto, o CAP ART (01539381) José Domingos Nogueira da Silva.

Este oficial conta a antiguidade do novo posto, desde 1 de Julho de 1999 data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do art. 14.º do Dec.-Lei 57/90, de 14 de Fevereiro, com a redacção que lhe foi dada pelo n.º 1 do art. 5.º do Dec.-Lei 98/92, de 28 de Maio.

É promovido para o quadro, ocupando a vaga deixada pelo MAJ ART (14904281) António José Vieira Caldeira, que foi promovido ao posto imediato.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE à esquerda do MAJ ART (17098077) José António Ribeiro de Oliveira.

(DR II série, n.º 180, de 4 de Agosto de 1999)

Por portaria de 24 de Fevereiro de 1999 do general CEME, foi promovido ao posto de major, nos termos do n.º 1 do art.º 189.º e da alínea c) do art. 234.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos arts. 60.º, alínea c) do 236.º e 268.º do referido Estatuto, o CAP CAV (09407383) António Nuno Reis Carrapatoso Marcos de Andrade.

Este oficial conta a antiguidade do novo posto, desde 1 de Janeiro de 1999, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do art.º 14.º do Dec.-Lei 57/90, de 14 de Fevereiro, com a redacção que lhe foi dada pelo n.º 1 do art.º 5.º do Dec.-Lei 98/92, de 28 de Maio.

Fica na situação de supranumerário, no respectivo QE, nos termos do n.º 1 do art. 187.º do EMFAR, ocupando temporariamente uma vaga do QE de Gestão de Recursos Humanos.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu QE à esquerda do MAJ CAV (14614686) Jaime Joaquim Picado Nogueiro.

(DR II série, n.º 95, de 23 de Abril de 1999)

(DR II série, n.º 123, de 27 de Maio de 1999)

Por portaria de 1 de Outubro de 1999 do general CEME, ingressaram nos QP da Arma de Engenharia e foram promovidos ao posto de alferes e tenente, nos termos do art. 214.º e da alínea c) do n.º 1 do art. 68.º do EMFAR, os militares a seguir indicados:

TEN AL (25639692) José Miguel Almeida Ramalho - 14,07;

TEM AL (22788192) Adalberto José Guerreiro da Silva Centenico - 13,68;

TEN AL (17118191) Sidónio Carneiro Dias - 13,45.

Estes oficiais contam a antiguidade no posto de alferes, desde 1 de Outubro de 1997;

Estes oficiais contam a antiguidade no posto de tenente, desde 1 de Outubro de 1998.

Têm direito aos vencimentos do novo posto, desde 1 de Outubro de 1999, data de ingresso no QP, ficando integrados no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de Tenente, nos termos do n.º 1 do art. 12.º do Dec.-Lei 328/99, de 18 de Agosto.

Ficam inscritos na lista geral de antiguidades do seu QE nos termos do n.º 1 do art. 178.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 254, de 30 de Outubro de 1999)

Por portaria de 1 de Outubro de 1999 do general CEME, ingressaram nos QP da Arma de Transmissões e foram promovidos ao posto de alferes e tenente, nos termos do art. 214.º e da alínea c) do n.º 1 do art. 68.º do EMFAR, os militares a seguir indicados:

TEN AL (26475393) Gustavo Alexandre Rodrigues Ferreira Gapo - 13,91;

TEN AL (36287892) Paulo Sérgio Madaleno Soares - 13,23;

TEN AL (29948991) Fernando António Antunes da Silva - 13,08.

Estes oficiais contam a antiguidade no posto de alferes, desde 1 de Outubro de 1997;

Estes oficiais contam a antiguidade no posto de tenente, desde 1 de Outubro de 1998.

Têm direito aos vencimentos do novo posto, desde 1 de Outubro de 1999, data de ingresso no QP, ficando integrados no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de Tenente, nos termos do n.º 1 do art. 12.º do Dec.-Lei 328/99, de 18 de Agosto.

Ficam inscritos na lista geral de antiguidades do seu QE nos termos do n.º 1 do art. 178.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 254, de 30 de Outubro de 1999)

Por portaria de 28 de Abril de 1999, do general CEME, ingressam nos QP do quadro especial de Medicina desde 17 de Abril de 1999, nos termos do art. 261.º e da alínea c) do art. 70.º do EMFAR, nas vagas autorizadas pelo Despacho n.º 19.106/98 de 22 de Outubro de 19, do MDN, e são promovidos ao posto de alferes e tenente, os seguintes militares:

ALF GRAD MED (27848991) Ricardo Jorge Teixeira da Rocha Neto;
ALF GRAD MED (01926691) António Francisco Martingo Serdoura.

Contam a antiguidade no posto de alferes desde 1 de Outubro de 1996;
Contam a antiguidade no posto de tenente desde 1 de Outubro de 1997.

Têm direito aos vencimentos do posto de tenente no primeiro escalão, desde 17 de Abril de 1999, data de ingresso nos QP.

São inscritos na lista de antiguidades do seu quadro especial, nos termos do art. 133.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 114, de 17 de Maio de 1999)

Por portaria de 1 de Outubro de 1999 do general CEME, ingressaram nos QP da Arma de Infantaria e foram promovidos ao posto de alferes, nos termos do 214.º e da alínea c) do n.º 1 do art. 68.º do EMFAR, os militares a seguir indicados:

ASP OF AL (11579294) Vítor Manuel Lourenço Borges - 14,66;
ASP OF AL (20569992) Pedro António Marques da Costa - 14,25,
ASP OF AL (33395292) Rui Pedro Almeida Costa - 14,22;
ASP OF AL (34743193) Pedro Miguel Pisco Magrinho - 13,97;
ASP OF AL (34620193) Samuel Baptista de Jesus - 13,92;
ASP OF AL (36513191) José Aníbal dos Santos Ventura - 13,84;
ASP OF AL (17092194) Rui Manuel Dias Carvalho - 13,18.

Estes oficiais contam a antiguidade do novo posto, desde 1 de Outubro de 1999 data a partir da qual lhes são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrados no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de alferes, nos termos do n.º 1 do art. 12.º do Dec.-Lei 328/99, de 18 de Agosto.

Ficam inscritos na lista geral de antiguidades do seu QE nos termos do n.º 1 do art. 178.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 254, de 30 de Outubro de 1999)

Por portaria de 1 de Outubro de 1999 do general CEME, ingressaram nos QP da Arma de Artilharia e foram promovidos ao posto de alferes, nos termos do art. 214.º e da alínea c) do n.º 1 do art. 68.º do EMFAR, os militares a seguir indicados:

ASP OF AL (01685694) Simão Pedro da Costa de Sousa - 14,60;
ASP OF AL (32767693) Carlos Manuel Siborro Leitão - 13,74;
ASP OF AL (28926993) Pedro Ricardo Lopes Cardoso - 13,64;
ASP OF AL (04641194) Francisco Vítor Gomes Salvador - 13,53;
ASP OF AL (28837693) Paulo Alexandre Siborro Alves - 12,99.

Estes oficiais contam a antiguidade do novo posto, desde 1 de Outubro de 1999 data a partir da qual lhes são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrados no escalão 1 da estrutura

remuneratória do posto de alferes, nos termos do n.º 1 do art. 12.º do Dec.-Lei 328/99, de 18 de Agosto.

Ficam inscritos na lista geral de antiguidades do seu QE nos termos do n.º 1 do art. 178.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 254, de 30 de Outubro de 1999)

Por portaria de 1 de Outubro de 1999 do general CEME, ingressaram nos QP da Arma de Cavalaria e foram promovidos ao posto de alferes, nos termos do art. 214.º e da alínea c) do n.º 1 do art. 68.º do EMFAR, os militares a seguir indicados:

ASP OF AL (37362693) José António Carvalho de Sousa Rosa - 14,56;
ASP OF AL (09978092) Roberto Carlos Pinto da Costa - 13,62;
ASP OF AL (17170192) Vasco Cavaleiro da Cunha Brazão - 13,60;
ASP OF AL (26888593) Paulo Agostinho Rodrigues Pires - 13,49.

Estes oficiais contam a antiguidade do novo posto, desde 1 de Outubro de 1999 data a partir da qual lhes são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrados no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de alferes, nos termos do n.º 1 do art. 12.º do Dec.-Lei 328/99, de 18 de Agosto.

Ficam inscritos na lista geral de antiguidades do seu QE nos termos do n.º 1 do art. 178.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 254, de 30 de Outubro de 1999)

Por portaria de 1 de Outubro de 1999 do general CEME, ingressaram nos QP do Serviço de Administração Militar e foram promovidos ao posto de alferes, nos termos do art. 214.º e da alínea c) do n.º 1 do art. 68.º do EMFAR, os militares a seguir indicados:

ASP OF AL (19061494) Hélder José Carimbo dos Reis - 14,20;
ASP OF AL (38877993) António Manuel Paulo Cipriano - 13,59.

Estes oficiais contam a antiguidade do novo posto, desde 1 de Outubro de 1999 data a partir da qual lhes são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrados no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de alferes, nos termos do n.º 1 do art. 12.º do Dec.-Lei 328/99, de 18 de Agosto.

Ficam inscritos na lista geral de antiguidades do seu QE nos termos do n.º 1 do art. 178.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 254, de 30 de Outubro de 1999)

Por portaria de 1 de Outubro de 1999 do general CEME, ingressaram nos QP de Chefes de Banda de Música e foram promovidos ao posto de alferes, nos termos do art. 214.º e da alínea c) do n.º 1 do art. 68.º do EMFAR, os militares a seguir indicados:

SAJ MUS (02391985) António Manuel Dias Rodrigues - 14,31;
SAJ MUS (00665083) João Maurílio Caires Basílio - 14,00.

Estes oficiais contam a antiguidade do novo posto, desde 1 de Outubro de 1999 data a partir da qual lhes são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrados no escalão 1 da estrutura

remuneratória do posto de alferes, nos termos do n.º 1 do art. 12.º do Dec.-Lei 328/99, de 18 de Agosto.

Ficam inscritos na lista geral de antiguidades do seu QE nos termos do n.º 1 do art. 178.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 254, de 30 de Outubro de 1999)

Por portaria de 1 de Outubro de 1999 do general CEME, ingressaram nos QP do Quadro Técnico de Pessoal e Secretariado e foram promovidos ao posto de alferes, nos termos do art. 214.º e da alínea c) do n.º 1 do art. 68.º do EMFAR, os militares a seguir indicados:

ASP OF AL (01828585) Carlos Manuel Marques Silveirinha - 15,61;
ASP OF AL (13319184) Amorim dos Santos Piteira - 15,36;
ASP OF AL (05532279) António da Fonseca Ferreira - 15,24;
ASP OF AL (19158283) Claudino Eurico Henriques Ferrão - 15,21;
ASP OF AL (18814984) José Francisco Colaço Lopes Martinho - 15,20;
ASP OF AL (01959381) Gennaro Arturo Eugénio Pugliese - 15,06;
ASP OF AL (08499386) Manuel António de Vilhena Pereira - 15,05;
ASP OF AL (00164978) António Manuel Correia Rodrigues - 15,03;
ASP OF AL (09425386) António Fernando Garelha Domingues - 14,93;
ASP OF AL (18405885) Mário Rosa Mendes da Silva - 14,90;
ASP OF AL (11510186) António Martins Baptista - 14,85;
ASP OF AL (09714280) Augusto Tomé Penela - 14,77;
ASP OF AL (19810583) Carlos Alberto Bernardino Peixeiro Afonso - 14,69;
ASP OF AL (18222382) António José Ribeiro Martins - 14,56;
ASP OF AL (10908784) António Jorge Branquinho Pereira - 14,48;
ASP OF AL (14658481) Eugénio Dias de Matos - 14,27;
ASP OF AL (09424984) António Rui Ribeiro Gil - 14,27;
ASP OF AL (05188286) Júlio Francisco Vital Neves - 14,25;
ASP OF AL (03803284) Jorge Manuel Martins Costa Carvalho - 14,24;
ASP OF AL (18291383) Carlos Manuel Magro Anunciação - 14,08;
ASP OF AL (01604481) Joaquim Ricardo Marques Aleixo - 14,02;
ASP OF AL (17012782) Alberto José Moreira Belo - 13,93;
ASP OF AL (16009082) João José Magro Ventura - 13,36.

Estes oficiais contam a antiguidade do novo posto, desde 1 de Outubro de 1999 data a partir da qual lhes são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrados no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de alferes, nos termos do n.º 1 do art. 12.º do Dec.-Lei 328/99, de 18 de Agosto.

Ficam inscritos na lista geral de antiguidades do seu QE nos termos do n.º 1 do art. 178.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 254, de 30 de Outubro de 1999)

Por portaria de 1 de Outubro de 1999 do general CEME, ingressaram nos QP do Quadro Técnico de Enfermagem Diagnóstico e Terapêutica e foram promovidos ao posto de alferes, nos termos do art. 214.º e da alínea c) do n.º 1 do art. 68.º do EMFAR, os militares a seguir indicados:

SAJ MED (00741883) Fernando Manuel Gaspar Lousa - 15,07;
SAJ MED (08907484) José Augusto Mateus Amorim Nobre - 14,82;

1SAR MED (14351186) Luís Fernando de Almeida Brito - 14,79;
SAJ MED (12704284) Valentim dos Santos - 14,57.

Estes oficiais contam a antiguidade do novo posto, desde 1 de Outubro de 1999 data a partir da qual lhes são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrados no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de Alferes, nos termos do n.º 1 do art. 12.º do Dec.-Lei 328199, de 18 de Agosto.

Ficam inscritos na lista geral de antiguidades do seu QE nos termos do n.º 1 do art. 178.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 254, de 30 de Outubro de 1999)

Por despacho de 25 de Novembro de 1999 do general CEME, para preenchimento da vaga existente no QE de Pessoal e Secretariado, aprovado pelo seu Despacho n.º 33/CEME/99, de 12 de Fevereiro, é promovido ao posto de sargento-mor, nos termos do art. 184.º e alínea *a*) do art. 263.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no art. 56.º, alínea *d*) do n.º 1 e n.º 2 do art. 264.º e n.º 4 do art. 275.º do referido Estatuto, o SCH INF (60158672) Macário Magalhães Gonçalves.

Conta a antiguidade desde 2 de Novembro de 1999, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-mor.

Fica na situação de supranumerário, no respectivo QE, nos termos do n.º 1 do art. 175.º do EMFAR, ocupando temporariamente uma vaga do QE de Pessoal e Secretariado. Encerra a vaga.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE, nos termos do n.º 1 do art. 184.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 11, de 14 de Janeiro de 2000)

Por despacho de 25 de Novembro de 1999 do general CEME, para preenchimento da vaga existente no QE de Pessoal e Secretariado, aprovado pelo seu Despacho n.º 33/CEME/99, de 12 de Fevereiro, é promovido ao posto de sargento-mor, nos termos do art. 184.º e alínea *a*) do art. 263.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no art. 56.º, alínea *d*) do n.º 1 e n.º 2 do art. 264.º e n.º 4 do art. 275.º do referido Estatuto, o SCH INF (14974175) António José Damas Pereira da Silva.

Conta a antiguidade desde 1 de Novembro de 1999, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-mor.

Fica na situação de supranumerário, no respectivo QE, nos termos do n.º 1 do art. 175.º do EMFAR, ocupando temporariamente uma vaga do QE de Pessoal e Secretariado. Encerra a vaga.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE, nos termos do n.º 1 do art. 184.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 11, de 14 de Janeiro de 2000)

Por despacho de 25 de Novembro de 1999 do general CEME, para preenchimento da vaga existente no QE de Pessoal e Secretariado, aprovado pelo seu Despacho n.º 33/CEME/99, de 12 de Fevereiro, é promovido ao posto de sargento-mor, nos termos do art. 184.º e alínea *a*) do art. 263.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no art. 56.º, alínea *d*) do n.º 1 e n.º 2 do art. 264.º e n.º 4 do art. 275.º do referido Estatuto, o SCH INF (09604076) Armando Lopes Loureiro.

Conta a antiguidade desde 2 de Novembro de 1999, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-mor.

Mantém a situação de adido ao quadro, nos termos da alínea *a)* do n.º 2 do art. 174.º do EMFAR, pelo que não encerra a vaga.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE, nos termos do n.º 1 do art. 184.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 11, de 14 de Janeiro de 2000)

Por despacho de 25 de Novembro de 1999 do general CEME, para preenchimento da vaga existente no QE de Pessoal e Secretariado, aprovado pelo seu Despacho n.º 33/CEME/99, de 12 de Fevereiro, é promovido ao posto de sargento-mor, nos termos do art. 184.º e alínea *a)* do art. 263.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no art. 56.º, alínea *d)* do n.º 1 e n.º 2 do art. 264.º e n.º 4 do art. 275.º do referido Estatuto, o SCH TM (05729664) Adriano Sousa Bernardino.

Conta a antiguidade desde 15 de Novembro de 1999, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-mor.

Fica na situação de supranumerário, no respectivo QE, nos termos do n.º 1 do art. 175.º do EMFAR, ocupando temporariamente uma vaga do QE de Pessoal e Secretariado. Encerra a vaga.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE, nos termos do n.º 1 do art. 184.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 11, de 14 de Janeiro de 2000)

Por despacho de 25 de Novembro de 1999 do general CEME, para preenchimento da vaga existente no QE de Pessoal e Secretariado, aprovado pelo seu Despacho n.º 33/CEME/99, de 12 de Fevereiro, é promovido ao posto de sargento-mor, nos termos do art. 184.º e alínea *a)* do art. 263.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no art. 56.º, alínea *d)* do n.º 1 e n.º 2 do art. 264.º e n.º 4 do art. 275.º do referido Estatuto, o SCH MED (12096874) Amaro da Costa Sequeira.

Conta a antiguidade desde 2 de Novembro de 1999, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-mor.

Fica na situação de supranumerário, no respectivo QE, nos termos do n.º 1 do art. 175.º do EMFAR, ocupando temporariamente uma vaga do QE de Pessoal e Secretariado. Encerra a vaga.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE, nos termos do n.º 1 do art. 184.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 11, de 14 de Janeiro de 2000)

Por despacho de 25 de Novembro de 1999 do general CEME, para preenchimento da vaga existente no QE de Pessoal e Secretariado, aprovado pelo seu Despacho n.º 33/CEME/99, de 12 de Fevereiro, é promovido ao posto de sargento-mor, nos termos do art. 184.º e alínea *a)* do art. 263.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no art. 56.º, alínea *d)* do n.º 1 e n.º 2 do art. 264.º e n.º 4 do art. 275.º do referido Estatuto, o SCH SGE (04852278) Evaristo António Farropo Lobo.

Conta a antiguidade desde 1 de Novembro de 1999, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-mor.

Mantêm a situação de adido ao quadro, nos termos da alínea *g*) do n.º 2 do art. 174.º do EMFAR, pelo que não encerra a vaga.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE, nos termos do n.º 1 do art. 184.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 11, de 14 de Janeiro de 2000)

Por despacho de 25 de Novembro de 1999 do general CEME, para preenchimento da vaga existente no QE de Pessoal e Secretariado, aprovado pelo seu Despacho n.º 33/CEME/99, de 12 de Fevereiro, é promovido ao posto de sargento-mor, nos termos do art. 184.º e alínea *a*) do art. 263.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no art. 56.º, alínea *d*) do n.º 1 e n.º 2 do art. 264.º e n.º 4 do art. 275.º do referido Estatuto, o SCH PQ (09194274) Manuel Augusto Simões Lopes.

Conta a antiguidade desde 1 de Novembro de 1999, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-mor.

Mantêm a situação de adido ao quadro, nos termos da alínea *a*) do n.º 2 do art. 174.º do EMFAR, pelo que não encerra a vaga.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE, nos termos do n.º 1. do art. 184.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 11, de 14 de Janeiro de 2000)

Por despacho de 18 de Janeiro de 2000, do general CEME, para preenchimento da vaga existente no posto de sargento-chefe do QE Infantaria, originada pela promoção ao posto imediato do SCH INF (14974175) António José Damas Pereira da Silva, do RI19, foi promovido ao posto de sargento-chefe, nos termos do n.º 1 do art. 166.º, n.º 1 do art. 184.º e alínea *b*) do art. 263.º, todos do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no art. 56.º, alínea *c*) do n.º 1 e n.º 2 do art. 264.º e n.º 3 do art. 275.º do referido Estatuto, o SAJ INF (05885376) Anidio Ricardo Dias Paulo.

Conta a antiguidade desde 1 de Novembro de 1999, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-chefe.

Mantém a situação de quadro, nos termos do art. 173.º do EMFAR, pelo que encerra a referida vaga.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE, nos termos do n.º 1 do art. 184.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 32, de 8 de Fevereiro de 2000)

Por despacho de 18 de Janeiro de 2000, do general CEME, para preenchimento da vaga existente no posto de sargento-chefe do QE Infantaria, originada pela promoção ao posto imediato do SCH INF (60158672) Macário Magalhães Gonçalves, do RI14, foi promovido ao posto de sargento-chefe, nos termos do n.º 1 do art. 166.º, n.º 1 do art. 184.º e alínea *b*) do art. 263.º, todos do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no art. 56.º, alínea *c*) do n.º 1 e n.º 2 do art. 264.º e n.º 3 do art. 275.º do referido Estatuto, o SAJ INF (16573379) Abílio Henrique de Jesus Caiado.

Conta a antiguidade desde 2 de Novembro de 1999, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-chefe.

Mantém a situação de quadro, nos termos do art. 173.º do EMFAR, pelo que encerra a referida vaga.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE, nos termos do n.º 1 do art. 184.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 32, de 8 de Fevereiro de 2000)

Por despacho de 18 de Janeiro de 2000, do general CEME, para preenchimento da vaga existente no posto de sargento-chefe do QE Infantaria, originada pela passagem à situação de Reserva do SCH INF (07769064) Aurélio Marques Vicente, do 1BIMec/BMI, foi promovido ao posto de sargento-chefe, nos termos do n.º 1 do art. 166.º, art. 184.º e alínea *b*) do art. 263.º, todos do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no art. 56.º, alínea *c*) do n.º 1 e n.º 2 do art. 264.º e n.º 3 do art. 275.º do referido Estatuto, o SAJ INF (17834180) Jorge Augusto Santos Ruas Ferreira.

Conta a antiguidade desde 1 de Outubro de 1999, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-chefe.

Mantém a situação de quadro, nos termos do art. 173.º do EMFAR, pelo que encerra a referida vaga.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE, nos termos do n.º 1 do art. 184.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 32, de 8 de Fevereiro de 2000)

Por despacho de 16 de Dezembro de 1999 do general CEME, para preenchimento da vaga existente no QE de Pessoal e Secretariado, aprovado pelo seu despacho n.º 33/CEME/99, de 12 de Fevereiro, é promovido ao posto de sargento-chefe, nos termos do art. 184.º e alínea *b*) do art. 263.º, todos do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no art. 56.º, alínea *c*) do n.º 1 e n.º 2 do art. 264.º e n.º 3 do art. 275.º do referido Estatuto, o SAJ CAV (02720280) José Bernardino Gomes Saldanha.

Conta a antiguidade desde 2 de Novembro de 1999, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-chefe.

Fica na situação de supranumerário, no respectivo QE, nos termos do n.º 1 do art. 175.º do EMFAR, ocupando temporariamente uma vaga do QE de Pessoal e Secretariado. Encerra a vaga.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE, nos termos do n.º 1 do art. 184.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 37, de 14 de Fevereiro de 2000)

Por despacho, de 7 de Dezembro de 1999, do general CEME, para preenchimento de vaga existente no QE de TM, originada pela promoção ao posto de sargento-mor do SCH TM (05729664) Adriano Sousa Bernardino, foi promovido ao posto de sargento-chefe, nos termos do art. 184.º e alínea *b*) do art. 263.º, ambos do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no art. 56.º, alínea *c*) do art. 264.º e n.º 3 do art. 275.º, do referido Estatuto, o SAJ TM (01831579) Augusto Manuel Henriques Teixeira.

Conta a antiguidade desde 15 de Novembro de 1999, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-chefe.

Mantém a situação de adido ao quadro nos termos da alínea *g*) do n.º 2 do art. 174.º do EMFAR, pelo que não encerra a vaga.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE, nos termos do n.º 1 do art. 184.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 28, de 3 de Fevereiro de 2000)

Por despacho, de 7 de Dezembro de 1999, do general CEME, para preenchimento de vaga existente no QE de TM, originada pela promoção ao posto de sargento-mor do SCH TM (05729664) Adriano Sousa Bernardino, foi promovido ao posto de sargento-chefe, nos termos do art. 184.º e alínea *b*) do art. 263.º, ambos do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no art. 56.º, alínea *c*) do art. 264.º e n.º 3 do art. 275.º, do referido Estatuto, o SAJ TM (05661379) António Manuel dos Santos Domingues.

Conta a antiguidade desde 15 de Novembro de 1999, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-chefe.

Mantém a situação de adido ao quadro nos termos da alínea *g*) do n.º 2 do art. 174.º do EMFAR, pelo que não encerra a vaga.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE, nos termos do n.º 1 do art. 184.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 28, de 3 de Fevereiro de 2000)

Por despacho, de 7 de Dezembro de 1999, do general CEME, para preenchimento de vaga existente no QE de TM, originada pela promoção ao posto de sargento-mor do SCH TM (05729664) Adriano Sousa Bernardino, foi promovido ao posto de sargento-chefe, nos termos do art. 184.º e alínea *b*) do art. 263.º, ambos do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no art. 56.º, alínea *c*) do art. 264.º e n.º 3 do art. 275.º, do referido Estatuto, o SAJ TM (06145580) Álvaro dos Reis Santos Rodrigues.

Conta a antiguidade desde 15 de Novembro de 1999, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-chefe.

Mantém a situação de quadro nos termos do art. 173.º do EMFAR, pelo que encerra a vaga.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE, nos termos do n.º 1 do art. 184.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 28, de 3 de Fevereiro de 2000)

Por despacho de 2 de Novembro de 1999, do Chefe da RPMP/DAMP, por competência subdelegada e para preenchimento de vaga existente no QE de Transmissões, aprovado por despacho n.º 33/CEME/99 de 12 de Janeiro, do general CEME, é promovido ao posto de sargento-ajudante, nos termos do art. 184.º e alínea *c*) do art. 263.º, do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no art. 56.º, alínea *b*) do n.º 1 do art. 264.º e n.º 2 do art. 275.º do referido Estatuto, o 1SAR TM (10356283) Basílio de Sá Rodrigues.

Conta a antiguidade desde 31 de Outubro de 1999, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-ajudante.

Mantém-se na situação de quadro, nos termos do art. 173.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 281, de 3 de Dezembro de 1999)

(DR II série, n.º 35, de 11 de Fevereiro de 2000)

Por despacho de 17 de Janeiro de 2000 do Chefe da RPMP/DAMP, por competência subdelegada, foi promovido ao posto de sargento-ajudante, para preenchimento de vaga existente no QE de Pessoal e Secretariado, nos termos do art. 184.º e da alínea *c*) do art. 263.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no art. 56.º e no n.º 2 do art. 275.º do referido Estatuto, o 1SAR FARM (11579685) Carlos José Nogueira de Sousa Lopes.

Conta a antiguidade desde 22 de Dezembro de 1999, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-ajudante.

Fica na situação de supranumerário, no respectivo QE, nos termos do n.º 1 do art. 175.º do EMFAR, ocupando temporariamente uma vaga do QE de Pessoal e Secretariado. Encerra a vaga.

Fica posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu QE, nos termos do n.º 1 do art. 184.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 33, de 9 de Fevereiro de 2000)

Por despacho de 31 de Dezembro de 1999 do Chefe da RPMP/DAMP, por competência subdelegada, e para preenchimento de vaga existente no QE de Músicos, aprovado por despacho n.º 33/CEME/99 de 12 de Janeiro, do general CEME, é promovido ao posto de sargento-ajudante, nos termos do art. 184.º e alínea *c*) do art. 263.º, do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no art. 56.º, alínea *b*) do n.º 1 do art. 264.º e n.º 2 do art. 275.º do referido Estatuto, o 1SAR MUS (18732386) José Manuel Ferreira Brito.

Conta a antiguidade desde 31 de Dezembro de 1999, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-ajudante.

Mantém-se na situação de quadro, nos termos do art. 173.º do EMFAR.

(DR II série, n.º 35, de 11 de Fevereiro de 2000)

Graduações

Por portaria de 10 de Maio de 1999, do general CEME, foram graduados no posto de alferes, nos termos do art. 71.º do EMFAR, conjugado com o n.º 23 da Portaria n.º 632/78, de 21 de Outubro, os seguintes militares:

ASP (05389793) Nuno André Fonseca de Sampaio Gomes;
SOL CAD (09137090) José Rui Pinheiro de Freitas.

São graduados, desde 10 de Maio de 1999, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrados no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de Alferes, nos termos do n.º 1 do art. 14.º do Dec.-Lei 57/90, de 14 de Fevereiro, com a redacção que lhe foi dada pelo n.º 1 do art. 5.º do Dec.-Lei 98/92, de 28 de Maio.

(DR II série, n.º 121, de 25 de Maio de 1999)

Manda o Chefe do Estado Maior do Exército graduar no posto de tenente-coronel contando a antiguidade desde 1 de Janeiro de 1994 e a coronel com a antiguidade desde 8 de Novembro de 1999, nos termos dos arts. 1.º e 2.º do Dec.-Lei 295/73 de 9 de Junho, o capitão graduado em MAJ INF DFA (03378566) Augusto José Almeida Nunes Pina, na situação de reforma extraordinária.

A graduação deste Oficial não lhe confere direito a qualquer alteração na pensão de reforma, calculada e estabelecida na data da mudança de situação (art. 4.º do Dec.-Lei 295/73 de 9 de Junho).

Manda o Chefe do Estado Maior do Exército graduar no posto de coronel contando a antiguidade desde 2 de Junho de 1999, nos termos dos arts. 1.º e 2.º do Dec.-Lei 295/73 de 9 de Junho, o capitão graduado em TCOR ADMIL DFA (11547967) Manuel António Pacheco Santos, na situação de reforma extraordinária.

A graduação deste Oficial não lhe confere direito a qualquer alteração na pensão de reforma, calculada e estabelecida na data da mudança de situação (art. 4.º do Dec.-Lei 295/73 de 9 de Junho).

Manda o Chefe do Estado Maior do Exército graduar no posto de sargento-mor contando a antiguidade desde 28 de Abril de 1979, nos termos dos arts. 1.º e 2.º do Dec.-Lei 295/73 de 9 de Junho, o SCH ART DFA (50215911) Domingos Dias Bonjardim, na situação de reforma extraordinária.

A graduação deste Sargento não lhe confere direito a qualquer alteração na pensão de reforma, calculada e estabelecida na data da mudança de situação (art. 4.º do Dec.-Lei 295/73 de 9 de Junho).

Manda o Chefe do Estado Maior do Exército graduar no posto de sargento-mor contando a antiguidade desde 1 de Junho de 1998, nos termos dos arts. 1.º e 2.º do Dec.-Lei 295/73 de 9 de Junho, o primeiro-sargento graduado em SCH MAT DFA (31141158) Manuel Nunes Castelão, na situação de reforma extraordinária.

A graduação deste Sargento não lhe confere direito a qualquer alteração na pensão de reforma, calculada e estabelecida na data da mudança de situação (art. 4.º do Dec.-Lei 295/73 de 9 Junho).

(Por portaria de 29 de Março de 2000)

V — LISTAS DE PROMOÇÃO

Listas de promoção dos sargentos-ajudantes a promover por escolha ao posto de sargento-chefe, para vigorarem em 2000, elaboradas nos termos do n.º 3 do art. 185.º do EMFAR, homologadas pelos despachos do general CEME, que se indicam:

Despacho de 23 de Fevereiro de 2000:

Infantaria:

SAJ INF (09443280) António Augusto Leal Veríssimo;
SAJ INF (13294479) Luís Manuel Farinha Figueiredo;
SAJ INF (18265878) Carlos Alberto Pereira da Silva Pires;
SAJ INF (10546773) Bernardino Torres Marques;
SAJ INF (10422579) Alberto Manuel Salgado Lopes Cordeiro;
SAJ INF (11253781) José Carlos Lopes;
SAJ INF (15525374) José António de Ascensão Nabais;
SAJ INF (12579174) Jorge Castro Pinto Oliveira;
SAJ INF (08243974) Júlio Moura Sousa;
SAJ INF (05080579) José Fernando Ribeiro Alves;
SAJ INF (13429480) João Manuel da Silva Soares Franco;
SAJ INF (02657566) José Araújo Ramos;

SAJ INF (03020981) Paulo Jorge Craveiro Reis Costa;
SAJ INF (07157576) Custódio Luís Lages de Oliveira;
SAJ INF (15720279) Victor Manuel Gonçalves Canário;
SAJ INF (15273178) José Moreira da Costa;
SAJ INF (11188680) Luís Filipe Alves da Silva;
SAJ INF (13652779) João Vicente de Sousa Rodrigues;
SAJ INF (07319579) Carlos Manuel Pedrosa Paiva;
SAJ INF (08475079) António José Santos Barradas;
SAJ INF (10817179) Arnaldo da Conceição Cortez Perdigão;
SAJ INF (04578579) Francisco José Pinto Teles;
SAJ INF (00970977) Luís Joaquim Ribeiro Cardoso;
SAJ INF (84131075) Aníbal Francisco de Jesus Rodrigues;
SAJ INF (18456779) Ângelo Alberto Fernandes Pousa;
SAJ INF (10517677) José Paulo Pereira;
SAJ INF (12056379) Joaquim Manuel da Glória Cruz;
SAJ INF (06033178) Gentil Pereira de Sousa;
SAJ INF (09643478) José António Duarte Oliveira;
SAJ INF (14223980) Joaquim Martinho Dias;
SAJ INF (09453179) Delfim da Conceição Lima;
SAJ INF (07350079) Rui Manuel Valente dos Santos;
SAJ INF (02958778) José Maria Alves Borges;
SAJ INF (10281580) Joaquim Fernando da Silva;
SAJ INF (05835182) João Manuel das Chagas da Silva;
SAJ INF (08254980) António José Portugal Gonçalves;
SAJ INF (12654180) Alfredo José Pereira;
SAJ INF (12901678) António Aurélio Henrique;
SAJ INF (04937879) Emidio Maria T. da Costa Almeida;
SAJ INF (09384281) Carlos Manuel Gonçalves Sousa;
SAJ INF (01797482) Armando Rodrigues de Figueiredo;
SAJ INF (00796778) Elói Machuqueiro dos Santos Neto;
SAJ INF (00276781) Mário Lopes Domingues;
SAJ INF (10474881) Carlos José Fazendas Quaresma;
SAJ INF (11865779) Olindo Jorge Martins de Araújo Gomes;
SAJ INF (11288480) José António Leal Oliveira;
SAJ INF (04214780) José Plácido Lemos Silva;
SAJ INF (06140281) Martinho Ezequiel da Costa Elias;
SAJ INF (03865678) António Luís Figueira Felino Paiva;
SAJ INF (01530978) Hélder António de Barros Oliveira;
SAJ INF (09768377) António Aires Alves;
SAJ INF (03640378) Artur dos Santos Fernandes Fonseca;
SAJ INF (05182182) Francisco Alberto Pires;
SAJ INF (06090082) Carlos Alberto de Sousa Almeida;
SAJ INF (10960278) João Manuel dos Santos Pacheco;
SAJ INF (11426778) Jaime Manuel Coelho;
SAJ INF (10094979) Manuel Teixeira dos Reis;
SAJ INF (04364779) Arnaldo Joaquim Rodrigues S. Resende;
SAJ INF (01780579) José Miguel Afonso;
SAJ INF (05681279) António Alexandre Pires Frutuoso;
SAJ INF (08945578) Victor Leonardo Rodrigues Pires;
SAJ INF (07705478) Virgílio Martins Costa;
SAJ INF (02174582) Nascimento António Barroco Peniche;

SAJ INF (09026578) José Carlos Brito;
SAJ INF (01719779) Altino Júlio Calvo;
SAJ INF (18145380) Mário Manuel Pinto Rodrigues;
SAJ INF (04787578) Aniceto Jorge Montez Duarte;
SAJ INF (02753184) João Carlos Dias Seabra;
SAJ INF (14828580) Fernando da Silva Franco;
SAJ INF (18915880) José Agostinho Pereira;
SAJ INF (03557281) Luís Filipe Serras Alves;
SAJ INF (12533380) António Manuel Freitas Osório;
SAJ INF (12121581) Manuel Adolfo Ribeiro Coelho;
SAJ INF (13248582) José Jacinto Mira Ferro;
SAJ INF (12224473) Adriano da Silva Teixeira;
SAJ INF (15777381) José Alexandre Veiga Martins;
SAJ INF (15934180) Ernesto Augusto Ramos Calçarão;
SAJ INF (10259474) Bernardino José de Andrade Ferraz;
SAJ INF (14401778) Jorge Manuel Marques Pereira;
SAJ INF (03014480) Baltazar António Severino Horta;
SAJ INF (01865978) Rui Manuel da Horta;
SAJ INF (13006082) Carlos Alberto Neves;
SAJ INF (10907177) António Manuel da Ressurreição;
SAJ INF (05028878) José António de Oliveira Carreira;
SAJ INF (16800683) Jorge Manuel Lourenço Lúcio;
SAJ INF (07688878) Júlio Semedo Bravo;
SAJ INF (00866881) Evaristo António M. Valente;
SAJ INF (13038681) José Alves Martins Rodrigues;
SAJ INF (16158579) Luís António de Lima Tinoco Tovim;
SAJ INF (13918079) José António Guerreiro Felício;
SAJ INF (11011682) Jorge Manuel Assunção Agulha;
SAJ INF (15246181) Joaquim José Esturrica Garcia;
SAJ INF (16720881) António Jorge Pereira Relvas;
SAJ INF (04549778) Roberto Jorge Seixas Martins;
SAJ INF (11746581) Fábio Reis da Costa e Silva;
SAJ INF (00862680) Eurico Óscar Vieira Lima;
SAJ INF (10362081) Eugénio Realinho Farinha Palha;
SAJ INF (10174882) Jorge Manuel da Costa Pereira;
SAJ INF (01027881) Luís Manuel dos Santos Margaça;
SAJ INF (02686881) João Paulo Bento Alves;
SAJ INF (01569081) Saul Joaquim Nunes Valente;
SAJ INF (16449781) Victor Manuel dos Santos Miranda;
SAJ INF (19337981) Joaquim Pedro Duarte Rodrigues;
SAJ INF (08099379) Mário Manuel Costa Legrant;
SAJ INF (04918281) Francisco José Aleixo Caldeireiro;
SAJ INF (17032982) José Manuel Cavaco da Costa;
SAJ INF (03405880) Carlos Agostinho Favita Madeira;
SAJ INF (18820378) António Luís Ramalhete Malheiro;
SAJ INF (03609280) António Manuel Ferreira Soares;
SAJ INF (19574081) Manuel Artur dos Santos Afonso;
SAJ INF (02233181) Adriano Pires Gomes;
SAJ INF (00292581) Jorge Luís Venâncio;
SAJ INF (11065180) Romualdo Pedro Gaião;
SAJ INF (12549378) Carlos Manuel de Jesus dos Santos;

SAJ INF (09814367) José Alberto da Cunha Pereira;
SAJ INF (05790077) António Alberto da Silva Ferreira.

Despacho de 18 de Janeiro de 2000:

Artilharia:

SAJ ART (06912474) Manuel Marques Pereira Dias;
SAJ ART (01878379) David Jorge Fino Correia Pais;
SAJ ART (18560778) Joaquim Henrique Russo Barata;
SAJ ART (02800280) António Manuel Fialho Fortunato;
SAJ ART (08284780) Luís Filipe dos Santos Pereira Duarte;
SAJ ART (18483379) Manuel Joaquim Cardoso Paulino;
SAJ ART (08849579) Pedro dos Reis Francisco;
SAJ ART (16066480) Francisco António Seabra Travanca Afonso;
SAJ ART (07856582) Joaquim António de Oliveira Frade;
SAJ ART (09070478) José Maria Mira dos Santos;
SAJ ART (04057979) Filipe Luís Almeida Sousa;
SAJ ART (12730281) José Eduardo Santos Pereira;
SAJ ART (12305180) Pedro Manuel Caseiro;
SAJ ART (02122479) José António Raposo Sousa;
SAJ ART (02149380) António José Santos Banhudo;
SAJ ART (14133980) José Manuel Esteves Ventura;
SAJ ART (06718880) Júlio Lopes Pinheiro;
SAJ ART (16844378) Carlos Francisco Duarte Freitas;
SAJ ART (18155380) Rui António da Silva Bessa;
SAJ ART (09431181) Victor Manuel Mendes Evangelista;
SAJ ART (19884481) Luís Manuel Sameiro Santana Correia;
SAJ ART (02422177) Fernando Apolinário Ferreira;
SAJ ART (13788681) Carlos Manuel de Barros M. Beirão Oliveira;
SAJ ART (16227081) Jorge Manuel Silva de Almeida;
SAJ ART (05230174) Custódio das Neves da Cunha Cruz;
SAJ ART (09194080) Manuel Bernardino Correia Duarte;
SAJ ART (03977078) Fernando Virgílio Ricardo;
SAJ ART (07159681) Jorge Alberto Lopes Pereira;
SAJ ART (02418281) João António Soares Lopes;
SAJ ART (10391280) Joaquim António Catarino;
SAJ ART (10251881) Fernando Tito Andrade Rodrigues Pimenta;
SAJ ART (03105280) Mário José Pereira Rebelo Cordeiro;
SAJ ART (01439980) Manuel Francisco Nunes de Viveiros;
SAJ ART (14729776) Domingos Paixão da Eugénia;
SAJ ART (04617978) Henrique José Rosa de Carvalho;
SAJ ART (15088078) José Benigno Lopes da Costa;
SAJ ART (09258281) José Gregório Duarte Canatário;
SAJ ART (00269579) Carlos Alberto Lima Ferreira;
SAJ ART (04772576) António Manuel Lopes Mariano;
SAJ ART (02697081) Fernando Manuel Patrão Maçaroco Santa;
SAJ ART (03634884) Paulo Jorge dos Santos Antunes Guerreiro;
SAJ ART (07181481) Carlos Jorge Guerrinha Teixeira;
SAJ ART (02088478) Adelino Tinoco Dantas Costa;
SAJ ART (17436181) António Joaquim Fonseca Salvado Alves;

SAJ ART (13953078) Amílcar Soares Valente;
SAJ ART (10700076) Joaquim da Piedade Carrasco Honrado;
SAJ ART (01366480) Lino Manuel Fernandes Neto;
SAJ ART (00016680) Francisco Manuel da Cruz Pinto;
SAJ ART (14355380) Carlos Manuel Clemente de Menezes Becker;
SAJ ART (04576679) Agostinho Rodrigues Barbosa;
SAJ ART (04017576) António José da Silva;
SAJ ART (04616880) Elísio Soares Santos Patrício;
SAJ ART (11342481) Manuel Joaquim Almeida Mirrado;
SAJ ART (00227781) José Manuel da Silva;
SAJ ART (04692779) João Carlos Chumbaça Carvalho;
SAJ ART (15273778) Joaquim António Cabral de Oliveira;
SAJ ART (17860081) Armando Lopes Dias da Silva;
SAJ ART (08008983) Victor Manuel Caixas Caldeira.

Cavalaria:

SAJ CAV (05794579) Luís Pedro Gabriel da Silva Machado;
SAJ CAV (09284180) Joaquim Manuel Guerreiro Romão;
SAJ CAV (01058880) Angelino José Gato Cabacinho;
SAJ CAV (15422580) Jorge de Almeida Simões;
SAJ CAV (14305479) José Alfredo Neves Liberato;
SAJ CAV (18236378) António Luís Ferreira Prates;
SAJ CAV (02584580) Alcides Marques Pais Mamede;
SAJ CAV (12210479) Fernando Manuel Neves David;
SAJ CAV (04512378) Emanuel Francisco Calado do Rio Paiva;
SAJ CAV (11645182) João Vicente Serra Ribeiro;
SAJ CAV (01138079) José Manuel da Silva Rodrigues;
SAJ CAV (08284678) Avelino Rodrigues Seco;
SAJ CAV (09461880) João Carlos da Silva Godinho;
SAJ CAV (07037580) António Vaz Charavilha Baldo;
SAJ CAV (08189780) Ricardo Fernando Banha Santos;
SAJ CAV (18812181) Domingos Fernando de Barros;
SAJ CAV (15026180) António Moreira Ferreira;
SAJ CAV (07986781) António José do Rosário Torres;
SAJ CAV (18894580) Joaquim José Alvega Trindade;
SAJ CAV (04770878) José Pinto Angélico;
SAJ CAV (05493480) Luís Filipe Cotrim da Silva;
SAJ CAV (07982981) João Afonso Sequeira Rodrigues;
SAJ CAV (09690578) Carlos Manuel Cerqueira Barreira;
SAJ CAV (07212679) Carlos Batista Seixas;
SAJ CAV (19918180) José Francisco Velez Realinho;
SAJ CAV (11587481) Carlos Augusto L. Pereira Natividade Silva;
SAJ CAV (12463581) Francisco Luís Castelo Valente Casimiro;
SAJ CAV (00559781) Vasco Manuel Gomes Machado;
SAJ CAV (04580980) Adolfo Viriato Pires;
SAJ CAV (04815480) Fernando Inácio Pécurto Grego;
SAJ CAV (01687781) Fernando José Lopes Pedrosa;
SAJ CAV (01182279) Franklim Maria Vicente João;
SAJ CAV (03337082) Arlindo Bráz Álvaro Papafina;
SAJ CAV (09871480) José Manuel Carvalho da Silva;
SAJ CAV (02849178) Carlos Alberto Gomes Teixeira;

SAJ CAV (02529881) João José Ribeiro Cardoso;
SAJ CAV (14881481) Manuel do Rosário Leandro Gonçalves;
SAJ CAV (16018480) Francisco Leite Barbosa;
SAJ CAV (07641580) Fernando Proença Henriques;
SAJ CAV (19732683) Armindo Santos Silva;
SAJ CAV (10709478) Carlos Manuel Sousa Jorge;
SAJ CAV (12703577) Romeu José Flora Assunção;
SAJ CAV (19435179) Armando Gonçalves Santos;
SAJ CAV (13842281) Carlos Manuel Alves Lopes;
SAJ CAV (00305481) António José Branquinho Santos;
SAJ CAV (12381781) António José Alves Coutinho;
SAJ CAV (03049182) Carlos Alberto Tavares Dias;
SAJ CAV (02286779) Domingos Manuel Mariquitos;
SAJ CAV (03923080) Carlos Filipe Fernandes de Carvalho;
SAJ CAV (10216280) João Carlos Gonçalves Maridalho;
SAJ CAV (05952781) Luís Filipe Pinheiro Barradas;
SAJ CAV (00351981) José Luís de Oliveira Correia;
SAJ CAV (11966380) José Luís Rodrigues Lourenço;
SAJ CAV (19153881) António Manuel Ferreira Rodrigues;
SAJ CAV (10238381) Ernesto Arnaldo Clemente;
SAJ CAV (17180280) Luís Adelino Meneses Real;
SAJ CAV (06479580) Raul Rodrigues Ferreira.

Engenharia:

SAJ ENG (18653179) Lino Alberto de Carvalho Roque;
SAJ ENG (03296478) Irineu da Silva Mendes;
SAJ ENG (08967979) Domingos José Gonçalves Rodrigues Limão;
SAJ ENG (09081579) Luís João Rodrigues Sequeira;
SAJ ENG (06014078) Eugénio Manuel Correia Duarte;
SAJ ENG (17608780) António Pimentel Simões Bertão;
SAJ ENG (07996279) Vitor Manuel Cordeiro;
SAJ ENG (14662678) Manuel de Oliveira Lopes;
SAJ ENG (04785979) Luís Filipe Rodrigues Nobre;
SAJ ENG (00286881) Luís Luciano de Oliveira Ribeiro;
SAJ ENG (17310380) José Carlos Vitória Constantino;
SAJ ENG (05832779) Francisco Firmino Esteves Sousa;
SAJ ENG (00307681) António Manuel Batista Pestana;
SAJ ENG (17329980) Nuno Manuel Luís Pinto;
SAJ ENG (09711378) José Manuel Garcia Almeida;
SAJ ENG (14081281) José Henriques dos Santos;
SAJ ENG (06856681) Emanuel de Jesus Rodrigues Moreira Silva;
SAJ ENG (10316381) Manuel Mourato Trabuço;
SAJ ENG (12805878) Luís Filipe Cabeleira Leal;
SAJ ENG (07264082) Fernando Carvalho Lopes;
SAJ ENG (06658181) Fernando Manuel Pinto Ferreira;
SAJ ENG (07964678) Luís Manuel Machado Farias;
SAJ ENG (06165682) Paulo Domingues Lapa dos Santos;
SAJ ENG (15522577) José Manuel Viegas Lousa;
SAJ ENG (10790776) José Pedro Castanheiro.

Transmissões

SAJ TM (08516281) Jorge Manuel de Almeida Pereira;
SAJ TM (11681781) Sabino do Nascimento Moraes Ferreira;
SAJ TM (17130782) António Manuel Casegas Ambrósio;
SAJ TM (12543080) António Fernando Lampreia Cravinho;
SAJ TM (16297779) Joaquim Rodrigues Duarte;
SAJ TM (09964480) António Adão Borges;
SAJ TM (04352779) João Lopes Monteiro;
SAJ TM (18432880) Fernando Rodrigues Ferreira;
SAJ TM (15626978) Joaquim Augusto da Silva Freitas;
SAJ TM (01183181) António José Ferreira Caldas de Araújo;
SAJ TM (07195480) Feliciano Henrique Paula da Silva;
SAJ TM (13377081) António Abílio Almeida;
SAJ TM (00450379) António Gervásio Nunes da Silva Marques;
SAJ TM (05551580) Álvaro Augusto Mata Maurício;
SAJ TM (03323079) Emanuel Jesus Gonçalves de Oliveira;
SAJ TM (12237380) Joaquim José Ferreirinha Caetano;
SAJ TM (01713481) Luís Gonzaga Terêncio;
SAJ TM (19006981) Armando Jorge de Jesus Aparício;
SAJ TM (01261581) Mário Augusto Martins Pires;
SAJ TM (04966582) Jorge Manuel da Silva Lameiras Alberto;
SAJ TM (03670781) Fernando Fernandes;
SAJ TM (17683979) Amândio Fernandes Correia;
SAJ TM (15163280) José Albertino Alves de Sousa;
SAJ TM (02515278) Francisco Manuel Semião Pinto.

Administração Militar:

SAJ AM (11004180) Amândio do Nascimento Evangelista;
SAJ AM (05043678) Joaquim José Rodrigues Paiva;
SAJ AM (09031981) Vitor Manuel de Assunção Pereira;
SAJ AM (11393078) Carlos Manuel Carvalho de Jesus;
SAJ AM (19420881) João António Marques Matos;
SAJ AM (18375378) António Joaquim Pires Ganhão;
SAJ AM (14321879) Armando Monteiro Liberato;
SAJ AM (04243080) Dinis Pires Matela;
SAJ AM (15405079) Armando Victor Pinto da Silva;
SAJ AM (08271280) Manuel de Queiróz Bernardo;
SAJ AM (07663182) Carlos António Soares Martins Pimpão;
SAJ AM (16689380) José Carlos Moreno Malveiro;
SAJ AM (19903282) António Maria Poejo Churra;
SAJ AM (18890579) Agostinho Manuel Marujo Barateiro;
SAJ AM (13173477) José Alberto Fidalgo Rita;
SAJ AM (10985780) Paulo Jorge Fernandes;
SAJ AM (16992880) António Joaquim Cabaço Pereira;
SAJ AM (17678178) Pedro Miguel Brás Escaroupa Lopes;
SAJ AM (07881881) Duarte Gomes Oliveira;
SAJ AM (15819480) José Manuel Noruegas Sapateiro;
SAJ AM (16327381) João Carlos Xavier de Mesquita;
SAJ AM (05702179) António Norberto O. Rocha Brito;

SAJ AM (19194779) Silvio Alves Balouta;
SAJ AM (13362277) Luís António da Graça Teixeira;
SAJ AM (17807579) João Francisco Mostra;
SAJ AM (09173065) Joaquim José Barrigó Freire.

Medicina:

SAJ MED (17865481) Maximino de Sousa Passos;
SAJ MED (07720981) Victor Manuel dos Santos Simões;
SAJ MED (18919781) Américo Marques Lúcio;
SAJ MED (01377182) José Manuel Rodrigues Galo;
SAJ MED (07419682) António Manuel Rodrigues Carvalho;
SAJ MED (18502581) António Francisco Capão Afonso;
SAJ MED (06170082) Manuel António Esteves Pereira;
SAJ MED (15205582) António José Martins dos Santos;
SAJ MED (13636780) José Júlio Sousa Fernandes;
SAJ MED (16917980) António Manuel Gomes Nunes;
SAJ MED (05684180) Aurélio Manuel Guedes Mendes;
SAJ MED (10195781) João Manuel Casimiro Matos;
SAJ MED (03363080) Jorge Carlos Gomes Antunes;
SAJ MED (12719381) Nelson Antunes Rodrigues dos Santos;
SAJ MED (03567082) José Carlos Ferreira Coutinho;
SAJ MED (17515381) António Manuel da Cruz Ribeiro F. Pereira;
SAJ MED (16776881) João Paulo Alves das Neves;
SAJ MED (13725282) José Ilídio Duarte da Silva Areosa;
SAJ MED (19928180) Fernando António Gonçalves Carito;
SAJ MED (00446882) António Lemos de Sousa;
SAJ MED (19115773) José Agostinho Carvalho Teixeira;
SAJ MED (08413680) Manuel Gomes Videira;
SAJ MED (09336582) José Carlos Pereira Rijo;
SAJ MED (60700174) Jaime Claudimiro G. Martins da Silva;
SAJ MED (15589381) Paulo Manuel Pires de Távora Távora;
SAJ MED (16392081) Fernando José Ribeiro da Fonseca;
SAJ MED (14472482) Álvaro Manuel Palhinhas Pereira;
SAJ MED (06088182) Jorge Manuel Pereira;
SAJ MED (09754480) Ilídio Inês Fernandes;
SAJ MED (05587773) José Manuel Rosa Carrola;
SAJ MED (15534880) Rogério de Matos Marques Parente;
SAJ MED (19498680) José António dos Santos Caseiro;
SAJ MED (05167281) Victor Manuel Pereirinha dos Santos;
SAJ MED (07868482) Gaspar Alberto Parente Ferreira;
SAJ MED (04282382) António Ferreira da Rocha;
SAJ MED (02372482) José João Guedes Saavedra;
SAJ MED (05855381) Manuel Simões Ferraz;
SAJ MED (13871179) Rui Manuel Brito Oliveira;
SAJ MED (10244081) José Manuel Albuquerque Parelho;
SAJ MED (05025680) Abílio Leal Fernandes;
SAJ MED (16199182) Manuel Joaquim Alves da Cruz;
SAJ MED (06662581) Orlando dos Reis e Palma Pereira;
SAJ MED (00482882) Eduardo Manuel Martins Farinha;

SAJ MED (03301881) Francisco Manuel Teixeira Soares;
SAJ MED (04535581) Victor Manuel Carretas Pestana.

Farmácia:

SAJ FARM (15996077) Luís Paulo Palma Ferreira;
SAJ FARM (00948179) José António Caetano Pavia;
SAJ FARM (19852179) António José Marques Moreira;
SAJ FARM (08787178) Didio Jacinto Caldeira Tangarrinhas;
SAJ FARM (12715474) Fernando Manuel Marques Carnaz.

Veterinária:

SAJ VET (00467775) João Manuel Cabrita Correia.

Serviço de Material:

SAJ MAT (19543180) Carlos Alberto Gonçalves Neto da Graça;
SAJ MAT (07289178) António dos Reis Barreira;
SAJ MAT (61327869) Joaquim Pedro Santos;
SAJ MAT (04103065) António de Almeida Pedreiro;
SAJ MAT (10587580) Agostinho Teixeira Moreira;
SAJ MAT (19527078) José Manuel Dias da Costa Ferreira;
SAJ MAT (13890480) João Meira Campos de Araújo;
SAJ MAT (11560282) Fernando Martins Dias;
SAJ MAT (10954480) João Domingos da Rosa Biscaia;
SAJ MAT (10573580) Joaquim Manuel Laço Caroço;
SAJ MAT (07774277) Eduardo Pratas Sagradas Couceiro;
SAJ MAT (11084679) Henrique Augusto Lopes Rodrigues;
SAJ MAT (06214282) Carlos Gameiro Marques;
SAJ MAT (16599882) José Francisco Lula Bataca;
SAJ MAT (07677382) Mário Manuel Gaspar de Carvalho;
SAJ MAT (17569280) Carlos Alípio Martins;
SAJ MAT (05114982) Carlos Manuel Sousa Angelino;
SAJ MAT (06096881) Carlos Manuel Alves Vieira da Costa;
SAJ MAT (10059881) Lourenço José Ferreira Rato.

Serviço Geral do Exército:

SAJ SGE (17224278) Sérgio Duarte Lima;
SAJ SGE (17031979) Manuel António Neves Martins;
SAJ SGE (01917677) Manuel João Ferreira de Oliveira Carvalho;
SAJ SGE (11635378) José Alberto de Barros Lomba;
SAJ SGE (06821579) Domingos Manuel Lourenço Quelhas;
SAJ SGE (11954778) José Filipe Jota Cardoso;
SAJ SGE (11701479) Victor Manuel da Graça Novais;
SAJ SGE (14921678) Joaquim dos Santos Freitas;
SAJ SGE (06135882) Valentim Nogueira da Cunha;
SAJ SGE (15663578) Rui Manuel Pacheco Ribeiro;
SAJ SGE (10691378) António Neves Santos Vidigal;
SAJ SGE (10132779) José Fernandes Rodrigues;
SAJ SGE (11742479) Luís Miguel Martins;
SAJ SGE (10461178) Fernando A. Gomes Amorim;

SAJ SGE (17580377) Carlos Manuel Paredes dos Santos;
SAJ SGE (09297578) António Jeremias Caseiro Marques;
SAJ SGE (12770281) José Albino Filipe Seco;
SAJ SGE (03317683) Francisco da Conceição Correia Carvão;
SAJ SGE (03742979) José António C. Ferreira;
SAJ SGE (12865981) Carlos Alberto Morginho Ferra;
SAJ SGE (17129177) Carlos Joaquim Carrilho Dias;
SAJ SGE (16553180) António José Galhardo Cravinho;
SAJ SGE (14985179) Fernando Pereira Monteiro;
SAJ SGE (05993181) Arnaldo da Silva Santos Fernandes;
SAJ SGE (17391380) Júlio Henrique Paiva Figo.

Quadro de Amanuenses:

SAJ AMAN (12716574) Jorge Manuel Rodrigues Gaspar;
SAJ AMAN (11269975) Francisco de Sousa da Costa;
SAJ AMAN (61041870) José Joaquim Gamboa Costa Leite;
SAJ AMAN (61092172) João Manuel Carvalho do Ó;
SAJ AMAN (13886673) Eduardo Albano Queijada Cruz;
SAJ AMAN (61067972) José Figueiredo Morgado;
SAJ AMAN (15484074) Fernando Lopes Mordomo;
SAJ AMAN (10695672) Ricardo Jorge Abrantes Correia;
SAJ AMAN (61648672) Orlando Júlio Vila Verde Rocha;
SAJ AMAN (17484570) Gilberto Gaudêncio Gomes Luís;
SAJ AMAN (82127173) José António Paulo.

Pára-quedistas:

SAJ PARAQ (11579374) José Luís Rosa Gonçalves;
SAJ PARAQ (18883471) Eduardo Manuel Rodrigues;
SAJ PARAQ (04046675) Francisco Lopes Silva;
SAJ PARAQ (00202975) José Fernando Carvalho Almeida;
SAJ PARAQ (07404675) José António de Jesus;
SAJ PARAQ (08017372) Licínio Valente de Jesus;
SAJ PARAQ (12507375) Manuel Rebelo de Almeida;
SAJ PARAQ (08933973) Diamantino Augusto Moraes;
SAJ PARAQ (13677475) António de Oliveira Lourenço;
SAJ PARAQ (15461871) Álvaro Luciano Bento;
SAJ PARAQ (14967075) José Manuel Landeiro Costa;
SAJ PARAQ (03382676) Carlos Alberto Magalhães Rodrigues;
SAJ PARAQ (16386578) Fernando Fontainhas Jordão;
SAJ PARAQ (08175578) António Bandeiras Esperto;
SAJ PARAQ (00570577) António Manuel Pereira Rodrigues;
SAJ PARAQ (13025177) José Daniel Cerqueira Martins Rosa;
SAJ PARAQ (02894577) Manuel Marçal Nunes;
SAJ PARAQ (11750468) Carlos Alberto Melo e Silva;
SAJ PARAQ (15623577) José Francisco Antunes Farinha;
SAJ PARAQ (14385172) João Pereira Martins;
SAJ PARAQ (03987878) Arnaldo Joaquim Lopes Duarte;
SAJ PARAQ (19292377) Valdemar Borba Gonçalves Dias;
SAJ PARAQ (03643078) Mário Fernandes Rodrigues;
SAJ PARAQ (14674368) Vitor Manuel Pereira do Couto;

SAJ PARAQ (13580675) Alexandre Manuel de Figueiredo Campos;
SAJ PARAQ (15555978) António Manuel da Costa Lousada;
SAJ PARAQ (03588578) Ricardo José dos Santos Almeida;
SAJ PARAQ (03223677) José Augusto Casimiro Nunes;
SAJ PARAQ (16453575) Luís Bartolomeu Nunes;
SAJ PARAQ (12651177) José Maria da Silva Alexandre;
SAJ PARAQ (15368278) Jorge Manuel Rodrigues da C. L. Amaro;
SAJ PARAQ (16118775) António Francisco Ventura Mendes;
SAJ PARAQ (07890578) João José Pereira da Conceição Pedro;
SAJ PARAQ (02141278) Eduardo Manuel do Rosário Filipe.

Despacho de 24 de Janeiro de 2000:

Músicos:

SAJ MUS (17129368) Luís Gonzaga Cabral Resendes;
SAJ MUS (02415468) Claudino Carneiro Leal;
SAJ MUS (11742867) José Lourenço Costa;
SAJ MUS (02099764) José Inácio Peixe Fernandes;
SAJ MUS (06523965) Vitor Manuel Isidoro dos Santos;
SAJ MUS (18951569) José Luís da Silva Ribeiro;
SAJ MUS (09230266) Pedro Mourato Conceição;
SAJ MUS (19771168) Joaquim António Neves Coca;
SAJ MUS (10896167) Josué Mourato Costa;
SAJ MUS (10312770) Manuel Custódio Monteiro;
SAJ MUS (12970369) Manuel Garcia Claré Batista;
SAJ MUS (19234069) José Eduardo Silva Pleno;
SAJ MUS (11151174) Francisco Henrique Canoa Ribeiro;
SAJ MUS (14235075) Alexandre Manuel Escada;
SAJ MUS (11347373) Inácio Feliciano Vieira Alfaiate;
SAJ MUS (06521873) José Augusto da Silva Ferreira;
SAJ MUS (05515366) António Manuel Dias Rodrigues;
SAJ MUS (09992473) Mário Francisco Saboga Polha;
SAJ MUS (02430475) Jacinto Farias Eleutério;
SAJ MUS (15728570) António Jacinto Silva Boaventura;
SAJ MUS (01128876) Fernando Eleutério de Nóbrega Teixeira;
SAJ MUS (08361475) José Lourenço Cardoso Amaral;
SAJ MUS (15768981) José Manuel da Conceição Tobias;
SAJ MUS (09981675) Adelino Oliveira Fragoso Canário Peixoto;
SAJ MUS (00580178) José Armindo de Oliveira Drogas;
SAJ MUS (09599880) Alberto Manuel Vaz da Cruz;
SAJ MUS (16953182) Óscar Manuel Gil Alves;
SAJ MUS (17500685) Joaquim Fernando Ferreira Peixoto;
SAJ MUS (07485973) José Ferreira Fernandes;
SAJ MUS (11979269) Florival Farias Eleutério;
SAJ MUS (17677172) Abel Luís Pestana Fernandes;
SAJ MUS (09432374) Ernesto Ascensão Parente Delicado;
SAJ MUS (10239772) José Humberto Vieira dos Vais;
SAJ MUS (03226382) Rogério Paulo Martins da Silva.

VI — COLOCAÇÕES, NOMEAÇÕES E RECONDUÇÕES

Nomeações

Mandam o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas e o Chefe do Estado-Maior do Exército, nos termos do art. 275.º do CJM, nomear o GEN (52156011) Mário Arnaldo Jesus da Silva, para o cargo de vogal militar do STM, em substituição do GEN RES (51470611) Fernando de Oliveira Pinto, exonerado, a seu pedido, em 16 de Julho de 1999.

A presente nomeação produz efeitos em 19 de Julho de 1999.

(DR II série, n.º 179, de 3 de Agosto de 1999)

Mandam o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas e o Chefe do Estado-Maior do Exército, nos termos do art. 275.º do CJM, nomear o TGEN (51085411) António Gabriel de Albuquerque Gonçalves para o cargo de vogal militar do STM que se encontra vago.

A presente portaria produz efeitos a partir de 7 de Fevereiro de 2000.

Manda o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas e o Chefe do Estado-Maior do Exército, em conformidade com o disposto no art. 283.º do CJM, nomear o COR ART (41477862) José Manuel da Silva Agordela para o cargo de promotor de justiça militar junto do STM, em substituição do COR INF RES (45520661) Nuno Roque, exonerado a seu pedido em 30 de Janeiro de 2000.

A presente nomeação produz efeitos a partir de 31 de Janeiro de 2000.

(DR II série, n.º 39, de 16 de Fevereiro de 2000)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, nos termos das disposições conjugadas dos arts. 236.º e 237.º e do n.º 2 do 233.º, todos do CJM, nomear o COR INF (04975065) Adelino Nunes de Matos, juiz do TMTCoimbra. Inicia o biénio em 1 de Fevereiro de 2000 e termina a 31 de Janeiro de 2002.

(DR II série, n.º 47, de 25 de Fevereiro de 2000)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, nos termos das disposições conjugadas do n.º 2 do art. 233.º e do n.º 1 do art. 237.º, ambos do CJM, nomear como juiz vogal do 3TMTLisboa o COR INF RES (44313460) Adelino Simão Gamboa.

Inicia o biénio em 3 de Julho de 1999 e termina-o em 2 de Julho de 2001.

(DR II série, n.º 205, de 2 de Setembro de 1999)

Reconduções

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, nos termos das disposições conjugadas do n.º 2 do art. 233.º, do n.º 2 do art. 258.º e do art. 259.º, todos do CJM, reconduzir o COR INF (04321264) Manuel Joaquim Rodrigues Correia Tavares, nas funções de defensor oficioso no 1TMTPorto.

Inicia o biénio em 2 de Abril de 2000 e termina em 1 de Abril de 2002.

(DR II série, n.º 17, de 21 de Janeiro de 2000)

Mandam o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas e o Chefe do Estado-Maior do Exército, em conformidade com o disposto no art. 284.º do CJM, reconduzir o COR INF (45520661) Nuno Roque no cargo de promotor de justiça militar junto do STM, o qual tem vindo

a ser por ele exercido nos termos da portaria de 8 de Maio de 1997, publicada no *Diário da República*, 2.ª Série, n.º 133, de 11 de Junho de 1997.

A presente portaria produz efeitos a partir de 1 de Agosto de 1999.

(DR II série, n.º 193, de 19 de Agosto de 1999)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, nos termos das disposições conjugadas dos n.ºs 1 e 2 do art. 233.º, do art. 236.º e do art. 237.º, todos do CJM, reconduzir como juiz vogal do 1TMTLisboa, o COR ART RES (02578463) António Ferreira da Silva.

Inicia o biénio em 15 de Setembro de 1999 e termina-o em 14 de Setembro de 2001.

(DR II série, n.º 205, de 2 de Setembro de 1999)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, nos termos das disposições conjugadas do n.º 2 do art. 233.º, do n.º 2 do art. 258.º e do art. 259.º, todos do CJM, reconduzir como defensor oficioso do 3TMTLisboa, o TCOR INF (01024467) Emanuel Borges Pamplona.

Inicia o biénio em 16 de Setembro de 1999 e término em 15 de Setembro de 2001.

(DR II série, n.º 210, de 8 de Setembro de 1999)

Exonerações

Mandam o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas e o Chefe do Estado-Maior do Exército, nos termos do art. 275.º do CJM, exonerar o TGEN RES (51411911) Ramiro José Marcelino Mourato do cargo de vogal militar do STM, por transitar para a situação de reforma.

A presente portaria produz efeitos em 19 de Janeiro de 2000.

(DR II série, n.º 24, de 29 de Janeiro de 2000)

Rectificação

Por ter sido publicado com inexactidão no *Diário da República*, 2.ª Série, n.º 21, de 26 de Janeiro de 1999, portaria n.º 83/99, e na *OE n.º 3 de 31 de Março de 1999*, rectifica-se que, onde se lê “nomear como promotor de justiça do TMTCoimbra, o TCOR CAV (09762266) Rui Borges Santos Silva” deve ler-se “nomear como promotor de justiça de Coimbra o COR CAV (09762266) Rui Borges Santos Silva”.

(DR II série, n.º 72, de 26 de Março de 1999)

VII — CURSOS, ESTÁGIOS E TIROCÍNIOS

Cursos

Por despacho do general AGE de 4 de Março de 1999 frequentaram o “Curso de Promoção a Oficial Superior 99/00” que decorreu no IAEM, no período de 14 de Outubro de 1999 a 21 de Janeiro de 2000, os oficiais com a classificação (em valores) que a cada um se indica:

Transmissões:

CAP TEXPTM (00576178) Agostinho Aguiar Pinto Janeiro/EPT, 16.95 - MBom;

CAP TEXPTM (06542378) Fernando Oliveira das Neves/ EPT, 16.79 - MBom;

CAP TEXPTM (00471077) António de Castro Henriques/ EPT, 15.33 - Bom;

CAP TEXPTM (14935478) Armando António Lopes Mota/ EPT, 14.86 - Bom;
CAP TMANTM (18481377) João Pereira Martins/RTm1, 14.95 - Bom;
CAP TMANTM (09547773) José João Costa Pereira/ESE, 14.77 - Bom;
CAP TMANTM (03730576) José Manuel Fernandes Costa/DGMT, 13.28 - Regular;
CAP TMANTM (07675374) Joaquim da Silva Fernandes/RTm1, 12.85 - Regular.

Serviço de Saúde:

CAP MED (14015883) Rui Teixeira de Sousa/HMR1, 17.51 - MBom;
CAP MED (02105584) João Jácome de Castro/HMP, 17.26 - MBom;
CAP MED (01676082) Paulo Monteiro Silva Lúcio/EPI, 17.16 - MBom;
CAP MED (10662681) Helena Paula Pereira Pinto/HMB, 15.46 - Bom;
CAP MED (12667584) José Nicolau Andrade/CS/RMS, 15.31 - Bom;
CAP MED (14430181) António de Campos Sousa/HMP 14.64 - Bom;
CAP MED (10047280) Guilhermina Brito Lima/HMP, 14.15 - Regular;
CAP MED (17530883) Maria do Carmo Rocha e Silva/CS/CTAT, 13.58 - Regular;
CAP MED (15568982) Eduardo D'Ávila da Silveira, 13.49 - Regular;
CAP MED (19524484) José Miranda Santos Gonçalves/HMP, 13.39 - Regular;
CAP MED (01531481) Joaquim Machado Caetano/HMP, 12.71 - Regular;
CAP FARM (09882782) Maria de Fátima Ferreira Jorge/HMP, 13.55 - Regular;
CAP FARM (16882585) Margarida de Sá Alves Figueiredo/HMB, 13.08 - Regular;
CAP VET (08700986) José Carlos Sanches Ribeiro/CMMV/DSS, 13.86 - Regular;
CAP DENT (13738083) Francisco da Silva Barbosa/HMR1, 14.11 - Regular.

Serviço de Material:

CAP TMANMAT (19244477) Carlos Alberto da Silva Cruz/EMEL, 15.50 - Bom;
CAP TMANMAT (07688778) Joaquim de Oliveira Fulgêncio/EMEL, 15.30 - Bom;
CAP TMANMAT (03094377) Carlos Marques Janela/DSM, 15.23 - Bom;
CAP TMANMAT (18447378) Hélio Ribeiro Pedrinho/DGMG, 15.02 - Bom;
CAP TMANMAT (05078079) José Páscoa Guardado Mendes/EPsm, 14.87 - Bom;
CAP TMANMAT (13523276) Augusto Ferreira Moutinho/BAPSvc/BMI, 14.47 - Regular;
CAP TMANMAT (19824078) António Augusto Reis/DGMG, 13.82 - Regular;
CAP TMANMAT (14290578) José do Nascimento Moura/EMEL, 13.48 - Regular;
CAP TMANMAT (03679776) Augusto Miguel Silva/EMEL, 13.40 - Regular;
CAP TMANMAT (07978678) Mário Francisco da Cruz Oliveira/GAC/BAI, 12.88 - Regular;
CAP TMANMAT (07501077) Manuel Ribeiro Martins/DSM, 12.86 - Regular;
CAP TMANMAT (10191678) Manuel Gonçalves Alho/QG/ZMM, 12.81 - Regular;
CAP TMANMAT (16309677) José Alberto Martins Ribeiro/HMP, 11.65 - Suficiente.

Serviço Geral do Exército:

MAJ GRAD SGE (05552974) Luís Macieira/BCS/CMSM, 14.62 - Bom;
CAP SGE (10414577) Joaquim Cardoso Gomes/EPE, 16.90 - MBom;
CAP SGE (10708377) António Manuel Martins/IMPE, 16.50 - MBom;
CAP SGE (09065878) Diogo Assunção Santos/BAdidos, 16.44 - Bom;
CAP SGE (03347477) João Manuel Matoso de Almeida/DAMP, 16.32 - Bom;
CAP SGE (07426478) Idelberto Euleutério/CMEFD, 16.27 - Bom;
CAP SGE (12604578) Lourenço José Rocha/IO, 16.16 - Bom;
CAP SGE (11929978) Manuel de Jesus Vilhena/DAMP, 16.12 - Bom;
CAP SGE (13440177) Armando Ribeiro da Costa/HMR1, 16.05 - Bom;
CAP SGE (12919674) José Joaquim Nunes Andrez/AGE, 15.89 - Bom;
CAP SGE (16681077) Arlindo Pereira dos Santos/EPT, 15.80 - Bom;
CAP SGE (04181678) Jorge Rodrigues Pereira/CRrecrCbranco, 15.79 - Bom;

CAP SGE (14436978) José Manuel Cordeiro/CREcrÉvora, 15.60 - Bom;
CAP SGE (19056077) José Manuel Simões Rolo/AGE, 15.54 - Bom;
CAP SGE (05393078) Horácio Santos Manaia/DSE, 15.50 - Bom;
CAP SGE (03765678) Alfredo Esteves Carmona/BCS/CMSM, 15.49 - Bom;
CAP SGE (04516076) João Dionísio Parreira Bate/QG/RMS, 15.42 - Bom;
CAP SGE (03745576) Israel dos Santos Costa/TMTCoimbra, 15.41 - Bom;
CAP SGE (16531078) Vasco Cruz Gomes/DAMP, 15.39 - Bom;
CAP SGE (02415578) João Domingos Gomes Cid/DInstr, 15.38 - Bom;
CAP SGE (09926178) Pedro Manuel Fragueiro/CIOE, 15.34 - Bom;
CAP SGE (10680777) Fernando José Catalão/CREcrVReal, 15.32 - Bom;
CAP SGE (10016078) Luís Carvalho Alves/RA4, 15.28 - Bom;
CAP SGE (17557477) Manuel Eduardo da Silva/DAMP- 15.23 - Bom;
CAP SGE (01839874) José Ribeiro da Silva/BAdidos, 15.22 - Bom;
CAP SGE (10977875) Joaquim Matroca Balsinhas/TMTelvas, 15.17 - Bom;
CAP SGE (07138778) José Pereira Rodrigues/RG1, 14.97 - Bom;
CAP SGE (12099278) Euclides da Silva Claro/AGE, 14.92 - Bom;
CAP SGE (04257778) José Luís Moreira Ferreira/DSE, 14.89 - Bom;
CAP SGE (05550078) Américo Gonçalves/HMR2, 14.73 - Bom;
CAP SGE (15284074) Carlos Hernâni Melo/HMR1, 14.50 - Bom;
CAP SGE (07784276) Fernando Augusto Dias/DAMP -14.50 - Bom;
CAP SGE (15890074) Manuel Luís Torres/AM 14.49 - Regular;
CAP SGE (01269377) Carlos Manuel Rodrigues Vaz/EPST, 14.47 - Regular;
CAP SGE (11203278) José Carlos Pedrosa Afonso/DGMG, 14.45 - Regular;
CAP SGE (00302475) Vinício Marques/DASP, 14.03 - Regular;
CAP SGE (17338578) Ricardo Filipe Nogueira/EPI, 14.00 - Regular;
CAP SGE (16866078) Manuel José Costa/CREcrBraga, 13.99 - Regular;
CAP SGE (02657275) José da Silva Ramos/ChST, 13.98 - Regular;
CAP SGE (02114874) Natalino Teixeira/RC6, 13.94 - Regular;
CAP SGE (17869478) Fernando Tomaz Ferreira/CREcrPorto, 13.92 - Regular;
CAP SGE (09033377) Cândido Fernandes/DInstr, 13.88 - Regular;
CAP SGE (18733177) Mário Rodrigues Vieira/BAdidos, 13.84 - Regular;
CAP SGE (07616277) Serafim Marques Ribeiro/RA4, 13.83 - Regular;
CAP SGE (04183274) Francisco Artur Carneiro/DGMG, 13.58 - Regular;
CAP SGE (09331676) Joaquim Rosa Vitorino/QG/GML, 13.49 - Regular;
CAP SGE (06635075) Alberto Joaquim Parra/DSS, 13.46 - Regular;
CAP SGE (06569177) Carlos Cavadas/CREcrPDelgada, 13.44 - Regular;
CAP SGE (19071377) Joaquim José Rodrigues/CS/RMS, 13.40 - Regular;
CAP SGE (14625673) Manuel Teixeira Azevedo/RI13, 13.39 - Regular;
CAP SGE (07422574) António Joaquim Lobo/AM, 13.30 - Regular;
CAP SGE (10890674) Manuel Crisanto/DAMP, 13.27 - Regular;
CAP SGE (03047473) Américo Magalhães Leite/EME, 13.23 - Regular;
CAP SGE (19523474) Antero Costa/BST, 13.10 - Regular;
CAP SGE (09959877) Nuno Joaquim Ferreira/QG/RMS, 13.05 - Regular;
CAP SGE (03723775) Rogério Correia dos Reis/CREcrFaro, 12.57 - Regular;
CAP SGE (04000975) Arménio Coelho da Silva/CCSelPorto, 12.30 - Suficiente;
CAP SGE (18071474) Levelino José Paes/QG/RMS, 11.81 - Suficiente;
CAP SGE (13920177) Fernando António Mana/CMEFD, 10.73 - Suficiente.

Bandas e Fanfarras do Exército:

CAP BFE (13264078) Jacinto Coito Montezo/QG/ZMM, 15.66 - Bom;
CAP BFE (12271568) João António Caeiro/QG/RMS, 13.54 - Regular.

Servico Geral Paraquedista:

CAP SGPQ (00961084) Carlos Filipe Fernandes/AMSJ, 15.45 - Bom;
CAP SGPQ (07896378) José Manuel Costa Pereira/Cmd/BAI, 14.86 - Bom;
CAP SGPQ (16880082) José Moutinho/BCS/CTAT, 13.71 - Regular;
CAP SGPQ (16336183) Álvaro Salgado Cunha/AMSJ, 12.88 - Regular.

Por despacho do general CEME de 6 de Maio de 1998, frequentou com aproveitamento o “Nato Fibua Instructors Course - RU” que decorreu no Reino Unido, no período de 16 de Novembro de 1998 a 27 de Novembro 1998, o TEN INF (12472493) Fernando Jorge Fonseca Rijo.

VIII — DECLARAÇÕES

MGEN RES (50772511) João Afonso Bento Soares, continuou na efectividade de serviço, no IMPE, após passar á situação de reserva, em 2 de Janeiro 2000 até 11 de Fevereiro de 2000.

COR INF RES (36031761) José Manuel da Costa Barbosa Pinto, deixou de prestar serviço efectivo, no 2TMTPorto, desde 8 de Março de 2000.

COR INF RES (47088862) José António Ribeiro da Silva, continuou na efectividade de serviço, na ChST, após passar á situação de reserva, em 13 de Março de 2000.

COR INF RES (01423863) António Ramos da Rocha, deixou de prestar serviço efectivo, no 1TMTPorto, desde 8 de Março de 2000.

COR INF RES (05287965) João José Mealha de Mendonça Ventosa, continuou na efectividade de serviço, na DDHM, após passar á situação de reserva, em 31 de Janeiro de 2000.

COR MAT RES (31663061) Jorge Martins Soeiro, continuou na efectividade de serviço, no CFEFE, após passar á situação de reserva, em 15 de Março de 2000.

TCOR TEXPTM RES (34177060) António Joaquim Eufémio, continuou na efectividade de serviço, na PSP, após passar á situação de reserva, em 23 de Março de 2000.

MAJ QTS RES (09311963) Jaime Fernando Mendes Rosa, continuou na efectividade de serviço, no CASO/IASFA, após passar á situação de reserva, em 6 de Fevereiro de 2000.

SMOR MED RES (50046511) Leonardo de Carvalho Cardoso, do QG/RMN, regressou ao serviço efectivo, desde 1 de Março de 2000, ficando colocado no QG/RMN, em diligência na delegação da CVP/Porto.

SMOR SGE (50350211) Adérito de Jesus Gouveia, continua na efectividade de serviço, ficando colocado no BADidos, em diligência na CVP, desde 20 de Março de 2000, data da passagem á situação de reserva, por limite de idade.

SCH INF RES (02292063) José Alves Seixas, deixou de prestar serviço efectivo, no QG/RMN, desde 1 de Março de 2000.

SCH INF RES (07165463) José Maria Alves Mateus de Moura, deixou de prestar serviço efectivo, no QG/RMS, desde 1 de Março de 2000.

SCH TM RES (31206462) Carlos Alberto Gabriel Esteves, deixou de prestar serviço efectivo, no RTm1, desde 16 de Março de 2000, data em que iniciou funções no Núcleo do Cartaxo da Delegação de Santarém da CVP, na situação de “não deslocado”, ficando desde a mesma data colocado no BAdidos.

SAJ INF RES (41165659) João Manuel Fonseca Tavares, deixou de prestar serviço efectivo, no QG/RMS, desde 1 de Março de 2000.

1SAR INF RES (50350211) José Tomé Magarreiro Ferreira, deixou de prestar serviço efectivo, no QG/RMS, desde 16 de Março de 2000.

IX — RECTIFICAÇÕES

Na OE, 2.ª série, n.º 8, de 31 de Agosto de 1996, pág. 450, linha 29, onde se lê: "...curso de "Informação Militar e Comunicações"...", deve ler-se: "...curso de "Informação Segurança Militar e Comunicação"...".

Na OE, 2.ª série, n.º 10, de 31 de Outubro de 1998, pág. 554, linha 12, no respeitante ao COR INF (33253960) João Francisco Guerreiro Santos, onde se lê: "...Guerreiro...", deve ler-se: "...Guerreiro Santos...".

Na OE, 2.ª série, n.º 12, de 31 de Dezembro de 1999, pág. 684, linha 29, no respeitante ao COR ART (50041411) Mário José Verschnider Pereira da Silva, onde se lê: "...23 de Maio...", deve ler-se: "...24 de Maio...".

Na OE, 2.ª série, n.º 12, de 31 de Dezembro de 1999, pág. 690, linha 40, no respeitante ao TCOR AM (02425265) Abel Pires Nogueira Cardoso, onde se lê: "...30 de Setembro...", deve ler-se: "...30 de Outubro...".

Na OE, 2.ª série, n.º 2, de 29 de Fevereiro de 2000, pág. 116, linha 18, onde se lê: "...VI — CURSOS, ESTÁGIOS E TIROCÍNIOS...", deve ler-se: "...VI — COLOCAÇÕES, NOMEAÇÕES E RECONDUÇÕES...".

Na OE, 2.ª série, n.º 2, de 29 de Fevereiro de 2000, pág. 119, linha 15, no respeitante ao COR ART RES (02578463) António Ferreira da Silva, onde se lê: "...Pereira...", deve ler-se: "...Ferreira...".

IX — OBITUÁRIO

1999

Maio, 1 — 1SAR REF (53086911) Augusto José Barbosa, do QG/GML;
Agosto, 31 — SCH REF (50287411) António Cruz Nunes Themudo, do QG/GML;
Outubro, 16 — 1SAR MUS (07455165) Júlio Mendes de Macedo, do RI1;
Dezembro, 2 — CAP REF (51996311) Joaquim António Bernardino, do QG/GML;

Dezembro, 7 — COR ART (51462611) Francisco Cordeiro da Fonseca, do QG/ZMA;
Dezembro, 8 — SAJ REF (50979511) António Godinho, do QG/RMS;
Dezembro, 13 — SAJ REF (51328911) António Nunes da Trindade, do QG/GML.

2000

Janeiro, 2 — 2SAR REF (52233111) João de Matos Canilho, do QG/GML;
Janeiro, 26 — MGEN REF (50140011) Rui Lopes da Trindade Lima, da RG/DAMP;
Janeiro, 27 — 1SAR REF (52438911) Joaquim Costa, do QG/GML;
Janeiro, 30 — SAJ REF (50287811) Francisco Gonçalves Ventura, do QG/RMS;
Fevereiro, 1 — COR TMANMAT (51217711) Luís Armando Marques Garcia, do QG/GML;
Fevereiro, 11 — COR REF (51472311) Eloi do Nascimento Saraiva da Mota, do QG/GML;
Fevereiro, 12 — 1SAR REF (50247611) Carlos Frederico Albuquerque Júnior, do QG/GML;
Fevereiro, 13 — SAJ SGE (09297578) António Jeremias Caseiro Marques, do BADIDOS;
Fevereiro, 22 — SAJ REF (52261811) António Gonçalves da Silva, do QG/RMN;
Fevereiro, 23 — 1SAR REF (50372711) Tibério de Almeida Pavão, do QG/ZMA;
Fevereiro, 23 — 1SAR REF (52738411) Marcelino José Pinheiro Rodrigues, do QG/GML;
Fevereiro, 27 — SAJ REF (51323711) Rui Domingos, do QG/GML;
Março, 3 — COR REF (52154611) José Farinha dos Santos Tavares, do QG/GML;
Março, 3 — SCH REF (50986311) José Pascoinho Neto Vasco, do QG/RMN;
Março, 6 — SAJ REF (50039011) Acácio Cardeiro Saraiva, do QG/GML;
Março, 6 — FUR REF (46393155) José António Silva, do QG/RMS;
Março, 7 — CAP REF (51044411) Manuel Nascimento da Silva, do QG/RMN;
Março, 9 — 1SAR REF (50562811) João Pinto da Rocha, do QG/RMN;
Março, 18 — CAJ REF (06881571) Victor Manuel de Jesus Ramos, do QG/GML;
Março, 23 — COR REF (50274911) Aleu António Aires de Oliveira, do QG/GML;
Março, 29 — COR REF (50224911) Carlos Alberto Simões Ramalheira, do QG/RMN;
Março, 29 — COR REF (51163911) Cassiano Diego da Silva, do QG/RMN;
Março, 30 — 1SAR REF (50352011) Joaquim António Dionísio Ramos, do QG/RMS.

O Chefe do Estado-Maior do Exército

António Eduardo Queiroz Martins Barrento, general.

Está conforme:

O Ajudante-General do Exército

José Pedro da Cruz, tenente-general.



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

SECÇÃO DA OE/DAMP
ESTÁ CONFORME
O ORIGINAL

ORDEM DO EXÉRCITO

3.^a SÉRIE

N.º 4/30 DE ABRIL DE 2000

Publica-se ao Exército o seguinte:

I — MUDANÇAS DE SITUAÇÃO

Militares em regime de contrato

Ingresso no regime de contrato

1. Reingressou em regime de contrato nos termos do art. 404.º do EMFAR (Dec-Lei n.º 34-A/90, de 24 de Janeiro) com as alterações verificadas por força do normativo do art. 30.º do Dec-Lei 236/99, de 25 de Junho, o TEN RC 033 RecInf (31012192) Paulo Jorge Paixão Carvalho, do CCSelPorto, desde 17Jan00.

Fica sem efeito o publicado na *OE n.º 12 - 3.ª Série, de 31 de Setembro de 1999, pág. 369, linha 22.*

2. Transitaram para a situação de regime de contrato desde as datas que se indicam, nos termos do n.º 1 do art. 388.º do EMFAR (Dec.-Lei n.º 34-A/90, de 24 de Janeiro), com a redacção dada pelo Dec.-Lei n.º 157/92, de 31 de Julho, os militares em seguida mencionados:

ALF GRAD 500 Medicina Geral (05393789) Rui Jorge Nunes G. Pereira, do CS/RMS, desde 9Set99;
ALF GRAD 652 LicDireito (07022493) João Manuel Dias Moreira, do QG/GML, desde 6Ago99;
ALF GRAD 659 PsiMilitar (24938591) Ricardo Jorge Alves de Pinho, do CCSelPorto, desde 120ut99;
ALF GRAD 659 PsiMilitar (04875990) Paula Cristina Fachada None, do CPAE, desde 6Nov99;
ALF GRAD 659 PsiMilitar (15308890) Ana Margarida F. Passos Ramos, do CPAE, desde 6Nov99;
ASP 031 Atirador (01271694) Adriano Augusto Lopes, do RI1, desde 6Ago99;
ASP 031 Atirador (03155295) Rui Pedro Ferreira Coelho, do RI2, desde 6Ago99;
ASP 031 Atirador (03637395) Luís Eduardo Ventura Moreira, da EPI, desde 6Ago99;
ASP 031 Atirador (10153096) José António Matos da Silva, do RI1, desde 6Ago99;
ASP 031 Atirador (11404196) Ricardo Nuno Torres Leal, do RI13, desde 6Ago99;
ASP 031 Atirador (01072097) João Miguel Correia da Fonseca Pina, da ETAT, desde 8Dec99;
ASP 031 Atirador (02177396) Miguel dos Santos Rodrigues, do RI19, desde 8Dec99;
ASP 031 Atirador (07102796) António José Câmara, do 1BIAT/BAI, desde 8Dec99;
ASP 031 Atirador (08015296) Nelson Dias, da ETAT, desde 8Dec99;
ASP 031 Atirador (12142796) Gabriel Jorge Branco, da ETAT, desde 8Dec99;
ASP 031 Atirador (12596396) Manuel Francisco Martins de Sousa, da ETAT, desde 8Dec99;
ASP 031 Atirador (15813896) Rui Manuel Silva Mesquita, da ETAT, desde 8Dec99;
ASP 031 Atirador (17057495) Pedro Miguel Vergueira Lopes, do CTm/BAI, desde 8Dec99;
ASP 602 AdmFinan (34795892) João Nuno R. P. Guimarães Azambuja, da ETAT, desde 8Dec99;
ASP 641 Programador (05776096) Carlos Bruno Rodrigues, do CIE, desde 6Ago99;
FUR 609 Alimentação (36551792) Carlos Alberto Botas Tomás, do QG/RMS, desde 4Dec99;
FUR 609 Alimentação (10903894) Rogério Emanuel Frias Monteiro Andrade, do RC6, desde 4Dec99;
FUR 651 Secret (08756895) Mário Filipe Martins dos Santos, do CRecrLisboa, desde 4Nov99.

Passagem à situação de disponibilidade

1. Passaram a ser considerados nesta situação, nos termos do n.º 1 do art. 405.º do EMFAR (Dec.-Lei 34-A/90, de 24 de Janeiro), conjugado com a alínea *a*) do n.º 1 do art. 63.º do RLSM, os militares em seguida mencionados:

TEN (16430090) Maria Ermelinda Moreira de Carvalho, do ArqGEx, desde 6Jan00;
TEN (17242192) José Albino Correia Concha, da EPAM, desde 24Jan00;
TEN (13496485) José António Vilar de Jesus, da EPAM, desde 10Fev00;
TEN (19511191) Mário Rui Sequeira Salgado, da EPA, desde 8Fev00;
TEN (24547891) João António Serra Pação, do RI1, desde 26Fev00;
TEN (19664087) Carlos Manuel Rosado Récio, do RI1, desde 25Set99;
TEN (11106291) Jorge Miguel da Silva Lemos, do RI19, desde 22Dec99;
TEN (16505585) António Manuel Sequeira Abreu, do RAAA1, desde 7Fev00;
TEN (14287489) João Fernando da Silva Ferreira, da EPC, desde 23Dec99;
TEN (15201991) Mauro Diniz Reixa Monteiro Alves Matias, do RI1, desde 29Nov99;
TEN (00152187) Luís Filipe M. A. Melgado Neves, do BSS, desde 30Nov99;
TEN (14633689) Pedro Manuel dos Reis Alves Moraes, do BISM, desde 29Nov99;
1SAR (38399391) Joana Lurdes Pinhão Alves, do ArqGEx, desde 1Mar00;
1SAR (06444291) Nuno Miguel Pereira Loureiro, da EPC, desde 1Mar00;
1SAR (12022591) Alfredo Alexandre da Silva Moreira, do RI1, desde 6Mar00;
2SAR (13889994) José Manuel Mesquita Monteiro, da EPT, desde 13Out99;
2SAR (07390192) Rui Jorge Mesquita Pereira, da EPSM, desde 8Fev00;
2SAR (10322792) Patrícia Alexandra J. S. Pinto, do ArqGEx, desde 10Nov99.

2. Passaram a ser considerados nesta situação, nos termos do n.º 1 do art. 406.º do EMFAR (Dec.-Lei 34-A/90, de 24 de Janeiro), conjugado com n.º 1 do art. 63.º do RLSM, os militares em seguida mencionados:

1SAR (10368091) Álvaro Oliveira de Matos, da EPAM, desde 31Ago99;
1SAR (00751990) José Carlos G. Fonseca, do RAAA1, desde 30Nov99;
1SAR (00787691) Henrique José Martins da Silva, do RA4, desde 30Nov99;
1SAR (08790291) António Maria Pereira Dias, do CIOE, desde 6Jan00;
1SAR (14105189) Paulo Manuel da Graça Esteves, do RI1, desde 19Fev00;
1SAR (03353190) José Augusto Espiga Rei, da EPA, desde 3Fev00;
1SAR (00460688) Amândio Carlos Santos Estima, da EPAM, desde 29Nov99;
1SAR (02709991) Hélder António Lebre Pais, da EPA, desde 20Dec99;
1SAR (07896091) Avelino Manuel Ferreira Passos, da EPAM, desde 29Nov99;
1SAR (06231991) Francisco Manuel Pereira Medeiros, do RI13, desde 29Nov99;
FUR (00075494) Luís Filipe Gonçalves Guedes, da AMSJ, desde 21Jun99;
CADJ (12999690) Vasco José da Costa Faria, do RC6, desde 1Jan00;
CADJ (03726891) Miguel Carlos Lopes Oliveira, do RA5, desde 10Fev00;
CADJ (01035191) José Augusto Jiesteira dos Santos, do RL2, desde 22Dec99;
CADJ (21179491) Vitor Manuel Sampaio Araújo, do RL2, desde 27Jan00;
CADJ (15633691) Arménio Fernando de Sousa Santana, do RL2, desde 3Nov99;
CADJ (19042691) Albino da Cunha Fernandes, do RA4, desde 30Nov99;
CADJ (06620690) Paulo Jorge Saraiva de Cruz, da EPC, desde 16Jan00;
CADJ (01646190) Mário António da Silva Aguiar, do RI14, desde 24Set99;
CADJ (03408790) Martinho José Loureiro Barbosa, do RI14, desde 16Out99;
CADJ (10398290) António Manuel F. Penela, do RI13, desde 7Dec99;
CADJ (08479691) Paulo Jorge M. Silva Cavaco, do BSS, desde 9Jan99;
CADJ (03347191) Leonel Bernardo Antunes, da EPAM, desde 1Fev00;
1CAB (06367194) Daniel Filipe Maio Soto Maior, da RA5, desde 29Jun99;

1CAB (02838392) Fernando de Abreu Sá, da EPAM, desde 4Jul99;
1CAB (29996793) Luís Miguel da Silva Moço, do RL2, desde 13Out99;
1CAB (01518295) Jorge da Silva Rodrigues, do RA4, desde 25Ago98;
1CAB (34722593) Gonçalo Manuel Martins Magalhães, do RI14, desde 10Out98;
2CAB (12812295) Pedro Manuel S. R. Pereira, do RL2, desde 5Nov99;
SOLD (25068592) Hugo Geraldo F. Pereira da Silva Lucas, do CIOE, desde 1Mar99;
SOLD (09538195) Cidália Beatriz Miranda Araújo, do ArqGEx, desde 8Nov99;
SOLD (15406495) Jacinto António Lopes Maia, do RA5, desde 12Jan00;
SOLD (00003594) Manuel João Ribeiro Batista, do RL2, desde 20Nov99;
SOLD (10745795) Silvino Jorge Maranhão Ferreira, do RA4, desde 19Fev00;
SOLD (11582895) José Manuel dos Santos Silva Pereira, do RI1, desde 2Jan00;
SOLD (27632693) Sérgio Paulo de Sousa Chuva, do RA4, desde 12Fev00;
SOLD (17568492) Paula Cristina J. L. Ferreira, do RC6, desde 8Nov99;
SOLD (01081195) João Manuel Vieira Matos, do RI14, desde 15Jul99;
SOLD (25718493) Célio Manuel Ferreira Dias, do BSS, desde 26Ago98;
SOLD (03091491) Mário Paulo Simões, do RI14, desde 19Fev00.

Militares em regime de voluntariado

Ingresso no regime de voluntariado

Transitaram para a situação de regime de voluntariado desde as datas que se indicam, nos termos do art. 365.º do EMFAR (Dec.-Lei n.º 34-A/90, de 24 de Janeiro), com a redacção dada pelo Dec.-Lei n.º 157/92, de 31 de Julho, os militares em seguida mencionados:

ASP GRAD PsicoMilitar (07488993) Ana Isabel de S. Vaz Cotta Guerra, do CPAE, desde 6Ago99;
ASP GRAD PsicoMilitar (34055991) João Fernando Ferreira Rodrigues, do CPAE, desde 6Ago99;
ASP GRAD PsicoMilitar (12655992) Vasco Luís Ferro Curado, do HMP, desde 6Ago99;
ASP GRAD MedDentária (05432993) Rui Miguel Preto Pires Gonçalo, do HMR1, desde 24Ago99;
ASP GRAD EngQuímico (16598491) Rui Jorge Centeno Santos, do DGMT, desde 5Nov99;
ASP GRAD LicDireito (18526691) Maria João Lima Mendonça, do CPess, desde 5Nov99;
ASP GRAD TradLicRomânicas (30703491) Ana Clara Santos Oliveira, do EME, desde 5Nov99;
ASP GRAD TradLicGermânicas (36874492) Lino Manuel Pereira Marques, do IAEM, desde 5Nov99;
ASP GRAD LicDireito (22814291) Diamantina Jardim Menezes, do QG/ZMM, desde 5Nov99.

Passagem à situação de disponibilidade

Passaram a ser considerados nesta situação, nos termos do art. 385.º do EMFAR (Dec.-Lei n.º 34-A/90, de 24 de Janeiro), com a redacção dada pelo Dec.-Lei n.º 157/92, de 31 de Julho, os militares em seguida mencionados:

2CAB (15698496) Sérgio Adriano Freitas Costa, do RC6, desde 6Nov99;
SOLD (04454196) Lázaro Manuel M. da Costa, do RC6, desde 24Out99;
SOLD (19326495) Valter Miguel Pinto dos Santos, do RA5, desde 22Mai99;
SOLD (10612496) Marco Paulo Martins Nogueira, do RA5, desde 29Jun99;
SOLD (10403497) Virgílio Nuno Bernardo Pina Domingues, do RI14, desde 29Jan00;
SOLD (18752096) Emanuel Cristiano dos Santos Valente, da EPAM, desde 18Set99;
SOLD (15668296) Nuno Miguel Campos Morais, do RC6, desde 9Set99;
SOLD (15679497) João Luís Cerqueira Gonçalves, do RC6, desde 5Ago99;
SOLD (07726295) Vitor Henrique Laranjeira Enes, do RC6, desde 12Out99;
SOLD (14410395) José Pedro da Silva Veloso, da ETP, desde 12Out99;
SOLD (19519094) Hélder Teixeira Martins Macedo, do RL2, desde 20Jan00;

SOLD (11905197) Paulo Nuno Gil Alves, do RA4, desde 20Jan00;
SOLD (01464298) Diogo Nogueira Guimarães, do RL2, desde 15Jan00;
SOLD (18235297) Óscar Filipe Freitas Soares, do RL2, desde 20Nov99;
SOLD (12611597) Niso Feliciano Pereira Monteiro, do RL2, desde 20Jan00;
SOLD (08364796) Alexandre Machado Ribeiro, do RA4, desde 17Dec99;
SOLD (19272597) Paulo Sérgio Lela Santos, do BSS, desde 19Fev00;
SOLD (06025397) Raimundo Joel Ferreira Gonçalves, do RL2, desde 23Out99;
SOLD (19342397) Filipe Manuel F. Carvalho, da EPI, desde 4Nov99;
SOLD (13504196) José Manuel Ferreira O. Carneiro, do RA5, desde 18Mai98;
SOLD (15202897) Luís Miguel Pinheiro, do RA5, desde 1Out98;
SOLD (11901296) Hugo José dos Santos Malhão, do BSS, desde 28Jan00;
SOLD (10192397) Miguel Resende Peixoto, da EPAM, desde 3Fev00.

Militares do serviço efectivo normal

Passagem à situação de disponibilidade

Passaram a ser considerados nesta situação, nos termos da alínea *a)* do n.º1 do art. 63.º do RLSM (Dec.-Lei 463/88, de 15 de Dezembro), os militares em seguida mencionados:

ASP (19607094) Hélder Miguel Pinto Silva Rebelo, da EPAM, desde 27Jan00;
ASP (31003492) António Filipe Lopes dos Santos, do BSS, desde 27Jan00;
ASP (13699392) Hélder Manuel Ferreira Teixeira Silva, do BSS, desde 5Jan00;
ASP (36471893) Ricardo M. A. Santos, da EPE, desde 6Ago99;
ASP (09410489) Francisco Alexandre Ganho da Silva Reis, do RE1, desde 27Jan00;
ASP (27444893) José Carlos Albuquerque da Costa Dias, da EPAM, desde 27Jan00;
ASP (10365390) Pedro Mendo Trigo Chichorro Rodrigues, do RE1, desde 5Nov99;
ASP (14436292) Artur Jorge P. Mendes, do BSS, desde 5Jan00;
ASP (01311091) Nuno Jorge A. Fonseca, do BSS, desde 5Jan00;
ASP (10109193) Eduardo Jorge Lima da Costa, do BSS, desde 5Jan00;
ASP (21945393) Carlos Andres Sousa, da EPSM, desde 5Nov99;
ASP (23686393) Fernando Jorge Leite da Silva Vieira, da EPAM, desde 6Ago99;
ASP (23372093) Carlos Alberto Mascarenhas Remualdo, da EPAM, desde 27Jan00;
2FUR (00728692) Paulo Alexandre M. Barros Teixeira, da EPAM, desde 6Ago99;
2FUR (08692195) Bruno Domingos Galeiras Ferreira, da EPAM, desde 6Ago99;
2FUR (11006998) Paulo Joaquim Pedrosa, da EPSM, desde 27Jan00.

Passagem à situação de reserva territorial

É considerado nesta situação, por despacho do chefe da RPMNP/DAMP, nos termos do art. 358.º do EMFAR (Dec.-Lei n.º 34-A/90, de 24 de Janeiro), com a redacção dada pelo Dec.-Lei n.º 157/92, de 31 de Julho, conjugado com a alínea *b)* do art. 67.º do RLSM (Dec.-Lei n.º 463/88, de 15 de Dezembro), com a redacção dada pelo Dec.-Lei n.º 143/92, de 20 de Julho, por ter sido julgado “incapaz de todo o serviço militar, pela JHI, apto para o trabalho e para angariar meios de subsistência”, o militar em seguida mencionado:

Por despacho de 17 de Março de 2000

SOLD REC (05190798) Jorge Alexandre Jesus Figueiredo, do GAC/BMI.

II — PROMOÇÕES E GRADUAÇÕES

Promoções

Militares em regime de contrato

1. Por despacho do chefe da RPMNP/DAMP, por subdelegação do major-general DAMP, após subdelegação do tenente-general AGE, por delegação do general CEME, são promovidos ao posto de 1.º sargento, contando a antiguidade desde as datas que se indicam, a partir das quais têm direito ao vencimento do novo posto, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do art. 396.º do EMFAR (Dec.-Lei n.º 34-A/90, de 24 de Janeiro), os militares a seguir mencionados:

2SAR (12434391) Luís Pedro Pereira Clímaco, do 2BIMEC/BMI, desde 2Jan99;
2SAR (06024590) António José Pereira de Andrade, do RI8, desde 21Fev99;
2SAR (22284791) Carla Maria Bernardo Lavado, do BST, desde 10Mar99;
2SAR (05124789) Maria Cristina da Silva Mendes, do BSS, desde 11Mai99;
2SAR (18205692) Luís Carlos Moniz Pereira, do CRecrPDelgada, desde 30Mai99.

(Despacho de 14Jun99, inserto no *D.R.* n.º 277 — II série, de 27Nov99)

2SAR (18568793) Luís Miguel Silva Cardoso, do CIOE, desde 23Abr99;
2SAR (01043191) Nuno Miguel Rodrigues Tavares, da AM, desde 12Mai99.

(Despacho de 16Jun99, inserto no *D.R.* n.º 277 — II série, de 27Nov99)

2SAR (07013989) Maria José Lourenço Trindade, do BAdidos, desde 9Jun99;
2SAR (12247592) Paulo Roberto Pinheiro Leite, do IAEM, desde 20Jun99;
2SAR (13121093) Francisco António Grandão Gonçalves, do RG2, desde 11Mai99;
2SAR (09216691) Flávio Afonso da Silva Caetano, do BST, desde 5Mai99;
2SAR (03657792) José Filipe Dias de Castro, do CM, desde 2Jun99;
2SAR (00342291) Fritz Capinha da Silva, da ESE, desde 14Jun99;
2SAR (07650092) Carlos Alberto Leitão da Silva, da EPSM, desde 23Abr99;
2SAR (10359589) Alcídia Vicente de Jesus Viegas Azinheira, do QG/RMN, desde 11Nov98;
2SAR (14199491) Maria Lucília Reboredo Chaves, do QG/RMN, desde 13Jun99;
2SAR (11842692) Ricardo Luís Santos de Sousa, do RA5, desde 5Mai99.

(Despacho de 23Jun99, inserto no *D.R.* n.º 277 — II série, de 27Nov99)

2SAR (10670990) Paulo Jorge Faias Pereira, do ArqGEx, desde 1Jul99;
2SAR (17714889) Fernando Manuel Lobo Murcela, do BST, desde 15Jun99;
2SAR (03991593) João Paulo Dias Gonçalves, da EPST, desde 6Jul99;
2SAR (16013793) Paula Cristina Martins da Fonseca de Andrade, do HMR2, desde 12Jun99;
2SAR (09054093) João Manuel Varela dos Santos, do RG3, desde 6Jul99;
2SAR (00223392) João Manuel Goínhas Gonçalves Peladinho, do RI3, desde 13Jun99;
2SAR (08452793) Maria Clara Rolo Teixeira da Silva, do 1BIMEC, desde 9Jun99;
2SAR (13729592) Fernando Manuel de Sousa Martins, da CEng/BMI, desde 9Jun99;
2SAR (15517791) Mário Jorge Gonçalves Bento, do CIOE, desde 6Jul99;
2SAR (00554491) Paulo Jorge Henriques da Silva, da DSI, desde 9Jun99;
2SAR (10332893) Joaquim Manuel Cortês Quadrilheiro, da EPA, desde 24Jul99;
2SAR (36754092) Sérgio de Jesus Belo, da EPE, desde 6Jul99;
2SAR (21996291) Isabel Cristina de Magalhães Cardoso, da EPT, desde 25Mai99;
2SAR (13500292) Paulo Alexandre Santos Saramago, do GAC/BMI, desde 9Jun99;
2SAR (37294891) Acílio António da Fonseca Marques de Almeida, do RC6, desde 6Jul99;
2SAR (13495192) João Figueira Raposo Nunes, do RE3, desde 16Jun99;
2SAR (06634793) Agostinho Fernandes de Almeida, do RI14, desde 1Jul99;
2SAR (16981893) Francisco Alexandre Sereno Pires Lopes, do RL2, desde 12Jun99.

(Despacho de 30Ago99, inserto no *D.R.* n.º 277 — II série, de 27Nov99)

2SAR (03781492) Paula Maria Dias da Silva, do HMB, desde 6Jul99;
2SAR (10427192) Fernando Pinto Carvalho, do RI19, desde 16Ago99.

(Despacho de 1Set99, inserto no *D.R.* n.º 277 — II série, de 27Nov99)

2. Por despacho do chefe da RPMNP/DAMP, por subdelegação do major-general DAMP, após subdelegação do tenente-general AGE, por delegação do general CEME, são promovidos ao posto de 2.º sargento, contando a antiguidade desde as datas que se indicam, a partir das quais têm direito ao vencimento do novo posto, nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do art. 396.º do EMFAR (Dec.-Lei n.º 34-A/90, de 24 de Janeiro), os militares a seguir mencionados:

FUR (18774193) Maria Manuela Cardoso Duarte da Rocha, da EPAM, desde 7Fev99;
FUR (14116994) Bruno David Fialho Figueiredo Carmo, da ESE, desde 22Mar99;
FUR (28311793) Bruno Teixeira Lopes Martins, da ESE, desde 22Mar99;
FUR (31921392) José Adriano Costa Martins, da ESE, desde 22Mar99;
FUR (02410994) Luís Miguel Madeira Eugénio, da ESE, desde 22Mar99;
FUR (00371094) Paulo Alexandre Monteiro Lemos, da ESE, desde 22Mar99;
FUR (16581894) Rodolfo José Ourives Martins, da ESE, desde 22Mar99;
FUR (37766693) Rui Canas Leal Martins, da ESE, desde 22Mar99;
FUR (20670092) Rui Pedro da Silva Mendes Monteiro, da ESE, desde 22Mar99;
FUR (37692692) Jorge Miguel Gonçalves Monteiro, da ESE, desde 22Mar99;
FUR (18602194) Rui Jorge Marques da Silva, da ESE, desde 22Mar99;
FUR (24821492) Ricardo António Afonso da Conceição Esteves, do RL2, desde 23Dec98.

(Despacho de 13Mai99, inserto no *D.R.* n.º 277 — II série, de 27Nov99)

FUR (29143091) Carla Alexandre Fernandes Figueiredo, da CEng/BAI, desde 7Fev99;
FUR (13889994) José Manuel Mesquita Monteiro, da EPAM, desde 5Mai99;
FUR (11491994) Christophe Manuel da Costa, do RA5, desde 9Abr99;
FUR (22583593) Nélío de Freitas Lopes, do QG/ZMM, desde 9Mai99.

(Despacho de 15Jun99, inserto no *D.R.* n.º 277 — II série, de 27Nov99)

FUR (38501693) António Miguel Pires Rodrigues, do RC4, desde 9Mai99;
FUR (21699191) Pedro Nuno Toscano de Almeida, da EPST, desde 9Mai99;
FUR (15530293) Paula Maria Marques Gonçalves, da EPST, desde 9Mai99.

(Despacho de 24Jun99, inserto no *D.R.* n.º 277 — II série, de 27Nov99)

FUR (08360894) Bruno Hernâni Gomes Marques, do CTAT, desde 15Dec98;
FUR (04964596) Alexandre Miguel Brasiel Mingates Táboas, da DAMP, desde 21Jun99;
FUR (21730892) Rui Manuel Marques de Sousa, da ESE, desde 7Fev99;
FUR (17042095) Francisco Renato da Silva Vigário das Neves, do RG2, desde 7Fev99;
FUR (14503194) Gustavo Alexandre Gonçalves Lopes, do 1BIMEC, desde 9Mai99;
FUR (24751191) Humberto Jorge Pereira de Sousa, do 1BIMEC, desde 9Mai99;
FUR (22090492) Hélder António Saraiva Leito, do 1BIMEC, desde 17Mai99;
FUR (23182492) Luís Filipe Rodrigues Costa, do 1BIMEC, desde 11Jul99;
FUR (00776891) Maria Alice Ferreira Miravall Borracha, do QG/RMS, desde 9Mai99.

(Despacho de 13Jul99, inserto no *D.R.* n.º 277 — II série, de 27Nov99)

FUR (38020693) Pedro Miguel Alves Duarte, do BApSvc/BMI, desde 13Mai99;
FUR (32759693) Carlos Manuel Espada Ganhoto, da EPA, desde 30Mar99;
FUR (18972195) José Miguel Artur Bernardo, da ESE, desde 3Mai99;
FUR (18678394) Augusto José Grilo dos Santos, do GAC/BMI, desde 3Jun99;
FUR (32575592) Susana Maria de Azevedo Gonçalves Pereira, do RC6, desde 7Fev99;
FUR (03755694) Pedro Manuel Dias de Jesus, do 2BIMEC, desde 31Abr99.

(Despacho de 27Jul99, inserto no *D.R.* n.º 277 — II série, de 27Nov99)

FUR (24604491) Luís Manuel da Silva Batista, do CTAT, desde 18Jun99;
FUR (34028793) Nuno Dinis da Luz Nunes Tavares, da ETAT, desde 18Jun99.

(Despacho de 28Jul99, inserto no *D.R.* n.º 277 — II série, de 27Nov99)

FUR (39538393) António Marco Ferreira Garcia, do CTAT, desde 18Jun99;
FUR (34483293) António Miguel Lobato Pereira Castanheiro, da EPE, desde 9Mai99;
FUR (34692793) Alípio José Rodrigues da Silva, da EPE, desde 9Mai99;
FUR (28840691) Carlos Alberto Pimenta Gonçalves, da EPE, desde 13Jun99;
FUR (12063194) Bruno Miguel dos Santos Silva, do CTAT, desde 15Jun99;
FUR (01897694) Bruno Fernando Marques Ribeiro, da DSS, desde 7Ago99;
FUR (15150295) Anabela Mendes Ferreira, do RE3, desde 6Ago99;
FUR (13425494) Rui Filipe Montesinho Botelho, do RI2, desde 8Jul99.

(Despacho de 30Ago99, inserto no *D.R.* n.º 277 — II série, de 27Nov99)

FUR (21996392) Nuno Miguel Simplício Domingues, da AM, desde 10Ago99;
FUR (28278693) Filipe Augusto Veloso Coelho, do CIOE, desde 13Jun99.

(Despacho de 1Set99, inserto no *D.R.* n.º 277 — II série, de 27Nov99)

FUR (04003795) Edite Celeste Machado Ribeiro, da AM, desde 6Ago99;
FUR (17034595) Nuno José Ferreira Vicente, do BApSvc/BMI, desde 6Ago99;
FUR (20732893) Nuno Albuquerque Ferreira, do CIOE, desde 18Jun99;
FUR (16827795) Rui Miguel Oliveira Serrão Pinela, do DGMG, desde 6Ago99;
FUR (10398195) Vitor Manuel da Silva Miranda, da EPAM, desde 7Jul99;
FUR (15464694) Pascal Batista Pereira, do MusMil, desde 6Ago99;
FUR (00822294) Acácio Henrique Pereira, do RA5, desde 6Ago99;
FUR (15075094) Celeste Maria Nunes de Oliveira, do RC3, desde 6Ago99;
FUR (08105994) Jorge Manuel da Conceição Pereira, do RC3, desde 6Ago99;
FUR (03485595) Filipe Ferreira Esteves, do RC4, desde 6Ago99;
FUR (00872097) Marco António Boyol da Silva, do RC4, desde 6Ago99;
FUR (01964296) Ricardo Jorge Martins Vieira, do RC4, desde 6Ago99;
FUR (10314194) Ilídio Manuel Armário Ribeiro, do RC4, desde 6Ago99;
FUR (12679996) José Nelson de Sousa Baptista, do RC4, desde 6Ago99;
FUR (13921795) Ricardo Pedro Lourenço Fernandes, do RC4, desde 6Ago99;
FUR (14202395) Miguel Ângelo de Figueiredo Botelho Barbosa, do RC4, desde 6Ago99;
FUR (16244594) Cristiano João Martins Fernandes, do RC6, desde 19Jul99;
FUR (11249294) Francisco José Leonardo Dias, do RG1, desde 19Set98;
FUR (36615991) Marcos Roberto Franco Rebelo, do RG2, desde 18Jun99;
FUR (09811395) Anabela Silva de Oliveira, do RI8, desde 6Ago99;
FUR (19267894) António Jorge Lopes Pereira, do RI8, desde 6Ago99;
FUR (08393594) Carla Susana Guerreiro da Silva, do RI8, desde 6Ago99;
FUR (26949191) João Carlos Rodrigues Silva, do RI8, desde 6Ago99;
FUR (19978495) Roberta Ribeiro Gonçalves, do RI8, desde 6Ago99;
FUR (14752694) Jorge Humberto Capucho Mesquita Coelho, do RI8, desde 6Ago99.

(Despacho de 2Set99, inserto no *D.R.* n.º 277 — II série, de 27Nov99)

3. Por despacho do chefe da RPMNP/DAMP, por subdelegação do major-general DAMP, após subdelegação do tenente-general AGE, por delegação do general CEME, são promovidos ao posto de Cabo Adjunto, contando a antiguidade desde as datas que se indicam, a partir das quais têm direito ao vencimento do novo posto, nos termos do n.º 5 do art. 396.º do EMFAR (Dec.-Lei n.º 34-A/90, de 24 de Janeiro), os militares a seguir mencionados:

1CAB AL (03303493) António Pedro dos Santos Fortes, do BAdidos, desde 29Jul97;
1CAB AL (23578691) José Carlos Caridade Moita, da ESE, desde 27Jan99.

(Despacho de 14Jul99, inserto no *D.R.* n.º 277 — II série, de 27Nov99)

III — PENSÕES

Deficiente das Forças Armadas

Em conformidade com o Dec.-Lei n.º 43/76, de 20 de Janeiro, se publica a pensão mensal de reforma por invalidez, que passou a ser paga a partir do mês de Março de 2000, pela Caixa Geral de Depósitos, aos militares em seguida mencionados:

1CAB (16083871) Adriano Lima Gomes, do CRecrVReal, 105 200\$00;
1CAB (14454568) António José Firmino Campanacho, do ArqGEx, 110 400\$00;
SOLD (01295269) Américo dos Santos Pereira, do ArqGEx, 102 100\$00;
SOLD (17794168) Manuel Fernando da Piedade Marques, do ArqGEx, 110 400\$00.

(D.R. n.º 50 — II série, de 29Fev00)

Invalidez

Em conformidade com o art. 100.º do Dec.-Lei n.º 498/72, de 9 Dezembro — Estatuto de Aposentação, se publica, a pensão mensal de reforma por invalidez, que passou a ser paga a partir do mês de Março de 2000, pela Caixa Geral de Depósitos, aos militares a seguir mencionados:

FUR (00050466) João Artur Ribeiro Gouveia Almeida, do ArqGEx, 47 100\$00;
FUR (04856763) João Manuel Miranda Gomes, do ArqGEx, 33 500\$00;
FUR (17607271) José Manuel Pereira Madeira, do ArqGEx, 47 100\$00;
1CAB (19091491) Miguel Jorge Zenha Amália de Sousa, do CTAT, 40 723\$00;
1CAB (08274963) Adão Moreira Dias, do ArqGEx, 47 100\$00;
1CAB (03251163) Alcino Oliveira Costa, do ArqGEx, 47 100\$00;
1CAB (03722666) Camilo Pacheco Martins, do ArqGEx, 47 100\$00;
1CAB (10492873) Carlos Alberto Martins Calçada, do QG/RMN, 47 100\$00;
1CAB (09855369) José Sousa Carneiro, do ArqGEx, 47 100\$00;
1CAB (05800166) Manuel Rocha Gonçalves, do ArqGEx, 29 000\$00;
2CAB (00001292) José Simões Lourenço, do CRecrCoimbra, 29 000\$00;
SOLD (08333168) Alberto Fernandes Carvalho, do ArqGEx, 47 100\$00;
SOLD (07898667) Américo Figueiredo de Almeida, do CRecrViseu, 47 100\$00;
SOLD (03635974) António da Silva Nascimento, 31 100\$00;
SOLD (1961-L-2364) Armando Dias Mendes, do ArqGEx, 27 600\$00;
SOLD (05497866) Arlindo Oliveira Martins, do ArqGEx, 29 000\$00;
SOLD (34199860) Armando Silva Rodrigues, do ArqGEx, 47 100\$00;
SOLD (17574975) Armindo Manuel Alves, do CRecrVReal, 27 600\$00;
SOLD (04801565) Artur Saraiva de Sousa, do ArqGEx, 30 100\$00;
SOLD (19520394) Carlos Manuel Clemente Zagalo, da EPC, 22 100\$00;
SOLD (26920993) Carlos Miguel Lima Simões, da ETAT, 22 100\$00;
SOLD (02051971) Estanislau Alegria Marto, do ArqGEx, 47 100\$00;
SOLD (01403871) Francisco de Jesus Pereira, do ArqGEx, 31 300\$00;
SOLD (16647372) Francisco José Santos Faria, do ArqGEx, 47 100\$00;
SOLD (08943591) João António da Silva Almeida, do RL2, 30 100\$00;
SOLD (02922865) João Maria Nunes, do ArqGEx, 47 100\$00;
SOLD (10207593) José Calheiros Rodrigues, do CRecrBraga, 22 100\$00;
SOLD (09014665) José Francisco Calisto Rocha, do ArqGEx, 47 100\$00;
SOLD (00058262) José de Jesus Almeida, do CRecrVReal, 27 600\$00;
SOLD (00126664) José Luís de Brito Ferreira, do ArqGEx, 47 100\$00;

SOLD (00251762) Manuel José Sobral Canilhas, do ArqGEx, 29 000\$00;
SOLD (08474767) Manuel da Mota Lopes, do ArqGEx, 31 300\$00;
SOLD (02472665) Manuel Valente Rodrigues, do ArqGEx, 26 200\$00;
SOLD (08716767) Marçal Santos Brito, do ArqGEx, 47 100\$00;
SOLD (18132994) Rui Miguel Alves Teixeira, do CRecrVReal, 22 100\$00;
SOLD (34188493) Vasco João Rodrigues Vieira de Sousa, da EPC, 20 000\$00.

(D.R. n.º 50 — II série, de 29Fev00)

IV — RECTIFICAÇÕES

Na OE, 3.^a série, n.º 12, de 31Dec99, pág. 376, onde se lê: “Setembro, 24 — Sold (05960567) Orlando José da Fonte, do QG/RMN”, deve-se ler “Setembro, 4 — Sold (05960567) Orlando José da Fonte, do QG/RMN”.

V — OBITUÁRIO

2000

Março, 6 — SOLD (00149060) António Augusto do Nascimento Gonçalves, do QG/GML.

O Chefe do Estado-Maior do Exército

António Eduardo Queiroz Martins Barrento, general

Está conforme:

O Ajudante-General do Exército

José Pedro da Cruz, tenente-general

PÁGINA EM BRANCO



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

SECÇÃO DA OE/DAMP
ESTÁ CONFORME
O ORIGINAL

ORDEM DO EXÉRCITO

4.^a SÉRIE

N.º 1/30 DE ABRIL DE 2000

Publica-se ao Exército o seguinte:

I — JUSTIÇA E DISCIPLINA

Condecorações

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques — Patrono do Exército, de 2.^a classe, nos termos do art. 4.º do Dec.-Lei n.º 397/85, de 11 de Outubro, o Médico do QPCE (91027478) António Pessoa Mendes Belo Correia.

(Por portaria de 1 de Março de 2000)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques — Patrono do Exército, de 2.^a classe, nos termos do art. 4.º do Dec.-Lei n.º 397/85, de 11 de Outubro, por ter sido considerado ao abrigo do art. 1.º do mesmo decreto, o Professor efectivo (91082169) José João Machado Carneiro de Brito.

(Por portaria de 1 de Março de 2000)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques — Patrono do Exército, de 2.^a classe, nos termos do art. 4.º do Dec.-Lei n.º 397/85, de 11 de Outubro, por ter sido considerado ao abrigo do art. 1.º do mesmo decreto, o Professor efectivo (91076074) Mário Garcia do Carmo.

(Por portaria de 1 de Março de 2000)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques — Patrono do Exército, de 2.^a classe, nos termos do art. 4.º do Dec.-Lei n.º 397/85, de 11 de Outubro, por ter sido considerado ao abrigo do art. 1.º do mesmo decreto, o Médico civil contratado (91041778) João Aires da Costa Figueirinhas.

(Por portaria de 1 de Fevereiro de 2000)

Considerando que o Técnico Superior de 1.^a classe (91031273) Manuel Joaquim Sequeira Afonso, no desempenho das suas funções na Secção de Assuntos Jurídicos do meu gabinete, revelou grande competência técnico-profissional, extraordinário empenho e relevantes qualidades pessoais, contribuindo significativamente para a eficiência, prestígio e cumprimento da missão do Exército;

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques — Patrono do Exército, de 3.^a classe, nos termos do art. 4.º do Dec.-Lei n.º 397/85, de 11 de Outubro, por ter sido considerado ao abrigo do art. 1.º do mesmo decreto, o Técnico Superior de 1.^a classe (91031273) Manuel Joaquim Sequeira Afonso.

(Por portaria de 3 de Fevereiro de 2000)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques — Patrono do Exército, de 4.ª classe, nos termos do art. 4.º do Dec.-Lei n.º 397/85, de 11 de Outubro, por ter sido considerado ao abrigo do art. 1.º do mesmo decreto, o Especialista Auxiliar de 1.ª classe (91075274) António de Carvalho Amaro.

(Por portaria de 1 de Janeiro de 2000)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques — Patrono do Exército, de 4.ª classe, nos termos do art. 4.º do Dec.-Lei n.º 397/85, de 11 de Outubro, por ter sido considerado ao abrigo do art. 1.º do mesmo decreto, o Técnico Documentalista (91034471) Lívio Salvador Pereira da Costa Guedes.

(Por portaria de 17 de Janeiro de 2000)

Louvores

Louvo o Médico Civil Contratado (91041778) João Aires da Costa Figueirinhas, pelas excepcionais qualidades profissionais, pessoais e humanas evidenciadas ao longo de mais de duas décadas no desempenho das funções de médico do Batalhão de Adidos.

O seu extraordinário empenho, a sua elevada competência técnica e dedicação, o seu fino trato, afabilidade e, até, carinho que naturalmente põe no seu relacionamento e no entendimento de quem o solicita, têm-lhe granjeado enorme consideração, respeito e confiança entre os cerca de mil militares e civis adstritos ao Batalhão.

Por outro lado, o Dr. Figueirinhas sempre devotou ao BAdidos grande afecto, acompanhando-o na sua transferência do Quartel da Graça para Sacavém, vivendo os seus problemas como se fosse um militar de carreira, constituindo-se, assim, um precioso colaborador dos sucessivos Comandantes da Unidade, não só na sua área específica de actuação, como na manutenção do moral e bem-estar do pessoal, acção por mais de uma vez salientada através de merecidos louvores.

Imbuído de forte espírito de missão e de respeito pela Instituição Militar, que criou e desenvolveu enquanto Oficial de Complemento durante cerca de 4 anos, conhecedor das suas actuais dificuldades de recrutamento de médicos militares, dotado de inextinguível sentido das responsabilidades, o Dr. Costa Figueirinhas vem contribuindo, muito significativamente para a eficiência do Serviço de Saúde e para o cumprimento da diversificada e sensível missão da Unidade, pelo que é acto da maior justiça dar público testemunho do que têm sido os extraordinários, inestimáveis e competentíssimos serviços prestados à Unidade e do seu extraordinário conjunto de qualidades pessoais e humanas, de que tem resultado prestígio para o GML e para o Exército.

1 de Fevereiro de 2000 — O Chefe do Estado-Maior do Exército, *António Eduardo Queiroz Martins Barrento*, general.

II — ADMISSÕES

Nomeações

Nos termos do n.º 1 do art. 35.º do Dec.-Lei 248/85, de 15 de Julho, conjugado com o despacho n.º 88/93, de 19 de Maio, do General Chefe do Estado-Maior do Exército, e para efeitos do suplemento por funções de secretariado a que se refere o n.º 4 do art. 11.º do Dec.-Lei n.º 353-A/90, de 16 de Outubro, aditado pelo art. 6.º do Dec.-Lei n.º 393/90, de 11 de Dezembro, é nomeada por escolha

para exercer funções de secretariado em apoio ao comandante da Instrução do Exército, a partir de 1 de Outubro de 1999, a Assistente Administrativa Principal do QPCE (92103773) Maria de Fátima Mendes Quaresma.

(Diário da República, II série, n.º 244, de 19 de Outubro de 1999)

Nos termos do n.º 1 do art. 35.º do Dec.-Lei 248/85, de 15 de Julho, conjugado com o despacho n.º 88/93, de 19 de Maio, do General Chefe do Estado-Maior do Exército, e para efeitos do suplemento por funções de secretariado a que se refere o n.º 4 do art. 11.º do Dec.-Lei n.º 353-A/90, de 16 de Outubro, aditado pelo art. 6.º do Dec.-Lei n.º 393/90, de 11 de Dezembro, é nomeada por escolha para exercer funções de secretariado em apoio ao Tenente-General Comandante do Pessoal a partir de 1 de Outubro de 1999, a Assistente Administrativa Especialista do QPCE (92028572) Flávia Correia Miguel Farias.

(Diário da República, II série, n.º 261, de 9 de Novembro de 1999)

Nos termos do n.º 1 do art. 35.º do Dec.-Lei 248/85, de 15 de Julho, conjugado com o despacho n.º 88/93, de 19 de Maio, do General Chefe do Estado-Maior do Exército, e para efeitos do suplemento por funções de secretariado a que se refere o n.º 4 do art. 11.º do Dec.-Lei n.º 353-A/90, de 16 de Outubro, aditado pelo art. 6.º do Dec.-Lei n.º 393/90, de 11 de Dezembro, nomeio por escolha para exercer funções de secretariado em apoio ao Tenente-General Comandante do Pessoal, a partir de 27 de Setembro de 1999, a Assistente Administrativa Especialista do QPCE (92077771) Aida Alves Farinha da Silva.

(Diário da República, II série, n.º 293, de 18 de Dezembro de 1999)

Nos termos do n.º 1 do art. 35.º do Dec.-Lei 248/85, de 15 de Julho, conjugado com o despacho n.º 88/93, de 19 de Maio, do General Chefe do Estado-Maior do Exército, e para efeitos do suplemento por funções de secretariado a que se refere o n.º 4 do art. 11.º do Dec.-Lei n.º 353-A/90, de 16 de Outubro, aditado pelo art. 6.º do Dec.-Lei n.º 393/90, de 11 de Dezembro, é nomeada por escolha para exercer funções de secretariado em apoio ao Comandante Interino da RMN, a partir de 18 de Janeiro de 2000, a Assistente Administrativa Principal do QPCE (92037577) Branca Amélia de Sousa Vieira.

(Diário da República, II série, n.º 65, de 17 de Março de 2000)

Por despacho de 5 de Janeiro de 2000, do Chefe da Repartição do Pessoal Civil, no uso de competência subdelegada:

Maria Helena Bastos de Magalhães Ribeiro, nomeada definitivamente, precedendo concurso, Assistente Administrativa do QPCE/HMR1. Tem direito ao vencimento correspondente ao 1.º escalão, índice 190.

(Isento de fiscalização prévia do TC).

(Diário da República, II série, n.º 24, de 29 de Janeiro de 2000)

Por despacho de 15 de Novembro de 1999, do Chefe da Repartição do Pessoal Civil, no uso de competência subdelegada:

Rosa Maria Costa Braga Simão, Assistente Administrativa, afecta à DGAP, na situação de inactividade, abrangida pelo Dec.-Lei n.º 13/97, de 17 de Janeiro, é integrada no QPCE, com colocação na Escola Prática de Administração Militar, por nomeação definitiva e por urgente conveniência de serviço, nos termos do mesmo diploma legal. Tem direito ao vencimento correspondente ao 2.º escalão, índice 200.

(Isento de fiscalização prévia do TC).

(Diário da República, II série, n.º 291, de 16 de Dezembro de 1999)

Por despacho de 21 de Dezembro de 1999, do Chefe da Repartição do Pessoal Civil, no uso de competência subdelegada:

Maria Alice Rodrigues, Assistente Administrativa Principal, afecta à DGAP, na situação de inactividade, abrangida pelo Dec.Lei n.º 13/97, de 17 de Janeiro, é integrada no QPCE, com colocação no Regimento de Infantaria n.º 19, por nomeação definitiva e por urgente conveniência de serviço, nos termos do mesmo diploma legal. Tem direito ao vencimento correspondente ao 1.º escalão, índice 215.

(Isento de fiscalização prévia do TC).

(Diário da República, II série, n.º 14, de 18 de Janeiro de 2000)

Por despachos do Secretário de Estado da Administração Pública e da Modernização Administrativa, de 30 de Junho de 1999 e do Secretário de Estado do Orçamento, de 29 de Julho de 1999:

Mafalda Isabel Andrade Pedro, contratada em regime de contrato de trabalho a termo certo, para exercer funções de Assistente Administrativa, nos termos dos artigos 5.º e 8.º do Dec.-Lei n.º 81-A/96, de 21 de Junho, a partir de 1 de Agosto de 1997. Tem direito ao vencimento correspondente ao 1.º escalão, índice 190.

(Isento de fiscalização prévia do TC).

(Diário da República, II série, n.º 40, de 14 de Fevereiro de 2000)

Transferências

Por despacho de 21 de Dezembro de 1999, do Chefe da Repartição do Pessoal Civil, proferido no uso de competência subdelegada:

Beatriz Alves Correia de Oliveira, Assistente Administrativa do Quadro do Pessoal Civil do Estado Maior General das Forças Armadas (EMGFA), transferida para o Quadro do Pessoal Civil do Exército (QPCE), com colocação na Escola Militar de Eletromecânica (EMEL). Tem direito ao vencimento correspondente ao escalão 5, índice 230.

(Isento de fiscalização prévia do TC).

(Diário da República, II série, n.º 14, de 18 de Janeiro de 2000)

Por despacho de 17 de Fevereiro de 2000, do Chefe da Repartição de Pessoal Civil, proferido no uso de competência subdelegada:

Maria Vitória da Conceição Gomes, Assistente Administrativa do Quadro do Pessoal da Administração Regional de Saúde/Sub-Região de Saúde do Porto, transferida para o Quadro do Pessoal Civil do Exército (QPCE), com colocação no Hospital Militar Regional N.º 1. Tem direito ao vencimento correspondente ao escalão 1, índice 190.

(Isento de fiscalização prévia do TC).

(Diário da República, II série, n.º 70, de 23 de Março de 2000)

III — MUDANÇAS DE SITUAÇÃO

Por despacho de 22 de Dezembro de 1999, do Chefe da Repartição do Pessoal Civil, proferido no uso de competência subdelegada:

Maria Teresa Fernandes Gascão Nunes, Assistente Administrativa, autorizado o regresso ao

Quadro do Pessoal Civil do Exército (QPCE), com colocação na DSS. Tem direito ao vencimento correspondente ao escalão 1, índice 190.

(Isento de fiscalização prévia do TC).

(Diário da República, II série, n.º 17, de 21 de Janeiro de 2000)

IV — PENSÕES E APOSENTAÇÕES

Em cumprimento do disposto no art. 100.º do Dec.-Lei n.º 498/72, de 9 de Dezembro — Estatuto da Aposentação — se publica a pensão mensal que, desde Janeiro de 2000, passaram a ser abonadas, pela Caixa Geral de Aposentações, aos funcionários em seguida mencionados:

António Costa Ferreira, Encarregado, do BCS/CMSM, 153 800\$00;
Carlos Alberto Costa Henriques, Calculador 2.^a classe, da DSE, 116 800\$00;
Irene Barreiro Silva, Assistente Adm. Principal, da BLI, 159 500\$00;
João Freitas Ribeiro, Fiel Depósito e Armazém, da AM, 128 200\$00;
Joaquim António Correia, Auxiliar de Serviços, do CM, 96 900\$00;
Joaquina Maria Realinho Torres, Operadora de Máquinas, das OGFE, 84 504\$00;
José Fernando Figueiredo, Encarregado Geral Qualificado, do HMP, 193 700\$00;
José Nunes Proença, Fiel Depósito e Armazém, da AM, 128 200\$00;
Maria Albertina F. S. Moreira Teixeira, Assistente Adm. Esp., da ChAT, 180 386\$00;
Maria Luísa Cruz Borges, Assistente Adm. Principal, do HMP, 106 632\$00;
Mário Carvalho Sousa Antunes, Professor, do IMPE, 406 204\$00;
Olina Maria Machado S. Mesquita, Assistente Admin. Principal, do HMP, 116 023\$00;
Resgate Maria Marques Lucas, Auxiliar de Serviços 1.^a classe, da DSS, 68 180\$00;
Susana Carmo Mendes, Auxiliar de Serviços 1.^a classe, do RI14, 96 900\$00.

Em cumprimento do disposto no art. 100.º do Dec.-Lei n.º 498/72, de 9 de Dezembro — Estatuto da Aposentação — se publica a pensão mensal que, desde Fevereiro de 2000, passaram a ser abonadas, pela Caixa Geral de Aposentações, aos funcionários em seguida mencionados:

Jaime Florindo Ferreira Duarte, Operário Principal, da EMEL, 128 936\$00;
João Simões Rodrigues, Barbeiro, do RI15, 78 628\$00;
Joaquim Conceição Barrocas, Operário Principal, do RE1, 139 600\$00;
Laura Maria Oliveira Sousa Girão, Assistente Adm. Especial., do QG/GML, 167 379\$00;
Luís Brito Santos Morgado, Operário (Serralheiro), do CTAT, 128 200\$00;
Manuel Luís Gonçalves Neto Ferreira, Assistente Adm. Esp., da RApG/EME, 185 200\$00;
Maria Amélia Faria Gonçalves, Auxiliar de Acção Médica, do HMP, 93 670\$00;
Maria Helena Simões Prior Dias, Auxiliar de Serviços, do CIE, 44 935\$00;
Maria Odete Henriques Pereira Dias, Auxiliar de Alimentação, do HMP, 81 542\$00;
Natalina Rosa, Auxiliar de Acção Médica, do HMP, 44 721\$00;
Odete Madalena Santos Henrique, Assistente Adm. Esp., do CRecrPorto, 180 930\$00;
Vítor Manuel Zózimo Rodrigues, Assistente Adm. Principal, do ArqGEx, 109 347\$00.

Em cumprimento do disposto no art. 100.º do Dec.-Lei n.º 498/72, de 9 de Dezembro — Estatuto da Aposentação — se publica a pensão mensal que, desde Março de 2000, passaram a ser abonadas, pela Caixa Geral de Aposentações, aos funcionários em seguida mencionados:

Adelaide Remédios Santos, Auxiliar de Serviços 1.^a classe, da ChAT, 84 115\$00;

Adelina Jovita Samuel José Carvalho, Operadora de Lavandaria, do IMPE, 92 372\$00;
António Magalhães Sousa Castro, Empregado de Mesa, do CTAT, 108 300\$00;
Eduardo Rafael Carvalho Simões, Professor Assoc. C/ Agreg., da AM, 729 374\$00;
Elisabeth Ramos D. O. Sousa Santos, Encarregada de Sector, do DGMG, 265 650\$00;
Fernanda Pereira Guerreiro, Assistente Adm. Principal, da ChAT, 157 285\$00;
Francisco Ventura Costa, Técnico de Serviço, da ChAT, 33 500\$00;
Lúcia NG Iun Peng, Auxiliar de Serviços, do CRecrVReal, 56 797\$00;
Maria Isabel Betes Barqueiro Reis, Assistente Adm. Esp., do BISM, 131 974\$00;
Maria Lourdes Gomes Graça Nunes, Auxiliar de Acção Médica, do HMP, 102 663\$00;
Matilde M. L. Dias Amaro, Assistente Adm. Principal, do CIE, 159 500\$00;
Raúl Santos Fernandes, Operário Qualificado, da EPE, 59 655\$00.

Em cumprimento do disposto no art. 100.º do Dec.-Lei n.º 498/72, de 9 de Dezembro — Estatuto da Aposentação — se publica a pensão mensal que, desde Abril de 2000, passaram a ser abonadas, pela Caixa Geral de Aposentações, aos funcionários em seguida mencionados:

Emília Batista Cunha, Auxiliar de Serviços, do MusMil, 75 824\$00;
João António Maria Beijoca, Especialista Auxiliar, do AHM, 248 250\$00;
Maria Alzira Pereira Araújo Ferreira, Auxiliar de Serviços, do IO, 64 600\$00;
Maria Teresa C. Mourão B. C. Ferreira, Assistente Adm. Esp., da ChAT, 185 200\$00;
Natália Glória Ferreira Estrela, Auxiliar de Serviços, da DJD, 71 617\$00;
Rogério Augusto S. Mota E. Figueiroa, Assessor Jurídico, da DJD, 404 500\$00;
Rosa Duran Guerrero, Auxiliar de Serviços, da EPA, 93 535\$00;
Rosa Garção Pires, Auxiliar de Serviços, do IO, 61 451\$00.

V — OBITUÁRIO

1999

2 de Dezembro — Carlos Manuel Ramos dos Santos Barroso, da AM.

2000

23 de Janeiro — Luís José Ferreira da Silva Varela, da DSM;
2 de Fevereiro — Carlos Jorge Silva Bastos, da DSF;
8 de Fevereiro — Maria Bárbara Monteiro Vilhena Anastácio Loureiro Gomes do CInst;
10 de Fevereiro — Eusébio Rosa Valente do RI;
17 de Março — Ana Paula de Sousa Santos Oliveira do QG/ZMA;
13 de Abril — Maria Helena Ferreira Gaspar Pacheco, do RI.

O Chefe do Estado-Maior do Exército

António Eduardo Queiroz Martins Barrento, general.

Está conforme:

O Ajudante-General do Exército

José Pedro da Cruz, general

PÁGINA EM BRANCO